

FULTON J. SHEEN

PROFESSOR DE FILOSOFIA PELA UNIVERSIDADE DE LOVAINA

BISPO AUXILIAR DE NOVA IORQUE

DIRECTOR NACIONAL DA SOCIEDADE MISSIONÁRIA MUNDIAL DA PROPAGANDA DA FE

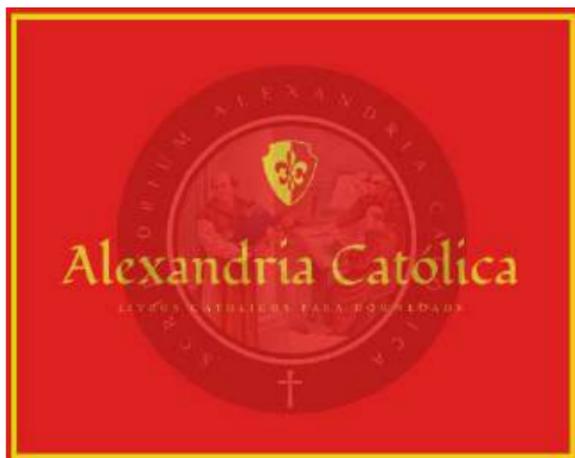
ELEVAI OS VOSSOS CORAÇÕES

TRADUÇÃO

DE

CRUZ MALPIQUE

PROFESSOR DO LICEU DE ALEXANDRE HERCULANO, DO PORTO



1954

EDITORA EDUCAÇÃO NACIONAL

DE ADOLFO MACHADO

RUA DO ALMADA, 125—PORTO

TÍTULO DO ORIGINAL:

LIFT UP YOUR HEART

Publicado por McGRAW-HILL BOOK COMPANY, INC.
Nova Iorque.

DIREITOS RESERVADOS PARA PORTUGAL E BRASIL.

DEDICATÓRIA

*Enquanto os martelos batem e as foices cortam ;
enquanto os átomos se desintegram e a guerra se enfu-
rece, às ordens do vermelho Lúcifer e do Inferno, elevai
os vossos corações !, porque Deus prometeu que a Virgem
esmagaria as serpentes da noite.*

Ao

*Coração Imaculado, à Mãe Divina, são dedicadas
estas mal alinhavadas palavras, na fervorosa espe-
rança de que Ela, qual Celestial Tentadora, e com
leais artes, nos conduza, como escravos voluntários
do Divino Amor, a Seu Filho.*

PRIMEIRA PARTE

O PLANO DO «EGO»

CAPÍTULO I

O «EGO» E O «EU»

A história do Dr. Jekyll de Hyde ⁽¹⁾ é a de todo o homem nascido da mulher. Em cada um de nós há, com efeito, duas personalidades vivas, o *ego* e o *eu*: o eu que parecemos ser e o eu que realmente somos, um homem conhecido dos outros, e um homem que eles ignoram. O *ego* é, em nós, um menino amimado, egoísta, petulante, barulhento, a criação das nossas faltas vividas. O *eu* é a nossa personalidade feita à imagem e semelhança de Deus.

Essas duas existências não podem ser vividas simultâneamente. Querer conciliá-las, é votarmos-nos ao remorso, à angústia e ao descontentamento interior. Para encontrarmos a verdadeira liberdade, deve o nosso *ego*, necessariamente, abdicar em favor da nossa verdadeira personalidade. Mas o *eu* aparente é, para alguns, companheiro tão familiar, que dele não se podem libertar. De nada serve dizer-lhes que esse *eu* superficial não ocupa neles um lugar legítimo. Tal como um molde de gesso, o falso *ego*

(1) *The Strange Case of Dr. Jekyll and Mr Hyde*, por R. L. Stevenson.

deve ser amputado, arrancado, e não é isso operação que se faça sem sacrifício, sem dor, sem dilacerante violência.

O domínio do *ego*, na nossa vida, leva-nos a condenar os pecadilhos de outrem e a desculpar os nossos grandes pecados; vemos o argueiro no olho do próximo, e não vemos o cavaleiro no nosso. Que prejudiquemos o nosso semelhante, isso pouco nos importa. Mas queremos que os outros nos tratem com atenções. No odiarmos os outros, vemos uma nota de zelo. E no lisonjearmos, por interesse, o nosso semelhante, vemos uma atitude de... «afeição»! Às mentiras que lhes pregamos, chamamos nós proceder com «tacto». Damos o nome de «prudência» à hesitação por nós posta na defesa das nossas convicções religiosas. À circunstância de afastarmos egoisticamente os outros chamamos «defender os nossos justos interesses». «Ver as coisas bem de frente» é a expressão de que usamos para julgarmos o nosso semelhante. Recusamo-nos a abandonar a nossa vida irregular, e, no entanto, apodamos de «poltrões» aqueles que procedem como nós. Empanzinamo-nos à mesa, mas fazemos isso por amor da «saúde». Acumulamos mais riquezas do que exige a nossa condição, mas a isso chamamos nós «previdência». Ofuscamo-nos com a opulência dos outros, e qualificamo-nos de «defensores dos oprimidos». Negamos os invioláveis princípios da justiça, fugimos de tomar partido, e, todavia, damo-nos com «liberais». Todas as nossas frases começam por «eu», mas tachamos de «importuno» o atrevido que nos interrompe a frase, para emitir a sua opinião. Arruinamos a nossa vida de família pelo

divórcio, e vamos dizendo que devemos «viver a nossa vida.» Julgamo-nos virtuosos, apenas porque há pessoas que vivem de braço dado com o vício.

Classificamos de «vida honesta» a nossa indolência e a nossa preguiça. Disfarçamos a nossa repugnância psicológica pelo trabalho, exaltando um socialismo em que o Estado se encarrega de tudo. Tanto nos preocupamos com ser amados, que nos esquecemos de amar. Tanto acariciamos os nossos tédios, que nos mantemos insensíveis às apreciáveis qualidades do nosso semelhante. Por muito termos, supomos que muito valemos. Criticamos injustamente os outros, mas alegando que é bom que eles oiçam a verdade. Aquilatamos das nossas virtudes pelos vícios que evitamos. Classificamos de «sedutor» o aparato com que exibimos a nossa existência. Recusamo-nos a tomar partido seja no que for, e gaba-mo-nos da nossa «largueza de espírito». E tudo isto são tentações para onde nos leva o *ego*, se o deixarmos à solta.

Todos aqueles que exaltam o *ego*, o eu aparente, se deixam facilmente cativar por estranhos problemas que em nada lhes dizem respeito, tudo para não terem de enfrentar o do seu egoísmo pessoal. Pois donde vem a actual voga dos dramas sensacionais no teatro, das histórias de crimes misteriosos no cinema e das horripilantes reportagens nos jornais? Não será isso claro indício das íntimas preocupações que agitam milhões de homens, nestes nossos dias de agora? Mas a verdade — a triste verdade — é que, em vez de procurarem a solução, incontestavelmente difícil, para esse problema, o iludem, preferindo-lhe o estudo das extra-

deve ser amputado, arrancado, e não é isso operação que se faça sem sacrifício, sem dor, sem dilacerante violência.

O predomínio do *ego*, na nossa vida, leva-nos a condenar os pecadilhos de outrem e a desculpar os nossos grandes pecados; vemos o argueiro no olho do próximo, e não vemos o cavaleiro no nosso. Que prejudiquemos o nosso semelhante, isso pouco nos importa. Mas queremos que os outros nos tratem com atenções. No odiarmos os outros, vemos uma nota de zelo. E no lisonjearmos, por interesse, o nosso semelhante, vemos uma atitude de... «afeição»! Às mentiras que lhes pregamos, chamamos nós proceder com «tacto». Damos o nome de «prudência» à hesitação por nós posta na defesa das nossas convicções religiosas. À circunstância de afastarmos egoisticamente os outros chamamos «defender os nossos justos interesses». «Ver as coisas bem de frente» é a expressão de que usamos para julgarmos o nosso semelhante. Recusamo-nos a abandonar a nossa vida irregular, e, no entanto, apodamos de «poltrões» aqueles que procedem como nós. Empanzinamo-nos à mesa, mas fazemos isso por amor da «saúde». Acumulamos mais riquezas do que exige a nossa condição, mas a isso chamamos nós «previdência». Ofuscamo-nos com a opulência dos outros, e qualificamo-nos de «defensores dos oprimidos». Negamos os invioláveis princípios da justiça, fugimos de tomar partido, e, todavia, damo-nos com «liberais». Todas as nossas frases começam por «eu», mas tachamos de «importuno» o atrevido que nos interrompe a frase, para emitir a sua opinião. Arruinamos a nossa vida de família pelo

divórcio, e vamos dizendo que devemos «viver a nossa vida.» Julgamo-nos virtuosos, apenas porque há pessoas que vivem de braço dado com o vício.

Classificamos de «vida honesta» a nossa indolência e a nossa preguiça. Disfarçamos a nossa repugnância psicológica pelo trabalho, exaltando um socialismo em que o Estado se encarrega de tudo. Tanto nos preocupamos com ser amados, que nos esquecemos de amar. Tanto acariciamos os nossos tédios, que nos mantemos insensíveis às apreciáveis qualidades do nosso semelhante. Por muito termos, supomos que muito valemos. Criticamos injustamente os outros, mas alegando que é bom que eles oiçam a verdade. Aquilatamos das nossas virtudes pelos vícios que evitamos. Classificamos de «sedutor» o aparato com que exibimos a nossa existência. Recusamo-nos a tomar partido seja no que for, e gaba-mo-nos da nossa «largueza de espírito». E tudo isto são tentações para onde nos leva o *ego*, se o deixarmos à solta.

Todos aqueles que exaltam o *ego*, o eu aparente, se deixam facilmente cativar por estranhos problemas que em nada lhes dizem respeito, tudo para não terem de enfrentar o do seu egoísmo pessoal. Pois donde vem a actual voga dos dramas sensacionais no teatro, das histórias de crimes misteriosos no cinema e das horripilantes reportagens nos jornais? Não será isso claro indício das íntimas preocupações que agitam milhões de homens, nestes nossos dias de agora? Mas a verdade — a triste verdade — é que, em vez de procurarem a solução, incontestavelmente difícil, para esse problema, o iludem, preferindo-lhe o estudo das extra-

vagantes aventuras dos outros. Não se dará o caso de que, aqueles que vivem com a alma atormentada por terrores de vária espécie, gostam de ouvir falar de monstruosidades piores do que as suas, e de ver esses horrores no cinema, para, momentâneamente, esquecerem o seu próprio inferno interior?

«Por que é que — costuma perguntar-se — certa pessoa não reconhece as suas faltas?» É porque nunca praticou a introspecção. Nessa pessoa, o *ego* obscureceu o *eu*, o egoísmo estrangulou a personalidade. Por outro lado, acontece, por vezes, — nem sempre — que o vemos um defeito no nosso semelhante deixa traír a presença do mesmo mal em nós próprios. Como é que uma mulher poderia dizer de outra: «É uma ciumenta», ou «É um estafermo», se ela, por si mesma, não conhecesse tais defeitos? «*Não julgueis, e não sereis julgados*» — nos disse Nosso Senhor. Julgar o nosso semelhante, é revelarmo-nos a nós próprios, é julgarmo-nos a nós mesmos. A irritabilidade e a susceptibilidade de certas pessoas, a maneira violenta por que reagem à crítica, denota bem claramente nelas a solicitude em protegerem o seu falso *ego*, revela como elas têm medo de que o seu eu real possa vir ao de cima.

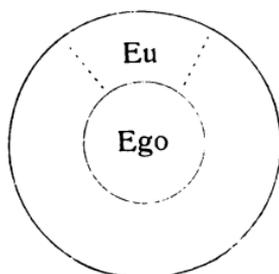
Pela circunstância de o *ego* e o *eu*, ou seja: o eu periférico e o eu real, estarem entre si como a casca e a semente, segue-se daí que o *eu* só pode revelar-se, se o *ego* for, primeiro, afastado. Para que uma maçã venha a dar uma macieira, importa que ela, primeiro, se liberte da polpa, para deixar passar a semente, permitindo assim que esta se desenvolva.

Muitas brochuras actualmente nos ensinam sobre o modo de enganar as pessoas pela lisonja, ou de lhes conquistar as boas graças por uma tolerância excessiva, sob o ponto de vista moral. No fundo, tudo isso são apelos ao nosso egoísmo, apelos que reforçam as pretensões do *ego*, e que tornam a casca ainda mais impenetrável, impedindo, com isso, a libertação do *eu*, do *eu* real. Utilizarmos outrem no serviço das nossas ambições está no pólo oposto da verdadeira afeição e do desenvolvimento pessoal. Aqueles que constantemente ocultam a sua verdadeira personalidade sob qualquer disfarce, não só se revelam muito diferentes do que são, nas horas difíceis, mas até conservam, muito nítido, um mínimo dessa autêntica consciência de si próprios, indispensável na vida. O seu sentido do *eu* exterioriza-se de tal modo, fica tanto à mercê da aprovação doutrem, que esses tais indivíduos nunca chegam a sentir-se bem senhores de si, jamais conseguindo alcançar a paz. As suas emoções e as suas acções vivem em luta. Esses indivíduos dão-nos a impressão de viverem continuamente dilacerados por um conflito interior — conflito resultante daquilo que eles *deveriam ser* e do que realmente *são*. A permanente preocupação das aparências e das suas emoções periféricas absorve-nos demasiado, para que eles possam amar, no autêntico sentido da palavra. Amam a *experiência* do amor; no fundo, porém, não amam ninguém, porque eles próprios são, precariamente, pessoas. Não ousando examinar-se interiormente, com receio dos esqueletos ocultos nos alvéolos da sua alma, detestam a calma e o silêncio. Consigo

mesmos só podem viver aqueles cuja alma está em paz.

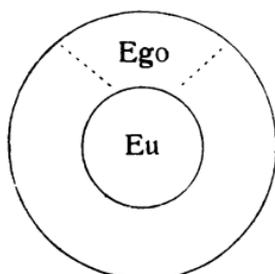
A diferença entre aquele que domina o *ego*, ou seja o egoísmo, e aquele que domina o *eu*, ou seja a personalidade, corresponde à diferença que separa a falsa alegria de a verdadeira felicidade, a vida nevrosada de a vida normal.

O egotista pode, esquematicamente, representar-se assim :



O *ego*, máscara que ele quer mostrar, constitui o interesse nuclear da sua vida, a norma da apreciação de todos os seus desejos, de todos os seus pensamentos, de todas as suas afeições. O *eu*, o *eu* real, que consigo leva a Divina Imagem, é, nele, muito fraco, e só muito ao de leve afecta o círculo da sua existência.

Na pessoa normal, a situação é precisamente a oposta :



Aqui, a personalidade — enraizada em Deus — invadiu o centro da vida, ao passo que o *ego* do egotismo mal se nota, tão superficial ele é. Não que aí se verifique perda da personalidade individual, mais robusta na realidade e muito mais individual do que no homem dominado pelo *ego*. O *eu*, a verdadeira personalidade, corresponde àquilo a que os filósofos chamam «subsistente». Mercê desta qualidade, a personalidade é capaz de se debruçar sobre a sua própria essência, é capaz de se ajustar a si mesma, é, enfim, capaz de se conhecer como realmente é, pelo recurso à reflexão. Toda a personalidade humana se mostra tão inviolável, que se salienta, em face de todas as demais personalidades, como única, incomunicável e absolutamente distinta. Por virtude da sua personalidade, do seu *eu*, todo o homem constitui um precioso mistério: escapa à pesagem da opinião pública, não pode ser medido pelo condicionamento desta, a ninguém pertence senão a si próprio, o seu mistério só por Deus pode ser devassado, por Deus, seu autor. A dignidade de cada *eu* ultrapassa os nossos cálculos.

Mas o *ego* é feito à imagem e semelhança do espírito do mundo em que vive, do mesmo modo que o *eu* é feito à imagem e semelhança do Deus eterno. O *ego* é conformista: sintoniza-se com a sua época. Mas a Sagrada Escritura adverte-nos nestes termos: «Não vos conformeis com o Mundo». O *eu* alcançou a liberdade interior, transcendendo aquilo que é do Mundo. O *ego* mantém-se permanentemente centrado sobre si mesmo. A personalidade, por ser essencialmente um mistério, está pronta a separar-se de si própria, no caso de poder voltar à sua origem.

O *ego* pretende ter o Mundo ao seu serviço. O *eu*, pelo contrário, tem no seu programa servir o Mundo. O egocentrismo leva sempre à auto-decepção, porque, por sua própria natureza, o *ego* procura abafar o *eu* e a sua avidez de esforço. Sabendo que na verdade encontraria a sua destruição, o *ego* evita o encontro com a verdade. O *eu*, pelo contrário, procura a verdade, por saber que é esta que lhe assegura a sua expansão e perfeição. Os mentirosos são sempre indivíduos ferozmente ligados ao seu *ego*.

Na nossa época de socialismo, em que a gente pensa principalmente no homem multitudinário, nunca é demais insistirmos sobre o valor da personalidade. A alma pessoal dum homem vale mais do que todos os Estados colectivistas, porque os Estados fizeram-se para servir a personalidade, e não o contrário. A personalidade humana vale mais do que todo o universo material, pela circunstância de que o homem é capaz de, pelo conhecimento, recolher no seu espirito todo o Universo. Nosso Senhor deu-se, um dia, a comparar o Universo e uma alma. «*Que pode um homem obter em troca da sua alma?*», concluiu Ele.

O mistério da liberdade é inseparável do mistério da personalidade. O *ego* pretende sempre confundir liberdade e licença, mas a personalidade, ou seja o *eu*, entende por liberdade a responsabilidade na vigência da lei. O *ego* define a liberdade como «o direito de fazermos tudo que nos apraz.» O *eu* define essa mesma liberdade como «o direito de fazermos o que devemos». O *ego* diz ao sujeito das suas afeições: «Amo tudo aquilo que apeteço». A per-

sonalidade, ou o *eu*, diz: « Amo tudo aquilo que Deus deseja. » O *ego* não admite outra existência que não seja a dos objectos sensíveis capazes de lhe proporcionarem prazer. A personalidade, essa reconhece os valores supra-pessoais. A personalidade deixaria de fazer sentido, se não existisse um mundo superior, alvo das suas aspirações. O *ego* entra em contacto com os outros *ego*, à maneira de bolas de bilhar, que se chocam e repelem, ao roçarem umas pelas outras. O *eu*, pelo contrário, acolhe as outras personalidades em comunhão fraterna, porque qualquer outro *eu* que o atrai lhe aparece não como simples objecto, mas antes como outra personalidade, a bem-dizer sagrada.

O *ego* desdenha dos outros *ego*, a não ser que neles encontre a satisfação possível dum prazer ou duma ambição. O *ego* assemelha-se a uma mulher histérica que a si identifica tudo quanto acontece. O *ego* respira o próprio ar que expira, por negar qualquer outra realidade que não seja ele próprio. Promove-se a senhor da verdade, do bem, da moral, segue a sua própria lei, nega a realidade de todos os objectos, afirmando, apenas, a existência de si próprio como centro do Mundo.

O *eu*, no polo oposto, tem consciência de uma vocação e de uma missão. As profundidades da verdadeira personalidade comovem-se com o apelo de Deus — apelo que nos convida a fazermos bom uso dos Seus dons criadores, não só para nós, mas também para o nosso próximo e para todos. « *Tudo em vós está, mas vós sois em Cristo, e Cristo em Deus* » (I Cor., III, 22-23). Acima de tudo, porque o *eu* confirma o espírito na sua consciência de possuir uma

alma, ele conta e espera transcender a morte. Se o homem mais não fosse do que uma simples coisa, pereceria com as coisas. Se fosse um animal, pereceria com os animais. Se fosse apenas um *ego*, desapareceria quando dele deixassem de falar. Mas se é um *eu*, a própria morte, por ele ter uma alma imortal, não pode destruir a sua personalidade.

Certos egoístas resistem, como tigres, ao despojamento do seu *ego*. Mas tão depressa eles se convencem da existência dum *eu* real, a mudança deixa de lhes aparecer como perda — antes lhes surge como lucro. « *Quem quer salvar a sua vida deve perdê-la* », disse o Divino Mestre, assim formulando a verdade psicológica de que a perda do *ego* nos faz encontrar o *eu*.

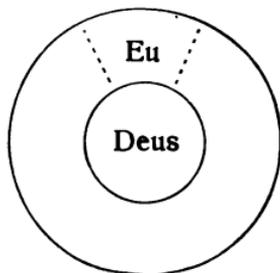
Quis-nos Nosso Senhor ensinar, pelo generoso sacrifício da Sua vida, que todos devemos renunciar à nossa existência egoísta. Do sacrifício da Sua vida procuraram os próprios discípulos dissuadi-Lo. Que lhe teriam dito os Gregos, quando O foram ver, nós o ignoramos, mas decerto O aconselharam vivamente a que se dirigisse a Atenas, cujos cidadãos, culpados da condenação de um único sage, disso se tinham seriamente arrependido. Aí encontraria ele bom acolhimento. Dado que se mantivesse entre os seus, era mais do que provável correr os riscos da morte. Nessa emergência, foi esta a sua resposta: « *É preciso que o grão de trigo caia na terra e morra, para que a seara continue.* » Com essa resposta recordava-nos Ele que a morte é sempre uma condição de ressurreição. O tegumento tem de apodrecer, para que a semente germine. « *A Ele pertence crescer e a mim*

desaparecer», disse João Baptista, ao ver o Salvador.

Ora o mesmo acontece connosco. O que de menos perfeito existe em nós deve dar lugar ao mais perfeito. O *ego* deve diminuir, e o *eu* crescer. Mas, crescendo, o *eu* não o poderá fazer sem entrar em comunhão com outras personalidades, o que implica o amor do próximo. Ainda que o próximo seja odioso em si mesmo, aparece amável aos olhos do *eu*, plenamente desenvolvido, pelo facto de que também ele é filho de Deus. E dessa maneira a personalidade se expande pela obediência à dupla lei do amor de Deus e do amor do próximo. Quem quer que venceu o seu *ego*, verifica que o seu *eu*, o seu *eu* real, é mais vasto do que supunha; é janela aberta para Deus, para o Seu irmão humano, e para todo o magnífico cosmos.

Mas há um Tu Divino mais de considerar como centro da vida do que o *ego* ou o *eu*, e esse Tu Divino é Deus revelado em Sua Natureza Divina. Moribundo o *ego*, nasce o *eu*, e, pela espontânea abdicação do *eu* perante Deus revelado em Jesus Cristo, a vida encontra n'Ele um novo centro. S. Paulo traduz assim essa experiência: «*Eu vivo, mas não sou eu, é Cristo que vive em mim*» (Gal., II, 20). Do mesmo modo que o *ego* se transformou em *eu*, desligando-se do seu egoísmo, assim também o *eu*, agora divinizado, participa da Natureza Divina, por um laço de interesse e de amor. A aproximação e o afastamento são ambos obra do *eu* que, por um lado, esmaga o egoísmo e, por outro, num acto de auto-imolação, se submete às ordens do espírito de Cristo.

O *ego* desapareceu, e a personalidade tornou-se periférica:



Quando da órbita da nossa vida fazemos um movimento em torno de Cristo, os pensamentos que nos ocupam, os desejos que nos inflamam, o motivo de todas as nossas acções centralizam-se em Nosso Divino Senhor. O nosso *eu* mantém-se no seu posto, mas, de acordo com o pedido do *Pater*, é secundário: «*Que a Vossa Vontade seja feita, assim na Terra como no Céu.*» Este abandono do *eu* marca o apogeu da sua actividade. É o *eu* que se realiza a si próprio, mercê do livre dom da sua vontade pessoal. Sim, porque a única coisa que nos é própria, ao ponto de Deus a deixar intacta, é a nossa liberdade. A capacidade de praticar o mal é o sinal temporal e negativo da liberdade, do mesmo modo que o Inferno é o sinal eterno e negativo. E, uma vez que a vontade se mantém sempre livre, é ela o único dom supremo que nós podemos ofertar a Deus. O abandono do centro da nossa vida a Cristo é o caminho da suprema felicidade. A nossa felicidade varia segundo o centro de evolução da nossa vida. Se esse centro é o *ego*, tudo são derrotas. Se for o *eu*, encontraremos a

felicidade natural parcialmente, ainda de modo incompleto. Se for Deus, possuiremos a alegria da união com a Vida, com a Verdade e o Amor infinitos.

Fica ao nosso arbítrio a escolha do centro da nossa vida. Somos, necessariamente, satélites, mas a nós fica, todavia, o direito de escolher o nosso sol. Mantermo-nos independentes de todo e qualquer centro, é-nos impossível. Queiramos ou não, abdicamos sempre da nossa liberdade. Há uns quantos que a imolam à opinião pública. Outros tornam-se escravos das suas paixões. Mais uns quantos existem que a abandonam a ditadores ou ao Estado. Mas também os há que a sacrificam a Deus, — e é essa a única maneira de se encontrar a verdadeira liberdade, porque só assim nós nos unimos Àquele cuja vontade nos garante a felicidade. A opinião pública, a carne, a bebida, nada disso, quando a tais coisas nos abandonamos, é capaz de nos restituir a liberdade. Mas a nossa livre vontade é assunto de capital importância para Deus: «*Se, pois, o Filho vos libertar, sereis verdadeiramente livres*» (João, VIII, 36).

Quando o *ego* é forte, o *eu* é fraco. Quando o *eu* é forte, ainda Deus pode ser fraco em nós, se paralisamos a Sua acção. Mas quando o *eu* renuncia, por amor, a qualquer coisa que lhe foi concedida pelo Amor, Deus logo nele se torna forte: «*Com Aquele que me fortifica, tudo eu posso*» (Filipe, IV, 13). O *eu*, que se poderia extenuar, ao ponto de inteiramente descansar em Deus, suplicando-Lhe que dele dispusesse como de um instrumento, tira, então, por um curioso paradoxo, toda a sua força do poder de Deus.

O centro *ego* nunca chega a amar Deus, porque é o seu próprio deus. O centro *eu* ama a Deus de maneira limitada, n'Ele reconhecendo o Poder que fez o Mundo, a Sabedoria que o concebeu, e o Amor ou a Divina Lei da gravitação que tudo atrai a Si. Mas o centro Cristo torna a vontade do *eu* idêntica à de Deus, e a sua felicidade só a encontra em amar a Deus e, n'Ele, todos os seres, inclusive os seus inimigos.

CAPITULO II

O EGOTISTA — UM FUGITIVO

O fugitivo é aquele que, não se reformando como ela o pede, considera a religião como uma escapadela. « A minha consciência está tranquila » — tal a sua máxima predilecta. Simplesmente essa consciência é uma consciência enganadora, produto da sua invenção. A verdadeira consciência não é invenção nossa. Se assim fosse, poderíamos sempre conseguir dela um testemunho favorável, à maneira dos alienistas para os quais a boa tese é sempre aquela que consola. A consciência não pode provir das leis sociais — de contrário nunca nos censuraria quando a sociedade nos desse o seu beneplácito, e não nos tranquilizaria quando a sociedade nos condenasse. A sã consciência é inquebrantável, quer as suas revelações nos agradem ou não, quer os nossos modos de proceder sejam ou não do gosto daqueles que nos rodeiam. Assim como, para sabermos quais as teclas que devemos ou não tocar no piano, nos é indispensável ter bem à vista uma partitura independente do teclado, assim também a existência da consciência implica a existência transcendente de um Legislador Divino que ordena, de um Executor Divino que dá

conta da nossa sujeição à lei, de um Divino Juiz que profere a sentença. Constantemente, nós nos sentimos em presença de uma testemunha invisível, cuja aprovação nos consola, cuja censura nos faz corar interiormente de vergonha. Essa testemunha é Deus. Etimologicamente, *consciência* significa « *que sabe com* ». Mas com quem, se não Deus? A consciência é, na verdade, a pressão da Divina Verdade e do Divino Bem no nosso foro íntimo.

Mas duas espécies de consciência existem: aquela que Deus nos deu e aquela que nós fabricamos. Guiados pela primeira, não só reconhecemos que Deus estabeleceu em nós o desejo de realizar a viagem da Cidade Celeste, mas que, outrossim, nos marcou o itinerário. Submissos à consciência que nós próprios criamos, chegamos a negar que a vida tenha uma finalidade, repelimos o itinerário, justificamos todos os nossos desvarios. São aqueles, precisamente, cuja consciência é falsa, os que se gabam de viver « em paz ».

Paz! Bela palavra, mas susceptível de um bom e de um mau sentido. A paz verdadeira é um dom de Deus; quanto à falsa paz é produto de nossa invenção. A verdadeira paz revela-se numa intimidade cada vez maior com Deus. A falsa paz provém do esquecimento de Deus e da exaltação do *eu*. A verdadeira paz sobe em valor no sofrimento. Quanto à falsa, desaparece na adversidade. A verdadeira paz ignora a ambição. Pelo que respeita à falsa, é tumultuosa e cúpida. A verdadeira paz, fraca estima tem por si. A falsa, essa vive no temor do desprezo. A verdadeira paz tem firme confiança em

Deus, apesar das suas faltas passadas. A falsa paz foge de pensar em Deus, para não ter de renunciar aos seus vícios actuais.

O mau rico do Evangelho possuía a falsa paz, ao passo que Lázaro possuía a verdadeira. As loucas virgens dormiam por terem a paz, sim, mas uma paz enganadora. O insensato que guardou o seu único talento estava em paz, mas a sua paz era puramente imaginária. O homem que construiu a sua casa sobre a areia estava em paz, mas paz foi ela que durou só enquanto não estalou a tempestade. Na falsa paz, a consciência está morta, a alma é cega e surda, tem os dedos paralíticos. A falsa paz sintoniza-se com a falsa consciência que nós próprios criámos para justificar as nossas acções condenáveis.

Em três fases podemos falsear a consciência: obnubilando-a, entorpecendo-a, matando-a.

Tomemos para exemplo o roubo. (Não discutimos agora se não haveria outro mais apropriado). No despertar da primeira tentação, a voz interior da consciência recorda-nos o sétimo mandamento: «Não roubarás». «Esta caneta não tem grande valor — ressonde o *ego*. — O prejuízo para o dono seria insignificantíssimo: ainda lhe ficaria, pelo menos, uma dúzia delas. Para mim, esta me basta.» Esta fase é a da obnubilação da consciência. Não tardará a do entorpecimento.

«Não deves fazer isso — continua a voz da consciência. — A ti mesmo afirmas que não reincidirás. A verdade, porém, é que o roubo depressa se transformará em hábito, por poucas vezes que se repita.» «Mas eu sou assim mesmo — replica o *ego*. — Que posso eu

contra mim? Além de que me ensinaram que não somos livres, pesando sobre nós a fatalidade de sermos como somos. Se vou para o roubo, é isso, provavelmente, tendência hereditária recebida de meu avô. Talvez, outrossim, eu seja vítima de um complexo de inferioridade, devido à repressão do meu *ego* por pais reaccionários, ignorantes do que fosse uma educação progressiva. E'-me, pois, perfeitamente lícito libertar-me desse complexo, alargando o meu *ego*, « chamando » a mim alguma coisa. »

Este primeiro roubo assim justificado é seguido de um outro. E assim chegamos à última fase: o assassinio da consciência. A voz da consciência deixou de falar claro. « E, no entanto, roubar é condenável », diz a consciência timidamente. O *ego* replica: « A quem incumbe dizer se é ou não condenável, a não ser a mim próprio? A consciência não passa de restos de uma fobia infantil. Por que hei-de tolerar que me venham dizer que isto é ou não é condenável? Como poderia eu saber que existe Deus? A consciência é simples resíduo de tabu e de tótem sociais. Segundo me informam, em certas tribos primitivas, o roubo não é condenável. Mas, enfim, como quer que seja, importa viver a vida. Roubar só é condenável para aquele que se deixa apanhar. »

No final de todas estas argúcias, « *a consciência é marcada pelo ferro da infâmia* » (I Tim., N. 2), e assim nasce a falsa consciência.

Uma primeira fraqueza só por excepção deixa prever a obstinação no mal. E, afinal, os pequenos delitos da mocidade vêm a tornar-se nas grandes faltas da maturidade. Que crime há aí que não se des-

culpe, se da consciência fizermos juiz? Se cada um de nós fizer de juiz, quem será condenado? Se identificarmos o direito do *ego* com a sua cupidez, que injustiças não seremos nós levados a admitir? Se alguns se dizem em paz com a sua consciência, isso se deve, apenas, à circunstância de a identificarem com os interesses ou as libidos do seu *ego*. Nesses indivíduos, os desejos deixaram de seguir as prescrições da consciência para ser esta a seguir os desejos.

Mas tais indivíduos viverão realmente de consciência tranquila? Nem por sombras! Se assim fosse, não se gabariam tanto do facto. As pessoas vigorosas não têm o costume de ir repetindo a si próprias, batendo no peito: «Ora vejam como isto marcha desempenado!» Os doentes é que costumam falar da sua saúde. A recta consciência nunca se gaba da sua rectidão, pela razão de que é em Deus, e não em si própria, que vê o juiz. «*De nada me sinto culpado*, escrevia S. Paulo, *mas nem por isso me dou por justificado*» (I Cor., IV, 4). Aliás, são as pessoas de consciência perturbada aquelas que, mais do que ninguém, procuram esquecer-se. Tivessem elas a consciência limpa, e não viveriam nessa preocupação. Pois como explicar que nos atordoemos pelo álcool, pelos estupefacientes, pelos excitantes, e que nos submetamos às famosas curas psicanalíticas, senão para negarmos a nossa culpabilidade?

O pecadores não podem encontrar a verdadeira paz no propositado relaxamento da sua consciência. Incapazes de fazer o mal sem apreenderem a hora incerta em que terão de dar conta do que fizeram, a vida deles é um perpétuo tormento. Consiga embora

tudo o que pretendia, a falsa consciência fica depois angustiada perante o seu espólio :

Al de mim! que espécie de oração
Poderá servir-me? «Perdoal o meu crime Imundo!»,
Coisa impossível, porque me sinto permanentemente na posse
Dos apetecidos resultados do meu homicídio,
Minha coroa, minha ambição e minha rainha.
Podemos, acaso, conseguir o perdão e guardar os frutos do crime?
Nas correntes corruptas deste mundo,
A mão dourada do crime pode repelir a justiça,
E com frequência vemos o próprio prémio do mal
Comprar a lei; lá nas alturas, porém, não é assim.
Lá, não há subterfúgio; lá, as acções mantêm
A sua própria natureza, e nós somos obrigados,
Amarrados às nossas faltas,
A depor com exactidão.

(*Hamlet*, acto III, cena 3).

O suicídio é, por vezes, o último recurso daqueles que se gabam de ter a consciência tranquila. A desordem de uma natureza de pernas para o ar, em que a alma é subjugada pelo corpo, deixa de lhes ser suportável. É facto psicológico conhecido que uma impressão de mal-estar leva, invariavelmente, o homem a arrepende-se depois de ter praticado o mal. Os fiéis batem três vezes no peito, recitando o *Confiteor*: «Minha falta, minha falta, minha grande falta.» Isso, como se em nós existisse alguma coisa de mau, que nós quiséssemos dominar e esmagar. Os carrascos do Calvário desceram a colina batendo no peito, como que a expulsar o seu crime. Quando um profundo desespero se apossa de uma alma peca-

dora em situação aflitiva, quer porque nega a Deus, quer porque renuncia recorrer à Sua Misericórdia, a necessidade de auto-castigo pode ir até ao suicídio. Tal o caso de Judas. Ainda o Juiz não tinha comparecido e já a sentença estava dada. Esse delicado e magnífico composto de corpo e alma estava de tal maneira desordenado que a consciência o condenava à separação.

Nunca, em pessoa nenhuma, se apaga de todo o sentimento da culpabilidade. Ainda que deliberadamente estrangulada e desconhecida, nem por isso a consciência deixa de subsistir. Entre os múltiplos subterfúgios, menos radicais que o suicídio, para os quais o *ego* em vão apela, com o propósito de lhes evitar as advertências, podemos mencionar a hiperactividade, a violência e um falso sentido da justiça social.

Procuram alguns escapar às censuras da consciência, através de uma excessiva actividade, levada, por vezes, até à febre e ao sobernal nervoso. As pessoas felizes trabalham, às vezes duramente, muito duramente, no cumprimento dos seus deveres. Mas outras há que recorrem ao trabalho como quem recorre a uma droga, para aí encontrarem o esquecimento de seus pensamentos, da sua miséria interior. Quando realizado por prazer, ou para ocorrer a necessidades económicas, o trabalho é normal. Mas, quando transformado em voluntário sacrifício, para expulsar a lembrança da culpabilidade interior, deixa de ser trabalho, para ser mania. O trabalho normal faz que o homem saia de si próprio, exterioriza o seu *ego*, liga-o à realidade, constitui para ele um meio de

expição. Mas, quanto à actividade anormal, essa é uma tímida obliquidade do *ego* para chegar à sua perda.

Cada idade da vida encontra o seu expediente para se escapar à voz interior de Deus e mergulhar nas excitações do mundo externo. A adolescência deixa-se atrair pela agitação desenfreada das paixões, a idade madura pelo tumulto dos negócios, pelo frenesi do lucro, do poder, do prestígio, da publicidade — outras tantas maneiras de encher os seus celeiros. Os ateus, que do sexo, do Eros, fazem a finalidade da sua juventude, sublinham, em muitos casos, mais tarde, esse impulso, numa louca corrida ao êxito económico. É mais do que possível que, para muitos, essa nova finalidade mais não represente do que um sucedâneo da luxúria: duas maneiras de fugir ao fardo da escolha e da responsabilidade. A impaciência que se articula a essa superactividade, nem sempre corresponde, nos ambiciosos, ao desejo de conquistarem um nome ou mais dinheiro (os êxitos conseguidos são incapazes de lhes deter a cobiça), antes denuncia o desejo de se desferrarem, na balbúrdia, como que para compensarem a falta de paz interior. Aquilatam de si próprios pelas suas disponibilidades e pelos artigelhos de jornais, mais do que por aquilo que eles na verdade são.

A violência e a agressividade da nossa época não serão devidas, em parte, ao comportamento da maioria daqueles que se dizem «consciências tranquilas», consciências permanentemente preocupadas em imporem a outrem as suas vontades egoístas, para atenuarem as suas insuficiências de ordem interior? A culpabilidade interior faz-se acompanhar, habitual-

mente, de um profundo sentimento de inferioridade em face do bem, e toda ela se esforça para criar o mesmo sentimento no seu semelhante. A luta de classes, o espírito de contenda, a maledicência, o ódio e a perseguição, são tudo sintomas de consciências que, interiormente, não se sentem bem.

O terceiro subterfúgio para fugir à voz de Deus traduz-se num falso interesse pela justiça social.

A respeito dos menos privilegiados, dos pobres, dos sem-lar, existe uma verdadeira e uma falsa simpatia. É verdadeira, quando o indivíduo é justo; falsa, quando injusto. A paixão da justiça social não é incompatível com a injustiça dum indivíduo e sua má consciência. David roubou a Urias sua mulher e pô-lo depois a ele no mais aceso do combate, para que o matassem. A batalha implica sempre risco, dizia ele, para se justificar. Mas quando o profeta Nataniel lhe contou a história dum rico que roubara a um pobre a sua ovelhinha destinada a um banquete, David, possuído por vivo sentimento de justiça social, tomou a defesa do oprimido e exclamou, indignado: «Este homem merece a morte!» E Nataniel, conhecendo o crime do rei contra as leis da justiça individual, diz-lhe: «És tu esse homem!» O remorso foi para David o momento do seu simultâneo regresso à justiça individual e à justiça social. Compôs, então, os sete *Salmos da Penitência*, exclamando, na angústia de uma alma que começava a encontrar a paz: «*Tende piedade de mim, Senhor! Tende piedade!*»

Uma alma perturbada, cheia de remorsos, na qual a voz de Deus ainda tem ressonância, ou que ainda não se deixou seduzir pelos charlatães que pre-

tendem negar a existência do pecado, conserva sempre, como David, um sinal de vida. Há sempre esperança para o culpado, por mais perverso que seja, desde que nele não tenha morrido, inteiramente, o horror ao mal. O que de pior existe no Mundo não é o pecado, mas a negação do pecado por uma falsa consciência, atitude que torna impossível o perdão. O pecado imperdoável é a negação do pecado. Mas enquanto não se chegar a esse triste limite, apesar do efêmero das acalmias entre as recaídas, enquanto subsistir um real remorso, sempre a voz de Deus se manterá perceptível, e nunca o caso será desesperado. Talvez que a alma já esteja morta para o Amor Divino. Talvez. Mas, nas suas horas de agitação, não o está para o temor Divino, e isso a poderá reconduzir à vida consciente.

Morta a consciência dum homem, os seus vícios continuam a viver. Nem é bom pensar que aqueles que negam a Deus e à lei moral estejam ao abrigo dos golpes da Divina Justiça. Podemos negar o pecado; o certo é que não conseguiremos nunca escapar aos *efeitos* do pecado. Qualquer indivíduo se pode dar ao luxo de negar a lei da gravidade, mas se se deitar abaixo da torre Eiffel, fazendo de conta que a lei não existe, será vítima das trágicas e lamentáveis consequências da sua loucura. Outro tanto acontece quanto à consciência e à lei moral. Certo homem casado e pai de família, negava a moral, ria a bom rir, sempre que lhe falavam de Deus. Corromper e perverter era o seu maior prazer. Todavia — esta é que é a verdade — nem por isso deixava de sentir a sanção dessa negação. Fantasiava terríveis suspeitas

sobre sua mulher, cuja fidelidade e paciência jamais foram desmentidas. Esse ciúme era, manifestamente, a projecção de um sentimento de justiça violada. Os princípios de justiça, dos quais ele, pessoalmente, zombava, era o primeiro a exigí-los de sua mulher. O horror desse ateu pela infidelidade deixava entrever nele o reconhecimento inconsciente da lei moral, mas, em vez de lhe respeitar os princípios, velava a sua culpabilidade, acusando a mãe de seus filhos de não se conformar com eles.

Para maior clareza, aí vai uma pequena comparação, muito simples. Se vos apoiardes sobre uma bisnaga de pasta dentífrica, sem previamente lhe terdes tirado a cápsula, é certo e sabido que a bisnaga rebentará no ponto mais fraco. Quando o espírito humano não respeita a integridade da lei moral, fica igualmente sob pressão. A culpabilidade recalcada rebenta, criando uma psicose ou uma nevrose, no seu ponto mais frágil.

O desprezo da lei moral manifesta-se, por vezes, pelo pessimismo, que nos transforma em inestancáveis profetas de desastres e de catástrofes, absolutamente certos da falta de êxito de todos os nossos empreendimentos. Deve-se essa acabrunhante impressão à consciência de tortura pessoal, de que o Inferno não passa de expressão eterna. O pessimista dói-se da felicidade doutrem, e esforça-se por arruiná-lo pelo ridículo, pela calúnia e pela inveja. As pessoas dessa espécie trazem já consigo a sua própria condenação — e no centro de si mesmas a trazem. O ódio a Deus está-lhes na periferia, e o seu inferno interior repercute-se sobre a vida dos outros. Das pessoas se diz,

muitas vezes, que consigo trazem o Inferno, já mesmo na Terra. Verdade. Já na Terra. Inferno e Céu começam, com efeito, um e outro, já na Terra, para cada um de nós.

Uma outra porta de evasão, para o complexo de culpabilidade não liquidado, é o cinismo. O pessimista difere do cínico, no sentido de que continua a lutar, com perda, contra a vida, na sua própria alma, ao passo que o cínico procura travar batalha na alma doutrem. O cínico projecta a sua própria derrota interior nos outros. Esse desgraçado esforça-se por torná-los infelizes, pondo-lhes a ridículo o fundamento da paz interior que os consola. A sua alegria, como cínico, está em «aviltá-los», porque ele próprio é já um «aviltado». Tenta libertar-se da sua culpabilidade, projectando-a sobre o seu próximo.

É Shakespeare quem nos mostra, sucessivamente, dois possíveis efeitos da culpabilidade — como psicose e como nevrose — em Macbeth e Lady Macbeth. Macbeth sente a imaginação perturbada pelo terror, depois de ter assassinado o rei da Escócia, para lhe roubar a coroa. Antes de praticar o crime, já alucinações lhe deixavam entrever um punhal gotejante de sangue:

É um punhal que eu vejo na minha frente,
De cabo voltaço para a minha mão? Pois empunhem-lo!
Não te possuo, e no entanto não me saís da imaginação.
Não és tu, fatal visão, sensível
Ao tacto como o és à vista? Ou não passas
De um punhal imaginário, falsa criação,
Saída de um cérebro em ebulção?

Perpetrado o crime, as alucinações de Macbeth continuam. Estranhas vozes ressoam através do palácio. O fantasma de Banquo, sua vítima, aparece-lhe! A contínua obsessão da culpabilidade inacalmada acaba por criar nele um estado de espírito, mercê do qual nada lhe parece real. Em linguagem bíblica, sofre de «dureza de coração». Quando a Macbeth anunciam a morte de sua esposa, dá mostras de um cepticismo e agnosticismo absolutos. Para ele, como para tantos dos nossos pessimistas modernos, a vida não passa de vacilação de um «pequeno archote».

E assim nos mostra Shakespeare como o ateísmo pode ser o remate de um acto culpável.

Tendo conhecimento do suicídio de sua mulher, Macbeth só encontra palavras para apregoar a sua fé pessimista, verdadeiro presságio do «aniquilamento» sartriano [*do nome de Sartre*]:

Ela deveria morrer mais tarde;
Dever-se-la esperar por hora mais oportuna para anunciar esta notícia.
Amanhã, depois de amanhã, e depois...
Vagarosamente nos arrastamos de dia para dia,
Até à última sílaba do tempo marcado
E todos os nossos «ontens» são loucos que nos alumiam
O caminho para as trevas da morte. Apaga-te, ó débil luz!
A vida é apenas uma sombra errante, um pobre comediante
Que se pavoneia e gasta o seu tempo no palco,
E a quem já ninguém escuta; é uma história
Contada por um idiota, cheia de estrépito e fúria,
Sem qualquer espécie de sentido.

O caso de Macbeth apresenta um exemplo de psicose. O de Lady Macbeth um exemplo clássico

de nevrose imperativa. É estado particular do peccador contrito (depois de ter recalçado a sua culpabilidade), o recorrer a certos ritos factícios, para reparar a violação da ordem moral. Normalmente, Lady Macbeth mais não tinha a fazer do que confessar a sua falta e expiá-la quanto lhe fosse possível, neste Mundo. Na ordem espiritual, o verdadeiro meio de aliviar a consciência teria sido a confissão, a absolvição e a penitência. O facto, porém, é que ela tenta tranquilizar-se, negando, deliberadamente, a existência de um Juiz que nos pedirá contas. O que, todavia, não a impede de, equivalentemente, manifestar a sua necessidade de purificação. À purificação normal e apropriada da confissão e da absolvição, substituiu ela um gesto material — o de lavar constantemente as mãos. Era a sua alma — a sua alma e não o seu corpo — que pedia essa ablução. Erro sensivelmente igual ao de Pilatos, quando este mandou vir água, depois de ter condenado o Salvador a morrer na Cruz.

«Desaparece, mancha maldita! — repetia, inconsolavelmente, Lady Macbeth, acreditando ver sangue em suas mãos. — Desaparece, mancha maldita!... O Inferno é negro... Sempre o cheiro do sangue! Nem todos os perfumes da Arábia bastariam para limpar esta pequena mão. Oh! oh! oh!...»

O médico, testemunha desta manifestação anormal de culpabilidade, era excelente psiquiatra: a origem exacta, moral e não orgânica, dessa nevrose, não lhe escapava. Mantinha, no entanto, a piedosa esperança de que Deus perdoasse a Lady Macbeth, antes de esta morrer: «Esta doença ultrapassa o meu saber»

conheci, todavia, sonâmbulos que morreram tranquilamente em seu leito. »

Terríveis cochichos circulam. Actos antinaturais
Originam perturbações antinaturais; os espíritos maus
Conflam os seus segredos a surdos travessellos;
Mais precisa ela do padre que do médico.
Deus, Deus nos perdoe a todos nós!

Quantas Lady Macbeth de agora não vivem atormentadas por crimes de assassinio! Em parte nenhuma se nota preocupação mais temerosa e absorvente de evasão do que naqueles que preferem a loucura à clara visão do que realmente são. Para si próprios fabricam eles mil cruces mais cruciantes do que o Crucifixo. Exactamente no instante em que eles accusam de cobardia as pessoas devotas, eles, os autênticos poltrões, reconhecem, no fundo da sua alma, que são incapazes de renunciar ao mal.

Aquilo a que chamamos tédio, angústia, não será, no fundo, e sempre, apenas remorso? Remorso que talvez possa vir a ser o ponto de partida de regresso à verdadeira paz. Um osso fracturado causa-nos dor, por não estar no seu lugar. Por analogia, a tortura da consciência provém de ela estar fora do seu lugar — no lugar em que *ela* realmente devia estar, em boas relações com Deus. Esse inferno interior, em vez de o evitarmos, antes nos devíamos aproximar dele. Para nos afastarmos dele, importa que, em primeiro lugar, aí penetremos. O remorso é a presença negativa de Deus na alma, do mesmo modo que a graça é, na própria alma, a presença posi-

tiva de Deus. O remorso é incompleto, por corresponder ao nosso desgosto de vivermos afastados de Deus, mas pode transformar-se em dor e em esperança, desde que a alma se volte para Deus, implorando o Seu socorro. Deus diz à alma perturbada: «*A paz não se encontra ao longo do caminho que vais trilhando; se assim fosse, dele te não teríamos afastado.*» Fora das relações com Deus, o vazio e a solidão da consciência culpada geram o desespero; mas relacionada com Deus, a miséria do remorso pode transformar-se no arrependimento do pecado. Quando a alma se volta para o seu Salvador e Redentor, o seu fardo de culpabilidade imediatamente desaparece, à maneira do doente que esquece seus males na alegria de contemplar o médico que poderá curá-lo.

Ao considerarmos as nossas virtudes, corremos o risco de nos enganarmos, confundindo frugalidade com temperança, avareza com desinteresse. Se o recalcar das culpas leva a uma doença interior, o livrarmo-nos dessas culpas, pela confissão, traz a alegria interna. «*A angústia de Nosso Senhor — escreve um antigo autor alemão, — só vos poderá libertar, se o vosso coração se transformar no seu próprio Gethsemani.*»

«Toda a gente assim procede... O relatório de Kinsey prova que isso é impossível... Precisamos de uma nova moral que corresponda ao nosso temperamento...» Aqueles que vivem em falsa paz, baseada em falsas máximas desse género, sabem que existem acções que os fariam corar, se elas fossem conhecidas. Se tudo que é aprovado pela falsa paz estivesse

bem, por que o esconderíamos? Sem mal definido, não deveria existir razão para vergonhas.

As falsas consciências podem, por vezes, deixar de se enganar, lembrando-se de que, um dia, seremos julgados por Deus. O Juízo de Deus não se baseará no veredicto da consciência formada por nós, mas sobre aquela que Ele nos deu, a da nossa juventude antes de pervertida pelo pecado, tal como era antes de torcida por uma falsa educação; aquela que considerava como maus os pecados que nós agora justificamos, antes de ter sido poluída pela licença e enevoada pelo egoísmo, antes de se ter tornado «largamente tolerante», e de atribuir igual valor ao bem e ao mal. Do nosso inconsciente há-de ela tirar, para submeter ao julgamento, toda a assustadora e leprosa massa dos nossos vícios.

Assim como o comerciante, ao fim do dia, em livro próprio, faz o apanhado dos prejuízos e lucros que teve, assim também, no fim da nossa vida, serão apresentadas, para conta definitiva, as faltas da nossa consciência. Deus não nos julgará como nós nos julgamos a nós próprios. A nossa consciência assim se exprimirá: «Eu sou a consciência que Deus te deu! Mira-te nela, como num espelho. O que a gravitação é para as estrelas, o que o instinto é para o animal, eis o que eu sou para ti, lei firme para guiar o teu curso. Muitas vezes te adverti, te gritei, te cochichei, te murmurei, te interrompi o sono da noite, te fiz temer a entrada no dia seguinte. Em teus prazeres te perturbei; não te deixei tranquilo em teus pecados; enchi-te de uma impressão de náusea e de saciedade, toda a tranquilidade interior te roubei.

Para me escapares, tentaste encontrar a paz num segundo ou terceiro casamento, procuraste-a bebendo mais do que o permitido. Fizeste que o teu médico psiquiatra te analisasse — mas não que te sintetizasse. E ele decompôs-te, não te reconstituiu. A tua consciência, segundo tu presumias, estava em paz, mas na falsa paz de que falava o Salvador, a mortal paz do pandemónio com todo o seu mecanismo de defesa. Pretendias acalmar a tua inquietação, quando deverias aumentá-la. Deverias desconfiar de ti, quando o certo é que te supunhas a coberto de qualquer censura. Mas, eu, a tua consciência, nunca me deixei vencer. Bem procuravas tu fugir-me, mas nem por isso eu deixava de te perseguir. Bem procuravas evitar-me, mas nunca deixei de te seguir, como a sombra ao Sol. Pelo remorso, pelas minhas censuras, pelo teu mal-estar — um mal-estar vergonhoso, inquieto, exasperado, carregado de azedume, vítima de tentações e de angústias, — jamais te dei um momento de repouso.»

Essa consciência não precisa de esperar pela hora do juízo, para despertar. Pode, desde já, recuperar-se, vencer a inquietação, e começar a viver. Mas para entrar no caminho da Verdade precisa de deixar de temer a Deus.

CAPÍTULO III

OS SUBTERFÚGIOS DO «EGO»

POR que é que nós tememos a Deus? Se Deus é Amor, não deveríamos nós ir para Ele espontaneamente? Se Ele é a Vida, não deveríamos nós identificar-nos com Ele, formando unidade? Se Ele é a verdade, não deveríamos nós segui-Lo?

Teòricamente, sim. Pràticamente, o problema tem que se lhe diga.

No dizer de alguns, Deus não é um Deus de Amor, mas, antes, um Deus colérico. Outros há que receiam dar-Lhe o dedo, no temor de que Ele lhes corte a mão. Bem e Verdade podem afectar os nossos sentimentos com uma censura, podem fazer-nos temer a Deus. Todos os egoístas são, no fundo, indivíduos medrosos: temem o Bem e a Verdade.

O medo do Bem. — Toda a gente tem sentido este medo, na ordem física. Não é o Bem que nos assusta, é o sofrimento que constitui a sua expiação. Trememos, só de pensarmos que nos vão tirar um dente, de que vamos ser submetidos a uma operação, pela razão de que os bons resultados apetecidos obrigam, inevitavelmente, a alguns instantes de sofrimento.

mento. As vantagens do alívio previsto não nos impedem de apreendermos um momentâneo acréscimo de dor. «*Não faltam aí uns quantos — diz Sócrates — que se enchem de medo, ao pensarem que vão ser bisturizados e cauterizados, para efeitos da sua própria cura.*»

Ora o mesmo acontece em relação aos bens espirituais: tememo-los, por virtude da penosa extirpação do mal, sem a qual não há melhoras. Pode o mal estar tão profundamente incrustado nas fibras dos nossos músculos, nas células do nosso sangue, nas circunvoluções do nosso cérebro, que, só de pensarmos no alívio desse mal, nos sobressaltamos. Assim como há quem se acomode a viver na imundície, assim também há quem se acomode a viver no pecado. Hesitamos em nos confessarmos, como alguns hesitam em limpar a própria casa.

Este medo do Bem nós o encontramos em diversos níveis da vida espiritual. Logo que se trate de impor uma renúncia, logo que consideremos qualquer coisa fundamentalmente inconfessável como é o orgulho, a luxúria, a avareza, ou até o mais leve egoísmo, a alma hesita perante o sacrifício moral que lhe é exigido pela religião. Temos medo de Deus, por Deus ser o Bem, e este não tolerar em nós qualquer imperfeição. Se Deus nos concedesse certa latitude para cortarmos a cabeça ao nosso semelhante, se fosse passa-culpas em, por tudo e por nada, consentir nos nossos divórcios, permitindo-nos casar duas ou três vezes, ninguém O temeria. Mas a alma recua perante um Deus que não pode ser enganado. A alma teme-O, não por Ele *não ser* bom, mas por ser *extraordinária-*

mente bom. A alma atemoriza-se, não por não ser amada, mas por ser amada pela Perfeição. O medo de perder um bem menor impede-a de amar um Deus Perfeito. Assim como o amante deseja ver a sua bem-amada perfeita em suas maneiras, em suas palavras, na sua compostura, assim também o Divino Amante deseja ver as nossas almas perfeitas como o Pai do Céu é perfeito — e é esse desejo que nos assusta.

Deus ama-nos demais, para nos deixar em paz com os nossos pecados. Para tirar o melhor partido possível do seu instrumento, o violinista submete-lhe as cordas a rigorosa disciplina, até conseguir delas um som perfeito. Se essas cordas possuíssem consciência, é provável que o violino recalcitrasse contra o tratamento que lhe é infligido, para dele se obter a desejada perfeição. Nós somos como o violino.

Se Nosso Senhor tivesse sido indulgente para com os nossos pecados, e levemente os considerasse, jamais Ele teria sido condenado ao suplício da Cruz. Em cinco circunstâncias, pelo menos, ter-lhe-ia sido fácil deixar-nos como nós éramos. Poderia ter lisonjeado os Fariseus e cortejado os Herodianos. Podia ter negado a sua autoridade divina diante de Pilatos, e podia, outrossim, ter falado ao voluptuoso Herodes. Podia, finalmente, ter descido da Cruz, em vez de pagar com a Sua morte a expiação do pecado. Não nos espanta que, em presença dessa obstinada e resoluta Bondade, a multidão do Calvário O convidasse a transigir: «*Desce, e nós acreditaremos!*» Queria essa população uma Cruz sem Crucificado, um Senhor em vez de um Salvador; uma

Cátedra e não um Confessionário; uma Comunhão, mas não Sacrifício.

O egotista encontra sempre desculpas para se afastar de Deus. «*Senhor* — dizia Santo Agostinho, — *estou decidido a praticar a castidade, mas um pouco mais tarde.*» Como Nosso Senhor explicasse, um dia, a Santa Teresa, que a Sua Bondade corrige e purifica as almas, respondeu-lhe ela: «*Aí está por que não tendes amigos.*» Um fidalgo interrogou, certo dia, a Nosso Senhor, nestes termos: «*Senhor, vós que sois tão bom, dizei-me que devo fazer para obter a vida eterna?*» Esperava o nosso fidalgo uma resposta benévola, um programa de vida pouco exigente, um programa como o que lhe poderia ser proposto por qualquer homem vulgar. Mas Nosso Senhor lhe respondeu: «*Por que me chamas tu bom? Só Deus é bom.*» O que significava: «A minha Bondade é a Divina Bondade. É nesta fonte que deveis ir beber a vossa.» Quando Nosso Senhor lhe pediu, em seguida, que renunciasse a seus bens, que aconteceu? Diz o Evangelho que «*ao ouvir essas palavras, se foi embora muito triste, por ser muito rico*» (Lucas, XVIII, 23).

A Bondade exige que nós sejamos perfeitos, e só isso poderá satisfazer a Deus. A enorme mudança implicada nessa exigência é sempre um pensamento amedrontador. Tememos mais o sofrimento do que apeteçemos a cura daí resultante.

O medo da Verdade. — Temos medo de Deus, por Ele ser a Divina Verdade. É esse temor que nos condena a passar a nossa vida na mediocridade,

na indiferença e na incredulidade. S. Paulo alude ao caso, na epístola aos Gálatas: «*Tornar-me-ei vosso inimigo por vos dizer a verdade?*» (IV, 16).

Há sua diferença entre evitar a Deus, porque Ele é o Bem, e evitá-Lo por ser a Verdade. Tememos o Bem, mas sem o podermos odiar inteiramente, porque, mesmo quando repelimos o bem perfeito, amamos ainda um bem imperfeito. O temor provém de termos o pressentimento de que a suprema Bondade de Deus nos afastará de certas inferioridades que nos são queridas. Quanto à Verdade, menos a tememos do que detestamos, por ser hostil e prejudicial ao *ego*. Incapaz de suportar aquilo a que chamamos «a terrível verdade» a seu respeito, o homem passa a odiar a própria Verdade, a verdadeira explicação do Universo. Bem pode ele disfarçá-lo, sob a máscara sorridente do agnosticismo, ou no desespero que vem sempre na sequência da arrogância, ou no cinismo violento e no ódio absoluto da vida. No fundo, é sempre a preocupação das exigências da Verdade que o leva a evitá-la.

Por três razões nós podemos odiar a Verdade. Em primeiro lugar, por virtude do nosso orgulho intelectual, que se recusa a admitir atitude diferente daquela que tomou, embora falsa. É o orgulho daqueles que, promovidos a centro do Mundo, se indignam por serem contraditados ou por lhes serem demonstrados os seus erros. Vivem demasiado agarrados às suas opiniões para poderem admitir outras, e negam-se mesmo a tomar conhecimento da Verdade religiosa, no temor de descobrirem a inadmissibilidade das suas ideias. Essa atitude conduz, cedo ou tarde, ao

preconceito e ao fanatismo que, pelo ódio, fecha o espírito à Verdade.

Podemos ainda odiar a Verdade, porque, aceitando-a, isso nos obrigaria a abandonar os trilhos do mal. «*Não desejamos conhecer os Teus Caminhos*» (Job, XVI, 14). Não faltam aí pessoas que se dizem satisfeitas identificando a sua felicidade com os prazeres carnis e os desejos egoístas. Essas pessoas vêem, naquele que detém a Verdade, uma ameaça para a pretensa felicidade delas. E é por isso que o odeiam. Repugna ao alcoólico o demonstrarem-lhe as funestas consequências do seu vício, no que respeita à saúde e à necessidade de se emendar. Do mesmo modo se odeia a Verdade que existe em Cristo e na Sua Igreja, pela razão de que essa Verdade obriga a um modo de vida contrário aos nossos actuais hábitos de negligência e de pecado.

Podemos, finalmente, odiar a Verdade, por ela implicar o conhecimento dos nossos vícios por um outro Espírito incapaz de se deixar enganar — o que acontece ao Mundo — pelos nossos simulacros de piedade. E aí está por que tantas pessoas antipatizam com o dogma do Juízo Final, ou se recusam a crer no Inferno. De tal maneira lhes repugna o saberem-se conhecidos por Deus, tais quais são em verdade, que terminam por fabricar uma crença extravagante, ao sabor da sua insensata existência. Negar a existência do Inferno é atitude que os bons não tomam. É, todavia, precioso expediente a que recorrem as consciências perturbadas, para se acalmarem a si próprias.

Como quer que seja, o egotista odeia sempre a Verdade, porque julga ser lei sua o escapar-se à responsabilidade, ou porque é desejo seu não ser conhecido, tal qual é, por ninguém, E dessa maneira atrai a si grande e terrível castigo. Quanto mais nos afastamos da Verdade, mais esta de nós se afasta; quanto mais tememos a Divina Bondade, menos atraente Ela nos parece.

Ninguém se atreve a, explicitamente, confessar que teme a Bondade e odeia a Verdade — coisas admiráveis para toda a gente. Mas o espírito argumenta à sua maneira, para justificar a sua recusa da Verdade. Irreligiosos e anti-religiosos, são todos uns desertores. Carecidos da coragem de procurar a Verdade e de seguir a Virtude, iludem a sua cobardia com a indiferença ou com a troça, com o ridículo ou a perseguição.

O modo mais corrente de disfarçar o ódio à Verdade e o medo do Bem é a indiferença, qualificada de agnosticismo pelos pseudo-intelectuais, por aqueles cuja inteligência não se sintoniza com a sua educação. Os agnósticos esperam, por uma calculada indiferença a respeito do critério que separa o bem de o mal, libertar-se de toda e qualquer responsabilidade. Mas essa estudada negação da distinção entre o bem e o mal mais não é, afinal, do que indiferença ou neutralidade. Bem feitas as contas, é aceitação do erro. «Que é a Verdade?» — perguntou, desdenhosamente, Pilatos. E feita a pergunta, crucificou essa mesma Verdade.

Zombar da religião, ridicularizá-la, é outro meio de projectar, no Bem e na Verdade existentes fora do

nosso coração, o medo do Bem e o ódio da Verdade que se aninham nesse mesmo coração. Rir, escarnecer, na fábrica ou na repartição, das pessoas devotas e dos virtuosos, é fenómeno frequente. Com essa atitude de motejar da virtude dos outros, temos apenas em vista justificar a nossa falta de virtude. Já arrancou da própria alma a virtude aquele que se atreve a fazer pouco da Divina Perfeição e da Divina Verdade. A descendência de Herodes ainda não se extinguiu. Em presença de uma Verdade que as acusa, essas pessoas serenam a sua consciência cobrindo a Cristo com a túnica dos insensatos. A visão do bem não a suporta o mal, por aquele condenar este, por constituir viva censura ao vício impenitente. E daí a razão por que o bem é sempre desprezado e denegrido. Procurai qual a religião perseguida pelo espírito do século, e verificareis que é aquela que é Divina. Se Nosso Senhor não tivesse sido o Bem Perfeito, não teria sido crucificado.

A terceira maneira de evitarmos a Verdade é o ateísmo, o odioso ateísmo que, se lhe fosse possível, aniquilaria, de uma só vez, a Verdade e a Bondade. Nos séculos passados a negação da Verdade incidia habitualmente sobre um — e só um — dos seus aspectos. Agora não faz distinção: ataca em bloco. Realizou-se a profecia do Senhor: *«A hora se aproxima em que todo aquele que vos fizer morrer julgará estar prestando culto a Deus»* (João, XVI, 2). Viver no mal, sem o temer, pode ser o caminho capaz de levar ao Bem; mas viver nesse mesmo mal com medo ao Bem e ódio à Verdade é coisa diabólica. Santo Agostinho resistiu à Verdade, nos seus tempos de rapaz.

Se alguém não podia desconhecer a razão por que os homens a odeiam, era ele, porque a ela se furtou durante muito tempo. Aí vai a sua opinião:

«Eles amam a luz e detestam as censuras. Amam a luz quando ela se revela, mas logo a odeiam, se ela os revela. E é esta a sanção que ela lhes aplica: eles não querem ser descobertos por ela, mas ela os descobre, apesar de tudo, mantendo-se velada para eles. Assim é, na verdade, o coração do homem! Cego e preguiçoso, indigno e desonesto, o seu desejo é manter-se oculto, mas, sem, aliás, admitir que alguma coisa se lhe oculte.»

Não há literatura nenhuma que nos apresente testemunho mais nítido, relativo à maneira por que os homens temem o Bem e odeiam a Verdade, do que a história de João Baptista. Dele fez Nosso Senhor o seguinte elogio: *«Entre os filhos da mulher, não houve nenhum mais notável que João»* (Lucas, VII, 28). Um dia, foi esse excelente homem convidado a pregar na corte de Herodes, perante um auditório de ricos, divorciados e casados em segundas ou terceiras núpcias. O auditório era constituído, na sua maioria, por indivíduos dessa força. O sermão pregado por João não foi longo. *«Vós não tendes o direito — fulminava ele, de dedo estendido para o monarca, — não tendes o direito de viver com a mulher de vosso irmão!»* Mal o atrevido acaba de proferir essa inconveniência, ei-lo metido a ferros. Alguns meses mais tarde, Herodes, perturbado pelo vinho e pelos movimentos lascivos duma dançarina, a sua linda enteada Salomé, prometeu dar a esta tudo que ela lhe

pedisse. Estimulada por sua mãe, foi esta a resposta de Salomé: «*Dai-me a cabeça de João Baptista.*» O mal mata sempre o bem — que para ele constitui uma censura. A virtude é uma perigosa carreira.

Há, pois, uns quantos que têm medo de Deus, por Ele ser a Verdade e o Bem. E, presentemente, por que é que alguns O acusam de ser um Deus colérico? A razão disso é simples: está no procedimento deles.

Em Deus não há cólera. Aquilo que nos parece cólera mais não é do que a projecção, n'Ele, do nosso próprio sentimento de culpabilidade. A primeira expressão duma criança, ao ser, por sua mãe, surpreendida a furtar, é esta: «Mãezinha, vamos, não te zangues!» Nela não há cólera. O filho é que lhe empresta esse sentimento, por ter consciência de merecer um castigo. Pois, e por analogia, Deus se afigura ao pecador um Deus colérico. O levarmos uma vida contrária à Divina Vontade e à finalidade da existência cria em nós um sentimento de hostilidade e frustração. Tudo isso é resultado da nossa viciada vontade. Esse sentimento de «cólera» é uma antecipação do Inferno. É esse sentimento projectado de condenação merecida que nos explica o ódio do criminoso ao seu julgador, e o do pecador para com Deus. Todos nós conhecemos Deus. Ora o Deus colérico, ora o Deus de Misericórdia.

Para modificarmos a nossa maneira de concebermos a Deus, só há um processo: o de mudarmos de procedimento. Desde que procure, e os não evite, o Bem e a Verdade, logo a alma passa a ser capaz de se acusar a si própria, sem nunca mais sentir a

necessidade de atirar para cima doutrem ou de Deus as suas queixas pessoais. Tão depressa renunciámos à prática do pecado, logo a nossa filosofia do Universo e a psicologia da nossa alma se transformam. Deus, que, ainda há pouco, nos parecia encolerizado, aparece-nos, agora, como a própria misericórdia. A mudança operada não é em Deus que se verifica — mas em nossa alma. Como escreveu S. Paulo: *«Outrora, mais não éreis do que trevas; agora, porém, sois luz no Senhor: procedei como luzes. Ora, o fruto da luz é tudo que é bom, justo e verdadeiro. Procurai, pois, o que agrada ao Senhor»* (Ef., V, 8-11).

Moisés e Caim taparam o rosto diante de Deus. Moisés, por não poder suportar as perspectivas de tão grande Perfeição; Caim, por não poder suportar o olhar da Divina Bondade. O pecador não pode suportar o olhar divino, por não querer conhecer-se em toda a extensão da sua miséria. Mas nem por isso Deus irá mudar a Sua natureza, em atenção à nossa perversidade. Ao *ego* cabe mudar de procedimento.

Se o egotista compreendesse realmente a psicologia do espírito humano, nunca nós lhe ouviríamos dizer que Deus é um Deus feroz. Com esse seu comentário, denuncia o pecador as suas culpas. Assim como, num copo de cor acastanhada, a água nos parece dessa mesma cor, sem aliás o ser, assim também o Amor que nos vigia pode, ao passar pela nossa vida de culpados, parecer feroz e colérico. Uma mudança de procedimento logo faz desaparecer o pouco saudável medo de Deus.

A Verdade deve ser procurada, custe o que custar. A Verdade e não apenas algumas verdades isoladas e

particulares. Do mesmo modo que a vida, há que tomar a Verdade em bloco. Isso, ou nada. Compreendida em todo o seu rigor, a verdade religiosa abarca todo o conjunto da vida, ou deixa de ser verdade religiosa. Estudar a religião não consiste apenas em bater à porta da Verdade, na esperança de que ninguém responderá, ou de que nos será permitido continuarmos a viver a nossa vida, sem inquietação. O nosso dever é dispensar bom acolhimento à Verdade, ainda que ela nos censure ou nos moleste, ainda que ela surja onde nós não esperávamos que ela aparecesse. «*A pedra rejeitada por aqueles que edificam, essa mesma se transformará em pedra mestra*» (Salmos, CXVII, 22). A Verdade implica compromisso; tem exigências; impõe obrigações. Importa procurá-la, prosseguir, na sua pista, sem egoístamente fazermos habilidades com ela, pela razão de que não pode ser condicionada aos nossos caprichos, primando a sua autoridade sobre as nossas preferências. A investigação da Verdade implica a ideia de estudo, de informação, de docilidade. É dever a que não nos podemos esquivar, dizendo: «Religião e Deus são coisas que não me preocupam», o que, aliás, seria já a expressão de uma decisão ou de uma repulsa. Negarmo-nos a pensar em viver, é já optar pela morte. Atitude particularmente perigosa é essa, porque a oportunidade de conhecer o caminho pode não nos ser facultada por tempo sem fim. E essa fuga à Verdade cria na alma uma tensão e mal-estar capazes de consigo arrastar conseqüências mentais desastrosas. Nada mais funesto ao homem do que a resistência por ele oposta à Graça.

Os egotistas evitam a Verdade, em todos os sentidos. De propósito se refugiam na barulheira e na agitação. O pecador tem natural preferência pela algazarra que o liberta do seu *eu* real. O Inferno é um mundo de tumulto, e nele não faltam também relógios que marquem a paragem do tempo.

O silêncio apresenta um benefício, por forçar o egotista a reflectir, a passar do horror do Bem, que ele teme arrostar, ao da sua própria condição; o silêncio transforma-lhe o temor da Verdade no desta verdade: o seu desmoronamento. O silêncio isola-nos da multidão, sempre disposta a unir a sua miséria; uma civilização infeliz é sempre de natureza gregária. A tranquilidade arranca-nos aos falazes aplausos da massa e ao engano dos *slogans* populares. Nada aproveita tanto à alma como um retiro espiritual em que, na calma da prece e da meditação, ela ganha a disposição necessária para receber novos conhecimentos e energias, que lhe são comunicados directamente por Deus. As janelas abrem-se, então, para novas perspectivas: um poderoso sopro de resolução passa através da alma, limpando o pó que por tanto tempo a recobrirá. A alma desperta no silêncio. Todas as almas são noctâmbulas, errantes, de olhos fechados para a vida nobre que deveriam viver. Verifica-se, por vezes, que o noctâmbulo, insensível a certos ruídos, responde à chamada do seu nome. Por analogia, a alma ouve, no silêncio, a voz divina e desperta, porque o Bom Pastor chama a ovelha pelo seu nome.

Visto que um apego desordenado a qualquer bem terrestre e temporal é que lhe faz ter medo

de Deus, a alma só encontra a paz, afastando-se do mal. Existe no mal uma coesão, que só o esforço pode quebrar. Vontade e mal formam amálgama tão cerrado, que a alma suspira: «Não. Deixa-me! Está formado o cerco. Daqui não quero sair.» Ao egotista custa mais romper com os seus prazeres sensuais do que ser submetido a uma intervenção cirúrgica. Mas certo é que uma transformação radical causa sempre medo. Um leve esforço, no sentido de nos emendarmos, pode muito bem, aqui e ali, deleitar-nos os nervos e envaidecer-nos, mas não traz sombra de enriquecimento à nossa personalidade. Não existe hábito, que, com a ajuda de Deus, não se quebre. Os nossos hábitos apenas condicionam a nossa vontade: não a determinam. Sob o impulso da Graça, a vontade pode, a todo o momento, expulsar velhos hábitos, e aprontar-se para aceitar a Verdade, quaisquer que sejam as consequências daí advindas.

Vencido o egotismo e integrado o *eu*, todo o saber adquire a capacidade duma pirâmide na qual as diversas ciências aparecem subordinadas umas às outras: os elementos químicos existem na planta, a planta no animal, o animal no homem, o homem em Deus.

A Paz é a tranquilidade da ordem, da verdadeira ordem. Fácil é compreender por que tantos dos nossos contemporâneos, desesperadamente à procura de um princípio de ordem, se precipitaram no autoritarismo do nazismo, do fascismo e do comunismo. Não possuindo uma noção justa da realidade, mas reconhecendo a necessidade de *qualquer* princí-

pio director transcendente ao seu espírito confuso, desgarrado e frustrado, entregam-se à falsa disciplina da ditadura.

O entregarmo-nos a um sistema equivale à destruição da liberdade. Não podemos, sem perigo, dar a nossa confiança a qualquer sistema de concepção humana, a um homem, seja ele quem for. Precisamos da Verdade de Deus. Mais ainda: precisamos de senti-la bastante próxima de nós, para que ela se torne tangível e atraente. Só uma vez, na história, a Verdade se personificou naquele que disse: *«Eu sou a Verdade»* (João, XIV, 6). O Ideal e o Pessoal identificaram-se então. A Verdade deixou de ser uma teoria ou um código, para passar a ser Pessoa a quem poderíamos aprender a amar. Essa mesma Verdade passou ao Seu Corpo Místico, onde permanentemente nos é acessível: *«Aquele que vos escuta, a mim me escuta; aquele que vos repele, a mim repele; e aquele que me repele, repele Aquele que me enviou»* (Lucas, X, 16).

Abandonarmo-nos à Sua Verdade equivale a escaparmos ao autoritarismo, sempre contrário aos melhores interesses do indivíduo. A identificação com a Divina Verdade equivale à liberdade. Só aquele que conhece os segredos do seu avião está em condições de o pilotar. Outro tanto acontece com a nossa vida: se eu soubesse o que sou, a razão por que o meu corpo e a minha alma se encontram em conflito, o processo de os reconciliar, o modo de achar a força divina de triunfar do sofrimento e do mal, e a ciência necessária para vencer os meus erros, estaria também em condições de pilotar a minha vida.

Não há razão para temermos o Bem, porque o Bem é o Perfeito Amor. O pecador nada tem a perder, a não sêr as cadeias do amor-próprio, que o dilaceram e torturam. É certo que o Amor não se conquista de mão-beijada. Por ter encontrado o Messias junto do poço de Jacob, a Samaritana perdeu os seus cinco maridos e um amante transitório, mas, abandonando-os, abandonou a sua miséria de espírito e, no entusiasmo dessa súbita descoberta, chamou ao Senhor — «Salvador do Mundo».

Aqueles que, presentemente, odeiam a Verdade e temem o Bem, não estão longe do Reino de Deus. Opondo-se ao Reino de Deus, bem sabem eles que lutam em pura perda. Quanto mais os homens aborrecem a Verdade, mais com ela se inquietam. Quanto mais temem o Bem que exige a perfeição, melhor sabem que é, na realidade, aquilo que eles procuram. «É para ti duro suportar o aguilhão!», diz Nosso Senhor a S. Paulo, no caminho de Damasco (Actos, IX, 5). O aguilhão era uma ponta fixa na extremidade de uma vara para estimular o burro ficadiço. À maneira de Paulo, também nós resistimos à aguilhoada Divina — aguilhoada que nos estimula para um destino mais glorioso.

Pouco importa o que já lá vai. Pouco importa o número das nossas quedas e das nossas recaídas passadas. A ovelha precipitada num charco, dele tenta sair, e por socorro pede, balindo. É necessário que tenhamos a coragem da ovelha. Todos os seres humanos jazem no lodo. Haverá, acaso, algum que seja puro aos olhos de Deus? Todavia, se o homem der um passo para se libertar do atoleiro,

Deus para ele avançará, como fogo ardente e purificador.

Cada um de nós experimenta esse terrível paradoxo de não querer a Deus e de O querer ao mesmo tempo. Alguns evitam Deus, por Ele nada ter que ver com a ideia de possuir, porque é o Ser puro. Deus nada possui, assim à maneira de como nós possuímos um livro, uma casa, uma barca. No Sinai, a Si próprio Ele se definiu como Aquele cuja natureza é existir: «*Eu sou quem sou.*» Está pois na Sua natureza existir, sem possível sucessão, sem possível transformação, sem futuro. Porque Ele *nada possui*. Só a Si Próprio se pode dar, e a Sua caridade é infinita. Geralmente, satisfazemo-nos do que *somos*. Do que somos — mas não do que *temos*. E é por isso que nós recuamos diante de Deus, sabendo que Ele quer enriquecer a nossa alma, de preferência a aumentar os nossos bens materiais; sabendo que Ele deseja elevar a nossa natureza, em vez de a submergir e de a amimar com bagatelas. Chamou-nos à superior vocação de sermos Seus filhos, de participarmos da Sua natureza, de nos articularmos a Ele como os ramos da árvore ao respectivo tronco. Raros são os que O querem, com um querer integral. O nosso mesquinho desejo é *ter mais*, em vez de pretendermos partilhar a glória de *ser mais*. Deixamo-nos atrair por pobres sombras, e não pela luz; pelas faúlhas, e não pelo sol; pelo arco, e não pela corda. Quanto mais nos deixamos seduzir pelos prazeres do Mundo e dos objectos terrestres, menos atracção Deus exerce sobre nós. De punhos cerrados, mantemo-nos de guarda a uns mesquinhos cobres, e perdemos assim a fortuna

que Ele nos oferece. E vai daí a razão por que tão difícil é darmos o primeiro passo para Deus. Agarramo-nos a brinquedos infantis, e abandonamos a pérola de alto preço.

E aqui fica outro aspecto do paradoxo: temendo a Deus, nós O desejamos ao mesmo tempo. De mistura com a nossa falta de confiança em Deus, vai uma ardente sofreguidão de nos aproximarmos d'Ele. Fugindo-Lhe, esperamos, todavia, não Lhe escapar. A fuga de Deus no-Lo faz temer, mas conservamos, ao mesmo tempo, o fervoroso desejo de a Ele nos juntarmos. Possuímos uma insaciável fome de Deus.

Na verdade, se a alma fàcilmente se sacia dos prazeres sensuais, nunca atinge a náusea do espírito. Pode uma luz demasiado intensa cegar-nos, mas nunca uma ideia universal nos ofuscará o espírito. Quanto mais amamos e conhecemos a Deus, mais Lhe queremos. A paixão de Deus cresce na razão e em proporção, directas, da intimidade com Ele. O grande tormento das almas piedosas está precisamente em se sentirem afastadas d'Ele. Não é o estômago, mas o espírito dessas pessoas piedosas, que se sente faminto — faminto do Infinito. Suas mãos estendidas não podem abarcar o Oceano. Amá-Lo e não estar com Ele, eis a mais terrível das tragédias humanas. Deus guarda sempre qualquer coisa em nós, para Se fazer desejar cada vez mais.

Se a vida, geralmente, nos parece difícil, isso se deve à falta de lermos o pensamento de Deus, inscrito no Seu Universo. Ele nos permite encontrar e nos promete a felicidade, no justo uso das criaturas. Tudo,

segundo a Sua vontade, nos deve servir de sacramento, de canal, de escabelo, para nos aproximarmos d'Ele. Em cada uma das nobres afeições humanas, quer Ele que nós encontremos como que um gosto antecipado do Amor Infinito, e se o nosso humano coração nos faz com isso deliciosamente vibrar, também o Divino Coração connosco se sintoniza. Deus nos dá, nas criaturas, parcelas da Sua Bondade, para através dela sentirmos desejos de posse integral.

Mas, do Divino, por vezes apenas desejamos fragmentos e amostras, em vez do tecido completo. Repelimos a realidade Divina, e só vivemos da sua imagem no pântano. Deus «engana» aqueles que julgam encontrar a felicidade fora d'Ele. Se, através das Suas criaturas, Ele nos concede algumas formas abreviadas de felicidade, a plenitude só a podemos receber n'Ele Próprio. E quem só vive para o Mundo, quem dele faz fim em vez de meio, abisma-se finalmente no cinismo e no desespero, pela razão de que as criaturas são incapazes de manter as suas promessas, a não ser que sejam tomadas como degraus das celestes moradas. Ninguém se engana, se porventura usa deste mundo como de um degrau de acesso a outro. Cristo alimentou a multidão, para levá-la a compreender a Eucaristia. De igual modo Ele nos concede o amor carnal como preliminar do amor espiritual, o amor da ciência como preliminar do amor dos conhecimentos divinos, e o das coisas belas para nos fazer amar n'Ele a beleza.

A liberdade pode, pois, conduzir-nos a Deus, ou afastar-nos d'Ele. É-nos facultativo escolher as

criaturas, contra ou *para* o Criador. Mas se nos assiste a liberdade de nos insurgirmos contra a ordem divina, a mesma liberdade não temos nós de nos escaparmos às suas consequências, ao tédio, à tristeza, à frustração, à melancolia e ao desespero.

Todavia, ainda mesmo então, Deus não nos abandona: a Si nos leva, porque a Ele nos é possível voltar através de uma série de desgostos. Em nosso vazio, nós O procuramos realmente, para d'Ele nos enchermos. Podemos negar a água — mas não a sede. Podemos negar a Deus — mas até nessa negação O procuramos.

«Enganador», permitindo que o Mundo nos oriente para Ele mais do que para nós, também Deus o é pelo Seu aspecto, à primeira vista assustador. Mas, para quem a Ele se entrega, torna-se Ele verdadeira paixão. Nada há que mais assuste a alma do que o espectáculo duma Cruz. Ao vermos um Rei corado de espinhos e vestido com a púrpura do Seu Sangue, assustamo-nos que Ele só tenha para nos oferecer a mortificação, o sacrifício e a morte. Santa ilusão essa. Tão depressa O reconhecemos, logo se nos torna evidente o nosso erro. Do fruto celeste só a pele nos parecia amarga: a polpa delicia-nos a alma. Cristo parece trazer-nos a servidão. Na realidade o que nos traz é a liberdade. A Sua Lei parecia ser a Crucificação. No fundo, mais não é do que o prelúdio da Ressurreição.

Se vivermos longe de Deus, desconfiaremos dos Seus dons, na mesma atitude em que as crianças

hesitam em aceitar os presentes que lhes são oferecidos por mãos desconhecidas. Mas a união espiritual a esses dons, faz que os recebamos sem relutância e sem medo. À primeira vista, Deus parece roubar-nos a felicidade. Mas, tão depressa a Ele nos abandonamos, logo reconhecemos que nos enganou. Limitou-se Ele a afastar as escórias, para nos entregar o ouro da Sua Eternidade.

CAPÍTULO IV

QUANDO O «EGO» DESCE ABAIXO DE SI MESMO

PELO abandono do *ego* a si mesmo, sem disciplina moral que o suba ao nível do *eu*, a personalidade vai dar à degeneração, através de sete fases. Essas fases representam a revolta do *ego* contra a sua própria expansão no mais vasto *eu*, como quem diz a pessoa orientada para Deus.

Alma nenhuma é jamais constrangida a ir até ao fim desse declive. Em qualquer momento pode sustar a queda, mercê da resistência humana em cooperação com a força que Deus nos dá.

São sete os graus de crescimento do egotismo: a solicitação, o prazer, o consentimento, o acto, o hábito, a necessidade e a morte.

O primeiro grau é a sugestão ou a *solicitação* para fazermos o mal.

Se se trata de uma falta contra a castidade, como, por exemplo, o adultério ou a fornicação, pode a sugestão vir-nos ao espírito por aquilo que vemos, ouvimos, tocamos ou imaginamos, ou por aquilo de que nos recordamos.

Pelo facto de o ser humano se sentir impellido, por um instinto que lhe vem de Deus, à propagação

da sua espécie, a tentação encontra aí um fermento favorável de prazer emotivo. Em si mesmo, o instinto sexual não é condenável. Não só é justo e bom segui-lo, de acordo com as vias ordenadas por Deus, mas pode até ser um meio de Graça. Terrivelmente impetuoso, responde, intrínseca e imediatamente, a toda e qualquer sugestão que penetre no espírito e aí encontre livre admissão.

A tentação, para nos atrair, como o fruto proibido, apresenta-se sempre com «aspecto delicioso». O mal é sempre apetecido, por virtude dos bons elementos, reais ou imaginários, que o acompanham. Mas — digamo-lo — o nosso espírito não ignora que este ou aquele acto nos pode arrastar para o pecado. O nosso dever é, pois, — como nos for possível — resistir à tentação.

Pouco importa a violência ou a duração da tentação. O pecado só existe quando a vontade colabora com ele. Se porventura cedemos, logo procuramos desculpar-nos, atribuindo a capitulação ao nosso «temperamento», ou a classificamos com uma expressão que pretende ilibar-nos de responsabilidade — a «necessidade humana». Somos solícitos em reivindicar as nossas virtudes. Quanto às nossas faltas, atribuímo-las ao ambiente, à nossa roda, ou a qualquer provocação que excede a nossa capacidade de resistência. De tempos a tempos, todavia, caímos em nós, para concluirmos que não somos aquilo que deveríamos ser. E é então que a nós próprios perguntamos: «Por que não sou eu melhor?»

O *ego* desta pergunta é o nosso *eu* real, a personalidade plenamente humana, o justo guia da nossa

alma, depois de Deus. Todavia, muitíssimas vezes, não é ele quem comanda: desiste, abandona o leme que deveria fiscalizar, deixa a direcção à estupidez e à cegueira do *ego*.

Aqueles que ignoram a psicologia da natureza humana julgam que as nossas acções culposas têm como causa a atracção do próprio mal. Erro! Se vissemos o pecado tal como é, não pecaríamos nunca. Percorrendo todo o catálogo das revoltas do homem, verificaremos que a solicitação para o mal se enfeita sempre com os adereços da virtude. A luxúria justifica as suas perturbadoras carícias, com o rótulo do amor. A curiosidade acoberta-se com o desejo de conhecer. A preguiça é tomada por amor da calma e da tranquilidade. O esbanjamento disfarça-se em generosidade. A inveja passa por ser um legítimo desejo de perfeição. A crueldade toma-se como equivalente do amor da justiça. E o orgulho é considerado como nobreza de espírito. O primeiro passo para a degradação consiste em nos enganarmos voluntariamente, em nos sugerirmos, com um rótulo fraudulento, que certa coisa má é boa.

A segunda fase na psicologia do egotismo está na excitação das paixões. Experimentamos um sentimento de prazer, de bem-estar ou de encantamento. Pois logo a sugestão do mal «engata» em grande velocidade, enquanto, simultâneamente, o choque do mal abala todo o corpo. Constitui isso um exemplo característico da interdependência psico-somática — *psique* equivalente a espírito, e *soma* equivalente a corpo. Um e outro estão intimamente ligados, à maneira do sujeito e do complemento numa proposi-

ção. Desde que a solicitação para o mal seja favoravelmente acolhida pelo espírito, logo se verifica uma resposta física, uma agitação da paixão e um estremeção. Se considerarmos um pecado da carne, o despertador das paixões provoca reacções orgânicas muito sensíveis, que lhe aumentam a intensidade de atracção.

Lembremo-nos, todavia, de que, nessa fase, como na da simples sugestão, o pecado ainda não existe. Não podemos ter por condenáveis a reacção física inevitável ou o despertar das paixões como resposta a um estímulo fortuito e involuntário. Com efeito, jamais devemos esquecer o princípio fundamental da vida moral: só se peca com o consentimento da vontade. S. Bento teve, um dia, tentações impuras tão violentas, que isso o obrigou a rebolar-se sobre espinhos para, no sofrimento, esquecer o ardor dessas paixões.

Podemo-nos deixar vencer, sem que pecado haja ainda, por não termos dado o nosso consentimento. Mas essa fase, em que o corpo começa a dar ressonância ao encanto do atractivo, precede imediatamente aquela em que vai crepitar a pergunta crucial: a vontade consentirá, ou resistirá?

A terceira fase da degeneração no pecado é o *consentimento*. Sempre a vontade, por si própria e em cooperação com o socorro de Deus, possuiu o poder de resistir às solicitações do mal, e de transformar as provações em mérito. Mas, uma vez que apenas aqui estamos considerando a psicologia do egotista, admitamos que haja real consentimento da vontade.

Uma tentação de impureza assemelha-se, desde logo, a uma faísca, caída do fogo sobre um tapete. Aquele que realmente está interessado em salvar a sua casa apressa-se a apagar essa faísca. Pelo contrário, aquele que acredita na sua «pessoalíssima expressão», que tem o hábito de julgar que andamos sempre mal em dominar uma impulsão, qualquer que ela seja, faria diligências para dar ainda mais corpo à faísca inicial. Começaria por nela acender papéis, atiraria para a chama cavacos e óleos de toda a espécie, e era uma vez uma casa... Essa acumulação de combustível destinada a propagar a tentação, constitui um acto da vontade e representa já, sob certo aspecto, o consentimento no pecado que ainda poderíamos repelir, se o quiséssemos.

As pessoas dispostas a respeitar a moral e a actuar segundo os seus interesses espirituais, vivem, muitas vezes, preocupadas em saber se, sim ou não, consentiram no mal. Não podemos nós responder geralmente com bastante certeza se a tentação, apesar da sua violência e da voluptuosidade da emoção experimentada, se fez acompanhar de um sentimento de desgosto, de aversão e de confusão. Todavia, e por vezes, a resistência ao mal não se mostra bem definida. Desde que a tentação não seja expulsa logo que lhe reconheçamos a malícia, desde que hesitemos ou só contra ela travemos meio combate, já lhe damos um tanto de consentimento.

No caso do egotista, o consentimento dado é completo. E tal acontece quando a vontade se deixa propositadamente arrastar para o mal, apesar dos protestos da consciência, que lhe reconhece a sua

verdadeira natureza. Tão depressa deu a sua aprovação, logo que se decidiu pelo mal, a vontade imediatamente faz rumo à quarta fase, como quem diz à acção.

O mal passa então da potência a acto, do desejo à execução, da paixão à sua efectivação.

No caso dos desejos impuros, o consentimento leva à luxúria nos seus variados aspectos. No seguimento de uma falta ou de alguns deslizes isolados, ainda a voz da consciência se faz ouvir alto e bom som, e pela impressão de desgosto, de vazio e tédio que se segue, é ela quem adverte a alma de que a felicidade não se encontra nessa direcção.

O remorso da consciência tem muito de semelhante a uma dor de dentes. Em nós se faz sentir como que para nos lembrar que as coisas não seguem como deviam seguir. Um dos maiores benefícios da Misericórdia Divina, para uma consciência culposa, consiste em atormentá-la, do mesmo modo que um dos piores delitos humanos está em repudiar a consciência como se fora um «complexo de culpabilidade» ou um resíduo de fraqueza infantil.

Às vezes, o egotista, para quem a consciência é um hóspede indesejável, vai consultar um psicanalista da escola freudiana, para que o livre das suas inquietações como negador de Deus, da consciência e da lei moral. Se o pecador cai nas mãos dum psiquiatra mais sério e melhor informado, ele lhe dirá que deverá reintegrar-se na ordem moral, para encontrar a paz. Mas, com bastante frequência, a revolta profunda do egotista contra Deus inspira-lhe um indominável horror a todas as pessoas e instituições que

lhe recordam a ordem violada. E, então, põe-se no encalço de quem lhe permita que continue no pecado. E só uma coisa ele pede: que lhe apaguem o remorso.

Alcançamos a quinta fase, o *hábito*, pela repetição dos actos culposos. O mal passou a ser para o egotista uma rotina, uma espécie de segunda natureza, um elemento de tal modo inerente à sua maneira de viver, que ele quase pode abafar de todo os apelos feitos pelo Amor Divino à sua consciência. Mal ele sente o primeiro estímulo da voluptuosidade, logo a vontade relaxa o freio ao corpo, tão invertebrada ela então se encontra. Ofereci um cigarro a um fumador inveterado, e logo ele, automaticamente, estenderá a mão. Por analogia, de tal modo o pecador de profissão está habituado a abafar a voz da consciência e a sua vontade, que o vemos sempre à espreita da oportunidade de satisfazer as suas paixões.

O acto, entrave, a princípio, tão leve como o seria um fio de teia de aranha, acaba por adquirir, à força de se repetir, a resistência de um cabo de aço. Todo e qualquer hábito é uma força ou uma fraqueza que se adquirem. O homem moral tem bons hábitos, o imoral há-de tê-los, necessariamente, maus. Uma vereda, percorrida com assiduidade, acaba por alargar-se. Por semelhança, as veredas do vício acabam por alargar-se, na medida em que diariamente se lhes der uso.

O egotista acaba por alcançar a sexta fase com a *necessidade*, ao sentir-se «determinado» a entregar-se, para todo o sempre, aos seus excessos. Podemos admitir que justifique psicologicamente a sua

fraqueza, negando, a si mesmo, que possui livre arbítrio. Cada um de nós é dado a fabricar uma filosofia que se ajuste à nossa maneira de viver. Não seriam aqui inúteis algumas informações exactas sobre a vida privada dos nossos sábios modernos mais habilidosos na demonstração da inexistência da liberdade. São geralmente pessoas em quem certas brechas na moral aniquilaram de tal modo a vontade, que filosoficamente se sentem interessados em suprimir a liberdade.

Mesmo nesta sexta fase, não há que falar de determinismo da vontade para o pecado. Ao pecador fica ainda o bastante de liberdade para poder resistir. Decerto que, abandonada a si mesma, aos seus próprios recursos, a sua vontade é incapaz de se arrancar ao atoleiro, mas a verdade é que poderá consegui-lo, se tiver a cooperar com ela a graça de Deus, que nunca falta. Quase automático como parece ser, melhor andaríamos em chamar embotamento do coração ao pendor para o mal.

Coisa perturbadora para uma alma em tal estado o sentir-se perseguida por Deus! Mas pior — muito pior! — é conseguir escapar-Lhe! Em muitos casos, os pecadores tudo fazem para conseguir escapar-Lhe. A toda e qualquer exortação, respondem eles: «Ora! deixem-me em paz!» É esta a sua fórmula habitual. Se Deus os toma à letra, então se verifica a sentença do Apóstolo: «Deus os entregou ao seu juízo perverso.»

«Pelo que Deus os abandonou aos desejos do seu coração, à imundície; de modo que desonraram os seus corpos em si mesmos, eles que trocaram a verdade de Deus pela mentira, e que adoraram e serviram a cria-

sura de preferência ao Criador, que é Bendito por todos os séculos. Por isso Deus entregou-os a paixões de ignomínia. Por que as suas próprias mulheres mudaram o uso natural em outro uso, que é contra a Natureza. E do mesmo modo também os homens, deixando o uso natural da mulher, arderam nos seus desejos mutuamente, cometendo homens com homens a torpeza, e recebendo em si mesmos a paga que era devida ao seu desregramento. E como não procuravam conhecer a Deus, Deus abandonou-os a um sentimento depravado para que fizessem o que não convém, cheios de toda a iniquidade, de malícia, de fornicação, de avareza, de maldade, cheios de inveja, de homicídios, de contendas, de engano, de malignidade, mexeriqueiros, detractores, odiados por Deus, injuriadores, soberbos, altivos, inventores de maldades, desobedientes aos pais, insensatos, sem lealdade, sem affecto, sem lei, sem misericórdia. Os quais tendo conhecido a justiça de Deus, não compreenderam que os que fazem tais coisas são dignos de morte; e não somente quem as faz, mas também quem aprova aqueles que as fazem» (Romanos, I, 24-32).

Suponhamos que é feliz o pecador «entregue ao seu perverso juízo.» Deus o «deixa em paz»: tem o que quer. Mas aquilo que ele quer — ele se envergonha de o querer. Com o seu desespero se sintoniza o seu inferno. Enquanto ele se sentia oscilante entre o gosto e a reprovação do mal, ainda havia esperança. Mas, desaparecida essa tensão, Deus dá-nos a impressão, pelo menos de momento, de o deixar em paz, como ele deseja. De facto, Deus não o abandona jamais, até à recusa final da

graça, à hora da morte. Pode o egotista felicitar-se, na sua falsa paz, de bem poder dispensar todas essas ideias de Deus, de julgamento e de religião, gozando de sua inteira liberdade. Dentro desse propósito, alcançará essa fase na perversidade de que Nietzsche se gabava: «*Mal, que tu sejas o meu bem!*» A frustração, a angústia e o desespero, por ele experimentados, são tudo coisas nas quais ele se recusa a ver o resultado de ter saboreado em demasia a taça do mal. Ficam-lhe as fezes, para se curar. Talvez que ele tenha consciência da sua prostração, mas conta com o estimulante de uma maior audácia no crime para o ligar à vida. Inútil — dizia Nosso Senhor — falar das coisas de Deus a tais pecadores: «*Não deiteis as vossas pérolas aos porcos*» (Mateus, VII, 6).

Com o decorrer do tempo, o coração dos egotistas desta natureza ainda endurece mais. A delicadeza da sua alma acaba por murchar. As suas faltas multiplicam-se de tal maneira que, deixando de lutar contra o mal, passam a combater Deus directamente. Tal a explicação psicológica do ateísmo, no mundo moderno.

O novo ateísmo não é, como o antigo, teórico, que se orgulhava de, intelectualmente, ser uma espécie de composto onde entrava um pouco de ciência, de antropologia e de religião comparada. O novo ateísmo é menos um ateísmo da inteligência que da vontade. É a livre e intensa repulsa da moral e suas exigências. Começa com a afirmação arbitraria de si mesmo e a negação da lei moral. O novo ateu, segundo o seu modo de dizer, não sabe se Deus existe. Não há ninguém no Mundo que não *saiba* que existe Deus. Mas o

ateu *deseja* que ele não exista. A sua verdadeira intenção não é negar a Deus. O que ele quer é destruí-Lo. O ateísmo moderno não é passivo como o ateísmo de outrora, que, a seu lado, admitia a existência de crentes: é militante, activo, político, possuído de proselitismo, comunista. O burguês ateu dizia: «Eu não creio em Deus.» O novo ateu, cuja fé nasceu do endurecimento de coração, diz: «Creio no anti-Deus!»

Por mais avançado que seja o seu caso, não deveremos nunca crer no endurecimento desesperado do pecador. Enquanto um homem viver, podemos ter esperança na sua salvação. Quaisquer que tenham sido as temerosas desordens da sua vida, o seu desregramento e a sua irreligião, podemos crer que se o pecador se voltar para Deus e implorar o Seu perdão, poderá salvar-se.

O completo endurecimento pode perder aquele que nele persiste. Mas não há ninguém que não tenha certa consciência do seu mal. Pode um homem ter cometido uma falta contra a caridade, ou contra a justiça. Sem ter o propósito de persistir em tais faltas, levado apenas pelo desejo de saborear um pouco de delícias inconfessáveis, pôde adiar o seu arrependimento. Brincava com Deus, e Deus resignava-se a ser, desse modo, posto de parte. Enquanto a mecha fumegar, enquanto o caniço pisado fizer esforços para se levantar, podemos ter a certeza de que o Senhor Misericordioso concederá a energia necessária à salvação. Sempre o olhar do pecador, ao voltar-se para Deus, poderá velar-se de lágrimas e ver a sua altivez dobrar-se em atitude de prece e

adoração. A todo o momento o coração endurecido pode abrandar a sua resistência para com Deus — e então Deus nele poderá penetrar. O ladrão, que amaldiçoava o Salvador na Cruz e contra Ele blasfemava, é o mesmo que, alguns instantes depois, se recomendou à Sua lembrança, tendo recebido esta certeza: «*Hoje estarás comigo no Paraíso.*»

Mas se o egotista se obstina, até final, na sua recusa do Amor Divino, chega à sétima e última fase do abismo, à *morte eterna*.

A morte biológica é a desintegração dos elementos físicos que nos compõem, e a morte espiritual a eterna desintegração do espírito e da alma. O *ego* desejava que o deixassem em paz e só — e, na verdade, está só no Inferno. Odeia a sua própria solidão, e tem horror a si mesmo. Ainda neste mundo, já os pecadores conhecem o travor dessa felicidade tão cobiçada — a felicidade de «que os deixem em paz». Para fugirem à sua solidão, recorrem ao álcool, aos estupefacientes, ao convívio da multidão. Ora, se tão doloroso é viver com o nosso *ego* no tempo, como o não será ainda mais, infinitamente mais, na eternidade do Inferno! As chamas do Inferno deflagram no coração de cada um de nós. A desdita, a miséria, o íntimo tormento, experimentados pelo pecador, constituem já um braseiro. Podemos definir o Inferno como «o lugar onde, para todo o sempre, o *ego* se abrasa na sua solidão». O egotismo é um anti-amor, e o Inferno é, na verdade, o lugar onde não há amor. Uma só coisa existe de comum aos pecadores, no Inferno: é o ódio que eles se votam mutuamente, ódio tanto mais violento quanto é certo que cada

qual vê no seu vizinho aquilo que odeia em si próprio.

S. Tiago resume assim, em poucas palavras, as sete fases ou etapas da queda no pecado: *«Cada qual é permanentemente tentado pela cobiça que o arrasta e seduz. A cobiça gera, depois, o pecado, e este, uma vez consumado, gera a morte»* (I, 14-15).

E, assim, o amor de Deus, que nos devia atrair para Ele, torna-se, de facto, para o pecador, no fundamento da sua própria e eterna tortura. A chuva tanto pode alimentar a semente como fazer que ela apodreça. O sol, que aquece e faz crescer a seara em certo terreno, pode queimá-la num outro. O mesmo alimento, favorável ao organismo, em certas condições, pode ser-lhe prejudicial, noutras circunstâncias. A ciência, que ilumina um homem, pode fazer, de um outro, um simples monomaniaco. O calor do Sol amolece a cera, mas endurece a lama. O amor tanto nos pode aquecer como consumir. Pode atrair-nos ao Céu. Mas, se o evitarmos, poderá ser motivo de irmos parar ao Inferno. Sim, porque o Inferno não é experiência que comece na outra vida. Continua nessa vida, mas é na Terra que começa. A supremacia final do egotismo conhece-lhe já as primícias: a angústia e o desespero.

CAPÍTULO V

A FILOSOFIA DO PRAZER

SENDO o prazer, para o egotista, a finalidade suprema da existência, importa que conheçamos as leis do prazer.

O furor do mundo moderno em procurar o prazer é a melhor prova de que o não encontrou. O tumulto de ambulâncias através das ruas da nossa cidade, cujos hospitais regorgitam de doentes, com enfermeiras azafamadas em todas as direcções, faz-nos presumir que a saúde ainda não foi encontrada.

Como finalidade da existência, o prazer não passa de miragem: ninguém o apanha. E, no entanto, podemos gozar de prazeres estáveis e animadores, desde que lhes conheçamos as leis.

Do mesmo modo que para o belo, a primeira condição do prazer é o contraste. Uma mulher de branco, se tiver um pouco de sentido estético, preferirá parar diante de uma tapeçaria escura a parar diante de uma tapeçaria clara. Também qualquer prazer, para ser apreciado, deve afastar-se do vulgar, deve causar-nos surpresa. O rebentar do riso pode servir de exemplo. Um incidente trivial pode assumir aspectos de cómico na igreja, por virtude da soleni-

dade do lugar. Um chapéu posto ao contrário na cabeça, visto na rua, não passa de coisa divertida. Mas se fosse uma mitra de bispo !...

Para encontrarmos a felicidade, nem sempre é preciso procurá-la. A vida deixaria de ter aspectos agradáveis, se tudo fosse agradável. As bombas deixariam de constituir divertimento, se todos os dias correspondessem ao 14 de Julho. A felicidade falta a muitas pessoas, porque, pensando sempre nela, lhe esquecem a primeira condição, sem a qual ela não existe: o contraste.

Esse contraste encontra-se constantemente na vida litúrgica da Igreja, entre a alegria e a dor, o jejum e o regozijo. Mesmo na época da tristeza e da mortificação do Advento e da Quaresma, ela nos convida a divertirmo-nos, intercalando nessa quadra os dois domingos *Gaudete* e *Lætare*. Por esse processo pretende ela, principalmente, lembrar-nos que a penitência não é perpétua, pretendendo, outrossim, preservar-nos da enfastiante monotonia.

A segunda lei do prazer é a de que não se pode chegar à felicidade estável, sem passarmos pelo sofrimento. Para retomarmos o fôlego, importa esgotá-lo, primeiro. Impossível saborearmos os clássicos latinos, antes de termos aprendido os rudimentos da gramática. Nadar é uma delícia. Decerto. Mas só depois de termos passado pelo arrepio do primeiro mergulho.

Também as alegrias da Eternidade se submetem a essa lei. Sem Sexta-feira Santa nesta vida, não teremos Domingo de Páscoa. Sem coroa de espinhos, não haverá resplendor. Sem cruz, não há sepulcro vazio. Lei igual prevalece no mundo do temporal.

As doçuras da vida comum, no casamento, só a pouco e pouco vão surgindo, depois dos atritos do começo.

Finalmente, eis a terceira lei: a procura da felicidade traduz, essencialmente, um esforço para se atingir o infinito. Qualquer prazer nos atrai, por nele esperarmos encontrar o antegosto de um outro, mais intenso e mais deleitoso. Deveriam um livro, uma ave, uma estrela, bastar à nossa fome humana. Deveriam, mas tal não acontece. Não há objecto que jamais consiga satisfazer-nos. Nada existe que sacie o nosso apetite, pela razão de que é apetite para tudo. À maneira de um navio que larga do porto, o homem avança, inseguro, nas águas pouco profundas, sendo feito, como na verdade o foi, para sulcar o oceano. Pedir-lhe que se detenha nalguma coisa que não seja o infinito, é anular a sua natureza. O seu desejo ultrapassa tudo quanto a Natureza lhe pode dar. O amor do poeta é sempre constituído por um grito, por um gemido, por um soluço. Quanto mais elevado e sincero o seu amor é, mais ele se lamenta. Se a satisfação de um apetite nos pode extasiar o espírito durante uma hora, suponhamos, logo uma hora depois esbarramos com a imensidade dos nossos desejos ainda insatisfeitos.

A nossa fome de infinito nunca se acalma. Mesmo aqueles que se desiludiram do excesso dos prazeres, mesmo esses conservam, permanentemente, a fantástica esperança de descobrir, algures, uma fonte de satisfações mais segura. A nossa procura do amor sem fim é interminável. Ninguém seria jamais capaz de amar uma coisa, sem previamente concebê-la como eterna. Alguns há que ignoram o nome a dar a esse

infinito para o qual propendem, ao qual aspiram: esse infinito nós lhe chamamos Deus.

A procura do prazer é um índice da nossa superioridade humana, um sintoma da nossa solidão neste Mundo. Oscilando entre o que tem — e que o enfatia — e o Transcendente longínquo que o alicia, o homem terrestre está em grave perigo de a si próprio se odiar e de cair em agudo desespero, enquanto não encontrar em Deus o seu verdadeiro Infinito. Bem dizia Pascal: *«O conhecimento de Deus, sem o da nossa miséria, dá lugar ao orgulho. O conhecimento da nossa miséria, sem o de Jesus Cristo, dá origem ao desespero. O conhecimento de Jesus Cristo está a meio caminho, por nele encontrarmos Deus e a nossa miséria.»*

Enquanto não descobrir o verdadeiro Infinito, o homem será invariavelmente conduzido pelo subjetivismo, mercê do qual entronizará o seu *ego* como absoluto, e pelo hedonismo, filosofia duma existência toda votada aos prazeres sensuais.

Se partirmos da ideia de que os nossos desejos egotistas primam sobre tudo mais, que nada importa para lá do *ego*, segue-se naturalmente daí que a única norma para apreciar o valor de qualquer experiência será sempre o entusiasmo dessa experiência e o prazer que ela nos dá. Quanto mais a nossa sensibilidade aí encontrar o seu proveito, mais justa e admirável será.

Por detrás dessa concepção do hedonista, esconde-se um subterfúgio. Na verdade, se o móbil dum acto fosse sempre o prazer, o perfeito hedonista deixaria de se mover; após o primeiro ferimento, ao cair como uma criança, ficaria estendido no chão, sem querer mexer-se. O garoto que acaba de esfor-

lar os joelhos não se levanta, não se mete a rodar no carrinho, para com isso aumentar o prazer, mas porque, nele, o desejo instintivo de melhorar os seus meios de acção sobrelevam o prazer que experimenta de ficar imóvel no chão. É, segundo a comparação de Aristóteles, como o rosado do rosto: a frescura da cor não é coisa directamente procurada, mas o subproduto de uma boa constituição.

A equilibrada atitude para com a vida não consiste em procurar o prazer, mas em cultivar, tanto quanto humanamente nos é possível, o Divino Sentido do Humor.

E que é o humor? Diz-se que uma pessoa tem o sentido do humor, quando sabe discernir o essencial das coisas. Se tal não consegue, é porque carece desse sentido. Mas Deus fez o universo de tal maneira que Ele é a essência de tudo que nós vemos. ⁽¹⁾ As coisas materiais devem revelar-nos as coisas espirituais; as coisas humanas as coisas divinas; e o quotidiano efémero dos acontecimentos a Eternidade. O Universo, segundo o plano originário de Deus, nasceu transparente, como um vidro. Uma montanha não seria apenas uma montanha, mas um símbolo do Seu poder. Um floco de neve não era apenas um floco de neve, mas uma imagem da Sua pureza. Todas as criaturas nos deviam falar d'Ele, porque as *«Suas obras tornam visíveis à inteligência os*

(1) O texto Inglês diz: «It is said that one has a sense of humor if he can «see the point», and that he lacks a sense of humor if «he cannot see the point». But God has made the world in such a way that He is the point of everything we see.»

Seus atributos invisíveis (Rom., I, 20). De acordo com este plano, todo o homem devia ser um poeta, um humorista, capaz de apreciar os valores invisíveis, infinitos, de todas as coisas.

Tal foi o drama de Deus, no qual o homem desempenharia o feliz e alegre papel de monarca da Criação.

Desde a sua entrada em cena, o homem tudo baralhou. O acidente, que no Universo perturbou o papel do homem, foi o pecado, o pecado que corresponde a uma despropositada gravidade, a uma seriedade deslocada. O homem recusou-se a ver as criaturas no que elas são, degraus à sua disposição para subir até Deus, meios ao serviço de um fim. Pelo contrário, o homem antes passou a considerá-las como fins em si mesmas.

E nisso consiste o pecado, agora e sempre.

Assim como o homem perde o sentido do humor quando o duplo sentido, o «enigma» dum calembur, lhe escapa, assim também o perde — e completamente — quando não chega a ver «o grande enigma» do Universo, todo ele constituído por símbolos, revelações, *mementos* do Deus que o criou. Tomar gravemente as coisas como fins em si, é atribuir-lhes um valor que elas não têm, é dar-lhes uma injustificada importância.

A seriedade terrível dos séculos pagãos envolvia a Humanidade, como um lençol mortuário. Não pôde o génio dos dramaturgos gregos ocultar o profundo e cruciante desespero de pessoas para as quais o sentido das coisas se reduzia a um frágil esplendor de linhas, de cores e de rítmica harmonia. A Verdade,

a mais nobre princesa servida religiosamente por poetas e filósofos, mostrar-se-ia, a seus olhos, frígida e impessoal, se eles a encontrassem.

O triste desespero do pagão ouviu, na calma duma aragem de Inverno, o grito do Menino. Os grandes da Terra não prestaram atenção ao caso. Só duas espécies de pessoas aplicaram o ouvido: pastores e magos. Os pastores representavam aqueles que sabem que nada sabem; e os magos aqueles que sabem quão pouco a ciência nos ensina. Estes dois grupos de peregrinos, de coração simples, viram o Menino, e viram-No, com o Divino Sentido do Humor. Através de um homem, reconheceram Deus. Era o Verbo feito Emmanuel: Deus connosco.

E quando o Menino cresceu em idade, graça e sabedoria, foi-se pelos caminhos e pelas praças públicas, a ensinar aos homens uma nova doutrina: a do Divino Sentido do Humor, doutrina que se pode resumir nestas palavras: «Nada neste mundo se deve tomar a sério, nada, a não ser a salvação das almas. O Mundo e tudo que nele existe se enrolará um dia, como tenda de pastor. Não viestes à Terra exclusivamente para esta vida.»

Os homens que tomavam o Mundo a sério, sentiram como que um choque, ouvindo ao Deus-Homem declarar: *«De que aproveita ao homem ganhar o Universo, se ele acaba por perder a sua alma? Ou, então: que dará o homem, em troca da sua alma? Sim, porque o Filho do Homem deve voltar à glória de Seu Pai, com os Seus anjos, e, então, a cada qual pagará segundo as suas obras»* (Mateus, XVI, 26-27). Não tomava os pescadores a sério, no genuíno sentido da palavra.

Para Ele, eram «pescadores de almas» ... Um vestido nupcial, objecto trivial, tinha valor como símbolo da caridade. Um grão de mostarda prefigurava, oportunamente, a Igreja. A erva e os lírios eram considerados indícios da Divina Providência. As ovelhas e os bodes correspondiam, respectivamente, aos justos e aos maus. E os pobres eram Ele mesmo.

Queria, outrossim, que os Seus discípulos tivessem em pouca conta as coisas, porque os verdadeiros valores não podem ser reconhecidos por quem nelas se detém ou atribui importância à sua superficial intencionalidade.

Ainda hoje duas maneiras existem de encarar o Mundo: a do hedonista, que só este mundo considera, e a do Divino Sentido do Humor, que ao homem permite «ver através» deste mundo, o outro, de que ele virá a gozar, mais tarde. O cristão pode dar-se ao luxo de não ligar importância de maior à sua vida e aos seus bens. Uma criança que só tem uma bola, insubstituível no caso de a perder, tem medo de se utilizar dela. Nos seus brinquedos, sente-se um pouco apreensiva. Mas, se lhe prometerdes outra, divertir-se-á com a primeira, sem grandes inquietações, usando-a em toda a sua plenitude, sem preocupações de a conservar.

Só as pessoas que crêem numa realidade transcendente é que são capazes de atravessar esta vida com um seguro sentido do humor. Os ateus, os agnósticos, os cépticos, os materialistas, todos esses se tomam, necessariamente, a sério: carecem, espiritualmente, de um superior ponto de observação, donde se possam considerar de alto, verificando como, na verdade, são

ridículos. Nada existe de mais risível que a presunção — atitude absurda que irá num crescendo, se a auto-ironia não entrar em jogo. E mesmo esvaziada, a nossa fatuidade — ressaltado o recurso à Divina Misericórdia, que pode elevar o pecador — conduz ao desespero. Precisamos de Deus, para termos alegria.

A Sagrada Escritura só fala do riso de Deus, num único passo: *«Aquele que vive nos céus ri-se das suas ameaças, o Senhor ri-se deles»* (Salmos, II, 4).

São as nossas incongruências e as nossas afecções que nos tornam risíveis. Um menino de doze anos, com uma navalha de barba simulando que se vai barbear, uma pequenita de nove anos, vestida como a sua mãe, fazem-nos rir, porque representam, porque pretendem passar por aquilo que realmente não são. Do mesmo modo, quando o materialista ou o ateu se promovem a Deus; quando recusam toda a dependência em relação ao Criador; quando negam a necessidade de um Salvador que lhes perdoe as faltas e os pecados, tornam-se grotescos, em condições de provocarem o riso do Próprio Deus. E a arrogância do trocista torna-o duplamente ridículo. Imaginemos dois homens que caem na neve: mais cómico nos parecerá aquele que leva chapéu alto do que o outro, se for vestido com simplicidade. A presunção humilhada e a fatuidade alfinetada divertem-nos — e até podem divertir Deus.

Mas se Deus se ri dos ímpios, os santos e aqueles que possuem o Divino Sentido do Humor riem-se de si próprios. Sabem, pela Fé, que esta vida não é mais do que vestibulo da outra, e que tudo neste mundo não passa de uma espécie de sacramental que

conduz a alma a Deus. Consideram o Mundo como cadafalso, por meio do qual as almas sobem até Deus. Quando o último degrau for transposto, o edifício consumir-se-á num grande incêndio. Não porque seja vil, mas porque perdeu a sua razão de ser. Se somos levados para Deus, por interesse da nossa alma, e apreciamos o mundo visível, é porque neste está impresso o sinal de Deus. Se Ele tem prazer em nos tirar algumas delícias, pouco perdemos com isso, visto que Ele está sempre presente em nós.

«O Senhor dá, o Senhor tira. Que o Senhor seja bendito!», dizia Job. Tudo tendo perdido, ficava ainda com o Divino Sentido do Humor. Da mesma força era o jovial optimismo de S. Francisco, perante a Natureza: a Lua era sua irmã, o Sol seu irmão. Sentia-se em íntimo parentesco com o fogo, com o ar, a água, e quando viu chegar a morte, saudou-a ainda, como irmã bem-amada. Os mosquitos irritam-nos habitualmente. Santa Rosa de Lima tinha, porém, e por eles, particular simpatia. Nenhum mal lhe faziam. Era ela quem os convidava a juntarem o seu zumbido ao murmúrio da sua oração.

De certo, o Bom Senhor concederá, no Último Dia, quando julgar os vivos e os mortos, um favor muito especial àqueles que não tiverem tomado este mundo muito a sério, àqueles que das coisas materiais se limitaram a fazer degraus para escalamem o Céu. Aos que não tiverem tomado este mundo demasiado ao trágico, àqueles que tiverem tido o Divino Sentido do Humor, mostrará Ele, decerto, o Seu sorriso.

CAPITULO VI

MODOS COMO DEUS FORÇA OS RETIROS DO «EGO»

BEM pode o homem defender-se do Bem, temer o Bem e odiar a Verdade. Mas nem por isso Deus, agora e sempre, deixará de lhe penetrar nas funduras da alma. De facto, só existem no Mundo duas categorias de pessoas: as que encontraram a Deus e O amam, e as que O procuram.

Entre estas últimas alinham-se os comunistas, os sectários, os pecadores endurecidos e os libertinos, os tiranos e os seus sofreadores escravos.

De um modo geral, são três os grupos de homens por que se divide o Mundo: os pré-cristãos, que ainda não ouviram falar de Cristo em toda a Sua plenitude; os post-cristãos da nossa civilização ocidental, que, noutros tempos, conheceram a Cristo, mas de quem, presentemente, vivem separados; e, finalmente, os anti-cristãos, cujo programa é apagar da face da Terra o nome de Cristo. São estes últimos que dedicam à causa do Anti-Cristo um entusiasmo de fazer corar os cristãos: «Os melhores não revelam qualquer convicção, ao passo que os piores dão provas de um zelo feroz.» Mas toda essa gente — sim, toda — anda à procura de Deus.

Fenómeno curioso: esses tais não procuram Deus através da Natureza, mas em si próprios. O homem moderno impressiona-se menos com a ordem do Universo físico, que postula uma Causa transcendente, do que principalmente com as suas desordens e derrotas pessoais. Os argumentos clássicos a favor da existência de Deus deixaram de o comover. Não porque tais argumentos sejam irracionais. Não. Mas porque o espírito moderno deixou de procurar a Verdade, segundo os processos da lógica formal. O certo, porém, é que Deus, para além dos processos da demonstração racional, dispõe doutras maneiras de atrair a Si as almas. Pode, ainda, fazer-lhes sentir a Sua presença, pela solidão e pelo vazio dessas almas.

Aqueles que não encontraram a plenitude de Deus nas Suas revelações, sentem que a sua vida se frustrou. Feitos para conhecer a Deus, para amá-Lo, para O servir, se acaso os homens o não conseguem, por falta de fé ou por qualquer outro motivo, vivem vida anormal, à maneira de leões da selva enjaulados, ou como árvores enfezadas em terra ingrata para o seu crescimento. O clima da alma é Deus, e o homem sente-se, naturalmente, definhando noutra atmosfera. As almas que não encontram Deus para completarem a sua existência incompleta, e que, outrossim, não encontram o Perfeito Amor, remate de todos os seus amores inferiores, ganham, fatalmente, consciência dos seus desaires e das suas insuficiências, e a si mesmas perguntam: «Vale a pena viver a vida?»

Esta condição mental reflecte-se na filosofia que apareceu no final da segunda guerra mundial. O pensamento orientou-se para o pessimismo, naturalmente

por ter nascido num clima de catástrofe. Em luta com as calamidades exteriores da sua época, os estóicos antigos exaltavam o herói arreganhando os dentes perante o desastre. A braços com a desorganização do pensamento moderno, os novos estóicos — por vezes chamados «existencialistas» — exalam um grito de angústia, o gemido de um coração de filósofo privado de Deus. O mistério e o paradoxo, que sempre tornaram desconcertante o Universo para o homem, penetraram agora na medula do seu espírito, de tal modo que este se sente em contradição consigo mesmo. Daí — desse deslocamento de interesse do cosmos para o homem, do Universo para o espírito humano — uma grande tarefa para o apolo-gista cristão. Ou este, contando com a eficácia das provas tradicionais da existência de Deus, levará o homem a olhar para lá de si próprio, para a Natureza, ou, então, será obrigado a partir do homem tal como este é, recluso em si mesmo, frustrado, desesperado, cínico e ateu.

Foi este o método praticado, outrora, pelo Salvador, na Terra, para conquistar as almas. Essa parece ter sido, para Ele, a Sua maneira — a de tomar os homens como na verdade são. A Graça Divina não exige, para dar início à sua actuação, que nós sejamos todos modelados de igual modo. Vemos, por exemplo, Nosso Senhor, no Poço de Jacob, dirigir a palavra a uma mulher que ia buscar água — precisamente no instante em que ninguém se lembraria de o fazer, sob o sol escaldante do Oriente, à hora do meio-dia. Decerto escolhia ela essa hora, por ser mulher adúltera, e às outras mulheres repugnar encontrá-la às

horas frescas da manhã ou da tarde. Que fez, então, Nosso Senhor, para convertê-la? Que denominador comum poderia existir entre a Divina Inocência e essa criatura cinco vezes divorciada? Um facto era *comum* aos dois: o facto que arrastara a Samaritana ao poço, isto é, a necessidade de se dessedentarem. Perante a sede, todos os homens são iguais.

Partindo desse facto essencial, terra-a-terra, Nosso Senhor vai levantar o desejo dessa mulher até ao de outras fontes de paz e de felicidade, e, por um jeito especial, levá-la-á a chamar-Lhe «Judeu», «Senhor», «Profeta», «Messias» e, finalmente, «Salvador do Mundo».

Uma coisa é certa: e é que Nosso Senhor começou pelo problema *dela*, pela *sua* sede, pelo *seu* vazio, pela *sua* frustração, pelo *seu* infortúnio. Quando ela tentou, a propósito da regeneração espiritual, fazer desviar a conversa para uma pergunta teórica: «em que montanha conviria adorar?», Nosso Senhor respondeu-lhe: «O reino de Deus está em vós.» Passados alguns instantes, a Samaritana esqueceu a sua primeira sede pela de fazer conhecer e amar o nome de Cristo.

Tomar as pessoas como elas são, tal era, também, o processo de S. Paulo. Visitando a altiva capital intelectual do Mundo, Atenas, o seu primeiro cuidado foi procurar aí, na sua qualidade de bom apologista, algum elemento relacionado com o Bem. De bom quase nada ele encontrava nessa cidade, com o seu Panteão povoado de divindades de ouro e prata. Em todo esse paganismo não via ele coisa que o pudesse reter, à medida que ele lentamente ia apre-

ciando as imagens, uma após outra. Mas, por fim, lá conseguiu descobrir o seu denominador comum com Cristo: uma simples inscrição gravada na base dum altar. Foi isso o bastante para lhe inspirar o começo do seu discurso:

«Atenienses, pelo que vejo, vós sois os mais religiosos homens. Percorrendo a vossa cidade, e observando os vossos monumentos sagrados, aí encontrei um altar com esta inscrição: «Ao deus desconhecido.» Pois bem! Esse deus que vós adorais, sem o conhecerdes, eu vo-lo venho anunciar!» (Actos, XVII, 22).

S. Paulo tomou contacto com os seus ouvintes tais quais eles eram. Assim como o Salvador baseara a sua argumentação sobre a palavra «sede», assim Paulo baseou a sua sobre a palavra «desconhecido». Admitiu, nos Atenienses, disposições religiosas insatisfeitas, a avaliar pelos seus cultos idólatras. Pregou-lhes, pois, o Deus que não é obra de mãos humanas, é Deus autor do Mundo, o Pai que enviou o Seu próprio Filho à Terra, para nossa salvação, o Filho que trouxe à Humanidade o meio de ressuscitar da morte do pecado e da corrupção da vida.

Quem verdadeiramente ama a Deus pode, por analogia, dirigir-se, nestes termos, aos seus contemporâneos do séc. XX: «Tendes o sentido da religião. É isso patente. Na verdade, percorrendo as vossas ruas, aí descubro eu mais de uma estátua em honra do Deus desconhecido. Também vós procurais um Deus a quem desconheceis. Vejo uma estátua de Marx, que aos homens promete a fraternidade, mas que, aliás, é incapaz de lha dar, por desconhecer a Pater-nidade Divina. Vejo uma estátua de Freud, que vos

propõe a paz do espírito, mas que seria impotente para vo-la dar, por negar a crença em Deus e a necessidade da redenção do pecado. Essa fraternidade humana, essa paz interior que vós ignorais todavia, podereis encontrar dela o segredo na Paternidade de Deus e na Redenção de Nosso Senhor!»

Os ateus e os egotistas de nossos dias são almas esfomeadas, sedentas, definhadas, esgotadas, frustradas, espíritos desgostosos do Mundo. Vivem, porventura, fechados em seus pensamentos, prisioneiros dos seus temores e das suas ansiedades. Vivem, talvez, no mundo das ilusões da juventude, talvez ainda na idade em que o homem desconhece as desilusões dos falsos prazeres. Pouco importa, enfim, o que eles sejam: mas neste século, como, aliás, em todos os tempos, todo aquele que suporta um pesado fardo, o da sua própria lassidão, pode ouvir o Divino Convite: *«Vinde a mim, todos vós que gemeis debaixo do fardo; eu vos aliviarei, e assim encontrareis a paz das vossas almas»* (Mateus, XI, 28-29).

Mas como é que o homem que aspira à paz poderá garantir a autenticidade desse apelo? Como chegar a crer em Deus? Como sair da prisão?

Duas brechas existem nos nossos muros, duas fendas existem na nossa armadura, secretas entradas pelas quais Deus pode penetrar em nossa alma. E nesse pormenor nada podemos alterar. Essas espécies de entradas são parte integrante da nossa natureza. Foram previstas por Deus, e ainda mesmo que a nossa inteligência Lhe oponha a resistência dos nossos mórbidos raciocínios contra a Fé, sempre Ele

será capaz de penetrar em nós, por essas portas secretas, às quais não conseguimos tirar os ferrolhos.

A primeira dessas portas é o amor do bem. Em cada um dos seus menores desejos de felicidade, a alma encontra-se, na realidade, à procura do Bem Transcendente e Infinito, como quem diz: de Deus. Apetecer um prazer, arranjar uma amizade, aprovar o bom procedimento duma criança, através do bom aspirar ao melhor, tudo isso são coisas que, para além delas mesmas, implicam um Bem superior, porque nenhuma delas nos enche inteiramente o coração. Dizermos que queremos boas coisas, mas não o Bem, equivaleria a afirmarmos que os raios do Sol nos merecem amor, mas que detestamos o Sol, que a claridade lunar nos merece amor, mas que abominamos a Lua. A substância solar não atinge o nosso quarto com os seus raios, e, no entanto, a sua acção aí se faz sentir. De igual modo, um fruto, um honrado amigo, sem que neles exista qualquer parcela de Deus, participam, todavia, da Sua Bondade. Ninguém pode amar aquilo que é bom, sem, implicitamente, amar o Bem. E é assim que Deus se insinua na alma de cada um de nós, através dos nossos desejos e das nossas alegrias.

O próprio mal que nós fazemos, nós o fazemos por, de algum modo, nos parecer que corresponde a um bem. Só pecamos, seduzidos por um bem; o pecador engana-se, apenas, na escolha que faz, do mesmo modo que o estômago que tentasse um regime de salmoura. Um homem nem mesmo abraçaria o niilismo, se o não julgasse bom. Aos olhos do embriagado, a embriaguez afigura-se-lhe um bem.

O mesmo acontece com o dinheiro aos olhos do avarento, e com a bestialidade aos olhos do libertino. Tudo que Deus faz é bom — desde o fogo, embora ele nos possa incendiar a casa, até à água, ainda que nela nos possamos afogar. O mais perverso dos ateus só pode amar o ateísmo, por este lhe parecer bom.

Considerada esta predilecção pelo Bem, não há existência humana que seja totalmente constituída por acções intrinsecamente más. O assassino aprecia as justas qualidades de um bom repasto. Um ladrão comove-se com a inocência duma criança. Um bandido chega a distribuir caldo aos pobres, impellido pelo seu «bom coração». De mistura com as más acções, vão as boas. Ninguém peca, persegue ou blasfema, ininterruptamente. Não é caso raro vermos um pecador endurecido plantar uma roseira, ou cuidar de um amigo doente, ou consertar o pneu de um vizinho. Cada um de nós recebe, em si próprio, abundantes reservas de bondade latente — reservas que em nós subsistem, de companhia com a paixão dominante, ainda que voltada para o mal. Pela razão de que em nós sempre existe algum recanto livre da infecção, podemos afirmar que nunca somos medularmente maus, ou incuráveis, ou «impossíveis». Quem vir as nossas boas acções, admira-nos; quem vir as nossas más acções, despreza-nos. Daí o sermos diversamente julgados. Ainda que um homem seja obstinadamente depravado, dominado e absorvido pela atracção do mal, ainda que passe seus dias longe de Deus, satisfazendo seus baixos instintos e suas sórdidas ambições, ainda mesmo assim, podemos dizer

que a sua existência é sempre marcada por alguns bons e louváveis actos, que contradizem a sua atitude habitual. Esses actos virtuosos são como a asa pegável de um infecto caixote de lixo: mercê deles, pode Deus levantar essa alma, e atraí-la à Sua Paz.

A segunda porta, pela qual Deus se insinua numa alma que lhe foge, é o tédio, o cansaço, a saciedade, a náusea, a solidão, a melancolia, o desespero, experimentados por ela. Pouco importa a multiplicidade dos males que nós escolhemos. Nunca esgotamos as possibilidades da escolha. Depois disso, a alma fica ainda livre. O seu poder de escolha é inesgotável. Cada líbido, cada paixão, cada apetite do corpo, são sempre finitos, e, mesmo depois de satisfeitos, deixam-nos sempre... insatisfeitos. Mas, ao sensual desiludido, fica ainda uma escolha que ele nunca fez, uma corda importante que ele nunca tocou: a do Infinito. Dizer: «Conheço a vida... Tudo experimentei!» não passa de expressão mentirosa. Aqueles que tal afirmam ainda não tentaram a maior das aventuras. O rico pergunta: «Que falta ainda à minha felicidade?» Compreendeu, como todos os amadores de sensações, que satisfazer todos os nossos caprichos deixa sempre insatisfeitos os nossos mais profundos apetites. Fica-nos sempre alguma coisa que adquirir, alguma coisa cujo desejo nos atormenta. Sabemos, mas não sabemos tudo; amamos, mas não para todo o sempre; comemos, mas o certo é a fome voltar; bebemos, mas a sede tornará: «*O olho não se cansa de ver, nem o ouvido de escutar*» (Ecles., I, 8).

Apesar dos nossos esforços para encontrarmos satisfação plena no mundo do temporal, não o conse-

guimos. Assim como o peixe precisa da água e o olho da luz; assim como a ave precisa do ar e a erva da terra, assim também a alma espiritual precisa de um Deus Infinito. Por excluir, dos seus cálculos, Deus, para o Qual fomos feitos, experimenta a alma o vazio, o tédio, o desejo de possuir aquilo que não tem. O tédio é a presença negativa de Deus na alma, do mesmo modo que a doença é a presença negativa da saúde no corpo, e a fome a presença negativa de alimentos no estômago. Uma falta nos indica interiormente a existência de alguma coisa capaz de a encher. Deus é pela porta desse vazio que penetra em nós. Por não ser recebido imediatamente, Ele redobra o nosso mal-estar e a nossa desolação, até, por fim, ser recebido como o Conviva e o Hóspede Eterno da nossa alma.

Tais são as duas secretas entradas pelas quais Deus se insinua na vida do ateu e do egotista, que d'Ele pretendem afastar-se. Deus entra através do Bem que nós amamos e do Infinito que nos falta, com o desejo do Bem experimentado pelo pecador e com o vazio por ele sentido por não O possuir, com algumas boas acções por ele realizadas entre tantas más, e com o mal-estar da sua alma sempre insatisfeita nos prazeres desta vida. Deus concede-nos a Sua alegria, todas as vezes que praticamos alguma boa acção. Enche-nos de inquietação, sempre que fazemos alguma coisa menos digna. Se agirmos bem, a Sua intervenção manifestar-se-á, como um Dom. Se nos mostrarmos cansados e descontentes, essa mesma intervenção manifestar-se-á, como um Desejo.

Toda a saciedade é acompanhada de um desejo. Daí a nossa impressão de não só de perseguirmos mas de sermos perseguidos, não só de procurarmos o Infinito mas, também, de sermos procurados pelo Infinito. O Bom Pastor anda sempre à procura da ovelha perdida.

Dois são os caminhos principais através dos quais as nossas experiências nos podem conduzir a Deus — caminhos que nos importa conhecer. A felicidade que encontramos nos bens criados pode atrair-nos para o seu Criador. Por outro lado, não nos dando nenhum desses bens a infinita alegria que nós tentamos tirar deles, a desdita pode, outrossim, conduzir-nos à Verdade Infinita. Essas experiências constituem os primeiros obscuros movimentos da alma para Deus. De um lado, encontramos uma primitiva consciência do Soberano Bem nas Suas obras e, do outro, o desejo dum Redentor Misericordioso para nos libertar do pecado e da angústia.

A perdiz, diz S. Francisco de Sales, toma conta dos ovos das outras perdizes, para os chocar. Mas os filhotes daí nascidos logo abandonam a incubadora de empréstimo, correndo para a sua verdadeira mãe, tão depressa lhe ouvem a voz. Uma certa afinidade os atrai para ela, e só ficam satisfeitos depois de a encontrarem. Pois também Deus nos dotou de uma afinidade semelhante para Ele, de uma nostalgia que nos descontenta dos falsos apetites da carne, das riquezas e da glória, até cedermos à inata necessidade de nos lançarmos, amorosamente, em Seus braços. Mas, ao contrário dos filhotes da perdiz, nós não somos dirigidos pelo instinto. A razão e a livre

vontade constituem as nossas faculdades. E, por isso, o nosso regresso a Deus é o resultado de uma livre escolha.

Quer nós respondamos, quer não, ao apelo de Deus, o primeiro impulso — importa notar — vem sempre d'Ele. Ele nos procura, antes de tomarmos a resolução de O procurarmos. Em tudo Ele se nos antecipa. Bate, antes de nós O convidarmos a entrar. Antes de Lhe respondermos, já Ele nos ama. Antes de doadores, somos sempre donatários. Tudo nos é dado: vida, educação, graças divinas.

Baldadamente nós pretenderíamos levantar resistência à entrada do Divino Invasor, cujo amor clandestinamente se insinua em todas as nossas alegrias e provações. Mas, se não podemos impedi-Lo de penetrar em nossa alma, podemos, todavia, impedi-Lo de que aí Se mantenha. É Seu desejo viver em nós. Mas a nós nos assiste a liberdade de, com uma só palavra, O despedirmos. Por isso mesmo devemos considerar como respondemos às Suas inevitáveis visitas, aliás sempre fáceis de interromper.

A primeira condição para cooperar com Deus é sabermos que é Ele que está presente. Será a vontade de O conhecermos que no-Lo fará reconhecer. Sem esse desejo, seríamos como as pessoas que sentem os perfumes, mas não os sabem apreciar; que possuem o sentido do paladar, mas não sabem saborear; que palpam, mas sem nisso experimentarem prazer. Que importa a um ignorante o encontro de um sábio ou de um imbecil, se ele não é possuído pelo vivo desejo de aprender? Para compreender a presença de Deus, deve a nossa alma estar disposta

a recebê-Lo. Aquele que apetece as coisas boas não reconhecerá Deus, enquanto não desejar o Bem, ainda mais do que o bem dos seres criados. Aquele que vive cansado da vida só reconhecerá o Divino Médico, depois de querer, a todo o custo, ser curado.

A acção inicial de Deus, em nossas almas, torna-se cooperação nossa, pelo esforço da nossa vontade, ensina S. Tomás. *«Existe — diz também S. Bernardo — uma acção comum da parte de Deus e da vontade, que não depende inteiramente nem da acção de Deus sobre a alma, nem tão-pouco da livre vontade, mas das duas acções conjugadas. A acção divina e a responsabilidade humana formam frente única.»* Uma vez que a vontade se pôs a caminho para realizar uma acção à qual se andava furtando, uma acção que lhe repugnava ou que não lhe inspirava qualquer atractivo, não mais voltará à sua primeira condição: novas alturas a solicitam. O que anteriormente era vaga afinidade para o Bem pode agora transformar-se em paixão pelo Infinito. *«Mas a todos aqueles que O receberam, a todos aqueles que crêem no Seu Nome, deu Ele o poder de se tornarem filhos de Deus»* (João, I, 12).

A Deus não podemos nós fugir. Apenas nos é permitido acolhê-Lo com ódio, em vez de O recebermos com amor. Excluí-Lo da nossa vida, disso não somos nós capazes. O ateu não pode justificar-se de ser ateu, sem proferir o Seu nome, do mesmo modo que o proibicionista não pode ser quem é, sem falar de álcool. O perseguidor não pode explicar por que O odeia, sem que o nome do Seu Divino Filho lhe

venha aos lábios. Os comunistas, que negam a Sua existência, datam, diàriamente, as suas folhas ímpias, empregando certo ano após o nascimento do Salvador. Também aqueles que Lhe são menos hostis O confessam, em cada uma das suas insatisfeitas ambições, em cada um dos seus desejos de amor, em cada uma das suas desilusões. O avaro, que ainda quer adquirir mais; o estudante, que pretende alargar os seus conhecimentos; o libertino, que deseja gozar ainda mais, estendem, todos eles, as mãos para Deus, e fazem-no na escuridão, tacteando, ao aspirarem à infinita plenitude das suas ambições.

Não existe uma só alma que não tenha sido procurada por Deus, milhares de vezes. Talvez O não tenhamos reconhecido, por falta de intimidade. À nossa porta só reconhecemos o bater dos que nos são habituais. A maneira especial de Deus nos bater à porta pode ser um sentimento de temor, de derrota, de vazio, de angústia, de desespero, de pessimismo, ao pensarmos na nossa insuficiência em presença das dificuldades, ou, então, a suspeita de que, afinal, essas palavras de Vida Eterna, de Beleza Eterna, têm, porventura, um sentido. O apelo Divino pode também manifestar-se pela náusea do mal, pelo desgosto de nós próprios, pelo desencanto, pela desilusão ou pelo sofrimento.

A doença é, em muitos casos, o momento em que a alma, primeiramente, se abre a Deus. Também a desordem física provoca, muita vez, o restabelecimento da ordem no espírito, um exame da vida, um inventário de valores. Além disso, a doença arranca-nos aos nossos prazeres inconfessáveis, descobrindo, então,

a alma como lhe é perfeitamente possível dispensar esses prazeres, como assim é mais feliz. Recluído no seu quarto, o doente começa a compreender a tristeza dos anos que fútilmente passou, das forças que esbanjou, do vazio das suas horas de botequim — o lugar por excelência para fomentar conversas idiotas.

Mas nem sempre Deus precisa de nos abater pela doença, para penetrar em nossa alma. As derrotas e os infortúnios da vida lembram-nos sempre, por sua vez, que a felicidade não se encontra na direcção escolhida pelo egotista. Se as almas então esquecessem os seus lamentos, as suas querelas e as suas revoltas, para se abrirem à Graça de Deus, automaticamente encontrariam, na paz e na felicidade, um antegosto do Céu. A grande tragédia da vida não é sofrer, mas, sim, passar resvés da felicidade, sem a encontrar. Aqueles que repelem Deus assemelham-se aos prospectores de pouca sorte, que aos outros deixam a descoberta de uma mina de ouro. Todavia, a falta não é atribuível a Deus — mas a nós. Se a nossa alma se fecha à Graça actual, a razão disso está, principalmente, em nós não consentirmos em nos desfazermos dos nossos egoísmos, para obtemperarmos às exigências morais de união com Deus.

Em nossos dias, muitos são aqueles que querem a Deus, mas segundo as condições que eles marcam, e não segundo aquelas que são marcadas pelo próprio Deus. Para esses tais, a religião há-de ser como eles querem, e não como Deus determina! Daí o contínuo e crescente descontentamento deles.

Todavia, mesmo rebeldes a Deus, ainda assim Deus nos julga dignos do Seu amor. Deus não nos ama por sermos amáveis, mas por Ele ter implantado em nós o Seu próprio amor. Não espera mesmo que nós amemos. O Seu próprio amor nos aperfeiçoa. Deixá-Lo actuar, sem resistência nossa, sem hesitação ou temor do que isso possa custar ao nosso egoísmo, tal o único meio de alcançar a paz, a paz que o Mundo não nos pode dar, nem tirar.

SEGUNDA PARTE

O PLANO DO «EU»

CAPÍTULO I

CONHECIMENTO DO «EU»

O homem é a única criatura do Universo visível capaz de se conhecer, de se debruçar sobre si mesma, de observar os seus próprios pensamentos, como se fora num espelho. A pedra, a árvore, o animal, são incapazes de se debruçarem sobre si próprios, para se identificarem, para se contemplarem, para se verem no que foram, para, enfim, se examinarem como um objecto. O espírito humano, porém, pode observar-se a si mesmo — desdobrando-se simultâneamente em sujeito e objecto do seu pensamento; é capaz de admirar-se, de se indispor consigo, de desesperar de si próprio.

Esta faculdade de auto-reflexão torna o homem superior ao animal, que a não possui, mas também é certo que expõe o mesmo homem a desordens mentais, quando a alma não desempenha o alto destino a que foi chamada, quando ela se nega a usar dessa prerrogativa humana, que lhe permite examinar-se imparcialmente e aos seus actos. Abdicar dessa actividade equivale a descer do nível humano ao nível do animal, a substituir o *eu* pelo *ego*, a entrar no domínio da aberração mental.

Todos nós somos seres conscientes, mas poucos somos, realmente, autoconscientes. Conhecemos os objectos que nos cercam, mas não vemos inteiramente o que nós somos. Sabemos em que é que nos parecemos com os outros, em que é que os nossos hábitos de vestuário e hábitos mentais são conformes aos deles; o que é raro é nós pensarmos no que somos, pessoal e exclusivamente, naquilo que nos diferencia de outrem, no que é a nossa atitude particular e privada, em relação a Deus.

Pouco nos importamos que os outros nos conheçam faltas e fraquezas. Nós é que entendemos fechar os olhos a essas faltas e fraquezas. As censuras que nos infligem indignam-nos, mesmo quando intimamente reconhecemos quanto elas são fundadas. Espalhámos os nossos olhares sobre os defeitos alheios do próximo, mas, quanto aos nossos, para os não vermos, metemo-los num saco, que atiramos para trás das costas. Cada um de nós se *pode* conhecer, mas, em muitos casos, aqueles que tudo conhecem, ignoram-se a si próprios, e, por consequência, é como se nada soubessem. Os artifícios, os pretextos, os disfarces dou-trem, todas as máscaras, tudo isso, e mais, nós o vemos perfeitamente. Em nós próprios é que não. Somos cegos para os embustes com que pretendemos iludir o Mundo.

Em certos casos extremos, no alcoolismo, por exemplo, o *eu*, em pânico, refugia-se, contra o risco de se conhecer, numa fingida inconsciência. Grande é a diferença entre aquele que se embriaga, por ter a paixão da bebida, e aquele que se embriaga, por detestar ou temer certa coisa a que quer furtar-se. O primeiro

vem a transformar-se no ébrio, o segundo no alcoólico. Na garrafa procura o ébrio a alegria, ao passo que o alcoólico procura o esquecimento. As mulheres só muito excepcionalmente se dão ao alcoolismo. Se para aí vão é por qualquer desgosto. É por isso que a cura desse vício exige, em certos casos, que afrontemos, precisamente, o problema que pretendíamos evitar. E processo impossível é esse, se não nos conhecermos a nós próprios.

Todavia, sucede, por vezes, que a evasão do *eu* responsável se manifesta sob a forma daquilo a que os teólogos chamam uma «extroversão das criaturas», como quem diz uma excessiva exteriorização da personalidade, um esforço do indivíduo para se absorver e afogar nos acontecimentos e objectos exteriores. É daí uma perda de interioridade, essencial à felicidade. Ninguém se tem por seguro da felicidade, quando esta assenta nos prazeres provindos de objectos estranhos, susceptíveis de, a todo o momento, mudarem, ou poderem ser furtados. Só quando nós quisermos, ou nada desejarmos daquilo que o mundo exterior nos pode conceder ou negar, é que seremos senhores da nossa felicidade. Ora, ninguém pode alcançar essa liberdade, essa posse de si mesmo, sem, primeiro, se conhecer — e conhecer bem — nos seus defeitos, tais como realmente são.

O autoconhecimento consiste em nos despojarmos do falso *ego*, para descobrirmos o nosso verdadeiro *eu*, e em nos elevarmos ao segundo, ao nível superior de vida. Mas o autoconhecimento não se confunde, de modo nenhum, com a psicanálise.

O autoconhecimento leva cada qual a admitir a responsabilidade das disposições mentais ou morais criadas pelo próprio, ao contrário da psicanálise, que converte cada um de nós em espectadores de actos apenas imputáveis aos nossos instintos e às circunstâncias. O paciente submetido à psicanálise considera o seu estado mental na mesma atitude em que poderia estudar uma reacção química, ou os costumes de uma colónia de ratos. Pelo autoconhecimento, vemo-nos como pessoas cujas decisões e escolhas nos levaram aonde presentemente nos encontramos. A psicanálise mostra-se ociosamente curiosa do procedimento desse *eu* misterioso, sobre o qual investiga, sem lhe atribuir responsabilidade pessoal, por qualquer das acções dele. A ideia fundamental dessa técnica consiste em que todo o doente foi concebido no estado de inocência e que, por consequência, não pesa sobre ele sombra de pecado. Chega, mesmo, a acontecer que o doente se extasia perante o seu complexo e as suas torturas mentais, perguntando ao médico: «Nunca encontrou, um caso tão mau, como o meu, pois não?» Mas o autoconhecimento, lealmente adquirido, gera a humildade. Segundo a psicanálise, a obrigação moral de mudarmos os nossos hábitos, ou de melhorarmos o nosso procedimento, é coisa que não existe. As nossas acções contrárias à Vontade Divina são tudo factos tolerados e justificados. O autoconhecimento, pelo contrário, leva-nos a reconhecer a real ignomínia de algumas das nossas atitudes e hábitos, e, por conseguinte, a necessidade de renunciarmos a essas atitudes e a esses hábitos. Pela prática do autoconhecimento não disfarçamos os

nossos vícios: encaramo-los como eles são realmente, e lamentamo-los perante Deus.

O autoconhecimento só nos pode levar ao *eu* real, ao *eu* humano, se aceitarmos uma norma transcendente, porque, a querermos fazer do nosso carácter padrão de perfeição, só poderemos enganá-lo. Como conseguiremos saber, sem outro relógio que nos sirva de ponto de referência, se o nosso relógio adianta ou atrasa? Pois, e por analogia, igualmente nos é impossível tomarmo-nos como padrão de nós próprios. É essencial que exista, fora do nosso espírito, uma norma mais segura do que a dos nossos humores, indignos de confiança.

Tão-pouco podemos aceitar, como norma extrínseca dos nossos actos os princípios de procedimento acreditados na nossa época, princípios que constituem uma espécie de código que é a expressão do modo como as pessoas *vivem* em certo lugar e época particulares, quando, afinal, deviam ser princípios *ideais*.

A autêntica maneira de julgarmos uma coisa está em considerarmos a sua finalidade, e a finalidade do homem está em ser feliz, não só corporalmente, mas também nas mais altas aspirações da sua personalidade. Ora, o homem — digamos as coisas pelos seus nomes — só pode dar-se por satisfeito, se alcançar a posse da Vida Perfeita sem morte, da Perfeita Verdade sem mescla de erro, do Amor extático sem saciedade, isto é, da Suprema Felicidade de Deus. Só Deus, pois, lhe pode dar balanças e medidas, mercê das quais possa julgar as suas próprias capacidades e deficiências. Na ordem física, é o Sol

que alumia as trevas; na ordem espiritual, viveremos em trevas, enquanto não procurarmos a única luz capaz de iluminar a finalidade e o destino da nossa vida. E essa luz é Cristo, Luz do Mundo.

Só quando adoptarmos a Cristo como medida, começaremos, enfim, a considerar a nossa existência tal qual é exactamente. Uma imagem mal iluminada pode parecer-nos perfeita. Só uma luz viva lhe fará ressaltar os defeitos. Ocultos na nossa sombra, temos uma ideia lisonjeira a nosso respeito. Aproximando-nos, porém, da Luz de Deus, revelada em Cristo, seu Divino Filho, reconhecemos como estamos longe de ser tudo aquilo que devíamos ser, e, dessa maneira, descortinamos o verdadeiro segredo da nossa infelicidade.

Quando Nosso Senhor declarou aos Seus Apóstolos: «*Um de vós está prestes a trair-me*», logo cada um deles Lhe perguntou: «*Sou eu, Senhor?*» Nenhum deles tinha a certeza da sua inocência, perante Deus. Ora, se o *ego* for o nosso próprio juiz, quem se reconhecerá como «falhado»? O Divino Mestre é a Luz, para aqueles que se dispõem a ver os seus defeitos. Aliás, pode Ele, outrossim, transformar-se também em objecto de extrema aversão, para todo aquele que não tiver no seu programa emendar-se. A Crucificação foi a inevitável consequência do *Sermão da Montanha*. Pregar a pureza do coração a uma geração sensual, e a doçura a um século de força e poder, têm-se por coisas intoleráveis e risíveis! Por esses processos de actuação, só sobreviveriam os mediocres.

O verdadeiro conhecimento de nós próprios relaciona-se sempre com Deus, como no-la mostra a bela oração de Santo Agostinho:

Senhor Jesus, que eu me cónheça e Vos conheça,
E só a Vós deseje!

Que eu me odele, e Vos ame,
E tudo isto o faça por Vós!

Que eu me humilhe, e Vos glorifique,
Que só em Vós pense!

Que eu morra em mim e viva em Vós,
E aceite todos os acontecimentos, como vindos de Vós.

Que eu me esqueça e Vos siga,
E só a Vós pense em seguir!

Que de mim fuja e em Vós me refugte,
E assim mereça ser defendido por Vós.

Que eu me tema, e Vos tema,
E seja contado no número dos Vossos eleitos!

Que só a Vós me sinta ligado,
E pobre seja por amor de Vós!

Olhal-me, para que Vos ame,
Chamal-me, para que Vos veja,
E eternamente em Vós viva!

Tal a finalidade. E o primeiro e decisivo passo a dar, para aí chegar, consiste em nos examinarmos, sincera e implacavelmente.

O autoconhecimento exige a descoberta do nosso defeito predominante, do defeito particular que tende a prevalecer em nós, que afecta os nossas simpatias, as nossas decisões, os nossos desejos e as nossas paixões. Nem sempre é fácil discernir o nosso defeito predominante. Tal defeito actua em nós, como o faria uma «quinta coluna». Pode a vida espiritual dum homem naturalmente amável e doce ficar na iminência de ruína, por virtude de uma secreta atonia, em relação aos problemas morais. Por sua vez, um indivíduo de temperamento exaltado pode apresentar, como defeito predominante, um mau carácter, ou acessos de violência, por ele qualificados de «coragem». Digamo-lo, de passagem, que a existência de um defeito dominante não implica, necessariamente, a eliminação das nossas boas qualidades. O que pode acontecer é que ele, subrepticiamente, lhes prejudique os efeitos. Para descobrirmos o nosso defeito dominante, o processo mais rápido consistirá em nos perguntarmos: «Quais os meus pensamentos, quando estou só? Para que alvo tendem eles, quando lhes dou livre curso? De todas as privações, qual a que mais sacrificios implica para mim? Qual dos meus pensamentos me prende mais em especial? Qual a falta que eu tenho mais relutância em confessar, e qual a acusação que mais me irrita?»

O defeito dominante varia de pessoa para pessoa. Pode ser um dos sete pecados capitais, ou uma das imperfeições daí decorrentes, e de que falaremos no capítulo seguinte. Os sete pecados capitais são os sete «gatos pingados» da alma. Qualquer que seja o nosso pecado capital, repugna-nos sempre

a admitir a sua realidade, por causa da sua específica fealdade. Conhecermo-nos não é fácil tarefa, por virtude de o nosso amor-próprio não tolerar humilhações. Arrancarmo-nos uma película de vaidade, é doloroso! «Que podridão em mim!» Tão depressa esse pensamento nos vem ao espírito, logo o nosso *ego* se apressa a expulsá-lo. Quando o *eu*, o *eu* real, se considera tal como é, à Luz de Deus, o *ego* desaparece.

Mas a desaparecer se nega o *ego*. Por isso mesmo, alguns, para se escaparem ao mal-estar que daí advém, dizem que o autoconhecimento cria um «complexo de inferioridade». Entre todas as monumentais tolices do mundo moderno, nenhuma há superior à fobia do complexo de inferioridade. A raiz dessa fobia é sempre o orgulho. «O reconhecer-me como minguado de merecimentos, tira-me a sensação de confiança, de audácia, de autoridade. O reconhecer que sou menos instruído ou menos formoso que o meu vizinho, é facto que me vexa. E, por isso mesmo, o melhor é esquecê-lo!» É para desejar, todavia, que admitamos as nossas imperfeições, pois nem todos podemos ser gigantes! Mas a verdadeira humildade é outra e consiste em aceitarmos simultâneamente os nossos talentos e as nossas faltas de talento, segundo a vontade Divina. Realismo, e forte realismo, é este de S. João Baptista dizer: «*Importa que eu me diminua!*» João Baptista reconhecia a sua verdadeira inferioridade perante Deus. E, no entanto, era a respeito dele que Deus afirmava: «*Entre os filhos da mulher, nenhum apareceu, até hoje, que o ultrapassasse.*»

O *eu* autêntico deve aceitar-se tal qual é. Embora não possua, de facto, nem ciência, nem encanto, nem

atractivo, pode, todavia, possuir uma sabedoria e beleza peculiares, se acaso se abandonar a Deus, porque: «*Toda a glória da Filha do Rei está dentro dela mesma*» (Salmos, XCIV, 14).

Uma outra objecção: o autoconhecimento, diz-se, revelando os nossos verdadeiros defeitos, arrasta consigo o desespero. E perigo real existe, com efeito, mas apenas para aquele que abstrair de Deus revelado em Cristo. A psicanálise torna-nos necessariamente pessimistas a respeito da natureza humana: a alma horroriza-se, naturalmente, por, em si própria, descobrir doença incurável. Os ateus tremem, à simples ideia de terem de baixar aos abismos da sua realidade pessoal, porque, para eles, não há saída que conduza à felicidade. Carecidos da humildade que lhes permita encarar bem de frente a sua culpabilidade pessoal, atrevem-se a negar a própria existência dessa culpabilidade, embora, precisamente, a consideração dos seus pecados seja, afinal, a condição essencial da sua cura. O autoconhecimento nunca é desesperador, para quem conhece o poder de Deus. Hesita o doente em confiar as suas misérias ao médico, que lhas pode aliviar? Se assim é, por que nos atemorizaremos de revelar as nossas misérias interiores ao nosso Salvador e Redentor! Para o cristão, o examinar-se é cavar os seus alicerces. E quanto mais profundos estes forem, mais seguro se levantará o edificio. Quanto maior for a humildade de uma alma, maior será a sua exaltação, quando Deus a tocar.

«*Quereis ser grandes?* — escrevia o cardial Newman, — *pois fazei-vos pequenos. Entre o avanço real e*

o abaixamento de nós próprios, existe uma misteriosa relação. Se fordes em auxílio dos humildes e dos desprezados; se derdes de comer a quem tem fome; se cuidardes dos doentes e socorrerdes os indigentes; se suportardes a arrogância e vos curvardes perante o insulto; se receberdes de boa cara a ingratitude e pagardes o mal com o bem, — adquirireis, como que por divino encanto, império sobre o Mundo, e subireis entre as criaturas... Quanto mais nos humilharmos, mais nos pareceremos com Deus; e quanto mais nos assemelharmos a Deus, maior será o nosso poder com Ele... Quando um homem mais culpado se considera e mais se humilha; quando todas as suas belas aparências lhe parecem desvanecer-se e todas as suas graças murchar; quando se desgosta de si mesmo e se revolta à ideia de apenas se ver pó e cinza, torpeza e vilania, — só então ele se eleva verdadeiramente no Reino de Deus.

A quem sabe reconhecer Deus, oferece o autoconhecimento numerosas vantagens. Não mais sentimento de solidão e de isolamento, pela razão de que o amor deixou de ser compreendido como satisfação do *ego*, para ser considerado como expansão voltada para Deus e para o próximo. A partir desse momento, a saúde mental começa a melhorar. Deixam de ser necessários os artificios, por não mais haver necessidade de abrigar um egotismo indefensável. A apreensão que, por vezes, nos perturba o cérebro, o temor de sermos conhecidos tais quais somos, deixa de nos inquietar. O nosso *eu* superficial deixa de nos segredar: «A vida é efêmera, e não chegaste a vivê-la», porque, pela primeira vez, ele descobre *por que vive*. O autoconhecimento

dissoipa os negros humores. Outrora, as nossas reacções emocionais eram inteiramente determinadas pelo mundo exterior: um dia de chuva, uma tarefa pesada, uma visita importuna, perturbavam-nos a paz, porque não estávamos na posse de nós próprios. Agora, concentrando-nos em Deus, podemos nós impor a Sua atmosfera ao mundo exterior. Onde os outros se desesperam, podem os santos encontrar a felicidade. De tal modo os santos se desligam dos incidentes quotidianos, de tal maneira vivem enraizados em Deus, que, à maneira do Oceano, se mantêm calmos nas profundidades, qualquer que seja o furor das vagas.

O autoconhecimento expulsa de nós o tédio acabrunhador. Se, permanentemente, vivermos ao nível do *eu* superficial, sentir-nos-emos vazios, por a alma ter consciência de possuir capacidades que ultrapassam as suas realizações. A descoberta do *eu* real dispensa-nos de correremos atrás das satisfações superficiais. O tédio provém da ausência de finalidade, e agora possuímos nós uma ideia nítida da finalidade da vida. Também, por esse facto, nos tornamos mais activos. Uma falsa concepção da existência paralisa-nos as energias. Mas, compreendendo qual a sua específica finalidade, escondemo-nos menos, tornamo-nos menos susceptíveis, passamos a ser mais caridosos para com o nosso semelhante. O *eu* real dentro em pouco se transforma num apóstolo da caridade para os outros, agora que ele já não tem a preocupação de lhes esconder a sua vergonha. A clara visão das nossas deficiências, logo nos torna mais sensíveis às necessidades e fraquezas do próximo, que tomamos

como nossas. Não mais precisamos de nos forjarmos desculpas, não mais precisamos de enganar os outros, de nos fazermos passar por melhores do que realmente somos. E assim nos aprontamos para uma vida de dedicações.

O autoconhecimento desdá os nossos nós, alarga as fronteiras da nossa alma, alivia-nos da compressão que do exterior nos vinha e nos perturbava, dilata-nos. De há muito que o *ego* nos atravancava a alma de ódios, de ciúmes e de invejas, no estilo de quem enche os subterrâneos duma casa, com caixas e papéis de embrulho, tudo pretextos para um pavoroso incêndio. Mas os nossos pecados recalçados não são o mesmo que farrapos, papéis e garrafas atiradas à toa para uma cave. São coisas vivas que fervilham, que rastejam, que vêm ao de cima, durante as nossas insónias. Bem procuramos nós esquecer-los! Trabalho baldado. Estavam — e ficam. Só poderemos sair dessa situação no dia em que nos dispusermos a tomar consciência dela, no dia em que virmos como atrás de um mal vêm outro, como, no fundo de qualquer pecado, deparamos sempre com o amor próprio. E então somos forçados a reconhecer que o nosso *ego* se promoveu a deus, expulsando o Próprio Deus. Não podemos encher de sal uma caixa que já esteja cheia de areia. Pois, e por analogia, também Deus não poderia encher com a sua presença uma alma atravancada pelo *ego* :

Ah! se tu pudesses despojar-te de ti próprio,
Como a concha vazia sobre a praia,
Ele te poderia dizer, ao ver-te :
«Este não morreu !»,
E encher-te de Si mesmo.

Mas tão enfatuado Ele te vê de ti próprio,
Com tanta arrogância te pavonelas, que Ele diz :
«Para ele, é quanto lhe basta !
Tão pequenino e tão valdoso, o melhor é deixá-lo.
Nele, onde encontraria lugar para mim ?»

(T. E. BROWN).

Toda a alma que conseguiu chegar ao conhecimento de si mesma, pelo exame de consciência, fica, automaticamente, em condições de receber o sacramento da penitência. Faz um embrulho dos seus pecados e dos seus defeitos, dos seus actos de orgulho, dos seus egoísmos e dos seus desejos inconfessáveis, das imundícies da sua vida, e de tudo isso se liberta e purifica nas chamas do Calvário.

No sábado, à noite, podemos observar, percorrendo as naves das nossas igrejas, pés pequenos e grandes, que se movem, como vermes nos tapetes dos confessionários. São homens e mulheres que, finalmente, aprenderam a distinguir o *ego* do *eu*, e que acabaram por vir renegar os seus pecados, confessando-os, e que vieram encher-se, alijando a carga. Dir-se-ia que são símbolos da ausência de orgulho, requerida por essa decisão. E dizemos que são símbolos de ausência de orgulho, porque, nessa marcha, só se lhes vêem as partes inferiores do corpo. No confessionário, ninguém arma ao orgulho! Também era o que faltava! Antes de se chegar ao confessionário, diz o penitente a si mesmo, ao terminar o seu exame: «Eu posso enganar os outros. Mas louco serei enganando-me a mim próprio. E mais louco serei ainda, se pensar em enganar a Deus!»

CAPITULO II

OS SETE GATOS-PINGADOS DO CARÁCTER

O egotismo, o amor desordenado de nós próprios, tal a causa fundamental de todos os pecados e de todas as desditas desprovidas de causa racional. Mas outros efeitos gera o egotismo, e tão numerosos que ainda não houve psicólogo que a todos catalogasse. Por exemplo, o temor, que nos isola dos nossos irmãos humanos, e que é acompanhado da impressão de estarmos rodeados de inimigos dispostos a destruir o nosso *ego*. A dilatação, consequência de o *ego* se recusar a aceitar as suas reponsabilidades, para gozar daquilo que lhe dá prazer. O atormentar-se com os outros, e o procurar dirigi-los provêm do facto do *ego* armar em centro do cosmos. O maçador é o egotista que se esfalfa em aumentar o seu prestígio, falando dos livros que leu, das mulheres a quem cortejou. O blasfemo exprime a revolta do *ego* contra Deus — de Deus que lhe contesta a superioridade e a tortura. A affectação no vestuário traduz a estúpida mania do *ego* em se fazer notar. O desprezo das normas habituais da sociedade, provêm do facto de o *ego* se sobrepor ao comum dos mortais. Nas iras da criança, é já o *ego* que pretende chamar a atenção sobre si.

A pressa, a precipitação, a agitação, dois telefones em cada secretária, deixam trair um *ego* disposto a impressionar os outros, pela sua superioridade. Contar histórias a respeito do seu semelhante revela, no egotista, sentimentos de inveja e de ciúme.

Na raiz de todas estas desordens encontramos o amor-próprio, erro primordial que leva ao desabrochar das sete principais vergôntes do egoísmo: Essas vergôntes — os sete gatos-pingados do carácter — são o orgulho, a avareza, a inveja, a luxúria, a ira, a gula e a preguiça. É contra essas sete formas principais do egotismo que o autoconhecimento faz pontaria.

O *orgulho* é uma admiração excessiva de nós próprios. O cúmulo do orgulho consiste em nos tomarmos a nós próprios como lei, juiz, moral, e bem. «Sereis como deuses» — tal a promessa feita a Eva, pelo espírito mau. O homem diviniza-se pela exaltação da sua própria vontade contra a Vontade Divina. Dessa rebelião decorrem o desprezo pelos direitos doutrem, o excessivo cuidado da nossa prioridade pessoal em tudo, o desejo de consideração, e a intolerância relativamente às opiniões diferentes das nossas.

Na sociedade moderna o orgulho mascara-se com os mais amáveis nomes de «êxito» e «popularidade». Não faltam aí psicólogos charlatães a convidar-nos para mais confiarmos em nós próprios do que em Deus. Reforça-se essa falsa certeza, quando, afinal, a verdadeira consolação para o homem está nesta fórmula: «Só Vós, meu Deus, sois o Caminho, a Verdade e a Vida.» São tudo sintomas de uma inquietação vaidosa e egotista (a inquietação de pas-

sar despercebido) a preocupação do homem moderno em servir os melhores vinhos, a de sua mulher exibir os mais belos vestidos, a do colegial se dar ares... A crítica, a maledicência, a calúnia, a palavra pérfida e o propósito de arrastar pelas ruas da amargura a reputação do próximo, são tudo péssimos aspectos do egotismo, possuído da preocupação de erguer o *ego* sobre as ruínas do bom nome de outrem: rebaixando o *ego* doutrem, julgamos exaltar sempre o nosso. Quanto mais o egotista tem consciência da sua importância, mais se irrita, se não for adulado: são inteligentes os que o lisonjeiam: os outros não passam de uns imbecis chapados!

Nestes nossos dias de agora, cada qual mais se esfalfa em arranjar amigos e em adquirir influência, pelo recurso ao auto-embuste. Invocar a moral? «Ingerência!». Invocar os princípios da Verdade? «Intolerância!». Invocar a existência de uma lei superior às nossas fantasias? «Autoritarismo!». O egotista tem sempre desculpas à mão. Toda a gente se engana. Toda a gente — menos ele. É, no entanto, uma verdade paradoxal que todos os egotistas se odeiam a si próprios. Os seus excessos de mesa, os seus costumes dissolutos, os seus violentos ataques àqueles que lhes resistem aos caprichos, tudo isso leva a contra-manifestações de cinismo e de dúvida na sua consciência, e, no seu inconsciente, a mal-estar com causa no medo, no terror, na ansiedade, no tédio. O falso amor de si mesmo gera um violento ódio de si próprio, uma propensão para se maltratar, para se punir por não ser perfeito, por não viver de acordo com a estulta pretensão do *ego* em afirmar-se divino

e infalível. Podemos odiar-nos de duas maneiras: ou odiando a vaidade, a suficiência e a adulação pessoal, que consigo trazem prejuízo à nossa alma, ou odiando tudo aquilo que dificulta a nossa presunção de sermos Deus, presunção que leva à autodestruição, presságio evidente, neste mundo, dos castigos no outro — no Inferno.

O egotismo, se não nos pusermos em guarda contra ele, transforma-se em desejo desenfreado de honras e de glória, desejo que procuramos satisfazer pavoneando luxuosos trajes, exibindo jóias, chamando a atenção para a nossa linhagem de grandes fidalguias, para a nossa notoriedade, para a nossa conta no Banco. O egotista provoca a admiração pela gabarolice, pela ostentação, pelo luxo pomposo, pelo rebuscado das maneiras. Um princípio basta para justificar toda a mentira da sua existência: «É a única maneira de irmos na vanguarda!»

O orgulho produz sete maus frutos: a *gabarolice*, defeito daquele que a si próprio se elogia; o *amor da publicidade*, que consiste em tirar vaidade das palavras doutrem; a *hipocrisia*, que nos faz crer que somos o que realmente estamos longe de ser; a *teimosia*, mercê da qual não admitimos que a opinião doutrem se possa sobrepor à nossa; a *discórdia*, quando assentamos em não renunciar à nossa vontade; a *discussão*, sempre que o nosso *ego* vê seus desejos contrariados; e, finalmente, a *desobediência*, quando nos recusamos a submeter o nosso *ego* a uma lei superior.

Em muitíssimos casos, os vaidosos dão mais importância ao triunfo da sua vontade do que à pri-

vação de um bem: para eles é a vitória que conta, a vitória e não os despojos. Por isso mesmo se negam a aceitar aquilo que não lhes é outorgado, logo que tal desejo manifestem. Preferem ficar lesados. Na discussão, não curam da verdade. A sua constante preocupação é afirmar a sua importância, sustentando, obstinadamente, o seu ponto de vista.

A *avareza* é uma perversão do direito natural que a cada um de nós assiste de aumentarmos a nossa personalidade pela posse das coisas úteis essenciais às nossas necessidades materiais e espirituais. A desordem desse vício vem, quer de ambicionarmos as riquezas como um *fim* e não como um meio, quer da *maneira* por que nos esforçamos em adquiri-las, com menosprezo dos direitos doutrem, quer ainda do *uso* que do dinheiro fazemos, procurando sempre aumentar o nosso capital, em vez de empregarmos o supérfluo no alívio das misérias do nosso semelhante. A cupidez facilmente leva a outras práticas indignas: à fraude, ao perjúrio, à desonestidade, à perfídia, e à dureza de coração.

A avareza nunca é designada com o seu verdadeiro nome. Costuma disfarçar-se com os rótulos mentirosos de «previdência», «economia», e expressões parecidas... (Todos os pecados se disfarçam em artificios. Importa, pois, referenciá-los com os seus nomes actuais. O *eu* real descobre-se, desde que o *eu* artificial descubra o pecado sob os seus atavios modernos).

Duas são as espécies de riqueza — as reais e as artificiais. As primeiras são limitadas. Certa quantidade de batatas dá para o consumo de um homem.

Um quantas peças de vestuário bastam para um homem se vestir. Mas as riquezas artificiais, como o dinheiro, o crédito, os depósitos, os títulos, são ilimitadas, são infinitas. É por isso que o amor das riquezas abstractas pode degenerar em insaciável cobiça, necessariamente fatal ao desenvolvimento do eu real.

A avareza denota falta de confiança em Deus. O avarento pretende ser a sua própria Providência. «*Aqui está o homem que, em vez de procurar o seu apoio em Deus, confiava nas suas imensas riquezas, e se aproveitava de seus crimes!*» (Salmos, LI, 9). Se não estivermos alerta, a avareza nos conduzirá a vários e graves males: a insensibilidade, em relação às misérias e necessidades doutrem; a intranquilidade de espírito, sempre preocupado em possuir cada vez mais; a incitação à violência, na defesa da nossa fortuna, à mentira para aumentá-la, ao perjúrio para a conservar, e à traição, como no caso de Judas.

O excessivo amor do luxo e das comodidades é outro sinal de nudez da alma. Quanto menos carácter tem uma pessoa, mais importância ela se quer dar exteriormente: peles, diamantes, jóias, iates, são outros tantos meios de que ela se socorre, para reparar a indigência do ego. Confunde ter com ser. O egotista julga-se a si mesmo um valor, se alguma coisa de valor possui. É o vício que gera o desprezo, quando o notamos noutrem. Mas se somos nós próprios a tê-lo, tiramos daí orgulho. É um facto psicológico verificado o de que o avarento, todo ele homem «absorto nos seus negócios», segundo a sua expressão, só muito dificilmente se converte. Vive na ilusão

de que nada lhe falta, só lhe interessando os bens temporais: «*E Jesus, olhando em roda, disse a seus discípulos: como é difícil que entrem no reino de Deus os que têm riquezas!*» (Marcos, X, 23).

A inveja é a tristeza que nos vem do facto de os outros possuírem bens. Esses bens é como se nos diminuíssem a nós próprios. Se os ricos são levados à avareza, os pobres são, por vezes, levados à inveja. O invejoso não pode tolerar a felicidade nos outros. Sente-se roubado em todas as comodidades, na educação, na graça, na tranquilidade, na fortuna que descobre no seu semelhante. É a inveja que leva as mulheres feias a motejarem das bonitas, e que impele os tolos a denegrir aqueles que possuem merecimentos de espírito. Incapaz de subir, o invejoso faz todas as diligências para que os outros se nivelem com ele. O seu vício caracteriza-se, invariavelmente, pela vulgaridade insidiosa e pretensiosa. Para ele, ser delicado é ser «efeminado». A seus olhos, as pessoas devotas são «hipócritas», as distintas são «complicadas», as cultas «pedantes». — O invejoso começa por perguntar a si mesmo: «Por que não tenho eu o que estes têm?» e conclui: «Se eles têm tais qualidades, é porque a mim me faltam!» A inveja é intratável. Vive de relações cortadas com o respeito e a honra. Não sabe dizer, em circunstância nenhuma, um «obrigado» a ninguém.

Aparentada ao orgulho, como este incapaz de tolerar rivais ou superiores, a inveja também tem parentesco com o ciúme. O ciúme consiste no amor desordenado de nós próprios, e nele vai de mistura o temor de sermos despojados por outrem do nosso

sentimento de satisfação pessoal. Invejamos os bens de outrem, mas dos nossos somos *ciumentos*. Torturados por esses dois vícios gémeos, não faltam aí indivíduos que passam o seu tempo a denegrir as boas acções do seu semelhante. Forçados a reconhecer, no seu próximo, merecimentos que eles não possuem, procuram desacreditá-los, sistemáticamente. O ciúme é, psicològicamente, muito perigoso, e mais de um enciumado tem ido parar ao suicídio, obsessionado por uma rivalidade que ele julgou insuperável.

A inveja esforça-se, de princípio, por achincalhar a reputação de outrem — e faz isso, quer por boatos e intrigas, quer por ataque directo e às claras. Conseguida a vitória de rebaixar o seu semelhante — goza com ela. Se o não consegue — sofre com o seu trabalho baldado. A boa fortuna dos outros tira-lhe o sono. Mau é quando a inveja ataca o progresso espiritual ou o apostolado doutrem. Larga parte do jornalismo de nossos dias gasta-se na exploração desse vício — fomentando conflitos, mantendo rivalidades, escarnecendo, denegrindo. Explica-se essa atitude, em parte, pelo descontentamento e miséria moral de uma grande maioria dos espíritos. A miséria nunca gosta de se ver só. Os invejosos sentem como que um certo alívio interior, ao notarem os pequenos senões dos grandes homens. O mal repugna profundamente às pessoas de boa formação. E os santos, ao terem conhecimento dele, calam-no, e'expiam-no pela penitência.

Um dos processos mais eficazes de combatermos em nós o desabrochar do ciúme e da inveja consiste em orarmos pela pessoa que nos desperta o ciúme ou

a inveja. Recomendando a Deus os nossos inimigos, e desejando-lhes espiritualmente boa fortuna, abafamos, em nós, o vício do ciúme. Um outro processo é o de procurarmos igualar aqueles que invejamos. Se a Igreja nos propõe o exemplo dos santos, não é isso para nos prostrar, mas para nos consolar; não para nos desanimar nos nossos insucessos, mas, antes, para nos levantar as energias: «*Sejamos solícitos uns para com os outros, para nos estimularmos à caridade e às boas obras*» (Hebreus, X, 24).

A *luxúria* consiste no amor desordenado dos prazeres da carne. É a prostituição do amor, a dilatação do amor de nós próprios, levada até à projecção, numa outra pessoa, do *ego* sempre adulado com a ilusão de que é o *tu* que é amado. O amor real orienta-se para uma pessoa, como para um objecto insubstituível e único. A luxúria, pelo contrário, exclui qualquer consideração pessoal, levada pelo exclusivo prazer da experiência sensual. O *ego* disfarça a luxúria em falaciosos nomes modernos. É um vício — diz ele — necessário à saúde, ao pleno rendimento da vida, à expressão pessoal. Esta sôfrega ânsia de justificações científicas mostra, por si só, quanto naturalmente repugna ao homem normal reconhecer, nessa infracção à lei moral, o pecado tal qual ele é. Aborrecidos e inquietos, homens e mulheres procuram, hoje, na luxúria, um derivativo à sua miséria interior, para, afinal, mergulharem no mais profundo desespero. «*Deus — diz Santo Agostinho — não constrange o homem a ser puro. Abandona, apenas, a si mesmos, aqueles que merecem ser esquecidos.*»

A luxúria é um deslocamento do centro da personalidade, do espírito para a carne, do *eu* para o *ego*. Nalguns casos, os seus excessos nascem da perturbação da consciência e do desejo de nos evadirmos para outrem. Noutros casos, resulta do desejo contrário — o de impor a outrem a dominação do *ego*. O libertino acaba sempre por dar conta de que essa emancipação ou essa idolatria não podem perdurar por muito tempo: a alma dobra-se sobre si mesma, e cai, portanto, num inferno interior. A luxúria tem como efeito o arrastar a vontade para o ódio a Deus e para o desprezo da outra vida, como diz da imortalidade. O desregramento dos costumes seca de tal modo a fonte da energia pessoal que inteiramente altera a ponderação do juízo.

A luxúria não é o instinto sexual, puramente biológico, e que nos é dado por Deus. É tão-pouco é o amor que apenas encontra nesse instinto uma das suas expressões legítimas. A luxúria é o isolamento do instinto sexual de o verdadeiro amor. De todas as paixões, a da luxúria é, porventura, uma das que mais rapidamente nos escraviza, e é, outrossim, uma das que mais prontamente arruína a inteligência e a vontade. De quatro modos a luxúria afecta a razão que se lhe entrega: pervertendo a *inteligência*, cega-a e torna-a incapaz de discernir a verdade; enfraquecendo a *prudência* e o sentido dos valores, torna-a temerária; consolidando o amor-próprio, provoca o *relaxamento*: amolecendo a vontade, faz que esta perca a sua capacidade de decisão, e faz dela presa da *volubilidade*.

Os efeitos da luxúria são tão desastrosos sobre a vontade como sobre a razão. Aqueles que se aban-

donam a ela, são levados ao ódio de Deus e da religião, e ao desprezo da vida futura. O ódio a Deus provém da circunstância de o homem ver em Deus um obstáculo aos seus prazeres pessoais. Os devassos negam a Deus, pela razão de que a omnisciência divina implica a presença de alguém que observa o procedimento deles, não podendo deixar de censurá-lo. Enquanto não renunciarem à sua bestialidade, é natural que os devassos teimem em se dizer ateus, porque é essa a única maneira de não se serem vigiados.

Um dos efeitos ligados à luxúria é a negação da imortalidade. Quanto mais o egotista se afunda na vida carnal, mais a ideia do Juízo Final lhe parece temível. E, então, para se acalmar, a si mesmo procura convencer-se de que tal Juízo não passa de uma fantasia. O admitir a imortalidade traria ao devasso uma responsabilidade, responsabilidade que lhe imporá uma total mudança de vida. A simples expressão de *vida futura* é o bastante para lhe trazer sarcasmos à boca. Lembrar-lhe a possibilidade de um Juízo Final, aumenta a sua já profunda angústia. Qualquer intervenção, no sentido de o salvar, ele a considera como atentado à sua felicidade.

Acreditasse ele em Deus e na imortalidade, e o seu *ego* voluptuoso quereria, automaticamente, transformar-se no *eu*. Pensamentos dessa natureza procura ele evitá-los, desde que não tenha no seu programa libertar-se do vício. Lutando com pecadores ainda enrodilhados na luxúria, devemos ter sempre presente que, para que eles mudem de ideias, terão primeiro de resolver-se a mudar de costumes. Tendo

atirado às ortigas os seus vícios, não mais o devasso terá medo da Verdade, e até a procurará.

Nada tem a luxúria que ver com a justa expressão do sexo no casamento legítimo. O verdadeiro amor, no casamento, está na criação do « nós », como quem diz na extinção do egocentrismo. No amor do casamento, o *eu* procura o completo desenvolvimento do *tu*, da personalidade em face do *eu*. Não há circunstância mais sagrada do que aquela em que o *ego* se entrega a outrem, de tal modo que a sua necessidade de possuir desaparece na alegria de amar esse outrem. Aqueles que assim amam nunca estão sós, porque o amor não exige que sejamos dois, mas três, e esse terceiro é Deus. Um *ego* ama outro *ego* pelo que este dá, mas, em compensação, um *eu* ama outro *eu* pelo que este é. O amor é a união de duas indigências, união de que provém uma riqueza magnífica.

O divórcio, a infidelidade, o deliberado propósito de não ter filhos, os casamentos inválidos, são outros tantos erros e simulações contrários ao amor, e aquilo que é hostil ao amor é-o à vida e à felicidade.

A *ira* é o violento desejo de castigar os outros. Não falamos aqui da justa ira, que tal foi, por exemplo, a de Nosso Senhor, quando do Templo expulsou compradores e vendilhões, mas da ira que se manifesta pela exaltação, pelo ódio, pelos acessos de furor, pela vingança, pelos gestos de ameaça. Aos olhos do egotista, a ira mais não é do que o desejo de pagar a outrem na mesma moeda. Na imprensa e na tribuna, a ira é chamada « justa indignação ». Com esse qualificativo, nem por isso ela deixa de ser o defeito mercê do qual os espíritos perdem o sentimento da

justa medida, o gosto da calúnia, e de atizar discórdias.

A ira é habitual nas más consciências. Acusado de roubo, o culpado indigna-se com muita mais violência do que o inocente; a esposa infiel enfurece-se, não caso de a sua falta ser descoberta; as donas de casa ciumentas e rancorosas «aliviam-se», «descarregando» sobre os criados. Os egotistas dessa espécie repelem com truculência todos aqueles que lhes desagradam, e maldosamente caluniam aqueles cuja virtude os condena.

A ira comporta vários graus. No primeiro desses graus, manifesta-se através de uma irritabilidade e impaciência exageradas, em presença da mais pequena contrariedade. Se o café não está quente ao pequeno almoço, se o jornal chegou atrasado, logo o *ego* faz barulho e resmungo. No segundo grau, a ira ganha aspectos de tempestuosa: a pessoa gesticula, ferve-lhe o sangue nas veias, ruboriza-se, os objectos voam à sua frente, — o que tudo prova que o *ego* não admite qualquer contrariedade na satisfação dos seus desejos. A ira atinge o seu terceiro grau quando passa a vias de facto, quando o ódio procura «desferrar-se», quer causando prejuízo a outrem, quer, mesmo, desejando-lhe a... morte! Muitas são as pessoas que, antes do despertar súbito do *ego*, ignoram as diabólicas reservas de cólera que nelas existem, latentes. A ira prejudica o desenvolvimento da personalidade e susta todo o progresso espiritual, não só por perturbar o equilíbrio mental e falsear a capacidade de julgar, mas também por se colocar ante os direitos doutrem, e ainda por

destruir o espírito de recolhimento, indispensável para podermos seguir as inspirações da graça.

A ira relaciona-se invariavelmente com alguma decepção do *ego*. É mal muito difícil de curar, por ter suas raízes no amor-próprio, sua verdadeira causa, ainda que poucas pessoas queiram convir nesta explicação. Um desastre corporal ser-nos-ia, em muitos casos, menos penoso do que a humilhação resultante de termos que confessar que o nosso amor-próprio é a causa dos nossos acessos e... excessos de ira.

A *gula* é o abuso dos prazeres articulados por Deus ao beber e ao comer, duas coisas indispensáveis à existência. Há *gula*, quando comemos e bebemos *para além do necessário*, quando comemos e bebemos *fora de propósito*, ou ainda quando tal fazemos *por excesso de volúpia*. Esse vício disfarça-se sob alguns eufemismos: «doçura de viver», «delicadezas de mesa», «pequenos mimos».

A nossa sociedade enfartada, de dupla papada, aceita a gula como coisa normal. É raro que na gula veja pecado.

A malícia desse vício resulta de que, subjugando a alma ao corpo, tende a minguar a vida moral e intelectual do homem. Abusa-se hoje menos do comer do que do beber. O homem moderno não tem no seu programa voltar ao costume do paganismo romano, metendo os dedos nas goelas para vomitar e voltar à mesa. As suas preferências — francas preferências — vão para as bebidas, como é patente nos estragos causados pelo alcoolismo. Está medicamente provado que «beber a seco» implica sérios estragos da inteligência e da personalidade. O «beber a seco» preju-

dica, simultâneamente, a memória, o raciocínio, a atenção, e leva à ruína da dignidade pessoal e do sentido das responsabilidades sociais. São efeitos morais desse vício — entre outros — o desespero, o enfraquecimento da vontade e a materialização da vida.

A *preguiça* é uma doença da vontade, que nos leva a descurar os nossos deveres. São características suas, no domínio natural, a ociosidade, a moleza, a contemporização, a negligência e a apatia e, no domínio moral, a inapetência das coisas espirituais, a tibieza na oração, o abandono da disciplina pessoal. A preguiça é o defeito daqueles que se ficam nas ilustrações, fazendo de conta que o texto não existe; daqueles que lêem romances, sem nunca porem os olhos numa obra filosófica. Crisma-se de tolerância e largueza de espírito. Carece da energia intelectual necessária para pesquisar a verdade e segui-la. A preguiça a nada tem amor, nada odeia, nada espera, nada teme; vai-se deixando viver, nada encontrando por que possa morrer. Mais se enferuja do que se gasta. Não é capaz de consagrar um minuto a mais a qualquer ocupação depois de dar a hora da saída, e quanto mais ela se propaga na nossa época, mais encargos impõe ao Estado. A preguiça é egocêntrica. O seu alvo é, principalmente, fugir às responsabilidades sociais e espirituais, contando com o auxílio doutrem. O preguiçoso é um parasita. Aos outros cabe mantê-lo e alimentá-lo. Reivindica para si especiais privilégios que lhe permitam comer o pão que não ganhou com o suor do seu rosto.

Registam-se na preguiça vários graus: a indolência (a tarefa vai avançando sabe Deus como; no

trabalho não se verifica qualquer espécie de brio, só na paga se pensa); o torpor, traduzido em adiamentos que nunca mais acabam (a tarefa é protelada para um amanhã que nunca mais chega); o desmazelo (em tudo, o medo de fazer qualquer esforço).

A preguiça pode dizer respeito não só às nossas ocupações corporais e intelectuais, mas também ao nosso progresso espiritual. Torna-nos negligentes nos nossos exercícios de piedade, leva-nos a abreviar as nossas orações ou até mesmo a suprimi-las completamente; pode inclusive, degenerar em ódio das coisas espirituais. A preguiça transforma-se até em ressentimento, quando nos leva à revolta contra aqueles que procuram o nosso progresso moral; transforma-se em distracção quando tende a desviar o coração e o espírito, do espiritual para o temporal; transforma-se, enfim, em pusilanimidade, quando nos incita a evitar tudo que é, espiritual ou moralmente, difícil.

O nosso exame pessoal diz necessariamente respeito a um ou outro dos sete pecados capitais. Trabalho difícil é esse, porque o *ego* tem repugnância em se deixar conhecer. Somos inclinados ao engano e lisonja de nós próprios. David suplicava a Deus que lhe sondasse o coração, certo de que, se fosse ele próprio a fazer a sondagem, passaria em claro umas quantas faltas importantes. Mas trabalho compensador é esse de nos conhecermos, porque sempre estas duas coisas caminham a par: a revelação de nós mesmos e a revelação de Deus. Quanto mais uma alma descobre o que ela é realmente e mais sente a necessidade de Deus, mais Deus se lhe manifesta. Por esse processo se adquire uma lúcida e límpida simplicidade.

Pelo contrário, quanto menos a gente se conhece, mais complexos somos. O espírito, que nunca se analisou em profundidade, vive atulhado de mil preocupações e interesses disseminados, sem coordenação. Essa complexidade provém da falta de penetração interior, da circunstância de não conseguirmos tudo centralizar num único alvo humano.

O carácter forma-se a pouco e pouco, desde que consigamos desanichar os principais egotismos e tenhamos arrancado os disfarces do *eu* superficial. Conhecermo-nos consiste precisamente em desviarmos dos outros sobre nós próprios o espírito crítico. O nosso *ego* exalta-se a si mesmo, se nos outros consideramos as fraquezas. Se, pelo contrário, o reprimimos, se fazemos frente ao nosso defeito predominante, o próximo, que nos parecia odioso, logo nos aparece extraordinariamente amável. Pela ruína do nosso orgulho e da nossa vaidade, automaticamente ganhamos uma boa roda de amigos.

CAPITULO III

O «EGO» COLOCADO NO SEU LUGAR

A GORA que já conhecemos o nosso principal defeito, importa que do caso tiremos imediatamente proveito. O autoconhecimento é o diagnóstico da doença; a autodisciplina é o tratamento adequado. Mas não deve essa disciplina limitar-se a extirpar o mal. Deve ir mais além — deve guardar todos os caminhos que vão dar ao *eu* real, de modo a impedir uma nova incursão do inimigo por qualquer processo imprevisto. Na verdade, mesmo reconhecidos como tais, os nossos pecados conservam sempre alguma coisa da sua falsa sedução. E é isso uma das tais fraquezas psicológicas que nos tornam particularmente difícil a virtude.

«Como é que eu posso, ao mesmo tempo, amar e odiar o vício? Como conciliar o paradoxo de gostar do álcool, detestando o alcoolismo? Como fazer que deteste a luxúria, deixando-me, aliás, levar pela sedução do amor? Sempre os homens se fizeram a si mesmos estas perguntas. E a resposta a dar-lhes é esta: o pecado contém um duplo elemento, o material e o formal. O elemento material do pecado é o seu conteúdo, o objecto que o constitui. E sempre

esse objecto é bom. Nada no Universo é intrinsecamente mau: «*E Deus viu todas as coisas que tinha feito, e eram muito boas*» (Gén., I, 31). O álcool, a carne, o sexo, o ouro, o vinho, todas essas coisas são boas, e, por isso mesmo, desejáveis. Toda a criatura, pela mera circunstância de ser obra de Deus, é bela e impregnada dos divinos reflexos dos Seus atributos.

O elemento formal do pecado está no uso mau e perverso de uma coisa boa. É essa deformação e esse amor exagerado de uma coisa de que abusamos para um mau fim, que transformam o apetite sexual em luxúria, o amor do álcool em embriaguez, e o amor das riquezas em avareza. Por, originariamente, ter abusado da sua liberdade, encontra-se agora o homem num plano inferior àquele para que foi criado. Presentemente, é seu jeito tudo perverter, por se ter pervertido nos seus primórdios.

Os pecadores consideram apenas o elemento material do pecado, e julgam-no bom, como de facto é. Mas, depois de terem abusado dele, voltam-se contra Deus, surpreendidos com as decepções colhidas desse abuso. Esquecem-se de que Deus não interdiz o justo uso, mas apenas o abuso das coisas. Os pecadores citam as santas almas que gozam impunemente dos mesmos bens. Do que eles não se apercebem é que os santos se servem delas segundo a justa razão e a Vontade de Deus. Aquilo que o pecador ama no pecado é a *matéria* do pecado, que é boa; o que ele odeia no pecado é a desgraça, o remorso, a melancolia, e o sentimento de derrota provindo da *perversão* ou do *abuso* daquilo que é bom. E assim se explica o sentimento psicológico de tensão e de con-

flito que ele invariavelmente experimenta. O *ego* quer uma coisa; o *eu* quer outra. O *ego* quer que a realidade lhe deixe gozar das coisas para além da justa medida, sem o remorso que naturalmente se há-de seguir.

Desta contradição interior um duplo efeito decorre. O primeiro é a perpétua angústia do pecador. Ama e odeia, deseja e despreza. Arrastado a outros pecados pela paixão ou por maus hábitos, sente-se constantemente torturado pelo horroroso desgosto de si mesmo. Ovídio dava conta, em si próprio, desse paradoxo: *«Vejo o bem e aprovo-o. E, no entanto, é o mal que eu sigo.»* S. Paulo dizia do mesmo modo: *«Não faço o bem que quero, mas faço o mal que não quero»* (Rom., VII, 19). A alma aspira ao infinito. Mas, metendo-se por mau caminho à procura desse infinito, fica desiludida ao verificar que apenas alcança o finito. Esperava ouro, e encontrou latão. Essa disparidade entre a satisfação causada por um pecado e aquela que se esperava aumenta naturalmente a angústia do culpado. As promessas do mal são sempre pérfidas. O homem espera constantemente enganar o seu mal-estar, multiplicando os seus prazeres, aumentando a sua fortuna, adquirindo maior prestígio. Mas tudo isso, afinal, lhe dá ainda mais fome, e não consegue satisfazê-lo. O seu descontentamento cresce na medida das suas ambições. O reclamo tenta estimular os nossos desejos sensuais; mas transformando o luxo em necessidade, mais não faz do que intensificar a nossa miséria. A indústria mundial, empenhada em criar necessidades, sem as poder satisfazer com os seus produtos, aumenta assim o malogro e a ruína dos espíritos na nossa época.

O segundo efeito desta contradição simultânea entre o amor e o ódio do pecado é uma mentalidade mundana que se traduz pelo ódio à religião. A palavra «mundo» não significa aqui universo físico. Trata-se daquele «espírito do mundo», que concede a primazia à matéria, à carne e ao tempo, e ao qual Nosso Senhor aludia, quando disse: «*É por eles que eu rogo: não rogo pelo Mundo*» (S. João, XVII, 9). Nalguns casos, o egotista está de tal modo imbuído dessa mentalidade que todos os seus desejos e juízos, todas as suas concepções, e todos os seus princípios filosóficos dela procedem. As provações abatem-no, só a prosperidade lhe agrada. Se algumas nobres aspirações lhe vêm ao coração, ele as repele, antes que elas o possuam. O Mundo ocupa a sua alma, mas sem a encher, porque para outra coisa foi ela criada.

Poucas — muito poucas — são as pessoas que compreendem a razão por que não se preocupam com fazer melhor, por que lhes acontece praticarem uma falta grave: «Não posso compreender por que é que procedo assim!» A razão é esta: é que, desde que a natureza humana perdeu a sua amizade original e perfeita com Deus, logo se desviou do seu verdadeiro centro. A insubordinação e a revolta da vontade contra o Amor arrastou consigo a insubordinação do *ego* contra o *eu*, do *eu* inferior contra o *eu* superior, do mesmo modo que, em certa máquina, a paragem da roda principal implica a paragem de todas as outras. Os desejos e os apetites do homem dispersaram-se, desordenaram-se, procurando cada qual a sua própria satisfação, sem levar em conta o bem-estar total do

homem ou da sociedade. As nossas paixões ameaçam constantemente insurgir-se contra a nossa razão e a nossa vontade. Todavia, fica ao homem a fiscalização da sua vontade. Apesar das revoltas da carne, o homem conserva o uso da razão. O homem não é um ser intrinsecamente corrupto.

Quatro são as feridas da natureza humana que nos tornam árdua a prática do bem. Uma delas tem sua sede na inteligência e na razão, um tanto obscurecidas pela Queda e incapazes de, sem esforço, alcançarem a verdade. Outra ferida encontra-se na vontade — na vontade, que só poderá propender para o bem superior, resistindo ao apelo do bem inferior. As outras duas feridas são as das paixões, das quais uma nos leva a empreender o que é fácil, e a outra a fugir do que é difícil. É, pois, fatal que sejamos tentados a proceder mal. Mas as próprias tentações só são culpáveis com a capitulação da vontade. Tal ou tal pessoa não consegue impedir que em si experimente uma tentação de luxúria, do mesmo modo que não podemos impedir que o estômago «dê horas», quando tem fome. O que ela pode, porém, é, no primeiro caso, evitar o adultério, e, no segundo, a gula. O que importa ter presente é isto: nunca a libido, por mais violenta que seja, nunca qualquer força externa ou inclinação para o mal nos poderão aniquilar a liberdade. Nunca somos tentados para além das nossas forças. Qualquer que seja o desfalecimento moral que consideremos só a nós o devemos imputar, porque as nossas decisões são nossas, muito nossas, a mais ninguém pertencem.

O *ego* corrupto procura a sua perfeição, mais naquilo que tem do que pròpriamente naquilo que a pessoa é ou pode vir a ser. Ora, para resistir a este desvio, é essencial restabelecer o equilíbrio entre o desenvolvimento espiritual interno e a actividade externa por uma mudança radical de atitudes. O *ego* deve ser domado; o velho *eu*, purificado; o verdadeiro *eu*, libertado. Como dizia S. Paulo aos Efésios: «*Mas vós não aprendestes assim [a conhecer] Cristo se é que ouvistes [pregar d'Ele], e fostes ensinados n'Ele, segundo a verdade que está em Jesus, a vos despojardes, pelo que diz respeito ao vosso passado, do homem velho, o qual se corrompe pelas paixões enganadoras. Renovai-vos, pois, no espírito do vosso entendimento, e revesti-vos do homem novo, criado segundo Deus na justiça e santidade verdadeira*» (IV, 20-24).

Importa que nos saibamos disciplinar, para por-mos em ordem as exigências particulares do corpo e da alma, da carne e do espírito, do *ego* e do *eu*. O *eu* superior não pode emergir, sem que o *ego*, o *eu* inferior seja subjugado. Mas o conceito de autodisciplina há que interpretá-lo devidamente. A autodisciplina não exige o alheamento do puritano, perante os males deste mundo, no interesse de obter uma vida terrena mais próspera. Revela-nos a história que essa atitude originou duas distintas formas de actuação, perfeitamente inconfundíveis: por um lado, o culto dominical; por outro, a exploração fabril, seis dias por semana, com o objectivo do lucro. Esta separação conduziu, finalmente, ao

«secularismo» e à completa eliminação do espiritual. A autodisciplina também não é sinónimo de estoicismo, ou de destruição de paixões. As paixões, em si, não são más: o seu abuso é que é condenável. Em si, e por si, as paixões não são morais, mas, sim, amorais. Não são boas nem más. A sua moralidade depende da maneira por que a inteligência e a vontade fazem uso delas. Nosso Senhor não destruiu a paixão na alma de Madalena: converteu-a em apostolado, orientou-a para Deus. Não abafou o temível ardor de Paulo: dirigiu-o para novos caminhos, os da caridade e os do apostolado.

Também a autodisciplina não equaciona com abandono. E dizemos não equaciona, porque todo o abandono é uma perda. Nosso Senhor não exige que renunciemos às coisas da Terra. O que quer é que as troquemos por bens melhores. *«Pois que aproveita ao homem ganhar o Mundo, se vier a perder a sua alma?»* (Mat. XVI, 26). Toda a troca implica uma decisiva apreciação entre dois objectos, dos quais um nos é indispensável e o outro não. Podemos dispensar uma moeda de um escudo, o que não podemos dispensar é uma fatia de pão. E daí a razão por que trocamos a moeda pelo pão. Certas almas julgam poder dispensar as riquezas, não podendo, todavia, dispensar a alegria de se verem livres dos cuidados materiais, para possuírem só a Deus. Daí o motivo por que trocam uma coisa pela outra — e isso realizam pelo voto de pobreza. Outras almas existem que julgam poder renunciar à sua vontade. Aquilo a que não renunciam é à união com Deus — e isso

realizam pelo voto de obediência. Outras almas, ainda, julgam poder dispensar a voluptuosidade da carne, mas não o êxtase do espírito. Trocam uma coisa pela outra, e esta paixão sem paixão, esta tranquilidade interior, elas a conseguem pelo voto de castidade.

O ascetismo, se acaso fosse um autêntico abandono, constituiria uma perda, uma diminuição da nossa natureza, um retraimento da nossa vida. Mas, porque é uma troca, equivale a uma realização, a uma libertação da verdadeira essência da personalidade, em relação às falsas ligações para as quais o *ego* propende. Não admitem certos homens a mais pequena das trocas. Assemelham-se ao jovem do Evangelho que *«se ia embora tristemente porque possuía grandes bens»*. Determinado doente, com medo de sofrer, recusa-se a ser submetido a uma operação rigorosamente necessária. Não ignora Nosso Senhor a nossa natural hesitação para entrarmos em luta contra o *ego*, mas a Sua palavra nos tranquiliza. A paz que Ele nos dá difere absolutamente da falsa satisfação pessoal cujo abandono nos preocupa: *«Deixo-vos a paz, dou-vos a minha paz; não vo-la dou, como dá o Mundo. Não se turbe o vosso coração, nem se assuste»* (João, XIV, 27).

A autodisciplina também não equivale ao desprezo de nós próprios, ou à destruição da personalidade — antes visa à expressão pessoal, no mais alto sentido da palavra. Uma locomotiva não é *«expressiva em si mesma»*, se acaso se recusa a seguir a direcção exigida pelo maquinista e se, porventura, para a sua perda, abandona os carris. Mas expres-

siva é, se se mantiver a certa pressão, e sem sair da via. Um homem não é «expressivo» em si próprio, se dá largas aos seus apetites carnis, como o faria uma alimária. Mas passa a ser «expressivo» — e bem «expressivo» — se comanda as suas paixões segundo a razão e as inspirações do Espírito Santo.

Um rio que se ramifica em numerosos canais tem pouca profundidade. Um espírito que apenas se volta para um fito, cansa-se e enfastia-se. É a dispersão das energias vitais por uma multiplicidade de afeições secundárias que arruína o carácter. A autodisciplina integra-nos, aprofundando o canal da nossa vida. Segundo o dizer de S. Tomás, *«o coração do homem adere tanto mais a um objecto, quanto mais se afasta dos outros»*. Esta concentração da alma num só foco pela autodisciplina não aperfeiçoa apenas a personalidade — garante a todas as outras actividades da vida um desenvolvimento mais perfeito, hierarquizando-as numa pirâmide de valores, de acordo com a sua real importância.

A autodisciplina não é motivada pelo ódio do Mundo, ou da sociedade, ou do bem geral da Humanidade. A autodisciplina não é indiferença pelo Mundo, como o velho ascetismo estóico; não visa tão-pouco ao extermínio de nós próprios, como o ascetismo hindu: antes aspira a salvar o Mundo pela salvação das almas, a melhorar o Mundo pela regeneração dos corações. Tanto o ascetismo estóico como o ascetismo hindu têm como característica comum o pretenderem atingir a indiferença. Um é indiferente em relação ao bem-estar da sociedade, o outro é indiferente em relação à personalidade humana.

O primeiro, com efeito, exalta o *ego*, isolando-o dos seus irmãos humanos; o segundo mata o *eu*, com o propósito de instaurar a grande « inconsciência universal ». Mas a disciplina torna impossível o divórcio entre a personalidade e a sociedade. « *É por eles que eu me sacrifico, que eu me santifico* », dizia Nosso Senhor. Os próprios trapistas não abandonam o Mundo e não abraçam uma vida de penitência, levados pelo desejo de salvação pessoal, antes assim procedem impelidos pelo desejo de salvarem o Mundo. O amor desinteressado e que se imola transforma a renúncia do Mundo. Aquele que renuncia aos prazeres por amor de Deus, arde em amor por todos os homens, criaturas de Deus. Com esse desinteresse, o *eu* une-se mais intimamente ao Mundo, enquanto trabalha por elevar-se e por aproximar-se de Deus, à maneira da árvore que, quanto mais cresce, mais profundamente mergulha as raízes na terra.

A finalidade da disciplina pessoal não é, pois, destruir a liberdade — mas antes torná-la mais perfeita. A palavra liberdade não significa o direito de fazermos o que nos apraz, mas, sim, o que devemos. Não ganhamos a liberdade por nos entregarmos à devassidão, mas, antes, atenuando o que em nós exista de pecado original. Renunciarmo-nos é o mesmo que desnudarmos o *ego*, é esforçarmo-nos por dar ao *eu* a liberdade de seguir Deus. Quanto mais o *ego* se desfaz das cadeias que o ligam às coisas exteriores, mais se pertence, mais próximo está de se transformar em *eu*. Assim como o alcoólico é possuído pelo álcool, assim o santo está na posse de si mesmo. Em todos nós existe uma nobreza ou, até, uma divindade em

potência, como num grosseiro bloco de mármore existe, em potência, uma estátua. Mas, para se conseguir o resultado final, é preciso que o mármore seja submetido à diligente tortura do cinzel de um artista hábil, que faça voar em estilhas o informe egotismo, até surgir a nova e esplêndida imagem do próprio Cristo.

A autodisciplina não é, pois, um fim em si, mas um meio. Aqueles que nela vêem a essência da religião, repelem, como más, certas criaturas de Deus, o que, habitualmente, as conduz ao orgulho. O desinteresse, devidamente praticado, não passa de um meio de aproximação de Deus. Sem o amor de Deus não há verdadeiro ascetismo. S. Paulo diz-nos que a filantropia, o sacrifício, a esmola e até o próprio martírio, visando a outra finalidade que não seja o amor de Deus, carecem de mérito em relação à vida eterna. *«Ainda que eu distribuisse todos os meus bens no sustento dos pobres, e entregasse o meu corpo para ser queimado, se não tiver caridade, nada [disto] me aproveita»* (I Cor., XIII, 3).

Na ordem sentimental, um rapaz dá provas de que tem amor a uma rapariga, na medida em que renuncia a todas as suas relações femininas, para só nela pensar. Na ordem espiritual, a alma dá a Deus prova do seu amor, na medida em que se desliga das criaturas para apenas se unir ao Criador.

A concentração sobre o *ego*, ou auto-erotismo, da qual todo o nosso mal provém, está em completa oposição com essa autodisciplina que nos é inspirada pelo amor de Deus. A actual pretensão à segurança sem sombra de esforço e à subsistência sem trabalho, constitui tendência superlativamente nefasta à perso-

nalidade: tudo aquilo que alivia o *ego* das exigências do momento, tudo aquilo que lhe poupa o dever de resistir à preguiça, constitui um perigo para o carácter. O ascetismo, ou autodisciplina, é indispensável no esmagamento do egoísmo, e está longe de repugnar à Natureza, como alguns nos querem fazer acreditar. Se subirmos à hierarquia dos seres, nela notaremos uma particular e intensa disposição para a mudança. O elemento químico H_2O só é susceptível de três formas: água, gelo e vapor. A faculdade de adaptação, mais sensível já no reino vegetal, aparece ainda mais nítida nos animais, com os seus órgãos de locomoção. Mas o homem é que, em todo o Universo, possui maior potencialidade de conversão. É ele capaz não só de se mover livremente através do Mundo, no plano horizontal, mas é, outrossim, capaz de se elevar do servil amor-próprio até ao nível de uma personalidade senhora de si, e, finalmente, aos cumes de uma vida cujo centro é Cristo.

Mas porque o homem pende naturalmente para o mal, para baixo; porque parece estar submetido a uma espécie de gravitação carnal, precisa, constantemente, de caminhar, para se manter no seu lugar. Se ele se abandona ao deixa-te ir, degenera; a negligência, o desmazelo, a voluptuosa indolência e o pecado levam sempre à perda do autodomínio. Mesmo que o egotista não dê pela perda da sua unidade interior, mesmo que não se aperceba da escravização real das suas faculdades superiores às inferiores, nem por isso a verdade deixa de ser a mesma. Quantos se não felicitam pela sua feliz saúde, quando, afinal, um insuspeitado cancro os vai carcomendo interior-

mente! Quer saibamos ou não, cada um de nós vive sob a ameaça da tracção do *ego* que nos solicita para baixo. Mas a essa força de tracção inferiorizante devemos nós opor a resistência de todas as nossas energias — as do corpo e as do espírito — para conseguirmos manter a integridade do *eu*, como quem diz, da pessoa.

Esse trabalho de ordenarmos a nossa natureza exige sacrifícios — sacrifícios directamente proporcionais aos abusos que anteriormente tenhamos praticado com os nossos sentidos ou com as nossas faculdades. Está averiguado que a sociedade moderna é mais capaz de abnegação do que as gerações passadas, e isso de há muitos anos a esta parte. De tal temos nós prova, negativa sim, mas nem por isso menos certa, no entusiasmo com que a juventude europeia, neste século, se arregimentou no comunismo, no nazismo e no fascismo, não obstante a heróica abnegação exigida por esses sistemas políticos em favor da colectividade. Os sistemas totalitários mostram-nos de quantos sacrifícios o homem moderno é capaz por um ideal — ainda que este seja enganador. Os partidos autoritários reclamam muito mais do que a disciplina do *ego*: exigem o abandono da pessoa na colectividade de uma raça, de um Estado ou de uma classe. O facto de aparecerem milhões de jovens dispostos a sacrificar o seu carácter, a sua razão e a sua vontade a uma « causa », bem testemunha como toda a tentativa de reacção contra o antigo liberalismo (que a cada qual reconhecia o direito de actuar a seu bel-prazer) é hoje favoravelmente acolhida. Justo era esse instinto da juventude europeia. O seu erro veri-

ficou-se na maneira como seguiu tal instinto. De modo diferente e superior, o espírito americano oculta, também, sob as suas aparências materialistas e pragmatistas, certo pendor para o sacrifício. São disso testemunho a manifesta aversão dos jovens pelos hábitos de bem-estar de seus avós, e ainda o número crescente daqueles que vão procurar, sob os claustros da Trapa, a vida contemplativa e o total esquecimento do Mundo.

Esta latente disposição do homem para o sacrifício encontra profundas raízes no nosso conhecimento natural de Deus. Deus aparece-nos como antítese do caos das «coisas». A razão humana está, hoje, melhor informada acerca do que Deus não é, que daquilo que Ele é. A teologia natural descreve-O em termos de eternidade (negação do tempo); em termos de imensidade (negação do espaço). Descreve-O ainda, eliminando toda a imperfeição dos nossos conceitos universais, tais como os da justiça, da verdade, da beleza, do amor. Embora a revelação sobrenatural nos dê um conhecimento mais positivo e mais profundo da Natureza Divina, o homem compreende, todavia, no simples plano da razão, que a negação de certas coisas, neste mundo, o aproximam mais intimamente de Deus. Existe um paralelismo entre o conhecimento de Deus adquirido pela negação e o nosso movimento para Deus pela autodisciplina. O homem compreende o paradoxo de que quanto mais ele regressa ao nada donde saiu, mais se aproxima do supremo Princípio da Vida, da Verdade e do Amor, que o criou. Deus fê-lo do nada. E é por isso que, na medida em que se minimiza por um acto

de humildade, o homem começa a recuperar-se e a encontrar-se a si próprio no Deus que o criou. Apagando-se o *ego*, afirmação da sua falsa divindade, começa o *eu* (criado por Deus) a aparecer e a ficar prestes para ser divinizado pela participação da Natureza Divina, chamada Graça.

Para aprendermos a arte da pintura, é preferível estudarmos as obras-primas a gastarmos o nosso tempo com os pobres quadros dos pintores de segunda categoria. Pois, também, para aprendermos o que seja a autodisciplina, preferível é dirigirmo-nos aos grandes mestres da vida espiritual a procurarmos os psicólogos. Santo Agostinho é um desses mestres. A perda do seu *ego*, desintegrado pelos prazeres carniais, assustava-o. São dele estas palavras:

«Eu não tenho pressa em O gozar; e assim — embora a Tua beleza me haja arrebatado para Ti — em breve de Ti fui afastado pelo meu próprio peso, e, com dor, tombei na esfera inferior. Esse peso era a carne. Todavia, Tu continuas a viver na minha memória. E nunca duvidei de que existisse Alguém a Quem eu pudesse dirigir-me, embora eu ainda não estivesse em condições de me dirigir a Ele... Eu não era capaz de contemplar-Te. A minha fraqueza afastava-me, e eu fui atirado para a minha vida habitual, nada mais levando comigo do que uma grata memória.»

Depois de intelectualmente se ter afastado do maniqueísmo, depois de abandonar a sua vida de ego-

tista, e de se ter entregue espiritualmente a Cristo, o convertido passa a representar a existência como se fora uma luta entre duas solicitações: o amor do *ego* e o amor de Deus. Por outras palavras: o Mundo surge-lhe, como a Santo Agostinho, dividido em duas cidades:

«Dois amores construíam estas duas cidades: o amor de nós próprios levado até ao desprezo de Deus (e esse é a amor terreno) e o amor de Deus levado até ao desprezo de nós próprios, e esse é o amor celestial. A primeira a si se glorifica. A segunda, pelo contrário, a Deus exalta. Uma, procura a glória nos homens, a outra procura-a no testemunho da consciência. Uma caminha de cabeça erguida, possuída pela embriaguez da sua própria glória, ao passo que a outra diz ao seu Deus: «Vós sois a minha glória e o meu orgulho.» Numa, os príncipes são subjugados pela paixão de domínio sobre os seus súbditos, enquanto, na outra, príncipes e súbditos se assistem mutuamente... Uma assenta nos bens terrenos, a outra nas esperanças celestes; ambas vindas da porta comum da mortalidade, que foi aberta a Adão, de cuja descendência maldita Deus fez, como de uma pútrida massa, certos vasos de misericórdia e certos vasos de ira; dando a uma as penas que lhe eram devidas, e a outra a graça que lhe não pertencia, de maneira a que os cidadãos de Deus, na Terra, recebam desses vasos de ira a lição de jamais poderem contar com a sua própria eleição, mas antes a de porem a sua esperança no nome do Senhor.»

Hugo de S. Vítor serve-se de uma outra comparação para descrever a resistência do *ego* à Graça divina :

«A lenha húmida dificilmente arde. Mas, se uma forte aragem passar, ela arderá, de si despreendendo espessa fumarada. Pouco a pouco, essa fumarada se dissipará, e com ela a humidade, transformando-se a lenha num braseiro crepitante... Terminado o crepitar da lenha, tudo será chama triunfante na tranquilidade profunda do grande silêncio... Fogo, chama e fumo no princípio. Depois, fogo e chamas, já sem fumo. Finalmente o puro fogo, sem chamas nem fumo. Os nossos corações carnis são como a lenha húmida... Tocai-os com a faísca do temor de Deus ou do Divino Amor, e as grandes nuvens das más paixões e dos desejos rebeldes desaparecerão. Depois, a alma fortifica-se, a chama do amor arde mais quente e mais clara, o fumo das paixões decai, e, então, o espírito purificado sobe à contemplação da Verdade. Por fim, a contemplação triunfante enche o coração com a Verdade. Alcançámos a própria fonte da soberana Verdade. Envolvidos por ela, não mais haverá perturbação ou angústia que nos dilacere o coração. A alma encontrou a paz e o descanso.»

Com a sua habitual sobriedade de profundo filósofo, o mesmo nos é ensinado por S. Tomás, servindo-se da análise da verdadeira natureza humana. Depois de mostrar a inabilidade do amor das riquezas e das honrarias, da perversão sexual e das demais formas de egotismo como finalidades reais da exis-

tência humana, estabelece ele que a verdadeira finalidade do *eu*, ou da personalidade, consiste na contemplação da verdade. Mas impossível nos é vislumbrar a verdade, se não renunciarmos aos nossos hábitos egocêntricos, se não nos afastarmos das profanas distrações que nos impedem a sua descoberta :

«E por isso mesmo, a finalidade última do homem é a contemplação da verdade. Esta é característica inconfundível da sua natureza. Nenhuma outra criatura a partilha com ele. Para lá dela, outra finalidade não é possível, porque ela constitui finalidade por si própria. Daí a semelhança que liga o homem aos espíritos superiores. De todas as actividades, é essa a única que é comum a Deus e aos anjos... E é para essa finalidade que todas as actividades humanas parecem dirigir-se. Para a perfeita contemplação, precisamos nós da saúde física, que nos é garantida por todos os processos artificiais necessários à vida. Precisamos de nos libertar da perturbação das paixões — alvo que conseguiremos atingir através das virtudes morais e da prudência. Precisamos de nos libertar das perturbações do exterior, liberdade para a qual tende toda a organização do governo civil. Assim, tendo sido devidamente considerado o problema, todas as ocupações humanas parecem bem orientadas para as necessidades daqueles que contemplam a Verdade.»

Em todo este passo relativo ao governo de nós próprios, S. Tomás (não é demais sublinhar este aspecto) não considera o corpo como mau, nem

mesmo as paixões, das quais ele apenas condena o abuso. As paixões corporais e os bens temporais, sem constituírem o todo da perfeição, humana, desempenham, todavia, nessa perfeição um grande papel. Mesmo no seu estado glorioso depois da ressurreição, ainda o corpo será necessário à felicidade da alma, e a glória da alma inundará a glória do corpo, para que ele possa, de igual modo, gozar da sua celeste herança.

CAPITULO IV

O GOVERNO DE NÓS PRÓPRIOS

ASSIM como o amor de nós próprios, ou o egotismo, é a raiz de todos os nossos males, assim também a sua eliminação é o princípio da felicidade. O egocentrismo isola-nos da sociedade, a disciplina do *ego* restitui-nos o espírito comunitário. Para nos associarmos aos nossos semelhantes, é necessário que aceitemos as condições fundamentais da amizade, a primeira das quais exige que deixemos de viver exclusivamente para os prazeres egoístas. Na ordem natural, nada aumenta com mais segurança a felicidade do que o esquecimento das preocupações pessoais. Admitida essa necessidade do ascetismo, resta-nos pô-lo em prática.

Seis são os perigos contra os quais a autodisciplina nos é preciosamente útil: 1) as ocasiões de pecado; 2) a nossa paixão dominante; 3) os nossos sentidos externos; 4) os nossos sentidos internos; 5) a nossa inteligência; 6) a nossa vontade.

1) *As ocasiões de pecado.* Com esta expressão queremos nós significar os lugares, as pessoas e as circunstâncias que constituem o *clima* favorável ao

desenvolvimento do amor de nós próprios. Para um alcoólico pode ser certa taberna, certo camarada alegre; para um devasso, pode ser certa pessoa; para um maldizente, um «fala-barato», sempre ao corrente do último escândalo. Assim como um viajante prudente se desvia de todos os obstáculos do caminho, olhando atentamente para a sua frente, assim também o homem deve saber evitar, no caminho do Céu, tudo que se oponha ao desenvolvimento do seu carácter e à sua união com Deus. Muitas são as almas que tiveram a Fé e a perderam depois, e muitos são, também, os homens que, não possuindo, na ordem natural, personalidade bem íntegra, podem atribuir a perda da sua paz de alma e de espírito a esta ou àquela intimidade, a esta ou àquela má companhia. A Sagrada Escritura nos ensina: «*Quem o perigo ama, nele perecerá*» (Ecles., III, 27).

2) Por *paixão dominante* devemos entender qualquer ardente movimento do nosso apetite sensorial. Indiferente em si própria, pode a paixão, se a não subjugarmos, arrastar-nos ao mal, pela sua violência.

O *amor* é o desejo que nos atrai para outra pessoa ou coisa que nos agrada e nos encanta; o amor propende ardentemente para a posse ou união.

O *ódio* é um amor voltado do avesso. Por exemplo: se detestamos a doença, é porque temos amor à saúde. No fundo, o ódio é um ávido desejo de nos desembaraçarmos daquilo que nos desagrada.

O *desejo* é o apetite ou a procura dum bem ausente, e nasce do amor dum outro bem, coisa ou pessoa.

A *aversão* é a paixão que nos leva a evitar ou a repelir um certo mal iminente ou próximo, e a *alegria*, pelo contrário, consiste no prazer que experimentamos em possuir um bem.

A *tristeza* é a aflição que nos causa a presença actual dum mal ou duma desgraça.

A *coragem* ou *audácia* é a paixão que nos leva a, laboriosamente, procurar um objecto atraente, sim, mas difícil de alcançar.

O *desespero* é a paixão que surge na alma quando nos parece impossível adquirir certa coisa amada ou unirmo-nos a ela.

A *ira*, finalmente, é a paixão que repele, com violência, tudo aquilo que nos ofende, e nos leva à vingança.

Quase não vale a pena repetir que todas estas paixões, bem ordenadas, nos vêm de Deus. O Nosso Amado Salvador as conheceu em boa parte. Não só nos amou com toda a Sua Vontade e com todo o Seu Coração, como também chorou sobre Jerusalém e derramou lágrimas na morte de Lázaro. Justamente se encolerizou quando expulsou os vendilhões e compradores do Templo. Ao entrar no jardim de Gethsemani, sentiu terror e angústia. Mas todas estas paixões eram n'Ele tão disciplinadas, que vieram a contribuir para a obra da nossa salvação.

A paixão dominante varia de indivíduo para indivíduo. Dela aproveita o egotista para a si próprio afirmar, em tom lisonjeiro, que não é vicioso, porque, nele, ao contrário do que acontece no seu semelhante, tal paixão não é desregrada. A paixão dominante é sempre aquela para que naturalmente

nos inclinamos, aquela que nós mais hesitamos em combater. Por impelir o *ego* para afeições desordenadas, ela constitui invariavelmente uma fonte de inquietação.

Repitamos: assim como o prazer de beber é bom, sendo condenável o da embriaguez; assim como a imaginação é boa, mas não o assassinio premeditado, assim também as paixões são boas, por nos virem de Deus. Diga-se, porém, que o uso de uma paixão só não é bom quando voltado para mau fim, ou para um fim bom, mas com excessiva violência. Quando reguladas pela recta razão, as emoções geram a coragem, o ardor e o zelo. Tudo aquilo que de grande se tem feito precisou sempre do calor da paixão, e a paixão fundamental, em todas as emergências, é o amor. Todavia, se nos deixarmos dominar pelas nossas paixões, seremos constantemente tiranizados pelas suas exigências, porque quanto mais lhe damos, mais elas exigem. Quando as paixões são reguladas e subjugadas, quando postas ao serviço da virtude, transformam-se como que num cavalo com o freio na boca. É assim que nós podemos moderar o nosso apetite das riquezas, sabendo, de tempo a tempo, limitar-nos e praticar boas obras, no temor de nos deixarmos dominar pelo dinheiro, e é assim que podemos refrear a nossa ambição de «dar nas vistas» pela prática da humildade e do anonimato, de modo a que, se for possível, as nossas acções sejam conhecidas apenas de Deus. É assim ainda que podemos temperar o ardor dos nossos apetites carnis, lembrando-nos de que o supremo destino do nosso corpo é ser um templo de Deus. Mais do que procurar satisfa-

zer-se e lisonjear-se, deve o corpo ajoelhar perante Deus, a Quem pertence. Juntará as mãos para Lhe dirigir as suas orações, curvará a cabeça para O adorar.

3) Perigo nos pode vir também dos sentidos externos. Deverá o homem de Deus abster-se de olhar para tudo aquilo que possa induzi-lo em tentação. Assim como ele desvia os olhos de uma luz muito viva, que lhe poderia prejudicar a vista, assim também os deve desviar do mal, no justo receio de nele encontrar excessiva sedução. Do mesmo modo que o mundano faz ouvidos de mercador a todas as palavras que colidam com os seus egotismos, também o santo a si mesmo se proíbe escutar tudo que lisonjeie o seu egotismo, tudo que o oponha ao seu próximo, ou o incite à discórdia e à desconfiança. O *eu*, bem regulado, deverá recusar-se não só àquilo que contraria a lei, mas ainda a certas coisas legítimas, para, dessa maneira, manter o perfeito domínio de si mesmo. Para conservarmos a liberdade espiritual da alma, bom é que tenhamos a coragem de renunciar a mais um cigarro, a um segundo cálice, ou, até mesmo, ao primeiro. De todo aquele que, chegado à noite, se possa atribuir três pequeninos actos de renúncia praticados durante o dia, podemos nós dizer que já está em franco e feliz caminho. «*Mortificai, pois, os vossos membros: a fornicação, a impureza, a lascívia, os desejos maus e a avareza, que é uma idolatria*» (Col., III, 5).

Uma vez que é pelos sentidos externos que as ideias nos entram no espírito, segue-se daí que o nosso estado de espírito resulta da escolha daquilo

que no espírito deixarmos entrar. Cada impressão recebida é uma expressão em esboço. O princípio das nossas ideias é pelos sentidos que em nós penetra. Outro tanto acontece com o princípio das nossas acções. Para evitarmos o mal, diz-nos o Salvador, é preciso que lhe interditemos o acesso ao espírito através dos sentidos: *«Eu, porém, digo-vos que todo o que olhar para uma mulher, cobiçando-a, já cometeu o adultério com ela no seu coração. E, se o teu olho direito te serve de escândalo, arranca-o e lança-o para longe, que é melhor para ti que se perca um dos teus membros, do que todo o teu corpo seja lançado no Inferno.»* (Mateus, V, 28-29).

Este princípio de autodisciplina não é um simples princípio de higiene, apenas para nos preservar dos efeitos materiais do mal. O Salvador insiste sobre essa necessidade de se eliminar o mal logo na origem, antes de ele penetrar no espírito ou na vontade. Quem quiser concentrar-se numa leitura, deverá abstrair-se do tumulto exterior. Por analogia, quem quiser integrar a sua personalidade, deverá fechar-se, deliberadamente, a todas as sensações que prejudiquem o seu bem-estar. S. Tiago escreveu, a propósito dos malefícios da língua pela calúnia, pela maldicência e pela mentira, estas palavras:

«Vede como um pouco de fogo incendeia um grande bosque! Também a língua é um fogo, um mundo de iniquidade. A língua está entre os nossos membros, e contamina todo o corpo e inflama [com o fogo das paixões] a roda do nosso viver, sendo ela mesma inflamada pelo Inferno. Porque todas as espécies de alimárias,

e de aves, e de répteis, e de outros animais se domam: têm sido domadas pela natureza humana; porém, a língua nenhum homem a pode domar; [é um] mal [que torna o homem] inquieto, [está] cheia de veneno mortífero. Com ela bendizemos a Deus e Pai; e com ela amaldiçoamos os homens, que foram feitos à semelhança de Deus. Da mesma boca procedem a bênção e a maldição. Não convém, meus irmãos, que isto assim seja. Porventura, uma mesma fonte lança pela mesma bica água doce e amargosa? Porventura, irmãos meus, pode a figueira dar uvas, ou a videira figos? Assim uma fonte de água salgada não pode dar água doce» (I, III, 5-12).

4) Os *sentidos internos* podem igualmente perturbar-nos. A imaginação e a memória precisam de desembaraçar-se dos seus maus hábitos. Devanear, o que leva à ociosidade; guardar imagens que, traduzidas em actos, seriam culposas; ruminar nas injustiças que o nosso próximo nos causou — tudo isso são coisas cuja eliminação disporá para o aparecimento do carácter. Desde que não sejam fiscalizados, os nossos pensamentos podem abafar o *eu* real. Pessoas há que julgam conhecer a vida, por lhe terem saboreado as fezes. O contrário é que está certo. Os inocentes, que guardaram uma memória sem mancha e uma imaginação sem terrores, esses sim é que vivem realmente. Como escreveu Carlos Péguy no seu «*Mistério dos Inocentes*» :

É a inocência que está chela e a experiência vazia.

É a inocência que ganha e a experiência que perde.

É a inocência que é jovem e a experiência que é velha.
É a inocência que crê e a experiência que não crê.

É a inocência que nasce e a experiência que morre.
É a inocência que sabe e a experiência que ignora.

É o menino que está cheio e o homem vazio.
Vazio como uma abóbora ou tonel sem nada.

Ide, meus meninos, ide à escola.
E vós, homens, ide à escola da vida.
Ide aprender
A desaprender.

5) Também a *inteligência* deve ser dominada. A orientação seguida pelas nossas paixões dependerá dos nossos ideais. Se não tivermos um ideal de vida, seremos dirigidos pelas nossas paixões. As nossas próprias faculdades superiores precisam de ser disciplinadas. Um homem bem senhor de si mesmo não gasta o seu tempo a ler frivolidades sentimentais ou a inquirir de futilidades. É a verdade — e só a verdade — que ele tem em vista. Como o dizia Platão no *Fédon*:

« Quando a alma é arrastada pelo corpo para as regiões do mutável, e vagueia e se atordoia, o Mundo rodopia à volta dela, e ela como que cai na embriaguez. Mas quando ela, em si mesma e por si mesma, se contempla, então passa para o outro mundo — o mundo da pureza, da eternidade, da imortalidade e da imutabilidade, seus dons afins, e com eles vive permanentemente, se está sôzinha, e não ao serviço de outrem, ou

impedida. Então, abandonando os seus caminhos de vagabundagem, e entrando em comunhão com o imutável, torna-se ela própria imutável. E a este estado se chama sabedoria.»

A inteligência disciplina-se por leituras sérias e pela observação aprofundada da natureza humana que a rodeia. Isso implica uma atitude de espírito que estimula o altruísmo e o amor do próximo: o conhecimento deve ser permanentemente posto ao serviço do amor, constituindo o seu alicerce, como diz Santo Agostinho.

A purificação da inteligência é raramente praticada, em nossos dias. Ninguém toleraria porcaria na sua mesa, mas quantas não são as pessoas que com elas alimentam o espírito! Se não vigiarmos com muita atenção aquilo que nos entra na cabeça, tomaremos por verdades absolutas as literatices jornalísticas, e chegaremos, mesmo, a considerar-nos grandes pensadores, sem nunca termos lido os grandes pensadores do nosso país. E as nossas falsas ideias se concretizarão no nosso comportamento, uma vez que os actos de cada qual variam naturalmente segundo as suas maneiras de pensar. O cinema, os jornais, a publicidade e a rádio, pela profusão das ideias confusas e contraditórias com que nos entulham o espírito, desorientam-nos, na vida prática, se não soubermos salvaguardar-nos pela luz da Fé. Ao fim de um mês, sem rádio nem jornal, encontramos-nos em paz, pelo facto de não termos lido as notícias sobre discórdias, querelas, guerras, assassínios, divórcios... Um pequeno esforço para se adquirir o gosto

das sãs leituras nos fará compreender que o nosso espírito foi feito para a Verdade do mesmo modo que os olhos para a luz, e que o alvo final da Verdade é a Caridade. Como escrevia S. Bernardo :

«Há indivíduos que gostam de aprender para muito saber — e isso é curiosidade; desejam outros aprender, para conhecer — e isso é vaidade; querem outros aprender, para vender ciência — e isso é odioso mercantilismo; vão alguns para o saber, para sua edificação pessoal — e isso é prudência; outros, finalmente, tornam-se sábios para edificação do seu próximo — e isso é caridade.»

6) A *vontade* precisa muito especialmente de ser disciplinada, porque é ela quem dita ao homem os actos que este deve realizar. É a inteligência quem designa o alvo, mas é a vontade quem dispara as flechas. A vontade disciplinada revela a sua força pelo modo como governa as paixões, as emoções e os sentidos. A fraqueza da vontade é o defeito habitual dos homens sem ideais e sem finalidade na vida; dos homens que apenas por caprichos se decidem, que se deixam influenciar pelo respeito humano e pelo mau *exemplo*, e que pautam o seu procedimento pelo dos outros.

A vontade é senhora da alma e do corpo. É a sede de todos os nossos *móveis* de acção e, portanto, a raiz do carácter. Na verdade, é o *móvil* que determina a qualidade dos nossos actos. Podem duas pessoas praticar exactamente a mesma acção — dar esmola, por exemplo; mas enquanto uma dá esmola

para ver o seu nome citado no jornal, a outra dá essa mesma esmola por ver Cristo na pessoa do mendigo. O óbolo pode ter sido o mesmo. Pode. Mas a intenção, ditada pela vontade, era muito diferente. Assim pode acontecer em relação ao regime alimentar e ao jejum. Uma mulher perde dez libras [peso]. Ou isso suceda por «fazer regime», ou seja por mortificação, materialmente o fenómeno é idêntico; mas, no que respeita ao carácter, o resultado é muitíssimo diferente. Segue-se um regime alimentar por vantagens de natureza física, mas pratica-se o jejum por vantagens de natureza espiritual. Observa-se o regime alimentar, por complacência para com o *égo*; mas pratica-se o jejum no interesse da caridade e para domar o corpo, de forma a assegurar à alma uma maior liberdade no seu voo para Deus.

Muitos esforços temos de fazer para submetermos a vontade, para constantemente a dobrarmos às exigências de um sublime ideal. Falham umas quantas pessoas nessa tarefa, por não conhecerem bem qual o seu papel neste mundo: nunca tendo aplicado o espírito à pesquisa da verdade, fazem-lhes falta os pontos de referência no caminho da vida. Outras pessoas há que procuram disciplinar-se com uma rigidez e ardor excessivos, logo de começo. Nada conseguem! Muito apressadas, tais pessoas em breve desanimam, reconhecendo que a santidade não se adquire de um momento para o outro. (É facto averiguado pela experiência, nas comunidades, que os postulantes excessivamente desejosos de mortificações são, por via de regra, os que menos perseveram nelas). Outros indivíduos há que sossobram na sua

tentativa para disciplinar a vontade, por virtude de o seu *ego* ser demasiadamente arrogante — arrogante ao ponto de não poder suportar a ideia de um revés. Todavia, digamo-lo, é sempre possível educar a vontade. Se, depois de uma queda, nos dispusermos a humilhar-nos sinceramente, pedindo, de novo, a Deus, o socorro da Sua Graça, então adquiriremos a pouco e pouco o domínio de nós próprios, e as coisas mais árduas se nos tornarão fáceis. Entretanto, chegará o momento em que, sentindo-nos senhores de nós mesmos, teremos a alegria de que nos pertence a verdadeira liberdade. Libertos doutrem, somos verdadeiramente senhores de nós próprios. A liberdade é menos um apanágio natural do que uma conquista. Nascemos senhores das nossas determinações, mas o modo por que as tomamos é que nos faz escravos ou homens livres. A liberdade interior marca o apogeu da existência humana, a «*gloriosa liberdade dos filhos de Deus*», como lhe chama S. Paulo.

Assim como a vida física é a soma das forças que resistem à morte, assim também a vida espiritual é o resultado da permanente purificação dos impulsos nocivos que nos solicitam para baixo. Se o nosso *eu* não se mantiver constantemente ao leme, é certo e sabido que nós, tomados do receio do desagradável, cederemos à idolatria do bem-estar.

A purificação alivia-nos do peso morto dos maus hábitos e do lastro da carne. A alma adquire, então, cada vez mais liberdade e passa a saborear uma felicidade superior a todas as suas esperanças. «A felicidade é indispensável ao homem — como o disse

S. Tomás. — Na falta das alegrias do espírito, o homem curva-se para os prazeres da carne.» A perda de uma satisfação sem nada que a compense, atira-nos para o cinismo e para o azedume, enquanto em nós se aviva o apetite de lisonjas, de consideração, de honrarias e admiração. É difícil aos egotistas mudarem, pela razão de que são insaciáveis de gozo. Obesos, muito agasalhados, o rosto ornado de papada dupla, os egotistas recusam alguns instantes de sofrimento, que o autodomínio lhes possa dar, privando-se, assim, da autêntica alegria, tanto nesta vida como na vida eterna. Exteriormente, a prática do desinteresse parece uma *morte viva*, mas feita a experiência, verifica-se que é uma *vida que vai morrendo*, porque, à maneira da semente caída no terreno, cada nova morte do egoísmo gera sempre uma vida nova. A vida espiritual não se conquista sem sacrifício. Dor e purificação caminham de braço dado, porque do vício não conseguimos nós livrar-nos sem dor. A purificação não consiste — nunca consistiu — em esmagarmos a vontade para nos transformarmos em abúlicos. Mercê dela, a vontade, liberta do peso morto do pecado, ergue-se, num voo mais fácil, para a união com a Divina Vontade. Examinando, de perto, o problema, em breve descobrimos que a principal razão que impede as almas de irem para Deus não é apenas a sua ignorância, é, também, a sua malícia. Bem procuram os homens desculpar-se, mas o certo é nós encontrarmos no seu procedimento o maior obstáculo à fé: «*Não quereis vir a Mim, para terdes vida*» (João, V, 40). A esta aversão pelo sacrifício juntam-se a repugnância pela desistência do orgulho e a recusa

da imolação do coração. A ausência de humildade e de abnegação levanta como que uma muralha entre a alma e Deus. Quando Deus faz ouvir o seu apelo, a alma furta-se delicadamente, à maneira do convidado do Evangelho que comprara uma herdade: « *Rogo-te que me dêes por escusado* » (Lucas, XIV, 19).

Todavia, esta atitude de resistência não é universal. Muitas das almas cansadas iriam para Deus, se francamente se lhes mostrasse a via árdua da Fé, se mais se apelasse para a sua generosidade de coração do que para a sua razão. O espírito moderno volta-se muito mais para o sacrifício do que o supõem certos membros do Corpo Místico do Salvador. Temos menosprezado as suas boas qualidades, e muito surpreendidos ficaríamos por vezes da reacção dos nossos contemporâneos, se lhes perguntássemos, ao mostrar-lhes as mãos e os pés perfurados do Salvador: « Qual a razão deste estado?... » Corpos e almas encerram hoje mais ardor generoso do que o verificado aqui há bons quinhentos anos. Donde proveio o heroísmo dos nossos soldados, durante a última guerra, quando todos nós nos dizíamos amolecidos pelo luxo e pelas comodidades, senão desse potencial de sacrifício que sempre existiu no fundo de si mesmos? O Mundo sente-se, actualmente, cansado por uma tolerância de espírito, tão gelada como o coração dum avaro, e tão mole como um pequeno fio de sola. O Mundo precisa de se inflamar, de sentir o esbraseante calor das suas paixões. Precisa de amar, mas amar com um amor sem conta, peso, nem medida. Ao receberem o dom da Fé, os pagãos ultrapassam

muitas vezes, os pretensos devotos, pela sua generosidade e pelo seu amor de Deus.

Uma vez que é impossível alcançar a felicidade da união com Deus se não admitirmos o sofrimento, e que as almas privadas da Fé são capazes de grandes sacrifícios, bem faríamos nós, ao apresentarmos a divina Verdade às pessoas do nosso tempo, em adoptarmos o método outrora empregado pelo Salvador — o apelo ao sacrificio. Cristo pedia aos discípulos que vendessem os seus campos para ganharem a preciosíssima pérola, e que abandonassem barcos e redes para se fazerem pescadores de homens. Cada um de nós, sem a Fé, conhece o sofrimento — sofrimento que, ora se traduz na prostração do corpo, ora na inquietação e tormentos do espírito, no terror e na angústia. Talvez que, em toda a história do Cristianismo, nunca houvesse época mais dolorosa do que a nossa. O sofrimento é universal — e nunca anda longe do sacrificio. Uma dor de dentes é tão cruciante para um santo como para um canalha. A diferença entre o sofrimento e o sacrificio vem, toda ela, do amor de Deus. O sofrimento, sem o amor de Deus, não passa de sofrimento. Mas, o mesmo sofrimento, com o amor de Deus, transforma-se em sacrificio. Não custa menos ao monge trapista levantar-se às duas da madrugada para orar pelos pecados do Mundo do que a uma vítima da insónia o levantar-se para beber um cálice de « seco ». Mas que diferença não existe nas respectivas atitudes de alma! Que as pessoas do nosso tempo tenham a sua dose, até mais do que suficiente, de sofrimentos, nós o podemos crer. Mas, infelizmente, redonda isso em pura perda, por-

que, ou se dispensam de tornar meritórios esses sofrimentos, oferecendo-os a Deus, ou deles se lamentam com azedume, e se revoltam: «Por que é que Deus me fez isto a mim?». Importa intrometer uma cunha entre a sua dor real e a sua potencialidade de sacrifício, levando-os à compreensão de um Amor que tudo quis sofrer para que nunca ninguém pudesse dizer: «Ele não soube o que é o sofrimento!» Do mesmo modo que ao jovem que obedecia aos Mandamentos, mas que se recusava a abandonar os seus bens, também Nosso Senhor pode dizer, a esses tais, que não estão longe do Reino de Deus.

A primeira condição exigida para converter os nossos sofrimentos em sacrifícios é o abandono da nossa inteligência e da nossa vontade a Deus. Inclínemos dócilmente a nossa inteligência perante a Verdade Divina, sem nos prendermos demasiado às nossas ideias: «Aqui está como eu compreendo a religião!» Saiba a nossa vontade reconhecer, em todos os acontecimentos da vida, as dádivas dum Pai todo bondoso, cujo único desejo só pode ser a perfeita felicidade dos Seus filhos na eternidade — na eternidade e não, necessariamente, no tempo. Com efeito, fomos prevenidos: «*Haveis de ter aflições no Mundo*» (João, XVI, 33).

A oblação da alma é condição indispensável para que um tormento se transmude em sacrifício, e isso não é fácil. Custa-nos ir a Deus, como a Ele lhe custou vir até nós. Se Deus, a uns quantos, pede um sacrifício, eles se lamentam. Nas horas de provação, eles se revoltam e, quando a tentação os assalta, eles capitulam. Na verdade, a Fé é um jugo,

como o disse o Senhor, mas doce jugo e fardo pouco pesado. No momento em que se impõe a escolha entre o *ego* egoísta e o «Tu» Divino, em que o finito por dentro luta com o infinito de fora, como Jacob com os anjos, a nossa alma sente-se em ânsias, mas, terminado o combate, passa da angústia à alegria, da emoção à Fé. O verdadeiro crente pode transformar-se em herói, com uma simples decisão, porque pode, cooperando com a Graça Divina, passar das trevas à luz.

Os fiéis têm como tarefa levar ao desditoso egotista a Divina Luz. A intrépida dedicação de algumas almas prontas a sacrificar-se por Cristo é mais proveitosa para o Mundo do que milhares de discursos acerca dos direitos civis. É hoje muito frequente substituímos a acção pela oração e queremos transformar os outros, quando, afinal, era a nós próprios que nos devíamos transformar. Uns quantos assemelham-se ao apóstolo Pedro; em vez de orarem, como lhes foi ordenado, transitam para a acção, tão depressa o inimigo aparece no Jardim; puxam da espada, cortam uma orelha, e ao Bom Mestre fica o reparar a tolice feita.

As almas têm, em si mesmas, o preço por que se compra a felicidade: é a angústia actual, a miséria, o aborrecimento, o descontentamento dos corações. Mas, tal como uma criança, diante da montra duma confeitaria, com uma moeda de cobre na mão, e, dentro da montra, a visão fascinante do cândi, as almas deixam ir, água abaixo, a fascinação dos doces, porque se negam a desfazer-se da vil moeda. Esta é o amor-próprio, o egotismo e o egoísmo. O cândi é a paz, o amor e a felicidade.

CAPITULO V

A FORMAÇÃO DO CARÁCTER

DE uma forma ou de outra, cada um de nós tem os seus reveses neste mundo. Têm uns que fazer descontos às suas nobres ambições. Vivem outros inconsoláveis por não encontrarem com quem casar ou, tendo conseguido casamento, deploram ter-se enganado em suas esperanças. Há aqueles que se relaxam, e que, a pouco e pouco, se deixam resvalar para a mediocridade, ou para a escravidão do vício. Outros, finalmente, são atormentados por um desgosto, por falta de saúde, ou por um revés da fortuna. E todas essas decepções vão dar à mesma lamentação: «Se eu pudesse recomeçar a minha vida!» A verdade, porém, é que importa, sobretudo, que à vista das nossas derrotas e insucessos, não caiamos no desânimo. O desânimo é — olhado pelo lado espiritual — o resultado do amor-próprio ferido, e, portanto, uma forma do orgulho.

Todos têm suas derrotas. É isso o inevitável. Mas nem todos se lamentam em presença dessas derrotas. Entre o cristão e o pagão, na adversidade, há sua diferença. O incrédulo mergulha no pessimismo. Iludido pelo falso optimismo da sua fé no inevitável

progresso, as suas desditas assaltam-no quando ele menos o esperava. Depois de ter cantado, por longo tempo, a sua confiança no progresso humano, mercê da ciência com as suas provetas e a sua evolução, H. G. Wells confessava, nos últimos anos da sua vida: *«Apesar de todo o meu altivo optimismo, verifico agora que o Universo está saturado do homem, que lhe faz má cara, aparecendo-me o homem cada vez menos inteligente e cada vez mais rapidamente arrastado pela torrente do destino para a degradação, para o sofrimento e para a morte»* («O Destino do Homo Sapiens»). Quanto ao cristão, devemos dizer que nunca contou encontrar o seu paraíso na Terra. Constantemente lhe vem ao espírito a palavra do Salvador: *«No Mundo, não vos faltarão aflições.»* Por isso mesmo só o Cristianismo é capaz de se acomodar à derrota, venha esta donde vier, porque na derrota nasceu ele — a esmagadora derrocada de Sexta-Feira Santa. Entre outras lições, a Cruz nos lembra que se certos desastres os não podemos evitar, podemos sempre fugir a uma reacção impertinente. *Ora nós sabemos que todas as coisas concorrem para o bem daqueles que amam a Deus, para o bem daqueles que, segundo o [seu eterno] desígnio, foram chamados santos»* (Rom., VIII, 28).

De facto, é-nos possível vencer a derrota, tirar partido dos nossos desfalecimentos e servirmo-nos das nossas faltas como degraus para alcançarmos a santidade. Essa atitude cristã contradiz singularmente os nossos métodos de educação. A educação aposa-se do que de melhor existe em cada um de nós, do nosso génio inventivo, por exemplo, ou das nossas

aptidões para a música ou para a literatura, e desenvolve esses dons, pondo de parte as artes e as ciências para as quais não sentimos qualquer espécie de atracção. E justificadamente; pois não desejaremos obrigar os nossos escultores a que se façam especialistas em direito. A vocação do homem regula-se, em grande parte, pelas suas aptidões.

Pelo contrário, a formação do carácter tanto se apoia nas piores deficiências do indivíduo como sobre as suas melhores qualidades. Procura, no indivíduo, o seu defeito predominante, para o combater, e assim acabar o aperfeiçoamento da sua personalidade, transformando um vício na virtude contrária.

O primeiro passo, pois, para a formação do carácter, será descobrir aquilo que de pior existe em nós. Isto se consegue através do exame do pecado para o qual somos tentados com maior frequência. Grave erro seria o julgarmo-nos perversos por sermos tentados. A Sagrada Escritura nos diz: *«Meus irmãos, tende por um motivo da maior alegria para vós as várias tribulações que caem sobre vós: sabendo que a prova da vossa fé produz a paciência»* (Tiago, I, 2-3).

Um duplo benefício nos oferece a tentação: Revela-nos o ponto fraco do nosso carácter, aquele sobre que nos importa exercer vigilância; a própria tentação, para nós, constitui ocasião para a conquista de mérito, se lhe recusarmos a nossa submissão. O exame particular revela a cada qual o seu fundamental defeito de carácter, a sua falta dominante. E é falta dominante aquela que sobreleva a todas as outras e que determina, até certo ponto, as nossas atitudes, os nossos juízos, as nossas simpatias. O nosso

temperamento individual, apesar da diversidade das suas manifestações, segue geralmente uma linha estável. *Natura determinatur ad unum*. Certas pessoas são particularmente atreitas à sensualidade, outras à preguiça, outras à cólera. Outras existem, ainda, nas quais a doçura corre o risco de degenerar em moleza ou de levar à crueldade. Pouco importa que o mal se dissimule no canto mais recôndito do coração, ou consiga subtrair-se ao olhar doutrem. Como quer que seja, a sua presença não consegue escapar à penetração do nosso espírito. Não pode haver esperança de progresso espiritual enquanto o defeito capital não for arrancado do seu esconderijo, enquanto não for exposto à luz e patenteado perante Deus. Impossível nos é atacar um inimigo sem primeiro o sabermos localizar.

O segredo da formação do carácter está em vencermos o seu ponto fraco, com a cooperação da Graça de Deus. Reconhecido o mal, saibamos chamá-lo pelo seu ignóbil nome. Se não tivermos essa precaução, seremos levados a desculpar a nossa falta de fortaleza, tomando-a à conta de «complexo de inferioridade», e o nosso desordenado amor da carne, considerando-o «libertação da libido».

Judas não se salvou por se ter furtado a dar ao seu vício o nome que lhe devia dar: a sua avareza a qualificava ele de afeição pelos pobres.

Demanda operosa sondagem a descoberta do nosso defeito dominante — defeito sempre rebelde a deixar-se conhecer. Um processo de, por vezes, conseguirmos o que desejamos, nesse particular, é o de sabermos quais as acusações a que somos particular-

mente sensíveis. O traidor todo se enfurece, quando é arguido de deslealdade para com a sua Pátria. O pecado que mais clamorosamente condenamos nos outros é, porventura, aquele a que somos mais atreitos: Judas permitia-se acusar o seu próprio Mestre de não amar suficientemente os pobres. Segundo a justa observação de Aristóteles, *«cada qual se arma em juiz das qualidades de outrem, conforme a bondade ou malícia das suas próprias disposições»*. Se encarmos o Mundo com a ideia de que ninguém é honesto, torna-se extraordinário o número de vezes que os acontecimentos nos dão razão. Ninguém ignora que os especialistas dos inquéritos relativos ao comportamento sexual são procurados precisamente pelas pessoas taradas nesse particular comportamento. Por essas pessoas e não pelas honestas. Assim como a água procura o seu nível, assim também o espírito procura o nível da sua malícia. Os ladrões empareiram com os ladrões, os ébrios com os ébrios, e os maliciosos com os maliciosos.

Pode-se descobrir o nosso defeito dominante, não só nos convívios que ele prefere, na atmosfera em que respira, mas ainda na forma como as outras pessoas actuam relativamente a nós. A Natureza comporta-se para connosco, como nós nos comportamos para com ela. Se suspeitarmos do nosso vizinho, também ele, por sua vez, suspeitará de nós. Se amarmos o nosso semelhante, ele nos pagará na mesma moeda. Qualquer acto provoca uma reacção de equilíbrio — princípio físico que se verifica na psicologia. Se semearmos o grão da desconfiança na sociedade, a sociedade nos pagará com seara da mesma natu-

reza. As reacções emotivas dos outros podem servir de espelho das nossas próprias disposições interiores.

Uma vez conhecedores do nosso pecado principal, importa que logo caiamos a fundo sobre ele, através de uma luta obstinada, diária, de a toda a hora. A santificação não é um *lugar* a que se chega, mas, sim, um *caminho* que se percorre. Para triunfamos da nossa falta predominante, quatro são os meios principais:

1) Devemos pedir a Deus que nos ilumine as trevas da nossa alma e nos dê a força necessária para vencermos o mal. Tal como no-lo ensina o Concílio de Trento: *«Deus nada exige de impossível; mas, dando-nos os Seus preceitos, ordena-nos que façamos o que pudermos, e que imploremos a Sua Graça para conseguirmos aquilo de que somos incapazes.»*

2) Devemos manter-nos fiéis ao nosso quotidiano exame de consciência. A maioria das pessoas nunca se esquece de vasculhar, todas as manhãs, os bolsos, para saber se tem com que fazer face às despesas correntes do dia. Mas poucas são as pessoas que se dêem ao cuidado de examinar a consciência, para verificarem se não irão contrair dívidas morais e espirituais!

3) Devemo-nos impor uma penitência, todas as vezes que sucumbirmos perante a nossa falta dominante. Oraremos, por exemplo, pelo ausente de quem dissemos mal, daremos uma esmola equivalente ao quintuplo do custo de um copo, quando nos vier a

tentação de nos embriagarmos, depois de termos tragado o primeiro.

4) Devemo-nos aproveitar da nossa falta dominante para adquirirmos mais virtude.

Este último método é por demasia ignorado. E, no entanto, é-nos impossível fortificar o carácter sem conhecermos a nossa principal fraqueza, para dela triunfarmos, finalmente. «*Basta-te a minha graça, porque é na fraqueza que o [meu] poder se manifesta por completo*» (II Cor., XII, 9). A tempestade revela a fragilidade do telhado; mas a parte lesada torna-se, muitas vezes, a mais sólida, depois de ter sido reparada. A epiderme duma cicatriz é, também, a mais forte. Os «papagaios» e os aeroplanos sobem contra o vento, e não na direcção dele. A terra não dá a sua seara sem canseiras, nem o espírito os seus tesouros sem estudo, nem a Natureza os seus segredos sem investigação. Um defeito vencido pode vir a ser a nossa maior força.

Confundimos, muitas vezes, bondade com passividade. Não faltam aí pessoas tidas por excelentes, quando, na realidade, carecem de suficiente coragem para realizar seja que acto for — bom ou mau. É que o carácter não é função da falta de energia para praticar o mal. Implica a utilização de forte energia na prática do bem, quando o mal nos solicita. Dos maiores pecadores, por vezes, saem os maiores santos: Saul, o odioso, transformou-se no Saul apaixonado do Salvador; Madalena, a pecadora, transformou-se na Madalena, a grande penitente. Os conventos e mosteiros estão cheios de demónios em potência, de

santas almas cujo ardor natural poderia ter feito monstros, se elas não tivessem correspondido à Graça de Deus. Santa Teresinha teria sido — ela o confessa — uma das piores criaturas deste mundo, se tivesse sido infiel às divinas misericórdias. Por outro lado, as nossas prisões regurgitam, também, de santos em potência. A energia posta ao serviço do mal pelos criminosos não é condenável; condenável é o modo por que eles se serviram dessa energia. Lenine foi, provavelmente, um santo voltado do avesso. Tivesse ele utilizado a sua energia em dominar-se a si próprio, em praticar a caridade, em vez da violência e do ódio, e poderia vir a ser o S. Francisco do séc. XIX.

Vão já passados alguns anos, um jovem estudante foi gravemente queimado por uma explosão na escola que frequentava. A partir desse momento — diziam-lhe — não poderia mais andar. Pois não perdeu o nosso estudante a coragem. A sua ideia fixa era vir a curar-se. Friccionou as pernas, arrastou-as, exercitou-as, depois caminhou, e, finalmente, acabou por se tornar um dos mais famosos campeões de corrida, na América. Foi mercê da enfermidade, que esse rapaz adquiriu toda a sua força de vontade. O jovem Demóstenes gaguejava e tinha voz fraca. Nunca chegaria a figurar entre os mais ilustres oradores do Mundo, se não se tivesse esforçado por vencer os defeitos de que veio a tirar a sua maior força. Abraão Lincoln falhou na maior parte das suas candidaturas, até ao dia em que foi eleito presidente dos Estados Unidos. Beethoven, ao começar a ensurdecer, lamentava-se nestes termos: «*Que triste não vai ser a minha vida!*» Mas, depois de triunfar desse

primeiro abatimento, dizia: «*Deitarei as mãos ao pescoço do destino, para o dominar!*» E assim, escreveu músicas sublimes que nunca chegou a ouvir. Milton perdeu a vista, mas, da própria cegueira, soube ele tirar inspiração para um dos seus mais belos poemas.

Aplicai essa fortaleza de espírito à vida espiritual. Também, aqui, a dificuldade pode ser um estimulante. Nunca nenhum santo encontrou que a perfeição fosse coisa fácil. É isso um facto incontestável, sendo erradíssima a opinião contrária, aliás tão espalhada. A lei em vigor no Céu e na Terra é a de que aquele «*que combate nos jogos públicos não é coroado senão depois que combateu segundo as regras*» (II Timóteo, II, 5). A Igreja não canoniza ninguém que não se haja elevado a um grau de santidade «heróica», e as virtudes dos santos estão no *polo oposto* das fraquezas naturais que tiveram de vencer. As oportunidades que de outras pessoas teriam podido fazer demónios, foram para eles magníficas ocasiões de progresso. O nome de Moisés lembra sempre a própria doçura, mas o certo é que Moisés não veio ao Mundo com essa virtude: antes era homem de natureza ardente, um impulsivo e facilmente irascível. Matar um egípcio não é rigorosamente dar provas de mansidão — e Moisés cometeu esse crime. Foi ele o primeiro a «violar» os Dez Mandamentos. Ao voltar da Montanha, onde Deus lhe falara, deparou com o seu povo adorando o bezerro de ouro. Pois, num rompante de cólera, partiu as Tábuas da Lei. Cólera não é doçura. O ponto fraco em Moisés era a violência, mas do que de pior existia no seu temperamento

soube extrair o melhor, e com tanta perfeição ele se houve nessa transmutação que, mais tarde, na sua atitude para com o Faraó, no seu procedimento perante a ingratitude e a casmurrice daqueles que libertara, nas suas relações domésticas, na suprema decepção de não ver a Terra da Promissão, revelou-se com uma serenidade de humor que à Sagrada Escritura mereceu elogio: «*Era homem de extrema doçura*» (Números, XII, 3).

A personagem mais célebre do Novo Testamento pela caridade é o apóstolo S. João. «*Amai-vos uns aos outros*» — era a sua frase predilecta. A si próprio se atribuía o título de «discípulo bem-amado», e foi ele quem teve o privilégio de apoiar a sua cabeça no peito do Salvador, na última Ceia. Essa ternura não lhe foi, todavia, e sempre, familiar. Tentou, mesmo, um dia, fazer a sua política, por intermédio de sua mãe, levando-a a pedir ao Senhor que, para ele e para seu irmão, reservasse os lugares que Lhe ficavam mais próximos, quando chegasse ao Seu Reino. A caridade não procura impor-se ou dominar. Noutra ocasião, tendo a cidade de Samaria fechado as suas portas a Nosso Senhor, João e seu irmão Tiago pediram-lhe que fizesse descer o fogo do Céu à Terra, para destruir a cidade. A caridade não é, positivamente, o mesmo que vingança. Na verdade, parece ter existido em João uma tendência para o ódio, pois o seu Mestre chamou-lhe o «filho do trovão».

Todavia, um dia por outro, João caía a fundo sobre o ponto fraco do seu carácter, sobre a sua falta de bondade para com seus irmãos humanos e, com o auxílio da Graça, veio a ser o grande Apóstolo da

Caridade, virtude de que, a princípio, era desprovido.

O evangelista S. Mateus constitui um outro exemplo — o da extrema fraqueza do carácter, convertida na sua extrema fortaleza. Se há nota bem característica, na leitura do primeiro Evangelho, essa nota é a do amor dispensado por Mateus a Israel — amor tão intenso que o alçou à categoria de um dos maiores patriotas que até hoje têm existido. Mas seria temerário o supormos que essa virtude a ganhou ele de um momento para o outro. Em Mateus, o ponto fraco era, precisamente, a falta de amor ao seu país. Foi ele, para assim dizermos, o primeiro Quisling na história do Cristianismo. Vendeu os seus compatriotas aos Romanos, extorquia-lhes impostos exorbitantes em proveito dos seus suseranos e colaborava com um invasor, no propósito de avolumar a sua fortuna pessoal. Andava ele ocupado na cobrança desses malditos impostos, quando Nosso Senhor, um dia, lhe disse, ao passar: *«Vem, e segue-me!»* Abandonando, então, as suas contas, Mateus seguiu-O, vindo, depois, a tornar-se um dos patriotas mais notáveis. Muitas — muitas vezes — celebra ele, no Evangelho, as glórias do seu país, citando David, Isaías, Jeremias, Ezequiel, e indo até ao ponto de exultar, nestes termos: *«Israel! É esta a tua glória, é esta a tua coroa! De ti, do nosso povo, é que saiu o Senhor e Salvador do Mundo!»* Mateus ficou devendo o seu patriotismo ao seu encontro com Deus. A força veio-lhe do facto de ter dominado o seu ponto fraco, com o auxílio divino: *«é na fraqueza que o [meu] poder se manifesta por completo»* (II Cor., XII, 9).

Os santos sabem, como ninguém, encontrar nas suas tentações as melhores oportunidades para se conhecerem. Essas tentações lhes revelam as brechas a tapar na cidadela de suas almas, para daí fazerem os mais sólidos pontos de resistência. E assim vemos nós — com certa surpresa — algumas almas generosas transformarem-se no contrário daquilo que pareciam anunciar. Desta ou daquela pessoa, ao ouvirmos mencionar as suas virtudes, somos nós tentados a dizer: «Bem a conheci, quando...» Entre este «quando» e o «agora» intercalou-se um combate, uma luta entre o seu egoísmo que recuou e a sua fé que avançou. Essa pessoa seguiu o conselho de S. Paulo: *«Expulsemos nós também tudo aquilo que nos sobrecarrega, deitemos fora o pecado que nos entrava»* (Hebreus, XII, 1).

Uma vez que o desenvolvimento do carácter requer uma constante vigilância, devemo-nos coibir de considerar as nossas faltas ocasionais como se fossem o resultado de um abandono a que Deus nos tivesse votado. Duas atitudes são possíveis no pecado, e duas atitudes nós podemos tomar a respeito das nossas quedas no mal: ou cairmos, para depois nos levantarmos, ou cairmos, sem fazermos diligência para nos erguermos. O facto de uma vez termos tropeçado não nos deve desanimar. Lá porque o menino cai uma vez, não é isso motivo para que não tente andar outra vez. Quanto mais o seu menino é atreito a dar quedas, mais solícita a mãe se mostra em vigiá-lo. Por analogia, também as nossas derrotas podem servir como que de preces para que Deus, dada a nossa grande fraqueza, atentamente nos vigie. Tive sempre particular simpatia por esta anedota, tal

como vem contada na vida de Santa Maria Madalena de Pazzi. Certo dia, estando ela a limpar do pó uma pequena imagem de Nosso Senhor, na capela, deixou-a cair. Mas logo a levantou, incólume, beijando-a, com este comentário: «*Se não tivesses caído, não terias apanhado este beijo!*» Se se trata de uma fraqueza habitual, é bom que contemos, por vezes, não somente as nossas quedas, mas ainda o número de vezes que vencemos a tentação. Os reveses que sofreremos no ardor da luta podem levar-nos à consolidação dos nossos propósitos.

As provações e as tentações da vida demonstram-nos que existe em cada um de nós um verdadeiro potencial de *eu*. O «*ego real*» é aquilo que eu presentemente sou, por virtude do meu não-te-rais; o «*eu possível*» é, pelo contrário, aquilo que eu poderei vir a ser, pelo sacrifício e resistência ao pecado. Somos como os antigos palimpsestos, como os velhos pergaminhos recobertos com duas escritas, uma sobreposta à outra; o verniz original do pecado e do egoísmo deve ser raspado para que, em nós, surja a iluminura da mensagem Divina.

Não há caracteres ou temperamentos imutáveis. O afirmarmos que «somos o que somos, e não podemos modificar-nos», equivale a ignorarmos a liberdade, a acção Divina em nossa alma e a possibilidade de transformação da nossa vida moral. «Curva a cabeça, altivo Sicambro, ordenava o bispo de Reims ao rei dos Francos, no momento de este ser baptizado; adora o que queimaste, queima aquilo que adoraste.» Quaisquer que sejam os seus excessos e a profundidade do seu vício, não há carácter que não seja

capaz de se transformar no seu contrário, pela cooperação da acção Divina e da acção humana, e de se elevar ao nível do *eu*, e, por fim, ao nível Divino. Alcoólicos, toxicómanos, materialistas, cépticos, sensuais, glutões, ladrões, toda essa gente pode transformar o campo das suas derrotas em campo das mais brilhantes vitórias. O factor tempo tem muito menos importância do que se supõe. Com efeito, não é preciso muito tempo para nos erguermos até à santidade. O que é essencial é muito Amor.

Jacopone de Todi era infiel a sua santa esposa. Ora, assistindo ele, um dia, a um torneio, aconteceu que a tribuna de honra se veio abaixo. Jacopone ergueu-se intacto, mas, entreabrindo o vestido de sua esposa, para lhe facilitar a respiração, descobriu que ela usava um cilício — e, nesse momento, ela morreu. Fora para expiação dos pecados dele próprio que ela se impusera aquela penitência do cilício. Assim o entendeu o célebre jurista, que logo vendeu os seus bens, passando, desde então, a orar fervorosamente nas igrejas, com grande surpresa daqueles que « bem o tinham conhecido quando... » .

Todavia, a formação do carácter não visa apenas à extirpação do mal. Deve ainda visar ao cultivo da virtude. O simples ascetismo, destituído do amor de Deus, é orgulho. Podemos, por vezes, trabalhar tão *solícitamente* em ganhar a humildade que daí tiramos vaidade, ou tão *solícitamente* em banir o mal que cheguemos a desprezar o nosso semelhante.

Uma antiga lenda grega ilustra bem a diferença destas duas técnicas: a de arrancar a erva ruim, e a de semear o bom grão. Ulisses, ao voltar do cerco

de Tróia, através dos mares, desejou ardentemente ouvir o canto das Sereias, cuja sedução era perigosíssima para os navegadores. Para não responder ao apelo das Sereias, ainda que ele mesmo o quisesse, calafetou com cera os ouvidos dos seus companheiros e amarrou-se a si próprio ao mastro do navio. Também, alguns anos mais tarde, Orfeu, o divino músico, por ali passou, mas pôs de parte as precauções de Ulisses. Limitou-se, apenas, a tanger a sua harpa, e tão admiravelmente que o canto das Sereias foi ofuscado.

O ideal cristão é um bem positivo. Positivo, e não negativo, repare-se. Aquilo que constitui a força dum carácter não é a ferocidade do seu ódio ou da sua malícia, mas a intensidade do seu amor por Deus. O ascetismo e a mortificação não são fins, mas meios, da vida cristã. A finalidade desta é a caridade. A penitência mais não faz do que abrir um orifício no nosso *ego*, para que através desse orifício a Luz Divina entre em nós. Se desincharmos das nossas vaidades, Deus entrará. Se nos esvaziarmos, Deus nos encherá. A vinda de Deus — eis o grande problema.

Aquele que, cristãmente, só é levado por motivos de amor, logo, no Mundo, descobre maior soma de bem. Para os impuros, o Mundo é impuro. Para os que amam a Deus, todos os seus semelhantes são dignos de ser amados, por neles reconhecerem, em acto ou em potência, a qualidade de filhos de Deus.

Essa mudança de perspectiva resulta não só de que o amor se move numa atmosfera de amor, mas

também, e principalmente, de que o amor das almas santas suscita, em volta delas, o amor. Assim como o ciúme de A gera o ciúme de B, assim também a generosidade de A gera a generosidade de B. Amor gera amor. A nossa benevolência para com os outros faz que estes nos paguem na mesma moeda. O amor traz consigo muito mais felicidade do que a indiferença ou a frieza. Em relação àquele que ama, à doçura de receber junta-se a doçura de dar. Ainda que a sua ternura lhe não seja paga imediatamente, a verdade é que as palavras acerbos ou o insulto o não ferem. Ao Cura d'Ars escrevia certo padre, um dia: *Quando um sacerdote, como o senhor, tão pouca teologia tem, não devia entrar no confessionário.*» Resposta: *«Querido e venerado Confrade, como eu tenho razões para vos querer bem! Foste vós o único que bem me conhecestes... Ajudai-me a obter a graça que eu, desde há muito, para mim peço: a de me poder atirar para um canto onde possa chorar a minha pobre vida.»*

O amor faz-nos detestar as faltas que nos impedem de amar. Mas nunca devemos desanimar, porque, descobertas e bem reconhecidas no que realmente elas são, as nossas quedas são sempre reparáveis. Aquilo que nos embaraça o progresso espiritual é o desculparmos as nossas quedas, é o apormos-lhes um falso rótulo, é o chamarmos ao nosso egotismo um «complexo de inferioridade», e à nossa moleza «doçura de viver».

O vício não se expulsa, simplesmente substitui-se. O alcoólico não põe termo à sua paixão só com dizer: «Não beberei mais!» Esse alvo só o

atingirá pela força expulsiva de um bem contrário. Aquele que começa a amar a Deus logo deixa de ter desgostos mórbidos a afogar na garrafa. Do mesmo modo as alegrias do espírito se substituem aos prazeres da carne. Precisamos da felicidade, mas aquele que a encontrou na grande via do espírito, não mais precisa de a buscar através das veredas da luxúria. Se alço a mão contra um homem, logo ele levanta o braço para se defender. «*Eu, porém, digo-vos que não resistais ao (que é) mau*» (Mateus, V, 39).

A mesquinhez dos nossos pequeninos interesses pessoais ilegítimos desvanece-se com o desabrochar e a sedução desinteressada de ambições superiores. Fundamentalmente, não há remédio para o nosso egoísmo se não aprendermos a amar a outrém mais do que ao nosso *ego*. Só arranjaremos remédio para a nossa concupiscência, se mais amor tivermos à nossa alma do que ao nosso corpo. Para a nossa avareza só haverá remédio, se soubermos preferir os tesouros que não enferrujam àqueles que os ladrões podem roubar. Lembremos, para nos animarmos, o convite Divino: *Vinde a mim todos os que trabalhais [fatigando-vos] e vos achais carregados, e eu vos aliviarei*» (Mateus, XI, 28).

Enquanto o homem não encontrar um amor mais nobre e mais belo, impotente ficará para dominar os seus vícios e vencer a sua mediocridade. Consumada a sua inteira conversão, os mais depravados, como Santo Agostinho, deixam de sentir-se atraídos pelos seus antigos pecados, os quais passam a ser objecto de relutância. O espectáculo do mal repugna-lhes. Deixam de ser possuídos pelo desejo do mal. O amor

faz desaparecer o mal tão eficazmente como o faria o terror. A grande infelicidade de muitas pessoas está em não se amarem umas às outras. Um rapaz enamorado de uma rapariga evita tudo que a possa contrariar. Pois também quem ama a Deus se abstém, igualmente, de tudo que possa ferir esse Amor.

Em nossos dias, a humanidade estuda demasiado o mal, e demasiado analisa e perscruta os problemas da embriaguez, da infidelidade conjugal, e da sexualidade. Dir-se-ia que se deleita em remexer nessas coisas escabrosas. A Igreja, em sua sabedoria, quer que calemos os pormenores dos nossos pecados, mesmo na confissão. Não há nada que mais agrave o estado de um doente do que o concentrar-se sobre o seu próprio mal, se apenas lhe opusermos, como antídoto, remédios caseiros ou as receitas de um analista de curtas vistas. O alívio para o mal fundamental não se encontra no plano humano, mas, sim, no plano divino. Carlos de Foucauld, antes da sua conversão, entrou, certo dia, numa igreja e foi bater à porta de um confessor, o do padre Huvelin :

«Podeis sair, por uns momentos, para que submeta, à vossa apreciação, um problema que me preocupa?»
«Não, respondeu o padre; quero falar-vos dos vossos pecados.» Carlos de Foucauld obedeceu. Mais tarde refugiou-se na solidão do deserto, e veio a tornar-se num dos grandes santos da nossa época. — O Cura d'Ars recebeu, um dia, a visita dum homem distinto, que começou por lhe declarar: «Não venho para me confessar mas para vos interrogar sobre certos pontos.» «A discussão não é comigo, replicou o santo cura. Sinto-me melhor a consolar do que a discutir.»

O recém-chegado dispôs-se a confessar-se. Tocado pela Graça Divina, ganhou a coragem necessária para se desfazer do «homem velho», e reformou-se.

Todo aquele que tenha a seu cargo formar os outros deverá socorrer-se do que neles existe de melhor, do ouro e não das escórias. Em toda a parte nós encontramos o Bem. Após a morte de um varredor de ruas, célebre pelas suas desordens, infidelidades e violências para com a sua mulher e seus filhos, os camaradas narravam circunstanciadamente as proezas do sujeito. «Em todo o caso, temos de concordar, dizia um dos camaradas do falecido, temos de concordar que uma qualidade ele possuía: era um varredor de primeira!» Quando de nós se trata, procuremos o pior, e que ele nos sirva de ensejo para, mercê da graça de Deus, nos elevarmos. Mas, quando considerarmos os outros, devemos procurar neles o que de melhor tiverem, de maneira a que a nossa misericórdia para com o próximo nos traga os benefícios da Misericórdia Divina.

A história do espírito impuro, no Evangelho, aqui nos pode informar sobre o bom e o mau método, na formação do carácter: «Quando o espírito imundo saiu de um homem, anda por lugares secos, buscando repouso, e não o encontra. Então diz: Voltarei para minha casa, donde saí. E, quando vem, a encontra desocupada, varrida e adornada. Então vai, e toma consigo outros sete espíritos piores do que ele, e, entrando, habitam ali; e o último estado daquele homem torna-se pior que o primeiro. Assim também acontecerá a esta geração perversa» (Mateus, XII, 43-45).

Através deste caso nos ensina Nosso Senhor que não basta que nos libertemos do poder do mal. É essencial que nos deixemos possuir pelo próprio bem. A eliminação do *ego* não implica, necessariamente, a felicidade do *eu*, a não ser que o *eu* esteja, por sua vez, animado de um mais alto espírito de amor. O *ego* da referida história evangélica libertou-se do seu mau inquilino. Parece-nos decente, em ordem, limpo. Mas o certo é que se mostra vazio, e uma casa vazia deteriora-se mais depressa do que uma casa habitada. Por analogia, também a falta de um princípio regulador ou de um entusiasmo superior que assumam a direcção da alma liberta do *ego*, dá lugar a que esse princípio e esse entusiasmo sejam substituídos por forças nocivas. Um exemplo: Depois de terem banido da ordem política, de há uns séculos a esta parte, a ética, a moral e a religião, os homens descobriram, no século XX, que a irreligião, o ateísmo e as forças antimorais se lhes substituíram. Não basta expulsar o espírito impuro. É essencial que um espírito melhor venha ocupar o seu lugar. A Natureza tem horror ao vácuo. Homem a-religioso é coisa que não existe: ou é religioso, ou anti-religioso. Consciente ou inconscientemente, um dia virá em que ele aceitará uma autoridade. Com Deus ausente do seu pensamento, o homem escraviza-se cada vez mais às temporalidades. Se não for tomado por um novo espírito de amor, o ateu será vítima de um destes três espíritos: o orgulho, a luxúria, ou a avareza.

Sem o poder e o amor de Deus a seu favor, ninguém está inteiramente ao abrigo da tirania do *ego*.

A única maneira de impedirmos que o mal em nós penetre está em fazermos que Deus entre em nós. A formação do carácter não consiste em expulsarmos o vício, mas em cultivarmos a virtude. Não consiste em repelirmos o pecado, mas em aumentarmos o amor. O homem que deseja expulsar o mal, sem invocar a presença de Deus, está votado à derrota. Nada podemos considerar seguro, enquanto Deus em nós não existir, e o Seu Amor não nos encher o coração.

De muita perseverança precisamos para operar essa transformação. Se nos deixamos possuir pela impaciência, é isso sinal de que não vemos, com muita clareza, as alturas a que aspiramos. Observando seu pai a trabalhar, os filhos facilmente se impacientam com a sua lentidão. É que não vêem a tarefa como ele a vê. Não se apercebem de como o bom resultado final depende da atenção prestada sollicitamente a certos pormenores. Mesmo aqueles que alcançaram certo grau de santidade, mesmo esses consideram por vezes difícil o manterem-se junto da Cruz, até final. São muitas as almas semi-crucificadas que, cedendo às provocações do Mundo, desceram da Cruz ao fim de uma hora, de duas horas, ou até de duas horas e cinquenta e nove minutos. Poucas são as que, como o Salvador, se mantêm até ao momento em que, como Ele, possam soltar o grito de triunfo: «Tudo está consumado!». Por virtude de o nosso objectivo de perfeição ser elevado e difícil de alcançar, precisamos nós, almas humanas, das calmas e puras alegrias que ao Supremo Ordenador apraz conceder-nos por vezes, e que devemos aceitar,

reconhecidos. Nem sempre devemos insistir numa constante luta contra nós próprios: há tempo para fazermos a nossa colheita na vida espiritual. A falta de alegria pode manter-nos afastados de Deus.

A irresolução pode também prejudicar os nossos esforços, como o diz S. Tiago: «*O homem de espírito duplo é inconstante em todos os seus caminhos*» (I, 8). Com um meio-querer, a prece afigura-se-nos boa, talvez; mas, como quer que seja, incapaz de nos prejudicar. Depositamos confiança em Deus, mas a solução económica dos nossos males parece-nos mais segura. Começamos por decidir e orar, mas depois deitamo-nos à tarefa, sem o socorro da prece. Nessas condições de perturbação, de desordem e de dispersão, é impossível qualquer melhoria. O espírito cansa-se, nessa desordem, querendo aliar dois elementos que não podem misturar-se; esgota-se a passar de um caminho para outro.

É com um só objectivo em vista que se forma o carácter, e nada unifica tão bem as nossas intenções como uma tentação vencida, como um conflito resolvido pelo amor que não só nos inspira a solução, mas nos dá a força para a podermos conseguir. A procura da unidade espiritual é idêntica ao esforço para o aperfeiçoamento do carácter; e uma vez que só é possível a unidade na Verdade, que é Deus, a qualidade da nossa procura depende da palavra sobre a qual colocarmos o acento nesta proposição: «Eu procuro a Verdade». Se a incidência cair sobre o pronome *eu*, é porque nos encontramos ainda no egocentrismo, e, nesse caso, as verdades não passam

de simples valores, a assimilar, para aumentarmos a nossa vaidade. Mas se for o desejo da Verdade a impelir-nos, podemos garantir que a nossa alma será capaz de se desligar de si própria e de transpor as suas apertadas fronteiras. A liberdade será então o nosso clima, porque «*a verdade vos tornará livres [do pecado]*» (João, VIII, 32).

TERCEIRA PARTE

O PLANO DO DIVINO

CAPITULO I

A INFLUÊNCIA DO PROCEDIMENTO NA CRENÇA

A nossa maneira de viver influi na nossa maneira de pensar. Com esta afirmação não se pretende negar a existência de factores intellectuais no acto de fé; simplesmente se intenta pôr em relevo um facto muito esquecido.

Imaginam alguns que, para levar uma alma até Deus, basta dissipar-lhe as dúvidas. Desse modo, só haveria irreligiosos por ignorância. Bons livros, explicações sérias, e pronto: logo o incrédulo passaria a admitir, de uma assentada, as verdades da Fé. Para os que assim pensam, a religião se lhes afigura uma coisa muito mais para ser *conhecida* do que uma Personalidade a *abraçar*, a viver e a amar. Para convencer os Fariseus e certos pecadores, chega a ser *insuficiente* a própria Verdade, como quem diz o Nosso Divino Salvador. Intellectualmente, a ciência do Salvador confundia-os, e com tanta perfeição que, um dia, depois de O terem interrogado, não mais se atreveram a recommençar... E, no entanto, se descrentes eram, descrentes ficaram! O conhecimento intellectual é necessário. *Necessário, mas não suficiente.* Nem todos os ignorantes são demónios. Em certos

casos, a educação mais não consegue do que transformar um egotista imbecil num egotista hábil, e dos dois é ainda o primeiro que mais probabilidades tem de salvar-se.

Não faltam aí, em nossos dias, pessoas ignorantes, de cabeça a abarrotar de preconceitos e erros acerca da Fé. O não terem tido oportunidade de se informarem e de se instruírem a respeito da Verdade, é facto deplorável, sem dúvida, mas se é certo que a reflexão e o estudo permitem descobrir a Deus, não bastam esses meios para O alcançar. Importa, outrossim, que estejamos bem dispostos a aceitar a Verdade, pessoalmente, isto é, em *tudo* quanto ela implica.

Encontrar a Verdade é fácil. Enfrentá-la é difícil. Mas muito mais difícil ainda é segui-la.

A educação moderna está equipada para aquilo a que ela chama «a extensão das fronteiras da Verdade» — nobre ambição de que por vezes nos servimos para nos dispensarmos de agir segundo velhas verdades já bem conhecidas. A descoberta da grandeza de uma estrela longínqua não acarreta qualquer obrigação moral nova, mas as velhas certezas acerca da natureza do homem e do seu destino podem ter o inconveniente de nos inquietar a consciência. Certos psicólogos e sociólogos de bom grado batem à porta do verdadeiro conhecimento humano, mas logo se dispõem a afastar-se, se a porta se entreabrisse, revelando-lhes a dependência do homem relativamente a Deus. Ao conhecimento de Deus chegam apenas aqueles que, aberta a porta, aceitam essa Verdade, aceitando-Lhe as consequências morais. O aprender a conhecer a Deus exige mais coragem do que cêre-

bro. Deus é, de todos os factos da experiência humana, o mais evidente; mas aceitá-Lo é um dos mais árduos.

As condições morais para conhecermos a Verdade Divina constituem, logo a seguir à Graça, os mais importantes factores para a conversão. É certo que existem pessoas que não se aproximam da Verdade por a desconhecerem. A maioria, porém, não se aproxima, em razão do seu comportamento. Não é o modo de pensar, mas o de agir, que, nessas pessoas, cria um sério obstáculo à união com o Espírito. Não é o *Credo* que afasta de Cristo e do Seu Corpo Místico a maior parte das pessoas. Não é o *Credo*. São os Mandamentos.

Os factores intelectuais da Fé são geralmente conhecidos, do mesmo modo que o é o da iluminação Divina, factor importantíssimo. Vamos, todavia, insistir aqui, em três coisas, muito esquecidas, que particularmente influem na aceitação da Divina Verdade:

- 1) A boa vontade;
- 2) A submissão prática às verdades já conhecidas;
- 3) Os velhos hábitos.

Como se explica que, em presença de um sólido argumento intelectual, A o aceite e B o recuse? Sendo a causa a mesma, parece que o efeito deveria ser o mesmo. Parece, mas não é. Há-de, pois, existir qualquer outro factor capaz de fazer com que um homem aceite, e outro rejeite, a Verdade — qualquer coisa que exista no espírito e que o toque. A luz

que bate numa parede difere, aparentemente, daquela que bate numa janela. Por analogia, diremos que o factor x que explica a recusa da Divina Verdade, num caso, e a Sua aceitação, noutra, é a vontade. Como o diz S. Tomás com o seu delicado e habitual rigor: *«As coisas divinas são diferentemente conhecidas dos homens, conforme as suas diversas atitudes. Aqueles que têm boa vontade, apercebem-se delas, segundo a Verdade. Os outros apercebem-se delas, de um modo confuso, que os incita a duvidar e a crer que se enganam.»*

Tudo aquilo que nós intelectualmente admitimos depende, em grande parte, do que *somos* ou do que queremos ser. Em vez de aderir a uma verdade apresentada à inteligência, pode, pelo contrário, a vontade defender-se dela, e afastá-la. A procura de Deus falha inevitavelmente nas almas descuidadas na procura do bem. A mensagem dos anjos, na noite de Natal, anunciou-nos que só os homens de boa vontade se tornariam amigos de Deus.

O factor boa vontade é de tal maneira importante que bem podemos afirmar que não há verdadeiro ateísmo intelectual. A razão está sempre do lado de Deus — do lado de Deus e não do lado do demónio, — e negar o Seu absoluto é afirmar a presença de um absoluto rival. Mas, se não há ateísmo intelectual, existe, todavia, e com frequência, um ateísmo da vontade, uma deliberada recusa de Deus. Daí a razão por que o salmista situa o ateísmo não no espírito, mas no coração: *«Disse o néscio no seu coração: não há Deus»* (L. II, 1).

Este requisito primordial da boa vontade vale não só para aqueles que procuram a Divina Verdade,

mas também para aqueles que, tendo-A encontrado, só pequenos progressos espirituais conseguem. A Graça de Deus nunca falta a quem ardentemente deseje cooperar com Ela. A vontade de ser rico faz os ricos. A vontade de pertencer a Cristo faz os cristãos.

A segunda condição, no domínio da vontade, para chegar a Deus, é a de vivermos segundo as exigências da Divina Verdade, tal como nos é presentemente conhecida. Se um escultor trazer, durante anos, um projecto de estátua, na cabeça, e o não puser em prática, corre naturalmente o risco de ver o seu projecto desvanecer-se. Por analogia, pode um homem aceitar, durante a sua vida, uma verdade cristã — mas apenas platonicamente. Se assim for, isto é, se não a viver praticamente, fechar-se-á para receber outras verdades mais amplas. Entre nós, muitos são os que têm largos conhecimentos a respeito de Deus, mas poucos são os que sintonizam o seu procedimento com aquilo que sabem. Os que pautam a sua maneira de proceder por esses conhecimentos convertem-se naquilo que devem *ser*. Conhecem a Verdade em seu coração, o que é diferente do simples conhecimento adquirido pela demonstração feita no quadro preto. Para esses não existe qualquer tabique que separe a verdade intelectual, da acção.

Não ignorando as provas da existência de Deus e os dogmas da Igreja, acontece, todavia, que certos espíritos muito cultos não conseguem jamais vir a ser homens de Deus. Deve-se isso ao facto de não terem procedido de acordo com o que sabem. Como nunca

dinamizaram a porção de Verdade que possuíam, nada mais lhes foi dado. Os conhecimentos que eles se recusaram a fecundar pela acção ficaram estéreis. O trigo que por excessivo tempo se guarda no celeiro, acaba por apodrecer. Por se manterem improdutivas, ordena o Senhor que a essas almas seja tirado o talento. Porém, às almas simples, que acatam e seguem as prescrições morais dos conhecimentos que possuem, maior soma de conhecimentos lhes será dada, e, finalmente, a sua sabedoria ultrapassará a dos intelectuais. O Nosso Divino Salvador foi até ao ponto de agradecer a Seu Pai Celestial o ter ocultado as Suas Verdades aos grandes espíritos do seu tempo, e de as ter revelado, pelo contrário, aos pequenos, que as viviam. Uma rapariga simples, como Catarina de Alexandria, confundiu grandes filósofos, recorrendo à sabedoria que Deus lhe tinha concedido, e tudo isso por ter atingido a compreensão prática da Divina Verdade. Ao subirmos uma colina, um novo panorama, que não se descortinava no vale, se revela ao nosso olhar. Se no vale ficássemos, nada mais poderíamos ver. Mas, se prosseguirmos até o final da nossa ascensão, terão os nossos olhos e o nosso espírito a surpresa de novos horizontes.

O Cristianismo assenta neste facto histórico: «O Verbo se fez Carne». A Sabedoria incarnou. Deus tornou-se homem. Dessa forma, o conhecimento converte-se em acto: o que deve ser transforma-se no que é, a teoria passa a prática. Nosso Senhor não se limitou a pregar o perdão das injúrias: *«Porque se vós perdoardes aos homens as suas ofensas...»* (Mateus, VI, 14). Ele deu o exemplo na Cruz: *«Pai,*

perdoa-lhes, porque não sabem o que fazem» (Lucas, XXIII, 34). Convidou os seus discípulos a tornarem-se criancinhas, mas só depois de Ele Próprio se tornar criança e ter sido envolvido de cueiros. Não se limitou a ensinar-lhes que os grandes deviam humilhar-se, mas mostrou-lhes a maneira de serem humildes, lavando-lhes Ele Próprio os pés. A sua palavra era convincente, porque Ele pudera dizer: «*Eu vos dei o exemplo»* (João, XIII, 19).

A ordem seria esta: primeiro, o Verbo, depois a Incarnação. Goethe inverteu essa ordem, para permitir ao homem de hoje o furtar-se à obrigação moral: «Ao princípio era a acção». Vivei a vossa vida, primeiro; pensai sobre ela depois. Começai por agir, e a seguir encontrareis o modo de justificar o vosso procedimento. Apossai-vos do que não vos pertence, e depois forjai uma lei que sancione o roubo. É desse erro, o do primado da acção sobre a Verdade, que resultou toda a desordem moral da nossa época: ninguém procura sintonizar a sua vida a uma crença, mas, cada qual escolhe uma crença que esteja de acordo com a sua maneira de viver.

As verdades da Igreja não são verdades abstractas, impessoais e amorais, como as verdades da ciência. E é essa, precisamente, a razão por que certos trânsfugas se refugiam nas verdades científicas e delas se utilizam para regularizarem as suas vidas. Os dados da psicologia, relativos à natureza do homem, só raramente impõem a este a reforma moral. Antes lhe permitem manter-se como simples espectador da sua própria realidade. A Verdade Divina, pelo contrário, só a *mim me* obriga, com uma

urgência, à primeira vista, assustadora, indo mesmo até ao ponto de exigir a renúncia ao Mundo. A este respeito, a plena Verdade não nos permite qualquer transigência. Há mil outras normas religiosas que podemos observar sem que provoquemos a hostilidade do espírito mundano. Mas se, seguindo tais normas, esse espírito não nos hostiliza é porque reconhece que ainda não nos separamos do Mundo. Para sabermos se pertencemos ao Senhor, o critério é apurarmos se o Mundo nos odeia: «... eu vos escolhi do meio do Mundo, por isso o Mundo vos aborrece» (João, XV, 19). Não basta, pois, que estudemos os princípios do Cristianismo, uma vez que a Divina Verdade não é uma verdade abstracta à maneira de um teorema de geometria. De nada nos serve saber teologia, se continuamos a viver na desordem das paixões, do orgulho, da sensualidade e do egoísmo. Com esses estudos, talvez nos apercebamos do que é o amor de Deus por nós, mas o que não conseguimos é o amor de Deus. O amor requer reciprocidade.

A preparação moral para adquirirmos a Fé ou para nos penetrarmos do dinamismo da Verdade Divina é tão necessária como a preparação intelectual. Ambas caminham a par uma da outra, à imagem e semelhança da Sabedoria e do Amor de Deus, do Filho e do Espírito Santo, que são iguais na Santíssima Trindade. Se a razão é menosprezada, uma outra espécie de erro decorre. Aqueles cuja cultura moral sobreleva a intelectual, vão dar a uma religião de carácter negativo, crítica e farisaica, ou, então, a uma piedade vaga, emotiva e vazia, assim como os que apenas cultivam a razão, desprezando a moral,

acabam no cepticismo, no cinismo e na dúvida. Impossível nos é amar, sem, primeiro, conhecermos. Mas, uma vez que amemos, o amor pode aumentar o conhecimento: *«Se alguém me tem amor, guardará a minha palavra, e meu Pai o amará, e nós viremos a ele, e nele faremos morada»* (João, XIV, 23).

Muitas são as pessoas que gostam de discutir religião, mas fazem-no como se ela fosse impessoal, e à maneira de como se discutissem as danças rituais dos Indonésios. O esplendor essencial da religião escapa-lhes, porque nunca estabelecem qualquer relação entre o que sabem e a sua existência.

A história da Samaritana do Evangelho ilustra maravilhosamente este ilogismo.

A Samaritana viera buscar água, e Nosso Senhor pediu-lhe de beber. Mas, quando Ele tentava espiritualizar a ideia de sede, de inspirar a essa mulher o desejo de matar a sede da sua alma nas fontes da vida eterna, nisso não via ela mais do que um agradável tema de discussão, uma ficção poética que não acarretava qualquer obrigação moral. Para vencer a sua indiferença, disse-lhe Jesus: *«Vai, chama teu marido, e vem cá»* (João, IV, 16). Sendo Deus, nada ignorava Ele dos mais pequenos pormenores da vida desta mulher. Compreendeu então ela que se referia às suas faltas. A fim de evitar que fosse descoberta — disse: *«Não tenho marido»*. Jesus, então, lhe retorquiu: *«Dissés-te bem: não tenho marido; porque tiveste cinco maridos, e o que agora tens não é teu marido; isto disseste com verdade»* (João, IV, 17-18). Para esta adúltera, correspondia isso a uma intromissão na sua vida privada. Fora casada, várias vezes se divor-

ciara, é bem certo; mas para que recordar-lhe essas aventuras! Pois não podiam os dois falar «delicadamente» de religião, sem aquelas alusões pessoais? Embaraçada, procurou mudar de assunto. Da sua vida culposa desviou ela a conversa para o plano intelectual, levando-a para um tema menos escabroso — o de saber se ela deveria orar no monte de Samaria, ali próximo, se em Jerusalém. A Samaritana procurava furtar-se ao Salvador, que a convidava a expor, sem rebuços, o seu pecado.

Depois desse episódio, mil vezes se tem procedido do mesmo modo. Dizei a um pecador que é preciso converter-se, e nove vezes por cada dez ele procurará desviar o assunto para o campo da impessoalidade. Ele vos explicará que é a sua razão que o impede; e, sem mais aquelas, vos perguntará, por exemplo: «a propósito, que pensa o sr. a respeito das Decretais de Constantino?», ou qualquer outra frioleira da mesma espécie.

A inteligência, decerto, tem aqui o seu papel, mas, para bem a guiar, importa que se haja começado por levar uma vida honesta. Enquanto a vontade própria e o egotismo não se renderem, o espírito limitar-se-á a justificar os seus desvios. Enquanto a alma não quebrar a sua resistência à conversão, nada nela poderá penetrar, nem a verdade, nem a bondade. Foi por isso que Nosso Senhor, quando O convidaram a resolver um assunto de herança entre dois irmãos, se recusou: «*Ó homem, quem me constituiu juiz, ou árbitro entre vós?*» (Lucas, XII, 14). Nosso Senhor não quis arbitrar as suas reivindicações egoístas. Quis coisa melhor: que eles renunciassem, em

absoluto, a toda e qualquer querela: «*Guardai-vos e acautelai-vos de toda a avareza porque a vida de cada um não consiste na abundância dos bens que possui*» (Lucas, XII, 15). Aqui, era a avareza — no caso da Samaritana era a luxúria — que afastava da Divina Verdade os interlocutores do Senhor. Como terminou o litígio entre os dois irmãos? Não o sabemos. Quanto à Samaritana, sabemos que acabou por aceitar as admoestações de Jesus, tendo-O, por fim, reconhecido como o «*Salvador do Mundo*» (João, IV, 42).

O último factor que afecta o nosso assentimento à Verdade está nos nossos velhos hábitos — hábitos que são o *resultado* das nossas infracções às verdades morais já nossas conhecidas (segundo obstáculo à crença, o qual já atrás citámos). Esses hábitos arrogaram-se uma supremacia característica, e o seu poder é tão forte que lhes permite desafiar a vontade enfraquecida. Postados, como sentinelas armadas, às portas da inteligência, recusam, furiosamente, o acesso a toda a verdade que os ameaça.

Quando a verdade cristã se apresenta ao nosso espírito, cada qual a admite à sua maneira, e muitos são os que têm uma imensa reserva de actos e de hábitos, de preconceitos e de cobiças, prontos a levantar resistência à Divina finalidade da vida. Aquilo que o espírito recebe choca sempre com um plano de fundo, que constitui como que a sua peculiar maneira de ser — e a qualquer repugna perturbar ou modificar a sua maneira de ser. Em face da Divina Verdade, os nossos hábitos e todos os seus móveis inferiores, insurgem-se contra o móbil superior que

impele o nosso espírito para a Verdade. E, então, é frequente raciocinarmos assim: «A fé mete-me medo, por causa do ridículo... Em minha casa não veriam isso com bons olhos... Teria de romper com os camaradas e arranjar inimigos.»

E daí uma luta entre a compreensão intelectual de uma Verdade e os hábitos de origem inferior, herança de um passado pré-cristão. O homem que vive à margem da religião, numa admiração longínqua da Verdade, dá-lhe todo o seu assentimento: «Se alguma vez eu houvesse de fazer uma escolha — pensa ele — optaria certamente pela Igreja.» Mas a verdadeira crise começa quando a Verdade lhe surge como realidade pessoal, quando a admiração se desvanece perante o dever, e quando o Verbo se faz Carne. A fome, a sede, o desprezo, a Cruz — todos esses tormentos os viveu, por antecipação, o Verbo Divino, no momento em que se fez Carne. Tormentos semelhantes enfrenta o espírito, em presença da Verdade, o que o leva a recuar. Muitas são as almas que têm medo de a adoptar pessoalmente, de com ela se identificar, ou de a incarnar, porque sabem que isso pode implicar um Gólgota.

E assim se explica, muitas vezes, a mentalidade desses trânsfugas que querem uma religião sem Cruz, ou que a si próprios se classificam de agnósticos, para fugirem às consequências morais da Verdade. O agnosticismo, o cepticismo e a dúvida cultivada não representam uma posição intelectual — pois não há sombra onde luz não existe, nem pode haver negação onde nada há que negar. Tais atitudes são, antes, uma posição moral, na qual se tenta encontrar a invul-

nerabilidade à Divina Verdade, negando a Sua existência, e voltando-Lhe as costas, à maneira de Pilatos. Não são as dúvidas que originam o nosso irregular comportamento; este é que, amiudadas vezes, as provoca. Nosso Senhor o declarou muito categoricamente :

« Todo aquele que faz o mal, aborrece a luz, e não se chega para a luz, a fim de que não sejam arguidas as suas obras; mas aquele que procede segundo a verdade, chega-se para a luz, a fim de que as suas obras sejam manifestas; porque são feitas segundo Deus » (João, III, 20-21). *« Examinai as Escrituras, porque julgais ter nelas a vida eterna; e elas são as que dão testemunho de mim; e não quereis vir a mim para terdes vida. Mas conheço-vos, [sei] que não tendes em vós o amor de Deus »* (João, V, 39-42). E S. Paulo diz outro tanto: *« Confessam que conhecem a Deus, mas negam-No com as obras, sendo abomináveis e rebeldes, e incapazes de toda a boa obra »* (Tito, I, 16).

O importante não é aquilo que os homens dizem contra Deus, ou contra o Seu Divino Filho, Nosso Salvador Bem Amado, ou contra o Seu Corpo Místico, mas a razão por que o dizem. O «aquilo» é, em muitos casos, uma racionalização dos seus costumes. Um católico apóstata que afirma não poder mais admitir o Sacramento da Penitência, deixa claramente entender: «Vivo no mal, nego-me a abandonar os meus hábitos viciosos, para não me reconciliar com Deus.» Servimo-nos da razão para nos criarmos dúvidas imaginárias, dúvidas sob cujo tecido disfarçamos os reais motivos das nossas acções. Não admira que Deus nos tenha de julgar, quando tão

vagarosos somos em nos julgarmos a nós próprios!

Pouco antes da conversão de Santo Agostinho, numa altura em que só os seus costumes o impediam ainda de aceitar a Verdade Divina, Ponticiano contou-lhe, um dia, alguns pormenores da vida de Santo António, no deserto, tais como certo amigo lhos havia referido no decorrer de um passeio junto das muralhas de Trier. E, para que o jovem daí tirasse proveito, disse a Agostinho que considerasse a sua própria vida.

«Vós, Senhor, enquanto ele falava, fazíeis-me reflectir sobre mim mesmo, tirando-me da posição de costas em que me tinha posto para eu próprio me não poder ver. Colocáveis-me perante o meu rosto, para que visse como andava torpe, disforme, sujo, manchado e ulceroso. Via-me e horrozava-me; mas não tinha por onde fugir. Todas as vezes que me esforçava por afastar esta vista, Ponticiano avançava sempre na narrativa; e Vós colocáveis-me a mim mesmo diante de mim, e arremessáveis-me para a frente dos meus olhos, para que, *«encontrando a minha iniquidade, a odiasse»* (Salm. XXXV, 3). Conhecia-a, mas fingia que não a via, e procurava esquecê-la.

«... Assim me roía interiormente, confundindo-me com horrível e acentuada vergonha, enquanto Ponticiano falava. Finda a conversa e alcançado o fim a que viera, partiu. E eu, reflectindo... o que não proferi contra mim mesmo? Com que açoites de palavras não flagelei a alma, para que seguisse o esforço que eu fazia por ir atrás de Vós? Mas ela era renitente, recusava sem se escusar. Todos os

argumentos se tinham resolvido e refutado: só lhe ficara um mudo temor, e tinha medo, como da morte, de ser desviada da corrente do costume em que ia apodrecendo para a morte.

«Então, no meio daquela grande refrega que, na minha casa interior, no meu quarto — o coração — violentamente tinha travado contra a alma, precipito-me sobre Alípio, exclamando, perturbado no rosto e no espírito: — *«Por que sofremos? Que significa o que acabas de ouvir? Os ignorantes levantam-se e arrebatam o Céu»* (Mat., XI, 12), e nós, com doutrinas dementadas, eis como nos revolvemos na carne e no sangue! Teremos vergonha de os seguir, só porque nos precederam, e não nos envergonhamos de nem sequer os seguir?

«... Retinham-me preso bagatelas de bagatelas, vaidades de vaidades, minhas velhas amigas, que me sacudiam a veste carnal e murmuravam baixinho: — Então despedes-nos? Daqui por diante, nunca mais estaremos contigo; desde agora, nunca mais te será lícito fazer isto e aquilo... E que coisas, ó meu Deus, que pensamentos me sugeriam elas no que eu chamei «isto e aquilo»! Afaste-os da alma do vosso servo a vossa misericórdia! Que imundícies me sugeriam, que indecências! Reduzia-se já a menos de metade o número de vezes que lhes dava ouvidos; porque não me contradiziam abertamente, de frente, mas, como que a segredar-me pelas costas, espicaçavam-me furtivamente para que olhasse para trás, quando procurava afastar-me. Contudo faziam-me retardar, por duvidar, por duvidar arrancar-me e desfazer-me delas, para voar aonde me chamavam,

enquanto o hábito violento me rosnava: «Julgas que poderás passar sem elas?» (1)

Um pouco mais tarde, Agostinho decidiu-se a aceitar a Graça de Deus, abrindo o *Livro das Escrituras*:

«Peguei dele, abri-o, e li, silenciosamente, o primeiro capítulo sobre o qual os meus olhos caíram: *«Não vivais nem nos excessos do vinho, nem nos da carne, nem na impureza e na devassidão, nem em espírito de contenção e de inveja. Revesti-vos de Nosso Senhor Jesus Cristo, repelindo os desejos da carne.»* Não quis ler mais. Não era preciso ler mais, porque, mal eu acabava de ler aquelas palavras, uma luz serena e calma se derramou em meu coração, dissipando todas as trevas das minhas dúvidas.»

Em muitos casos, que é que impede o ateu de crer em Deus? Que é que impede àquele que crê em Deus o admitir a Divindade de Jesus, e ao que crê na Divindade de Jesus o abraçar a Divindade do Seu Corpo Místico? Que é que impede, enfim, a um católico o fazer brilhar na sua vida a Verdade e a Caridade de Cristo? Não é que estas bênçãos desafiem a crença, mas, sim, que elas desafiem o carácter. Bem respondia Chesterton a certa pessoa que se dizia desiludida com as suas tentativas de vida cristã: *«O Cristianismo pareceu-vos difícil, mas o certo é que, em boa verdade, não chegastes a pô-lo em prática.»* Aqueles

(1) Os passos de Santo Agostinho que acabamos de transcrever são traduzidos pelos padres J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. Cfr. Santo Agostinho, *As Confissões*, 246, 247 e 255, Porto, 1942.

que declaram impraticável o Cristianismo, implicitamente confessam que se recusam a pô-lo em prática, com receio de terem de renunciar aos seus hábitos. O Divino Sol brilha lá fora. Pouco adianta discorrermos sobre a sua magnificência, se não estivermos dispostos a limpar as janelas do nosso mundo interior para a admirarmos directamente! Raros são aqueles que ignoram a luz. Mas muitos são os que se temem de a deixar entrar na sua vida.

Os hábitos são a origem de três castas de pó, cuja acumulação nas janelas da alma pode impedir que a Graça Divina nela entre: o pó carnal, ou seja o amor desordenado dos prazeres dos sentidos; o pó do dinheiro: ou seja a concupiscência das riquezas; e o pó egocêntrico, como quem diz o egoísmo e a vaidade. Para iluminarmos um pouco as nossas janelas, lucrariamos com aproximarmo-nos mais — muito mais — de Deus. *«Felizes os que têm coração puro, porque esses verão a Deus.»*

Três são os principais obstáculos à crença, no domínio da vontade: não desejar a Verdade; não intensificarmos o conhecimento que temos dela, para ganharmos maior vontade; resistir-lhe, finalmente, por ela ameaçar os nossos maus hábitos, aos quais nós amamos como porções de nós próprios.

Três mudanças se impõem essencialmente para abolirmos essas barreiras: 1) adoptar uma atitude rigorosamente científica, em relação à Verdade; 2) actuar segundo aquilo que já sabemos; e 3) trabalharmos na nossa própria reforma.

Se adoptarmos a humildade do verdadeiro santo, daremos bom acolhimento à Verdade, onde quer que

a encontremos, e quer se acomode, ou não, aos nossos hábitos. Pelo lado da religião, é absolutamente contrário ao espírito científico que o *ego* se promova a absoluto — o que, a verificar-se, equivaleria à estupidéz de imaginarmos um sistema de matemática egoísta ou de astronomia egocêntrica. A tendência, hoje, é no sentido de afirmar o sujeito e negar a existência do objecto, de fazer do *ego* um padrão do Bem e da Verdade, de proclamar a onnipotência absoluta do nosso desorientado cérebro.

Este esquecimento da realidade objectiva figura no primeiro plano entre as causas da confusão da nossa época. E é isso um erro intelectual dos mais frequentes, actualmente, em religião e em filosofia. Um biologista não se atreve, jamais, a declarar, *a priori*, antes de examinar os movimentos duma amiba: «Tenho a minha ideia!» As suas concepções a respeito da vida é a própria vida que lhas dita. Não há geólogo sensato que, por antecipação, imponha a sua teoria sobre os estratos da terra aos factos que vai coleccionando; observa as rochas, e tudo que diga respeito à natureza dessas mesmas rochas, mas sem se sobrepor arbitrariamente aos factos. A atitude científica para com a religião é precisamente a mesma. Antes de mais nada: que é a religião, segundo Deus, e não segundo mim mesmo? Nela não procuro aquilo que quero encontrar, mas, sim, aquilo que Ele me quer fazer encontrar. A religião não é aquilo que me parece verdadeiro, mas aquilo que Ele afirma como verdadeiro. Não é aquilo que eu gostaria que fosse, mas o que Ele me diz ser. Esta atitude requer humildade, mas é por

essa via que nós chegamos a uma compreensão mais rica da realidade e de Deus.

Em segundo lugar, pela nossa submissão à verdade conhecida, conseguiremos, a respeito dela, um conhecimento mais completo. Ninguém toma segundo fôlego, sem que tenha esgotado o primeiro: é isso uma lei da Natureza. Pois outro tanto acontece com o conhecimento. Ponhamos, primeiro, em prática, as verdades morais, tais como nos são conhecidas neste momento, e logo sentiremos mais profunda compreensão dessas verdades e a sua mais ampla revelação. É preciso que a vontade se aposse das aquisições do espírito, para poder prosseguir na sua ascensão. A religião não é, pois, simplesmente, um problema de *discussão*, mas também de *decisão*. O progresso é a sua marca, como o é de toda a investigação. O nosso conhecimento da Verdade acumular-se-á, se, realmente, desejarmos que ele cresça. «*Pedi e vos será dado; batei e abrir-se-vos-á*» (Mateus, VIII, 7).

Última condição: tudo devemos fazer por nos reformarmos. Assim como há pessoas que, recebendo uma carta do Banco, hesitam em abri-la, com medo de verificarem que a sua conta esteja a descoberto, assim também há quem se recuse a aprofundar as verdades da religião, no receio de nelas encontrar a condenação do seu procedimento. Uma vez sabido que a conta bancária está a descoberto, isso cria uma obrigação; mas embora o hesitar-se em abrir a carta não aumente o crédito, na referida conta, contribui para adiar o cumprimento do *desagradável* dever. Penoso é, por certo, enfrentar as nossas faltas, mas o protrairmos, por cobardia, o momento de

as julgarmos, só serve para prolongar a nossa infelicidade e aumentar a nossa culpa. Todas as almas recebem graças actuais, que constituem cartas de aviso, enviadas por Deus. Muitas são, porém, as que têm receio de deixar penetrar no seu íntimo a mensagem contida nesses avisos.

O abandono à Verdade é um prelúdio à entrada na alegria do Senhor. Para que a massa de argila possa transformar-se num vaso gracioso, é preciso confiá-la a um oleiro, e é mister que ela se deixe passivamente moldar nos dedos do artista. Análogamente, para que uma alma humana se transforme em vaso de eleição da glória de Deus, deve ela, por sua vez, odiar as más rebeliões que a levam a resistir ao Divino Artista.

Encontramos, na vida, uma grande quantidade de pessoas sempre prontas a desfazer-se em atenções e benefícios para com os outros, desde que se lhes faculte a oportunidade. A mãos-cheias gostariam elas de presentear os seus amigos, tratando-os com delicadeza, encanto e bondade. Tudo vai de se lhes dar ensejo de porem em prática a sua generosidade de coração. Com a Sua generosidade, incomensuravelmente maior que a dessas pessoas, também Deus espera apenas a ocasião de poder derramar os Seus tesouros em nossas almas.

Podemo-nos atemorizar com as Divinas exigências; mas louco é o nosso receio, pois aquilo que tememos é, afinal de contas, a única e duradoira felicidade que os homens podem conhecer. Quem desce a um poço, por uma corda, pode amedrontar-se pelo que lhe possa suceder se dela se desagarra; na escuri-

dão desse poço, cuja profundidade não consegue ver, **estará** talvez prestes a atingir-lhe o fundo, que fica a poucas polegadas da boca, mas a impressão que o **domina** é a de que caminha para a morte. O **mesmo** nos parecerá, quando, entregando-nos a Deus, **supomos** que tudo vamos perder, e, no entanto, a descida é apenas de poucas polegadas e cedo pisaremos rocha firme.

Se, acaso, não estivermos certos do que temos a fazer, do lugar onde se encontra a Verdade, devemos, diariamente, repetir a Deus esta oração: «Senhor, dai ao meu espírito luz para que ele consiga reconhecer a Verdade, e à minha vontade a força necessária para me conformar com essa Verdade.» No caso de a nossa súplica ser sincera, ficaremos então maravilhados da segurança da nossa marcha e da felicidade entrevista logo no princípio da caminhada.

CAPITULO II

GRAÇA NEGRA E GRAÇA BRANCA

Dois são os acontecimentos importantes que sempre intervêm na vida da alma, no curso da sua ascensão para o plano superior de que Cristo constitui o centro. O primeiro, é negativo e passivo; o segundo, activo e Divino. A primeira crise consiste num acabrunhante sentimento de vazio, que é, na realidade, a «graça negra». A segunda é o sentimento da Divina presença, ou a «graça branca». Na primeira, a alma encontra-se descontente, cansada, saturada da vida. Na segunda, verifica que Deus se dispõe a fazer pressão sobre ela. A primeira resulta da vida passada sem Deus; é, podemos dizê-lo, a Presença negativa de Deus na alma, do mesmo modo que a graça actual de Deus é a Sua Presença positiva.

A tensão que, em primeiro lugar, atormenta o homem, dimana do seu desejo de Infinito, e todo o seu tédio e o seu acabrunhamento lhe vêm de que, umas vezes, só muito dolorosamente satisfaz esse desejo, e de que, outras vezes, nem o satisfaz. Talvez que nem nós saibamos ao certo o que procuramos, mas todos ansiamos por alguma coisa que não atingimos e cuja ausência nos inquieta no meio de

tudo o mais. Sentimo-nos privados de alguma coisa que deveríamos ter. Vemo-nos, errantes, através do Mundo, não como campónios que nunca tivessem tido nada, mas, sim, como monarcas no exílio, sempre conscientes da dignidade da nossa origem. Procuramos e olhamos, não tanto com a esperança de descobrirmos um novo tesouro, como principalmente com o propósito de recobramos uma fortuna perdida!

O que aumenta esse sentimento de vazio é o Infinito, deslocado do seu lugar. Em vez de nos dirigirmos para o verdadeiro Infinito que é Deus, promovemos a falso infinito o nosso *ego*, ou as nossas riquezas, o poder, o prazer, aí procurando a plena saciedade da nossa fome de espírito. Ora, não sendo nenhuma dessas coisas capaz de nos satisfazer inteiramente, sentimo-nos abandonados a nós próprios, e ainda mais miseráveis, do que antes. O nosso erro está em esperarmos dos bens terrestres o apaziguamento das nossas ambições. Na ordem física, toda a gente quer gozar saúde, embora alguns procurem encontrá-la por métodos tão inverosímeis como o seria uma cura com genebra ou aspirina. Semelhantemente, é erro lamentável o procurarmos a felicidade seja em que infinito for — fora do do verdadeiro Deus do Amor. Crescem os nossos tesouros, mas não a nossa paz; aumentam os nossos prazeres, mas não a nossa satisfação; tentamos acalmar-nos, reduzindo as causas exteriores da miséria, mas o facto é que a nossa miséria interior continua. Como dizem os Chineses: «Quando o mau homem emprega os bons meios, os bons meios conduzem a mau resultado.» O espírito geme em nós, murmura e, por fim, grita a

sua penúria. Se, todavia, nos mantivermos ligados ao falso infinito do orgulho ou da sensualidade, acabaremos como Prometeu — devorados pelo abutre, que nos há-de dilacerar até às funduras do coração e da alma.

É o nosso amor-próprio pervertido que nos faz procurar o Infinito onde ele não está. *O excessivo desejo dos bens temporais provém de nos amarmos, nìmiamente, a nós próprios* — como notou S. Tomás de Aquino. Mas a natureza do homem é demasiado nobre para que esses joguetes temporais o satisfaçam por muito tempo. Como dizia Pascal: *«Todas as suas misérias provam a sua grandeza. São misérias de grande Senhor, misérias de Rei destronado. Quem é que se julga infeliz por não ser Rei, a não ser um Rei destronado?... Quem é que se julga infeliz por só ter uma boca? E quem é que não se julga infeliz por só ter um olho? Provavelmente, nunca ninguém se lembrou de se afligir por não ter três olhos, mas sentimo-nos inconsoláveis por termos só um.»*

A inquietação, mesmo quando as nossas ambições são satisfeitas, prova que fomos criados para alguma coisa mais do que o Mundo. A dor é sempre indício de uma deficiência, de um antagonismo, de colisão entre dois objectos de finalidades específicas e diferentes. Por que é que um carvão em brasa nos queima a mão? Porque a finalidade do carvão contradiz a da mão; o carvão é um «não» para ela, é a sua negação, é uma decepção. Se a nossa mão e o carvão fossem da mesma natureza, a dor não existiria, porque também não existia a contradição. Da mesma maneira, se o homem, feito à imagem

e semelhança de Deus, aspira, através de todas as suas palavras, de todos os seus actos, de todas as suas preces, a identificar a sua finalidade última com a Vontade de Deus, é porque não há nele contradição, e vive, pois, em paz. Mas se o homem contraria o seu destino neste mundo por um viver antiespiritual; se permite aos seus sentidos que procurem os fins que lhes são peculiares sem terem em conta o mais amplo fim da natureza humana — então, ele será vítima do sofrimento que lhe advirá através do medo, da angústia e das perturbações mentais. O seu *ego* sofre com todo o pensamento, com toda a acção que se oponham à intenção Divina.

Na nossa natureza, a contradição é, simultâneamente, metafísica e moral: metafísica, por sermos formados de corpo e alma, e porque as exigências imediatas da alma contradizem, muitas vezes, os insaciáveis apetites do corpo: moral, porque, no nosso egotismo, nos rebelámos, uma vez, contra a nossa condição de criaturas e, desse modo, agravámos a tensão.

Todos os homens experimentam essa frustração, mas muito principalmente o egotista, forçado, como é, a reconhecer a terrível desproporção entre os seus recursos e os obstáculos que lhe é necessário vencer. O egotista deseja alargar a seu *ego* até ao infinito, mas não o consegue, por vê-lo contrariado e abortado por outros *egos*. Quer uma vida de prazer, mas em breve se satura dela. Aspira a uma liberdade sem limites, mas vê essa esperança coibida e frustrada por inumeráveis restrições de tempo, de espaço e de força. Se, acaso, existe um símbolo que

possamos escolher para figurarmos a alma moderna neste seu transe de sofrimento, nesta sua crise da Graça Negra — esse símbolo é bem o de uma cruz com os seus dois braços, opostos um ao outro. O homem, em luta com a sua natureza, procurando o Infinito onde ele não existe, crucifica-se a si mesmo.

Mas há uma segunda crise. Neste momento, a alma toma consciência das suas relações com Deus, por efeito daquilo a que nós chamamos a Graça Branca. Esta importantíssima passagem verifica-se quando a pequena cruz, em que gememos, descobre, na colina do Calvário, a Grande Cruz de Cristo. No instante em que o homem compreende a conexão que existe entre essas duas cruzes, uma dupla verdade surge na sua alma: em primeiro lugar, experimenta um sentimento de culpabilidade, tal como o não podemos conhecer antes de nos sentirmos em relação com uma Pessoa Divina, porque nunca ninguém se sentiu responsável perante o impessoal. Agora compreende ele o que é o pecado: o assassinio do Bem. *«Cometi um assassinio, matei um homem, pratiquei um pecado»*, escrevia um poeta.

Mas uma outra lição nos dá a Cruz, e essa ainda mais importante. Dá-nos a conhecer as virtudes salvadoras d'Aquele que nela está pregado. Possuído por essa realidade, o coração humano deixa de concentrar a sua atenção sobre o seu mal, para concentrá-la sobre o poder d'Aquele que lho pode curar. Ele nos perdoou: *«Perdoai-lhes, Pai, porque não sabem o que fazem.»* Este pensamento não seria, todavia, o bastante para nos aliviar se Ele apenas fosse um homem, e não Deus: e a alma humana seria

atenazada pelo eterno remorso do seu crime irreparável. Mas Aquele que jaz nessa Cruz é tão verdadeiramente Deus como é homem, e, ressuscitando de entre os mortos, deu-nos a Vida que nós queríamos destruir.

A Cruz é a mais inevitável das realidades da nossa vida. Se a não quisermos aceitar, de fora, para nosso perdão e nossa cura, encontrá-la-emos em nós próprios, com a frustração e o desespero. A nossa existência é dilacerada por uma contradição quase insuportável. A natural oposição do nosso espírito e dos nossos sentidos só pode ser resolvida pela fusão da nossa vontade com a Divina vontade na Cruz. Outra solução não existe. Não passam de fugitivos aqueles que contam escapar-se à Cruz do Calvário, procurando uma cruz benigna que os dispense de se dominarem e de recorrerem à Graça Divina. No fundo dos seus corações, esses homens sabem que reclamam um cristianismo segundo as suas conveniências, e não de acordo com Deus, e que, por essa forma, agravam o egotismo de que devem curar-se.

Empanturrai um homem até ele sentir náuseas; dai-lhe todos os bens materiais úteis para a plena satisfação das suas paixões; concedei-lhe autorização para fazer quanto lhe aprouver; dai-lhe castelos, lisonjeai-o, fartai-o, amimaio-o, diverti-o — e depois de tudo isso, ficai certos — certíssimos — de que, dentro em pouco, o vereis correr atrás daquilo que não tem, esforçar-se por alcançar alguma coisa para além das suas forças, e suspirar (mesmo no coração do Mundo) por alguma coisa que não é deste mundo, de mãos estendidas «para o único Bem, sem o qual nada possuímos.»

Sem a grande realidade de um Amor que sofreu a morte por causa da suprema contradição do amor do homem, o coração humano sente-se só e angustiado: é que, por um lado, o amor que tem para dar não o poderá receber qualquer limitado objecto terreno, e, por outro, ele deseja ardentemente ser amado, mas por um amor mais durável e compreensivo do que o de qualquer ser deste mundo. Mas estas duas veementes aspirações — a de amar e a de ser amado, com perfeição — são simples vazios no homem. Aquilo que constitui a parte mais real da sua natureza não passa de vacuidade. Sente-se situado junto de uma cavidade, assemelhando-se esta a um copo cuja existência só se justifica por ser destinado a encher-se. Se bem enfrentar a realidade, o homem notará que aquilo que nele domina é a sua insuficiência. «Nada sou», diz ele. E só então é que presente a necessidade d'Aquele que afirmou: «*Eu sou quem sou*». Vendo-se incompleto, então se apercebe do Divino Complemento. A princípio, inquieta-se, pois receia que, possuindo-O, nada mais possa ter: porém, uma vez agitada a sua alma, até às profundidades, logo implora misericórdia e perdão. A partir daí, Deus surge-lhe, não como vago poder, existente para lá do Universo, mas na Sua verdadeira intimidade com a alma e as suas necessidades. Experimentado esse choque, logo o homem deixa de ser o que era. Transfigura-se.

É precisamente essa majestade terrível da Cruz, essa violência dos seus efeitos na vida humana, que explica o motivo por que certas almas lutam tão arduamente contra a sua submissão à influência d'Ela.

Evitam as leituras de feição religiosa e as conversas edificantes; mudam para outra estação, no rádio, logo que se anuncia um tema religioso, estando, aliás sempre alerta para ouvir críticas contra a religião. Esses fugitivos de Cristo acusam os praticantes de serem hipócritas e de terem defeitos. Esquecem que se a Igreja fosse perfeita como eles a querem, nela não existiria lugar para eles próprios, com seus vícios e pecados.

Ao primeiro apelo da Graça Divina, convidando-o a passar da angústia à paz, é o homem tentado a encolher os ombros e a dizer: «Deus não é perdido nem achado neste assunto. No fim e ao cabo, tudo isto é fraqueza da natureza humana!» Explicação manifestamente falsa, porquanto a divina intervenção numa alma está sempre em oposição com a Natureza. O amor de Deus incita-nos a disciplinar-mo-nos, a mortificarmo-nos, a evitar as ocasiões do pecado. Se nisso houvesse inspiração da Natureza, brandiria ela o cutelo contra si própria.

Dizem alguns adversários da religião que a experiência de Deus mais não é do que a projecção de algo que nós próprios criamos no subconsciente. Mas a verdade é que nada existe no subconsciente que não tivesse existido, um dia, no consciente. Ora a alma encontra-se, aqui, em presença de uma grande Inexperiência, de uma Novidade Divina, que ela ignorava, de que ela nem sequer suspeitava. Aliás, quando a impulsão divina atinge a nossa alma, incita-nos a lutar contra os nossos projectos anteriores, conscientes ou inconscientes — o que não poderia acontecer sem um poder vindo de fora, mais forte do

que nós próprios — poder com o qual, ainda, nos fosse possível cooperar. Mas para que responder a estas falsas objecções levantadas contra Deus, pelos homens? Por mais demonstrações que lhes apresentemos, sempre no Mundo haverá espíritos perversos que se obstinarão na incredulidade. Firmemente dispostos a negar o Amor, tresmalham-se voluntariamente na procura de insidiosos argumentos para negarem o magnífico Evidente, como se, para nos dissuadirem de respirar o perfume de uma rosa, nos explicassem que o seu aroma mais não é do que o produto de uma longínqua fábrica de perfumes!

A invasão Divina é um facto real e evidente, do qual nos advém a satisfação de que existimos possuídos do vivo desejo de sermos o que não somos — o que implica, portanto, uma resposta da nossa parte. Nunca somos obrigados a aceitar uma dádiva ou um favor. Mas o certo é que a aceitação de um favor acarreta sempre um compromisso. A alma que se recusa a responder à graça, sai sempre dessa crise mais lamentavelmente vazia do que nunca. Não é, com efeito, gesto de somenos importância o repelir a Deus, quando Ele nos bate à porta e nos solicita, instantemente, que O deixemos entrar.

Se Deus, por vezes, se serve de instrumentos humanos para intervir numa alma, convidando-a a unir-se a Ele e a deixar o pecado, esses instrumentos têm tanta importância, em si mesmos, como o teria um lápis nas mãos dum escritor. Deus serve-se deles para gravar a Sua mensagem numa outra alma. Esta é uma das três grandes características pelas quais a acção divina na alma se distingue dos meios naturais,

psicológicos, ao serviço do homem para melhorar o seu semelhante. Na verdade, quando ensinamos a Religião Cristã, acontece que, ao mesmo tempo que ajudamos a acção indirecta de Deus *sobre* a alma, o nosso esforço é corroborado pela acção directa de Deus *na* alma. A acção de Deus *sobre* a alma consiste na impressão que Ele nos comunica pelas belezas da paisagem, a majestade das montanhas e a magnificência do pôr-do-sol; pela admirável correlação que existe entre as verdades da razão humana, tal como o meio por que o átomo infinitesimal reproduz, em miniatura, o sistema solar de dimensões quase infinitas; pelos nossos amores e pelas nossas amizades humanas; pela pressão que a vida de Cristo e os seus ensinamentos exercem no nosso espírito. Mas a acção de Deus na alma afecta as faculdades espirituais da própria alma, transforma a inteligência e a vontade. Evitemos, entretanto, confundir este acontecimento interior com uma experiência emotiva: as nossas emoções dependem do nosso corpo, do nosso ser material e físico. No momento da actuação divina, a alma pode sobressaltar-se de emoção, assim como pode manter-se inteiramente plácida, sem de forma nenhuma dar a entender que qualquer coisa de importante nela ocorreu. Como quer que seja, essa é uma das várias crises que levam à reforma: é a acção da Graça na alma.

A primeira diferença fundamental entre o ensino humano e o ensino de Deus é esta: os apelos, os argumentos, os afagos a que recorremos para conseguir uma melhoria moral seja em quem for — do mesmo modo que todos os apelos dirigidos a uma

alma moralmente desordenada — são exteriores à pessoa que deve ser reformada.

Uma vez que a acção vem de fora, o evangelizador só pode tocar a campainha. É-lhe proibido entrar em casa, onde, diga-se de passagem, não encontraria aliado. Um alcoólico pode reconhecer como verdadeiros os argumentos que um evangelizador ou um psicólogo lhe apresentam; mas entre o conhecer o Bem e o praticá-lo há uma distância infinita. Concebe-se que um alcoólico, ciente dos seus defeitos, se dê conta de, por si só, não ter a força de vontade bastante para deles se corrigir, ou que se irrite com a intervenção de uma boa vontade estranha para o ajudar. É precisamente por virtude da sua natureza extrínseca que tantas reformas administrativas, de carácter humanitário, são consideradas como impertinentes por aqueles mesmos a quem elas procuram beneficiar.

Por outro lado, a acção divina sobre a alma é interna e tão incomunicavelmente pessoal que o homem é por vezes tentado a atribuí-la a si próprio. A pressão de Deus sobre a alma não é igual à de um «prosélito», que actua de fora e utiliza uma «acção transitiva» — como se diz em filosofia — acção essa análoga à que uma bola de bilhar exerce sobre outra. Mas Deus, trabalhando por intermédio dos Seus apóstolos, permite que as palavras deles comovam a alma por dentro, mercê de uma «acção imanente», princípio característico do desenvolvimento dos seres vivos. O efeito da graça actual que penetra numa alma lembra um pouco o da luz que, atravessando um vitral gótico, o inunda de um brilho que ele por si não tem.

Não é fácil descrever essa acção Divina numa alma, tão insensível e espiritual como uma verdade natural no espírito, sem, todavia, ser meramente natural. Dois e dois são quatro; esta verdade não ocupa espaço, não tem qualquer latitude ou longitude no nosso espírito; e, no entanto, ela lá está, e capaz de influenciar o nosso pensamento e as nossas acções. Num plano superior, Deus actua na inteligência, como Verdade, e na vontade, como Amor. Nalguns casos, Deus sacode a alma com uma violência terrível e misteriosa — violência que exige um completo rompimento com tudo aquilo que é externo.

A acção Divina nas nossas almas não exclui o concurso dos meios externos, tais como o de um livro ou de um sermão. Deus pode transmitir, por esses meios, as mensagens da Sua Graça. Mas raras são as pessoas que compreendem com nitidez, o quanto a resposta de uma alma à propaganda de um comunista, que faz o elogio de Marx, difere daquela que dá ao cristão que prega a sua Fé. O comunista actua sem o auxílio Divino e até mesmo contra ele; o cristão tem por si, enquanto opera de fora, o auxílio do próprio Deus, que opera no interior da alma.

A alma pode ignorar o exacto instante em que Deus a invade. Deus, se assim podemos dizer, penetra nela como se fora um ladrão nocturno. Em nós está dardos-Ihe bom ou mau acolhimento, mas não O podemos *impedir* de entrar na alma que Ele próprio criou. O Sol nasce sem pedir prévia autorização à noite. Pois também a vida Divina nos invade sem consultar as trevas do nosso espírito. Deus estabelece a Sua testa de ponte nos momentos mais impre-

vistos, quase que em segredo, sem que nós demos pela sua chegada. É um pensamento súbito que nos surge no espírito, é um vivo desejo que nos quebranta a vontade. A Sua entrada é imperceptível. Começamos, mesmo, por ignorar que seja Ele. Não Lhe resistimos, porque nenhuma impressão temos de uma intervenção estranha. Porventura até acreditaremos que tal sacudidela repentina do nosso espírito nos pertence, sem nos lembrarmos que vem de Deus, assim como se nos convencêssemos de que os nossos olhos se desobrigam só por si da sua função, sem o auxílio do Sol. Só mais tarde, olhando para trás, é que nós reconhecemos a iniciativa Divina e Eterna.

As circunstâncias em que o Divino Raptor julga oportuno arrancar-nos à nossa miséria podem ser o desgosto do mal, como aconteceu a Léon Bloy; o espectáculo da morte, como sucedeu a S. Francisco; ou a intimidade do deserto e dos astros, como se verificou com Ernest Psichari; ou a leitura dum livro, como foi o caso de Jacques Maritain; ou o som dos sinos, como se deu com Paul Claudel. Quaisquer que elas sejam, as circunstâncias externas não têm sombra de importância. Este ou aquele pode encontrar Deus nesta ou naquela ocasião. Mas a verdade é que O podemos encontrar em qualquer parte.

Se Deus se reservou o direito e o poder de actuar sobre a alma, de a solicitar para o bem e de a afastar do mal, deixou, todavia, ao homem a liberdade de aceitar a Sua presença ou de a recusar. Mas, entrando, Deus remexe com a alma, agita-a, abala as grades do coração, desembaraça-o das cinzas e escórias do pecado, de forma a que as débeis centelhas da

graça se incendieiem. Podemos discutir com outrem a respeito do valor dos seus conselhos, mas quanto a esta Voz, o certo é ela ressoar no nosso íntimo, e sem discussão possível. Não está em nossas mãos aprovar ou rejeitar o que Ela nos diz. A única alternativa é seguir ou repelir esse apelo, cuja verdade temos de admitir.

A segunda diferença entre os remédios humanos, psicológicos, e a acção da Graça Divina, está em que aqueles são impessoais, ao passo que esta é sempre pessoal. Um apelo externo nunca nos parece particularmente destinado a *nós próprios*. O pecador, o egoísta ou o destemperado podem sempre dizer ao seu conselheiro: «Dirija-se a outrem. Pelo que me diz respeito, sinto-me muito bem como sou». A sua homilia impressiona-o a bem dizer tanto como as estatísticas de uma companhia de seguros de vida, as quais a ninguém se podem aplicar, individualmente. Certa mãe queria forçosamente que o seu menino comesse espinafres: «Como tu, há milhares de meninos na América que seriam capazes de os comer», dizia-lhe ela. Resposta do pequenito: «Diga-me só três nomes». Argumento exagerado é argumento perfeitamente baldado. Um apelo só é decisivo quando pessoal. A individualidade da alma exige um remédio específico. A ovelha tresmalhada, e que se cansa a balir nos espinhos, mais não faz do que implorar a sua salvação. Devemos, voluntariamente, voltar à segurança do aprisco, do mesmo modo que dele nos afastámos sem que nos forçassem.

Deus convida-nos a um colóquio íntimo que ninguém ouvirá. A Sua acção sobre a alma diz sempre

respeito a alguém isoladamente. Deus não envia cartas-circulares. Não se serve de boletins de propaganda. Deus nunca trata com as multidões como multidões (estas só Lhe poderiam dar uma glória terrestre). O que Ele quer é a fidelidade secreta e particular da nossa alma. Chama a ovelha pelo seu nome. Deixa as outras noventa e nove em segurança, para encontrar aquela que se tresmalhou. Na Cruz, Ele dirige-se ao ladrão, na segunda pessoa do singular: *Hoje te encontrarás comigo no Paraíso*. Deus não vende, por atacado, o Seu Pão de vida. Modera o sopro do ar para tal ou tal ovelha, cura certo homem em particular. Desde que a alma reconhece a Presença Divina, logo se sente sob a égide de um Imperativo Divino, e para si mesma murmura: «Esta mensagem é para mim e para mais ninguém». A influência interna de Deus, tão pessoal, faz-lhe compreender a sua própria responsabilidade. Sabemos, agora, que foi a Deus que nós ofendemos no passado. Deixamos de atribuir o nosso estado às circunstâncias exteriores. Batemos em nosso peito, dizendo: «*Mea culpa, mea culpa, mea maxima culpa*». Acabamos, finalmente, por tomar consciência destas duas grandes realidades da vida humana — a alma e Deus.

Há uma terceira diferença entre os nossos remédios psicológicos, destinados a melhorar-nos, e a influência da Graça Divina: é que aqueles não possuem virtude terapêutica. São exteriores ao doente, e este, embora convencido da sua necessidade, é demasiado fraco para os aplicar a si próprio. Quantas vezes não temos ouvido a mãe gemer, referindo-se à filha ou ao filho transviados: «Se me fosse possi-

vel penetrar no *íntimo* dela!... Se me fosse possível *captá-lo!*» Como quer que seja, uma solicitação externa não pode trazer consigo uma regeneração interna. Os nossos falsos remédios para aliviar a pobre e fraca Humanidade, nunca são eficazes, porque nunca reconhecem na alma do paciente, de um indivíduo em especial, a necessidade de uma redenção voluntária. Façamos o que fizermos para inspirar a um pecador um pouco mais de tolerância, para atenuar a sua irascibilidade, para transformar os seus gostos, nada conseguiremos. Até poderá acontecer que todos os nossos esforços para lhe levarmos a calma ao espírito, para lhe modificarmos os seus princípios, o deixem ainda pior do que já estava. A fechadura da porta, por onde entrará a cura do doente, encontra-se do lado do próprio doente e não do lado do médico. Para nos curarmos do nosso mal, não contemos com a intervenção dos medicastos que lhe negam a gravidade.

A transcendência da Graça Divina sobre os nossos meios humanos, ainda aqui nos é provada pela sua virtude curativa. Para fazermos que um homem se torne melhor, não basta inocular-lhe, de fora, um novo princípio vital, uma nova fonte de energia. É ainda necessário que ele tome a peito melhorar-se. Suprimi a um calorífero um tubo e ele não o substituirá. Mas cortai a pata de uma salamandra, e ela a reproduzirá. O homem, na ordem espiritual, assemelha-se à salamandra, na ordem física. Em virtude da Divina raça que lhe vem de fora, fica com a força necessária para se transformar num novo homem, depois de se ter despojado do antigo. Pode, agora,

haver cura, onde, outrora, havia doença; ressurreição, onde, noutro tempo, havia morte; e alegria onde existia angústia. Deus actua dentro do homem e dá-lhe a força necessária para poder vir a ser aquilo que, na verdade, deve ser. Mas, se o homem deita fora, pela janela da sua alma, o remédio divino, então só a ele, e não a Deus, caberá a responsabilidade de seus males futuros. Conselhos, estímulos, esclarecimentos, tudo isso nos pode ser precioso, mas só até certo ponto, do mesmo modo que a batuta do regente da orquestra só até certo ponto aproveita aos músicos. O regente duma orquestra não pode transmitir a um ignorante a ciência e a técnica do instrumento, só com o manejo da batuta. Desse dom só a graça de Deus é capaz. Deus pode infundir em nossa alma a capacidade de praticar a virtude, capacidade que ela não possuía originariamente e que, por processos naturais, não poderia adquirir.

A virtude medicinal da graça cura a nossa alma, das suas quatro feridas: da ignorância, que nos afecta a inteligência; da malícia, que nos afecta a vontade; da fraqueza, que nos faz hesitar na realização das coisas, custosas, sim, mas necessárias à nossa salvação; da concupiscência, finalmente, que nos leva a preferir os prazeres carnis às alegrias espirituais. E, como consequência, uma autêntica revolução se dá em nós: novos hábitos se nos implantam na alma, novas maneiras de sentir em nós surgem.

Para compreendermos como é que Deus actua na alma humana figuremos um caso concreto: o de um homem casado que pensa divorciar-se e voltar a casar com outra mulher a quem ama. Considerou o

problema por todos os lados, examinou, cuidadosamente, um por um, todos os argumentos contrários ao seu projecto: «Serei um patife, se tal fizer!... Tenho também o problema da pensão dos alimentos a dar à antiga mulher... Os filhos, com o divórcio em expectativa, vão sofrer... E, depois, acontece que me comprometi por toda a vida, até a morte nos separar.» Seguem-se os argumentos favoráveis: «Toda a gente faz o mesmo... Impossível o ficarmos para todo o sempre amarrados aos velhos preceitos do Cristianismo... A minha nova mulher será mais gentil do que a outra; e, depois, até parece que nascemos talhados um para o outro!» Tendo optado pelo divórcio e consultado os seus advogados, o nosso homem começa a sentir cada vez mais antipatia por sua mulher e por seus filhos, que lhe lembram, mau grado seu, as acusações da própria consciência. Perde o sono e, no silêncio das trevas, tem o pressentimento de possibilidades diferentes. Súbitamente, um novo aspecto do problema emerge no seu espírito; um factor, até aí desprezado, se impõe à sua atenção. Ideia tão luminosa é esse factor que ele se espanta de a não ter, até ali, compreendido. É, porventura, a palavra do Salvador: — «*Aquilo que Deus uniu, o homem o não deve separar!*» — que lhe atravessa o espírito. Talvez que ele pense nos vinte anos que lhe restam para viver: «E depois?...» Impellido pela Graça, essa Graça enorme, muda de direcção, renuncia ao seu projecto, reconstitui o seu lar. Nos primeiros dias da sua nova vida, é possível que esse homem não adivinhe, que foi Deus quem o iluminou. Talvez a si mesmo atribua a decisão, dizendo: «Na

verdade, reconsiderarei mais atentamente no caso, e . . . » Mas, mais tarde, se ele procurar viver em permanente e íntima união com Deus, ficará sabendo que foi Ele quem lhe infundiu no espírito a ideia salvadora.

A história deste marido imaginário é a história de todos nós — judeus, cristãos, pagãos, idólatras. Deus actua constantemente na nossa alma. Assim como o Sol nunca deixa de brilhar — embora nem sempre possamos ver os seus raios — assim também Deus nos dispensa, a todo o instante, as Suas graças e os Seus benefícios salvadores. Quantas graças actuais nos concederá Ele na roda de um ano? Seria difícil contá-las com rigor. Mas por milhares se contariam, com certeza. Muitos são os que as desprezam, por indeferença, o que, de momento, os dispensa de tomar decisões penosas. Mas essa indiferença é já uma decisão — uma recusa voluntária.

O que incita a alma a aceitar uma graça actual e a deixar-se transformar por ela, pode ser um momento de desgosto, depois de um pecado, um momento de angústia, quando a consciência do seu vazio e da sua solidão a impele para Deus. Nalguns, essa decisão poderá ser tomada ao verem, no rosto de uma religiosa, a expressão de uma felicidade que é o contraste do desespero que lhes vai na alma, ou então, ao pensarem, aturdidos, no esbanjamento da sua própria existência. Muitas são as almas que avançam através da vida, como se fossem cegas. Demasiado orgulhosas para inquirirem do caminho que vão seguindo, seria preciso que sentissem bem a iminência do perigo, para aceitarem, humildemente, a assistência de um Guia, seguindo as directrizes

deste, e consentindo em ver com os olhos curados pela Fé.

Por virtude de as Divinas Inspirações serem, quase sempre, muito subtis e delicadas, por nos serem, por vezes, comunicadas através de pobres instrumentos humanos, nem sempre lhes compreendemos logo a origem. Deus fala-nos, frequentemente, por intermédio de múltiplos mensageiros, os quais não reconhecemos como Seus delegados: uma criança, um pai, uma mãe, uma emissão radiofónica, a sociedade, um desgosto, um desejo, uma boa acção, uma sinfonia, um pôr-do-sol... Tão hábilmente Ele se disfarça, que passa incógnito. Santo Agostinho tomava por conselhos inteiramente pessoais as piedosas censuras de sua mãe. E, no entanto, era Deus, que, por intermédio dela, lhe falava:

«De quem, se não Vossas, eram as palavras que, por intermédio de minha mãe, Vossa serva fiel, Vós tantas vezes me repetíeis ao ouvido?... O que ela queria (e eu me lembro com que apaixonada inquietação ela secretamente me fazia a recomendação) era que eu evitasse a fornicação, e, sobretudo, que eu evitasse seduzir a mulher do próximo. Eu tomava esses conselhos como sendo de mulher, e de os ouvir eu me sentia corar. Todavia, era de Vós que eles me vinham, embora eu o ignorasse. Julgava eu que Vós vos caláveis, e que só ela falava... E ia-me abismando na perdição, cego ao ponto de, entre os rapazes da minha idade me envergonhar da minha falta de vergonha. Ouvia-os gabar-se das suas vilanias... e ia-me atrás deles, imitando-os, não só por prazer, mas também por gloriola. Que há de mais

censurável que o vício? Eu, por temor da censura, tornava-me cada vez mais vicioso, e, na falta de crime real que me igualasse aos mais corruptos, fingia ter feito aquilo que, na verdade, não fizera. Tinha medo de parecer tanto mais desprezível quanto mais inocente, tanto mais vil quanto mais casto era».

Mais tarde, Santo Agostinho deveria compreender, ao recordar o passado, que o vazio da sua existência fora a via negativa, pela qual Deus o restituira a si próprio. Deus lhe enviara, em primeiro lugar, a graça negra do tédio, e, depois, a graça branca do apelo que Ele lhe fez ouvir por intermédio de sua mãe Mónica. E assim Lhe agradecia ele esses dois favores:

«Como agradecerei eu ao Senhor, enquanto a memória me recorda tais coisas? Quero, Senhor meu, amar-Vos, dar-Vos graças, e exaltar o Vosso nome. À Vossa Graça, à Vossa Misericórdia, atribuo eu o terdes dissolvido, como se fossem gelo, os meus pecados. À Vossa Graça atribuo eu também todo o mal que não pratiquei. Que não teria eu feito, uma vez que até amei o crime inteiramente gratuito?... Que aquele a quem Vós chamastes e que, dócil à Vossa voz, evitou as faltas cuja evocação e confissão aqui lê, não escarneça de mim por ter sido curado na minha doença pelo Médico Divino. Que ele Vos ame tanto (que digo?), ainda mais do que eu, porque é Aquele, mercê do qual me vê livre da mortal corrupção do pecado, que ele próprio deve o ter sido preservado do mal.»

A Graça Negra, esse sentimento íntimo de solidão e medo, é, em nossos dias, mais corrente do que o foi

outrora, quando o Mundo vivia numa salutar atmosfera moral. Em nossos dias são em maior número aqueles que conhecem a solicitação de Deus, através do sentimento do vazio que os invade. Mas existe sempre um abismo entre a aceitação da Graça Negra e da Graça Branca. A primeira é a sede. A segunda é a água vivificante. A primeira faz-nos sentir as nossas necessidades, sem que nem sempre saibamos quem as poderá satisfazer. A segunda é o começo das relações íntimas com Cristo — o autor da Graça — por meio dos Sacramentos.

Só num aspecto, o *ego* moderno se pode aproximar mais da perfeição e da felicidade do que o *eu*: tem consciência da sua derrota. Mas também o *eu* pode ser levado a subestimar a sua fraqueza, a satisfazer-se com uma felicidade moderada e medíocre, com um comportamento moral destituído de grandes exigências. A personalidade do *eu* desconhece o vivo sofrimento da Graça Negra para o conduzir a Deus. Decerto que o *eu* terá graças que lhe mostrem a insuficiência do seu modo de viver, os valores supereminentes da santidade — da santidade que só é possível no nível de Cristo; mas se, acaso, ele deseja mudar, terá de fazê-lo no mesmo plano horizontal; para ele, o único movimento possível consiste em acelerar a sua marcha na mesma direcção. O que já é bom, e o bom pode ser inimigo do melhor. O pobre *ego* decepcionado, com a ajuda da Graça Negra, não tem dúvidas a respeito da sua indignidade; talvez ele esteja pronto a pagar seja o que for, para alcançar a felicidade.

CAPÍTULO III

COMO É QUE O HOMEM PODERÁ TRANSCENDER-SE?

O nosso mundo, depois de ter vivido **moralmente** abandonado a si mesmo durante estes últimos séculos, encontra-se, agora, aflito com **uma anemia espiritual**. E por isso mesmo se vê forçado a perguntar donde lhe virão as **novas energias necessárias**, não só para se refazer mas também para refazer a **alma individual**. O seu desejo seria encontrá las por **um processo inofensivo**, que lhe não exigisse uma radical revisão dos seus erros. Aos métodos mais **heróicos** empregados por Deus, preferiria ele a aplicação de **um remédio humano**.

Todas as suas reformas no plano humano se **reduzem a quatro**: a educação, a ética, a razão e a **elaboração de mais fortes resoluções**.

Até há pouco, julgavam alguns que a **educação** iria abrir a porta do paraíso na Terra. Mas, feita a **experiência**, apurámos que o saber, só por si, é **incapaz** de salvar a nossa sociedade. Nunca houve tanta **instrução**, como em nossos dias. Nunca também se **tocou** tão pouco na Verdade. O século XX, que **representa** a maior experiência de vulgarização científica tentada até hoje, no decorrer da História, é.

outrossim, o século das mais terríveis conflagrações, das guerras e das revoluções mais atrozes registadas nos fastos da Humanidade. Atafulhámos de factos as cabeças dos nossos filhos — mas não lhes ensinámos como deveriam viver. Todo o sistema de educação que omite a disciplina da vontade, omite, igualmente, a formação do carácter. Talvez consiga transformar os homens em enciclopédias ambulantes, mas deles não faz cidadãos responsáveis para uma democracia. A educação só conseguirá tornar o homem melhor, se o esclarecer sobre o seu destino e sobre as dificuldades a vencer, para o alcançar. Os nossos modernos sistemas de educação apoiam-se ainda, muitas vezes, no erro socrático de que o mal provém da ignorância do Bem, bastando propagar a instrução, para que os homens dele triunfem. Se assim fosse, um homem instruído seria sempre um homem de bem — o que não é verdade.

A segunda panacea que nos propõem é a adopção de novos sistemas éticos, a elaboração de novos padrões morais, adaptáveis às nossas imorais maneiras de viver. Evidentemente que não é isso um remédio para nossos males; representa, apenas, uma tentativa para mudar a definição de saúde a fim de acomodar essa definição à doença dominante. É como se os médicos dissessem: «As perturbações cardio-vasculares são tão frequentes na nossa época que a hipertensão e as afecções cardíacas apresentam-se, agora, como coisas regulares no indivíduo de boa saúde»; ou então: «Sabendo nós que, de vez em quando, toda a gente apanha uma coriza, temos de admitir que, neste século, o homem normal é aquele que espirra.»

Insatisfeito com esses fúteis esforços para ajustarem a fita métrica da verdadeira moralidade às nossas mesquinhas estaturas, alguns, mais sensatos, quereriam inculcar ao homem moderno a prática das verdadeiras e sólidas virtudes; infelizmente, porém, aqueles que se empenham em ensinar o bem, independentemente da religião, em breve verificam a impossibilidade da sua tarefa. Os sistemas éticos são incapazes de, por si, salvar o Mundo. Toda a sua eficiência depende de um clima religioso cujo ar eles respiram, e cuja substância reflectem. Perca-se o espírito religioso, e logo a sua força se desvanecerá.

Além disso, não há código ético suficientemente rigoroso para fundamentar todas as situações. E foi, portanto, necessário que o espírito de justiça completasse a letra dos códigos, para deles fazer lei. Um espírito pode abarcar todas as situações. Um espírito — mas não uma regra, um código, uma série de injunções escritas. Por esta razão, aqueles que se submetem a códigos, sentem um conflito entre o dever e a inclinação, entre o que deveriam fazer e aquilo que são levados a fazer. A responsabilidade, em vez de ser a livre expressão da sua personalidade, transforma-se numa fórmula de obrigação. O código implica o dever e não o amor. Por isso a personalidade se irrita, a não ser que ele se torne aceitável, entrando no domínio do amor. Um simples código parece-nos constituir sempre uma restrição à liberdade; e por isso é que não tarda o momento em que o desejo da liberdade leva à licença, tornando-se a anarquia como regra.

Mas, se a educação e os sistemas éticos se confessam incapazes de salvar a sociedade, não restará, ainda, à razão, alguma possibilidade de triunfar nesse campo? Decerto que a recta razão nos será muito útil, em nossos dias. Mas, infelizmente, de há uns tempos a esta parte, deixámos de fazer um justo uso dela, e o que hoje lhe pedimos é a solução de enigmas insensatos. O seu objectivo é, antes de mais nada, o de descobrir a finalidade, o destino das coisas. É essa a razão a que chamamos *teleológica*. Há coisa de dois séculos, a razão humana, degradada, desceu ao papel subsidiário daquilo a que nós podemos chamar a razão *técnica*. Os pensadores desviaram a sua atenção das finalidades, as quais consideravam desprezíveis ou incognoscíveis, para a concentrarem nos meios, desligados dos seus fins conscientemente escolhidos. Esse erro engendrou o capitalismo ou acumulação de riquezas, na vida económica, e o pragmatismo, ou seja a substituição do útil pelo verdadeiro, em filosofia. O caos resultante dessa degradação da razão exigia um princípio de ordem. Por fim, o homem apelou para o totalitarismo, ou razão «plannificante», o qual é a organização, bisonhamente rígida e brutalmente coercitiva, do caos criado pelo capitalismo, pelo pragmatismo e pelo pensamento liberal em todos os domínios. Pervertemos a lei, que devia ser um imperativo da razão, e convertemo-la em instrumento justificador de factos consumados. Deturpámos a filosofia, para dela tirarmos a racionalização e a apologia do mal. Como faca embotada à força do mau uso, a razão já não consegue resolver decentemente os problemas da existência.

Um outro obstáculo, que nos leva a desesperar da capacidade do homem moderno para sair do seu dilema moral, pela razão, é este: os seus hábitos de luxúria e de sensualidade obnubilaram-na, embotaram-na. Não mais ele se pode fiar nela, principalmente para julgar o valor dos seus actos. Ainda que fosse inteiramente sã, a razão, por si, só com grande dificuldade seria capaz de abarcar a plenitude das verdades e da moralidade naturais. Só à custa de grandes esforços o conseguiria, e não sem mescla de erro. Em todos os tempos, os sábios jamais conseguiram, apenas pelo recurso à razão, ir além da descoberta de um fragmento isolado da verdade moral, e, geralmente, muito tarde.

Para que o homem se liberte, urge que recorra a algo mais do que a razão.

Admitindo isto, imaginaram alguns pensadores que a razão poderia salvar-nos, se se apoiasse numa vontade mais forte, em resoluções mais profundas e em esforços mais vigorosos para nos melhorarmos. Mas o certo é que a vontade humana é tão incapaz como a razão para nos erguer ao plano superior do altruísmo necessário para salvar o Mundo, por ser precisamente nela que se encontra o nosso mal. Se o homem pudesse, por si próprio, e pelo mero recurso à vontade, ser santo ou herói, em vez de pecador ou cobarde, qual de nós não teria, de há muito, operado essa mudança? Mas a nossa vontade não pode, por si só, desejar o seu bem, do mesmo modo que um braço partido não poderia consertar-se a si próprio.

Em muitíssimos casos, afigura-se-nos que a vontade é uma espécie de objecto independente, exterior

a nós, e de que podemos dispor, em casos de urgência. A verdade, porém, é que a vontade não é coisa distinta de nós: é o nosso carácter, o somatório das nossas escolhas e decisões, a herança das nossas decisões. Sobrecarregada pelas suas múltiplas defecções passadas, é-lhe habitualmente muito difícil enectar nova forma de vida no plano humano, sendo-lhe inteiramente impossível, por si só, conseguir esse *desideratum*, no plano Divino. Mas aquilo por que uma vontade «fraca» difere de uma vontade «forte» não é tanto o seu próprio estado de fraqueza como principalmente a falta de um ideal ou de um fim bem definido e profundamente amado, que a dirija. Se a vontade for possuída por um sublime ideal, e se o amor de Deus for esse ideal, ela será forte. Será fraca, porém, se for dominada por um ideal confuso, ou se não tiver qualquer ideal. Solicitada, com frequência, pelas nossas paixões e preconceitos, a nossa vontade precisa de mais força do que aquela que realmente possui, para aderir à Verdade. Atirai uma bola. Caminhará sempre no mesmo sentido, enquanto outra força lhe não mudar a direcção. Anàlogamente, para passar, por forma radical, do egoísmo para o altruísmo, carece a vontade, muitas vezes, de uma impulsão suplementar, vinda de fora, que a oriente para um novo ideal, para um conjunto de fins superiores.

Todas estas quatro «soluções» naturais e humanas supõem o homem capaz de subir acima do nível humano, elevando-se pelo seu próprio esforço.

Quando, aos defensores desta ideia, se se lhes diz, que o auxílio sobrenatural é necessário para vencer

o *ego* e aperfeiçoar o *eu*, logo replicam: «O homem deve depender de si próprio». Tal afirmação, porém, é contraditada pela vida do homem, no seu nascimento, pois não foi ele quem preparou a sua vinda ao Mundo, ou quem a si próprio se aconchegou ao seio materno. Mesmo depois de crescido, não é ele que tece os seus vestuários, ou cozinha os seus alimentos. Não adquire, por si só, os seus primeiros conhecimentos acerca do Mundo. Os seus olhos não vêm sem luz. Os seus ouvidos não ouvem sem ondas sonoras. Os seus pulmões não podem respirar sem ar. O homem, só por si, é incapaz de ocorrer a qualquer das suas necessidades essenciais.

O homem assemelha-se, flagrantemente, a um relógio cuja mola principal se tivesse partido: está provido de todas as peças, mas a verdade é que elas não funcionam. Para fazer que ele volte a trabalhar é necessário que o relojoeiro lhe forneça a mola principal, e a instale *no interior* do mecanismo. Pois também o homem precisa, interiormente, de uma nova energia, energia que lhe é comunicada de fora pelo seu Senhor e Salvador. Esta introdução de uma força superior na nossa natureza débil, para a ajudar, não a violenta, pois todo o homem sente o desejo de se transcender, o desejo de se ultrapassar. Se ele se inquieta e se agita, é porque nada, nos limites do tempo e do espaço, o pode satisfazer inteiramente.

O poder que o homem tem de criar ideias mostra que ele está já no seu elemento, no mundo espiritual. O infinito contém-se em ideias tais como caridade, esperança, beleza e bem. Nunca ninguém viu a caridade, pesou a esperança, notou a cor da

beleza, marcou a latitude ou a longitude do bem. Como espirituais que são, esses valores solicitam-nos para lá de toda a realização concreta e particular daquilo que significam em certo acto de caridade, em certa perspectiva cheia de esperança, numa linda rosa, ou num homem de bem. Para pensar essas ideias abstractas, deve o homem mover-se acima do mundo dos sentidos — o que implica que o seu espírito vive aberto para os cumes, capaz de olhar para o Céu, embora ainda mergulhado nos espectáculos terrenos. Por virtude de o homem ser atraído para o infinito, mas sem jamais poder encontrá-lo na Terra, sente-se frustrado, caso que não pode verificar-se com os animais, desprovidos dessa impulsão para as alturas. Um elefante manter-se-á sempre elefante. Não assim o homem, que possui a capacidade de se tornar diferente do que é. Se porventura se nega a pôr em prática essa estranha capacidade, fere o espírito e o coração. Quando a planta ou o animal deixam de desenvolver-se em sua natureza específica, definham. Ora o mesmo acontece ao homem, se acaso se nega a desenvolver-se *para lá* da sua natureza — desce abaixo de si próprio. O homem que não quer ser sobrenatural torna-se inatural; aquele que se recusa a ser mais que humano desce ao infra-humano. Em vez de propender para a Vida Perfeita, para a Verdade e Amor Perfeitos, para Deus que é a sua felicidade, pode procurar um deus substituto sob a forma de mais e mais prazer, mais e mais dinheiro, mais e mais satisfação de caprichos. Como nenhuma coisa, qualquer que ela seja, consegue saciar a sua fome de emoções, os seus desejos, as suas esperanças.

as suas ambições, julga o homem, erradamente, poder procurar uma compensação da sua indigência, na acumulação fastidiosa dos mesmos bens. Lá porque uma mulher não consegue matar-lhe a sede de infinito, poderá iludir-se, a si próprio, crendo que cinco mulheres farão o que uma não consegue? Pode ele imaginar que cinco mil dólares não conseguiriam torná-lo feliz. Mas, para tanto, bastariam cinco milhões? Tudo isso não passa de adição de zeros — como ele acaba naturalmente por verificar. Quando o remédio é mau, não é a quantidade que lhe altera a qualidade. Se não podemos suportar um gole de água salgada, muito menos suportaremos um tonel da mesma. O homem não pode iludir o seu desejo de se transcender, perdendo-se num mar de bagatelas. O Filho Pródigo tinha razão em sentir fome. Era isso coisa muito natural. Mas andou mal em alimentar-se de cascas.

O homem não teria posto num altar essas falsas divindades, para as adorar, se não fosse feito para o verdadeiro Infinito. É ele o único ser criado por Deus com o poder de a si próprio se promover a deus. Mas essa autodeificação é o mais triste de todos os seus erros. Aquele que a si mesmo se adora, não tardará que não exclame: «Bem quereria eu escapar de mim próprio!» Mas sempre que tenta evadir-se de si, recebe, de ricochete, o golpe do orgulho que ele próprio gerou. O *ego*, que esperava perder-se nalguma coisa de subdivino — desde o egotismo até ao prazer desordenado, até ao embrutecimento pelos estupefacientes, — é repellido sobre si mesmo, por virtude da inanidade do objecto sobre o qual tentava

fixar o seu amor. O culto mal dirigido das criaturas reage como bola de golfe que sobre si mesma se volta ao chocar com uma árvore.

Importa recordar, neste momento, aquilo que de princípio dissemos — que é possível ao homem viver em três planos de existência: o do *ego*, o do *eu* e o do Divino. É pelo conhecimento e pela disciplina de nós próprios e pelo desenvolvimento do carácter que o *ego* se subordina ao *eu*. Mas, mesmo depois de a personalidade, ou o *eu*, ter emergido, encontramos ainda no nível do puramente humano; este é o nível do amor ardente e sensível, tal como se manifesta no abandono mútuo de marido e esposa, na recíproca afeição de pais e filhos, ou dos filhos entre si. Mas tudo isto é sempre uma forma de amor que pode existir independentemente do amor consciente a Deus. Nobilita-se nos belos laços de amizade, na intimidade de espíritos que participam nas mesmas lutas; expande-se no culto desinteressado da pátria, das artes e das ciências; insufla em nós os mais nobres sentimentos de abnegação e de sacrifício. Contudo, permanece, ainda e sempre, um amor natural, amor que nós encontramos, por vezes, nos mais ferozes adversários, num campo de batalha. Mas tal amor deixa-nos sempre a natureza a trasbordar de capacidades mais belas a satisfazer.

Mesmo quando o amor se exalta até às mais sublimes regiões no plano do *eu*, existem sempre fronteiras e limites que o *eu*, só por si, não seria capaz de transpor. Os retardatários que se negam a subir mais alto podem compreender a razão por que nos sacrificamos por um amor humano, mas não por-

que nos deveríamos sacrificar pelo Amor Divino. No plano do *eu*, a rejeição dos apelos para uma vida superior é, muitas vezes, semiconsciente, mas à personalidade, ainda que capaz de se transcender, repugna-lhe aceitar o que Deus lhe propõe, tão profunda é nela a marca do natural e do humano. Temos a cabeça tão cheia das nossas próprias ideias, temos as mãos tão carregadas dos nossos próprios negócios, que mal nos sobra lugar para os pensamentos e actos de Deus. Aqueles cuja existência se confina nas palavras do *eu*, de boamente reconhecem em Jesus de Nazaré o mais perfeito modelo da vida humana que em todos os tempos existiu; de boamente Lhe concederiam uma certa superioridade sobre Buda, ou confessariam que Ele teve, talvez, um conhecimento mais perfeito de Deus do que Sócrates; mas a verdade é que não se dispõem a aceitá-Lo pelo que Ele é e pelo que a Sua Ressurreição provou ser, Divino e só Divino. Homens há que admitem a sedução moral de Cristo e falam com admiração das Bem-aventuranças, sem notarem que alguém que pregasse as Bem-aventuranças a um mundo, como o nosso, seria, necessariamente, condenado à morte. A Sua simpatia e a Sua doçura, o domínio de Si, a Sua bondade para com os pobres, o Seu bom desejo de abater todas as barreiras de classes — tudo isso é admitido como prova evidente de que Ele foi um dos maiores exemplos e uma das mais belas figuras que a Terra conheceu. Todas essas coisas é o *eu* capaz de as aceitar — mas sem que elas lhe tragam a obrigação de se transcender a si próprio. Assim, quando Nosso Senhor foi crucificado, estavam os seus ini-

migos prontos a admitir que Ele abrisse olhos cegos ao divino esplendor do Sol e ouvidos surdos à doce música da voz humana, mas ordenaram-Lhe que descesse da Cruz, que renunciasse à Sua obra de resgate do pecado. Era um exemplo de excelso amor, que constituía uma reprovação demasiado violenta da consciência deles.

O *ego* só a si próprio se quer admirar. O *eu*, pelo contrário, quer admirar a Cristo. Mas o problema implicado na transcendência do *eu* não é um problema de aprovação estética. Estamos nós dispostos a seguir a Cristo, isto é, a unirmo-nos com Ele, na imolação? Este é que é o caso! O nosso *eu* recua perante essa exigência. Pode ele crer sinceramente que é impossível que a natureza humana sofra modificação até ao ponto de poder transformar-se numa viva manifestação do Amor Divino entre os homens. E isso, pela razão de que o *eu* se concentra sobre as suas potências e capacidades, as quais, com efeito, não poderiam operar essa transformação. Mas o Poder Divino, que é um dom, pode actuar dentro do homem e levantá-lo a um nível superior; não lhe imprime mudança de direcção no mesmo plano horizontal, eleva-o. Essa mudança não é o produto de um desenvolvimento, mas o fruto de uma geração. Ensina-nos o princípio físico da inércia que um corpo se mantém em repouso, ou que o seu movimento (se acaso se encontra em movimento) é rectilíneo, uniforme, a não ser que seja compelido por uma força exterior. Também o homem, por inércia, se mantém no plano do *eu*, a não ser que seja impellido de fora: não conseguimos por nós pró-

prios, sem outro socorro, tornarmo-nos filhos de Deus.

Quando o *eu* reconhece a possibilidade de se transformar, mercê dessa infusão do Poder Divino, pode ele ainda engendrar raciocínios que tentem justificar a sua recusa em fazer os sacrifícios requeridos para sua última perfeição. A Vida Divina (ou o sobrenatural), alega-se muitas vezes, contradiz a razão, e por isso mesmo se opõe ao natural. O que é precisamente o oposto da realidade. Assim como a nossa razão é a perfeição dos nossos sentidos, assim também a Divina Luz e o Divino Poder constituem a perfeição da nossa razão.

A nossa resistência a Deus deve-se ainda à má orientação dos nossos desejos. Temem alguns a Deus, por terem resolvido não renunciar a satisfazer os caprichos do seu *ego*; porque decidiram não deixar de procurar o seu bem onde lhes apraz — e não onde agradaria a Deus. Na ordem económica, precisam essas pessoas de superiores níveis de vida; mas, no domínio da religião, se se oferecem, ao espírito e à alma, melhores condições de abrigo, é difícil convencê-las das vantagens da mudança.

Quanto à segunda parte da objecção, há, decerto, entre o nível do *eu* e o nível de Deus uma *diferença*. Diferença, mas não *oposição*. Como diz S. Tomás: «A graça é a perfeição da Natureza.» Criaturas de Deus, por natureza, tornamo-nos filhos de Deus, pela graça. É estranho que o nosso mundo — que tanto fala de «evolução emergente» — se recuse a aceitar a verdadeira evolução, quando ela implica a ultrapassagem do humano. Na verdade, o sobrenatural não é

uma superestrutura incongruente, aplicada à razão, como cabana anichada numa árvore; não é, tão-pouco, um auxílio accidental, como luneta de aumento para os olhos, ou alto-falante para os ouvidos: é um enriquecimento, através do amor de Deus, da intimidade já existente, mesmo na ordem natural, entre o homem e Deus. Esta nobilitação do seu carácter é o homem incapaz de a realizar; só a pode receber como um dom. Para isso, apenas dispõe de um poder passivo, do mesmo modo que um pau seco dispõe de um poder de combustão que um pau húmido não tem. Mas embora o desejo de Deus seja que todo o homem corresponda a esse dom, que lhe foi dado para se transcender, o que é certo é que Ele não retira a ninguém a liberdade de rejeitar a Sua infusão de amor, porque as dons deixam de ser dons quando impostos. Deus respeita no homem o seu livre arbítrio. Nem mesmo partilhou da nossa natureza humana, sem primeiro consultar uma mulher. Pois também Deus não nos faz participar da Sua Natureza Divina, sem o nosso livre consentimento.

E se nós puséssemos de parte os nossos raciocínios e aceitássemos a graça? Se isso fizéssemos, não só o *ego* seria capaz de vencer inteiramente a sua frustração e tornar-se, por esse facto, mais autenticamente humano, mas também o *eu* acabaria por praticar actos, para cuja realização, anteriormente, se supunha incapaz. A graça realiza prodígios numa alma, mas sem que nós percamos a independência necessária para nos rebelarmos contra ela ou para recuarmos a uma condição pior do que a anterior. É este o último poder do homem contra Deus, poder

que ele guarda, mesmo para a eternidade. Pois o Inferno é uma das garantias negativas da liberdade, do mesmo modo que o Céu é uma garantia positiva. O homem pode seguir a sua própria vontade e torná-la infinita, pelo amor ou pelo ódio, para lá do tempo e do espaço. As paixões do *ego* escravizam o seu adulator; a liberdade do *eu* torna-o capaz de descobrir ou de rejeitar as verdades na ordem natural; mas o dom Divino da graça revela-lhe uma liberdade mais forte do que o simples poder de escolha, como quem diz a liberdade de ele próprio se identificar com o Amor Divino.

A Vida Divina, que nos garante a nossa capacidade passiva para o infinito, é, pois, um dom. E porque esse dom é *gratuito*, ou livre, nós lhe chamamos *Graça*. E precisamente porque a graça é um dom, nós desempenhamos um papel na sua aceitação. A nossa dignidade perante o Eterno assemelha-se à dignidade dos noivos perante o altar, onde o amor responde ao amor com um «sim».

A luz do sol envolve toda a casa, mas, para que nela penetre, temos de abrir as persianas. O Médico das almas pode curar-nos, mas importa que nós nos saibamos doentes, e queiramos a nossa cura. Deus nos chama! Podemos fingir que O não ouvimos. Podemos aceitá-Lo, ou podemos fechar os ouvidos à Sua voz. A decisão é direito inalienável de todo o homem: a Sagrada Escritura insiste por mais de cento e quarenta vezes na livre aceitação da graça de Deus. «*Convertet-vos, filhos rebeldes, e eu sararei os vossos extravios*» (Jer. III, 22). «*Lembra-te, pois, [do estado] donde caíste, e arrepende-te e volta às tuas pri-*

meiras obras» (Apoc., II, 5). «*Converteti-vos, e fazei penitência de todas as vossas iniquidades; e a iniquidade não causará a vossa ruína»* (Ez., XVIII, 30).

Mas, supondo que a alma coopera e deixa entrar Deus, que acontece? Uma vez que haja cooperação entre a Vida Divina e a Vontade, aquilo que em si mesmo parecia insuficiente, torna-se dotado de um novo poder e de uma nova luz. A educação deixa de ser uma simples substituição mecânica de uma teoria por outra, de uma série de estatísticas por outra, ou a acumulação de dados desconstruídos — para passar a ser o aprofundamento do mistério, a penetrante apreensão da verdade e da finalidade da vida. A razão torna-se mais forte, porque a fé a auxilia do mesmo modo que a luz do sol auxilia os olhos. A ética deixa de ser um conjunto de imperativos, para se transformar num acto de amor, e a moralidade, por sua vez, converte-se num derivado da intimidade. A nossa vontade de tal modo se encontra agora transformada que os nossos actos deixam de ser o dever, exigido pelo dia de hoje, para passarem a ser um eco fiel do amor de Deus. As circunstâncias exteriores — por exemplo, o encontro de um doente na rua — já não nos sugerem as boas acções. A sugestão vem-nos agora do espírito de Cristo que em nós existe. O *ego* cedeu o lugar ao *eu*, e este começou a viver em Cristo.

O Divino Invasor, que estabeleceu uma testa de ponte em nossa alma, entendeu que não devia dar-nos uma sensação de bem-estar ou um ardente sentimento de «devoção» no vazio do estômago. A Divina Presença pode não afectar, de modo algum, os nossos

gânglios e nervos — mas afecta, com certeza, as nossas inteligências e as nossas vontades, e isso implica uma dura e deliberada reorientação da nossa existência para Deus. O Poder Divino não é uma sensação de calor interior. É o próprio Cristo agora presente no Seu Espírito.

Esta sobre-humana Energia Divina difere infinitamente de todos os ideais humanos que podem ser concebidos pelo nosso espírito, e que são impotentes para nos ajudar. Simples noções de virtude não podem fortificar-nos por meio de uma energia que em nós e por nós próprios não existe. Os ideais de nossa autoria só dispõem da *nossa* força; por isso, são fracos. O Divino Dínamo é que é a nossa causa eficiente, e, ao mesmo tempo, o nosso alvo, a nossa causa final. Uma vez que o Poder Celeste existe fora de nós, é Ele que nos traz uma força de fora, é ele que põe à nossa disposição o auxílio do poder de Deus. Um pau só pode inflamar-se pelo fogo. Por analogia, o homem que queira ser mais do que realmente é, só o poderá ser, se abrasado pelo Divino Fogo do Céu. Todos os ideais humanos, todos os códigos humanos e todos os sistemas humanos — sejam eles de Aristóteles, de Confúcio ou de Platão — todos eles tratam o homem como um ser que se basta, e cujas mais altas potencialidades existem na sua natureza. Mas a pressão de Deus sobre a alma incita o cristão a transformar-se nalguma coisa que ele não é, estimula-o a erguer-se a um nível de todo inacessível a poderes meramente humanos. E por isso a iniciativa deve partir de Deus, de Deus que opera dentro de nós próprios. Os nossos esforços morais,

são ainda nossos, mas tornaram-se, agora, mais potentes do que antes: converteram-se em respostas a chamamentos, e em contactos com o Próprio Deus, enquanto Ele nos remove o espírito e a vontade. Graças a este influxo de Energia Divina, a mudança agora operada no nosso carácter tira o seu princípio, não do nosso temperamento, da nossa educação, do nosso ambiente, da nossa ética, da nossa razão ou da nossa vontade humana, mas de Deus. Podemos descer abaixo de nós próprios, mas só nos poderemos erguer por meio d'Aquele que é capaz, inclusive, de nos ressuscitar de entre os mortos. «*Não que sejamos capazes por nós mesmos de pensar alguma coisa [sobrenaturalmente boa], como vinda de nós mesmos; mas a nossa capacidade vem de Deus*» (II Cor., III, 5).

Sem essa Acção Divina sobre a alma, nunca o pecador poderia afastar-se dos seus maus caminhos. No caso de um homem que vive deliberadamente no mal, é tão inconcebível o mudar de rumo, pelas suas próprias forças, e tornar-se filho de Deus, como o seria, para ele, o deter-se, a meio do ar, depois de se haver atirado abaixo de uma ponte.

A acção de Deus na alma é também necessária àqueles que, sem serem voluntariamente maus, perderam o senso moral ou que, irreflectidamente, mergulharam na sensualidade, na embriaguez ou na avareza. Se neles não se verificar a intervenção Divina, as suas paixões poderão deixá-los, um dia, mas eles é que jamais deixarão as suas paixões. Entregues a si próprios, os fanáticos ainda se tornam mais fanáticos, os pecadores mais pecadores, os avarentos mais avarentos, os que odeiam mais susceptíveis de odiar.

Mas desde que a Energia Divina actue sobre as suas almas, logo eles poderão transformar-se completamente, passando a viver de modo muito diferente, ainda que seus maus hábitos estejam inveterados, ainda que tenham perdido o amor do bem e que a melancolia se haja instalado nas suas almas, como num trono. Temos visto Agostinhos tornarem-se santos, Madalenas converterem-se em penitentes, Pedros passarem da traição ao martírio, Paulos renunciarem ao ódio; mas essas transformações só puderam dar-se porque Deus lá estava, impelindo o pecador para novo caminho, dirigindo-o para uma cidade invisível nas colinas eternas. Semeado o grão, a terra frutifica. Mas a imundície, só por si, não se pode gabar de ter dado à rosa a brancura desta. Fácilmente podemos crer que tudo fizemos, que por nós próprios nos melhorámos, pois a Acção Divina é imperceptível, subtil e silenciosa. Os nossos melhores amigos ocultam-nos, por vezes, os benefícios que nos prestam. Pois também Deus assim procede; levado pelo Seu amor, deita em nossas almas o ouro amoedado, deixando-nos crer que de nós próprios o extraímos e que nós próprios o acrisolámos.

Deus não vem no trovão, mas na aragem de Abril. Porque Ele não grita, mas apenas murmura, deve a alma estar atenta, para não deixar de atender à Sua visita. *«O reino dos céus não virá com aparato; nem se dirá: Ei-lo aqui, ou ei-lo acolá. Porque eis que o reino de Deus está no meio de vós»* (Lucas, XVII, 20-21).

Logo que a consciência dessa Divina Presença transforme a nossa personalidade, modificam-se cari-

tativamente as nossas relações com os nossos irmãos humanos. Vê-se, então, que o que diferencia os homens uns dos outros não é a educação, a fortuna, o encanto, a beleza ou a inteligência, mas a maneira por que eles correspondem à Acção Divina exercida sobre as suas almas. Aos olhos da Fé, só existem duas categorias de pessoas: as que dizem «Sim» a Deus, e as que Lhe dizem «Não».

Não haveria esperança para as almas pervertidas se não houvesse a graça celeste que as tocasse e curasse. Um ladrão não poderia, em dado momento, amaldiçoar um Homem, seu companheiro de suplício, na Cruz, e, logo a seguir, implorar o seu perdão e pedir-Lhe lugar no seu Reino, se não tivesse sido transformado por Deus, que lhe fez esta promessa: *«Hoje estarás comigo no Paraíso.»* Só quando os homens começarem a ser infinitamente maus e Deus deixar de ser infinitamente bom, é que nos poderemos justamente desesperar — mas isso nunca acontecerá. Todavia, o desespero (a Graça Negra) é, para os orgulhosos ou para os transviados, uma bênção, pois faz-lhes ver que não podem encontrar senão sofrimento, se acaso procurarem o seu fim último em qualquer outro amor que não seja o Deus que eles desconhecem.

A Graça Negra pode ser um precioso tesouro mesmo para aqueles a quem a ajuda de Deus é apenas uma espécie de último expediente, um último risco a correr. Quase inteiramente cépticos a respeito do Seu poder, chamam-no, e Ele lhes responde. Enquanto o homem se mantém forte no seu orgulho.

Deus lhe parece fraco. Enquanto ele a si próprio se toma por um deus, Deus se lhe afigura como que inexistente. Mas, tão depressa ele começa a duvidar da sua própria divindade, e se torna humilde, logo Deus se lhe revela poderoso.

Deus, em Sua Misericórdia, desnorteia assim certas almas, as quais, a princípio, exclamam: «Por que é que Deus me fez isto a mim?» Mas se elas reflectirem, acabarão por descobrir que a semente não poderá germinar enquanto não apodrecer o tegumento que a envolve. Também nós, e através do sofrimento, temos que nos desprender do tegumento do nosso orgulho.

Essas bênçãos, disfarçadas em calamidades, a todos nos atingem, e em todos os níveis da existência. Ninguém é permanentemente feliz no seu *ego*. Podemos sê-lo, relativamente, na personalidade do *eu*, mas esta nos falhará nas grandes crises, nos desgostos, nas provações, na doença e na aproximação da morte — e é então que Deus nos toca.

O humanismo é uma fraternidade sem lágrimas. Mas quando as lágrimas correm, precisamos de mais alguma coisa do que aquilo que ele nos pode dar. A melhor das éticas centra sempre o universo do homem em volta dele próprio, e isso conduz ao orgulho espiritual (quando o *eu* obedece ao seu sistema ético, e exulta), ou ao desespero (quando o *ego* comanda). O caminho da verdadeira perfeição humana é aquele pelo qual não só o nosso *ego*, mas também o nosso *eu*, se eclipsam, de maneira a vermos o nosso próximo e o nosso *eu* através do olhar de Deus. Ninguém (diz-nos Nosso Senhor) pode aumentar, de um côvado, a

sua estatura, por mais que faça. Também o *eu* não pode atingir esse profundo amor de Deus e do próximo, de que gozam os santos, sem a intervenção da Divina Dinâmica, vinda do alto. A concentração sobre nós próprios, mesmo a relativa àquilo que é moralmente bom, é uma espécie de negação. A única solução para o enigma da nossa vida está em nos concentrarmos sobre Deus.

CAPÍTULO IV

ORAÇÃO E MEDITAÇÃO

O nosso século é, porventura, o mais verboso de toda a história do Mundo, não só porque temos mais processos mecânicos para difundir a palavra, mas ainda porque pouco se encontra no nosso espírito que não nos tenha vindo do exterior, de tal maneira que nos parece absolutamente necessário estar em comunicação com os nossos semelhantes. E assim somos levados a divinizar a palavra como meio de resolver todos os problemas. Os jovens das nossas aulas «progressistas» são já convidados, ainda mesmo antes de estudarem a filosofia dos direitos do homem, a resolver os problemas do Universo. Embora S. Paulo dissesse que «*a fé entra pelos ouvidos*», a verdade é que bem pouco numerosos são os ouvintes. Se a maior parte das pessoas alimentasse tão mal o corpo como mal alimenta o espírito, morreria de inanição.

São características da nossa época a hiperactividade e o amor do barulho e da algazarra. Nesse *clima*, procura o homem moderno uma compensação para a profunda desconfiança de si mesmo. Não sabendo claramente o que é, o americano de nos-

sos dias procura tornar-se importante pelo que *faz*. Quanto mais inquieto o homem está, mais actividade desenvolve. Nas salas de espera das maternidades, os papás em expectativa passeiam como animais enjaulados. A poltrona de baloiço, diz-se, é uma invenção tipicamente americana. Nessa poltrona pode o homem descansar, movendo-se, e manter-se sentado, agitando-se. Outrora, quando a civilização era ainda verdadeiramente cristã, o homem era activo, por necessidade física: trabalhava para comer. Nesta nossa época descristianizada, é activo, por necessidade moral: trabalha para deixar de pensar. E é-nos menos penoso trabalhar, impelidos por uma necessidade externa do que pela necessidade de nos libertarmos da nossa angústia. Se, nós, os homens, nos agitamos fútilmente, é isso, em parte, para não termos de fazer, a nós próprios, estas duas perguntas: «Onde estamos? Para onde vamos?»

O caos verificado no mundo interior do homem torna-lhe insuportável o caos que o rodeia, e faz-lhe apetercer a uniformidade em tudo. Privado da sua unidade interna pela perda da sua união com Deus, procura ele compensá-la por uma unidade *externa* com os outros homens, colectivamente considerados. E a isso se chama a estandardização da vida. Hoje, quase todos os jornais dão informações do mesmo teor. Algumas revistas de grande tiragem criam a opinião pública «em série». A nossa semelhança interna com os outros, proveniente da Graça Divina, deu lugar a uma semelhança externa, em resultado da imitação servil. A opinião mecanizada, a imitação das «celebridades» de trazer por casa e a sujei-

ção ao que «elas dizem» e ao que «elas usam» inferiorizam a individualidade do homem moderno. Aquele que vive muito próximo de Deus não cura de saber se é diferente de toda a gente. É pelo facto de perdemos a nossa união com Deus que passamos a ter medo do isolamento, e que nos vem a enganadora expectativa de podermos obter uma certa tranquilidade na semelhança com os outros.

Um outro resultado da nossa privação de paz interior é este: substituímos a qualidade pela quantidade. Tendo nós perdido a Graça — qualidade da alma que nos assemelha a Deus — procuramos compensá-la com o culto da quantidade. Gabamo-nos do «maior», do «mais alto», do «mais vasto». A maior Universidade torna-se a melhor. A educação deixa de ter por objecto a descoberta da Verdade que unifica, e reduz-se a simples amontoado de factos incoerentes. «*Incapazes de dar beleza aos nossos valores, queremos-los enormes*», escrevia já Plínio. Por vezes, apreciamos a grandeza da nossa civilização em termos de babéis nova-iorquinas, levantadas para as alturas dos céus. Esquecemo-nos de que o Egipto ergueu as suas mais majestosas pirâmides nas vésperas do seu declínio.

Finalmente, enquanto a alma se empobrece pela falta de semelhança com Deus, o corpo procura resarcir-se nos excessos do luxo e em toda a espécie de ostentação. A elegância do vestuário pretende reparar a nudez interior. Uma criança rica reconhece-se, ainda mesmo quando vestida pobremente: mas uma criança pobre, terá de dar-se ares de opulência, se quiser passar por criatura rica. O verda-

deiro sábio não procura discorrer acerca de todos os livros que leu para se mostrar pessoa culta; mas se for um estudante dos primeiros anos do liceu, que queira fazer figura entre gente instruída, a todo o momento e a propósito de tudo vos disparará as exclamações: «Como! Pois não leu isto?»

Ora, outro tanto acontece na vida espiritual. A alma revestida de Cristo não tem a preocupação de orar ostensivamente, nas praças públicas, para fazer admirar a sua piedade, à maneira dos Fariseus. A ostentação acusa sempre a ausência da qualidade que se pretende mostrar a todo o custo. Os grandes amadores de publicidade são sempre pessoas preocupadas em disfarçar a sua personalidade real: pretendem fazer reclamo de uma personalidade lendária. Se acaso dizeis a essas almas esfomeadas que toda essa política de disfarce é tempo perdido, respondem-vos elas, ou parecem responder: «Tanto pior!» Mais se atêm essas tais pessoas ao seu «papel» de empréstimo do que à realidade e à Verdade.

Ninguém é feliz exteriorizando-se como a maior parte das pessoas da nossa época. Todos desejamos a paz da alma, por compreendermos que não há felicidade exterior sem felicidade interior. Como dizia um chinês: «Os Americanos não são felizes: riem demasiado.» Alusão, decerto, a essa enorme quantidade de fotografias em que certas pessoas se exibem com o propósito de nos fazerem crer, pelos seus ares de expansiva hilaridade, que vivem realmente mergulhadas na alegria.

Coisa mais importante do que a análise dessa louca «exteriorização» é o remédio para ela, pois não

há ninguém que se satisfaça com essas atitudes afectadas. Folheemos o Evangelho, e aí veremos como Nosso Senhor nos manda pôr de sobreaviso contra esses *ersatz* da paz, contra a estandardização e o conformismo. «*Se o Mundo vos aborrece, sabeis que, primeiro do que a vós, me aborreceu a mim. Se vós fôsseis do Mundo, o Mundo amaria o que era seu; mas porque vós não sois do Mundo, antes eu vos escolhi do meio do Mundo, por isso a Mundo vos aborrece*» (João, XV, 18-19).

Põe-nos de prevenção contra o «colossalismo», na parábola do homem que aumentava constantemente os seus celeiros para finalmente ouvir dizer, por um anjo, que naquela mesma noite lhe iria ser pedida a alma. Nosso Senhor manda que nos acautelemos da hiperactividade, quando censura a Marta o inquietar-se com muitas coisas. Na noite da Sua agonia, censura a Pedro o ter substituído a oração pela acção, quando ele, em vez de velar durante uma hora, em silêncio, puxou da sua espada. Temos sido amplamente advertidos; todavia, não acontece ainda àqueles que se dão hoje por servidores de Cristo o absorverem-se demasiado em belos projectos para o Reino de Deus, a ponto de esquecerem esse mesmo Reino?

Todas essas exteriorizações indicam que tentamos escapar a Deus e à formação da nossa alma. O simples facto de nos sentirmos pouco à-vontade logo que a barulheira e a agitação cessam, revela que procuramos fugir de nós próprios. O gregarismo, a necessidade de nos perdermos na multidão, a tendência para nos integrarmos no ritmo de Nova Iorque e de Hollywood, tudo isso é prova evidente de que pro-

curamos distrair-nos do nosso *eu* interior, único lugar onde se encontra a verdadeira alegria.

Um dos melhores meios para triunfar da exteriorização consiste no recurso à oração e à meditação. Todavia, replicam alguns, quando lhes sugerimos esse processo: «Ora não adianta nada.» Há, por vezes, uma parcela de verdade nessa réplica — parcela de verdade psicológica, e não teológica. Se aqueles que assim falam não têm a intenção de refrear os seus hábitos de desordem ou de lutar contra a sua sensibilidade, é bem certo que «orar não adianta nada», mas isso apenas por culpa deles. Deus não se recusa a ouvi-los, mas eles é que se recusam a realizar a primeira condição da oração — um desejo ardente de corrigir a sua natureza de acordo com as leis de Deus. Quando a Deus pedimos que nos ajude, a nossa prece só pode ser eficaz se exprimir um desejo sincero de mudança, um desejo sem reservas nem condições da nossa parte. O alcoólico que Lhe pede a cura do seu vício, mas que não quer renunciar à bebida, atesta, por esse simples facto, que não ora verdadeiramente. O libertino que Lhe implora que o livre dos seus maus hábitos de luxúria, mas que a eles se entrega sem resistência, destrói a eficácia da sua oração.

Toda a oração implica, necessariamente, da nossa parte, uma intervenção da vontade, um desejo de progresso, um assentimento ao sacrifício. A oração não é passiva; é uma colaboração muito activa entre a alma e Deus. Se a nossa vontade se mantiver inerte, a nossa oração não passará de uma lista de coisas que nós quereríamos obter de Deus, sem que Ele nos exigisse a paga do quanto elas custam em esforço e

sacrifício. A oração é dinâmica, mas só o é se cooperarmos com Deus. Aquele que se decide a colaborar com Deus, para sair da escravidão dos prazeres carnis, deve dispor-se, sem reservas, a utilizar a força que Deus lhe der e empenhar-se francamente na sua libertação do pecado.

Por vezes — mesmo quando a Vontade entra em acção —, a nossa prece afigura-se vã, pela razão de que nos aproximamos de Deus com uma vontade precária. Queremos a Deus, sim, mas juntamente com alguma coisa que é incompatível com Ele. Pedimos-Lhe que suspenda as leis do Universo como recompensa da nossa inteira confiança n'Ele, mas a verdade é que só lhe damos metade da nossa confiança. Com uma das mãos atrás das costas, reservamo-nos uma ou outra compensação, no caso de Ele vir a faltar-nos. Vamos preparando, por exemplo, uma confortável conta de banco, enquanto pedimos à Divina Providência que nos guie. A inteira falta de confiança leva, muita vez, à perda das nossas amizades humanas. Pois também a Divina Amizade não nos concede a plenitude dos seus dons, se a nossa confiança n'Ela não for absoluta. Para se ser atendido, importa, primeiro, ter Fé.

Por que será que muitas pessoas não oram? O motivo é fácil de compreender. Um operário pode estar de tal maneira absorvido no seu trabalho, que não ouça o apito do meio-dia. Pois, análogamente, pode o egotista viver tão presunçoso da sua pessoa que não dê conta daquilo que está para além dele próprio. Que exista uma realidade que o ultrapasse, um Poder e uma energia capazes de o engrandecer e

transformar, tudo isso são coisas que lhe parecem absurdas. Assim como existem pessoas cujos ouvidos se mantêm fechados à música, e cujos olhos são cegos para as coisas de arte, assim também os egotistas são cegos para Deus, isto é, mortos para a visão de Deus. Dizem que não podem orar; e têm razão: não podem. O seu egocentrismo paralisa-os. Segundo a sua maneira de pensar, não precisam de orar — no que também há uma parcela de verdade, pois eles não querem tornar-se melhores. No seu programa está manterem-se tais quais são, e essa loucura eles a podem pôr em prática, sem auxílio de ninguém. Os animais não precisam de orar, porque nenhum deles possui, como o homem, a capacidade de se transcender. O homem é a única criatura de Deus capaz de *se tornar* mais do que realmente é, se, na verdade, quiser ser mais do que é. Todo aquele que se gaba de ser o seu próprio criador não precisa de se ter como dependente de Deus. Todo aquele que afirma não ter feito jamais sombra de mal, não precisa de um Salvador. Para que esses egotistas pudessem orar, importaria que começassem por neutralizar o seu egoísmo. Mas muitos se recusam a isso, não por temor do que possam vir a ser, mas porque não se atrevem a encarar de frente as abdições necessárias à sua ascensão a um nível superior de paz e de felicidade.

Importa que exista sempre uma relação entre a coisa que se dá e a pessoa que a recebe. Inútil seria oferecer um tesouro a quem dele não pudesse usar. Não se disporia o pai a fazer presente de um *Stradivarius* a um dos seus filhos sem nenhuma espécie de

vocação para a música. Pois também Deus não se dispõe a dar, aos egotistas, dons, poderes e energias que eles nunca se proporiam utilizar para a transformação da sua alma e da sua existência.

Uma outra objecção: Uma vez que a Divina Vontade se cumpre sempre, de que serviria orar? Por outras palavras: «Para que chamar o médico para o meu amigo que está doente? Para quê cuidar dele? Isso não aqueceria, nem arrefeceria.» Na ordem natural, a eficácia dos remédios é, em parte, função das disposições físicas do organismo; na ordem sobrenatural, a Vontade Divina leva em conta o nosso desejo de nos tornarmos melhores. Correspondo às nossas orações, Deus, decerto, não fará, apenas por que nós Lho suplicamos, aquilo que Ele não queria, mas fará aquilo que não faria se nós Lho não solicitássemos. Deus não fará brilhar o Sol através de uma janela, se essa janela estiver suja; mas brilhará o Sol, através dessa mesma janela, se a limpamos. Deus não fará crescer a seara, de sementes que não lançámos à terra. O nosso universo é um universo condicional: para obtermos um determinado efeito, é preciso passar pela fieira das causas. Quando um rapaz estuda, aprende. Se se riscar um fósforo, este se inflamará. Na ordem espiritual, conhecemos nós a palavra de Nosso Senhor: «*Pedi, e vos será dado: buscai, e encontrareis: batei, e abrir-se-vos-á*» (Mateus, VII, 7). Para recebermos o auxílio de Deus, importa que estejamos preparados para isso. Importa que peçamos, que procuremos, que batamos. Milhões de favores do Céu dele pendem por cordões de seda. Ao gládio da oração cabe cortá-

-los. «*Eis que estou à porta [do teu coração], e bato. Se alguém ouvir a minha voz, e me abrir a porta, entrarei nele, e cearei com ele, e ele comigo*» (Apoc., III, 20).

Este texto volta do avesso o princípio da oração, segundo muitos o imaginam. Orando, somos nós — julgamos esses tais —, que tocamos a campainha de Deus e Lhe pedimos um favor. Na realidade, é o contrário que se passa: é Ele que toca a nossa campainha: «*Não me detenho à porta, bato.*» Muito mais Deus poderia fazer por nós, se a nossa vontade fosse mais dócil: a falta está sempre do lado daquele que recebe. As estações de T. S. F. enviam-nos ao domicílio as suas emissões. Mas para que o ouvinte as possa escutar, é preciso que ele sintonize o aparelho.

Deus prodigaliza os seus benefícios e favores aos indivíduos e às famílias que vivem na atmosfera do Seu amor: a sua existência é muitíssimo diferente daqueles que vivem fora dessa atmosfera. Não podemos esperar que Deus espalhe com igual abundância os seus dons e bênçãos nas famílias onde predomina o económico e naquelas que, acima de tudo, contam com a Sua Providência. Os pais que n'Ele confiam dispõem de uma espécie de poder e de felicidade, de que os outros se privam. Os nossos amigos terrenos mostram-se mais ou menos generosos para conosco, conforme as nossas disposições a seu respeito. Pois assim acontece também com o Divino Amigo. Aqueles que, pela sua confiança, Lhe permitem dar mais, mais recebem também. Nos lares onde a preocupação do económico é absorvente, se acaso ainda se ora, a oração é feita à maneira do pródigo, antes da conversão: «*Dai-me...*». Nos outros, onde a Providência

ocupa o primeiro lugar, a oração é rezada, muito provavelmente, à maneira do pródigo, depois do seu regresso: «Fazei de mim...». Oremos, para virmos a ser filhos de Deus mais fiéis, mais amantes, e proporcionalmente nos serão atribuídos os dons que o nosso Pai do Céu pode dar aos Seus filhos, filhos a quem Ele amou, até ao ponto de por eles morrer.

A oração não consiste essencialmente em nos empenharmos a fazer com que Deus satisfaça os nossos pedidos. Com os amigos, não procedemos assim, se queremos alicerçar sólidas amizades. Há, porém, uma oração de petição, que é lícita.

São de duas espécies os favores de Deus: aqueles que Ele nos faz, quer a gente os peça quer não; e aqueles que Ele nos concede, com a condição de Lhos suplicarmos através da oração. Os primeiros lembram os bens que o filho recebe naturalmente de seus pais — alimentação, vestuário, abrigo, vigilância e protecção —, quer ele os peça quer não. Mas outros há, condicionados pelos seus desejos. Gostaria um pai de enviar um seu filho para o colégio. Mas se esse filho se recusa a estudar, ou se é negligente, pode muito bem o pai negar-lhe essa vantagem. Não que o pai voluntariamente prive o filho dessa vantagem. É que o filho, por virtude dos seus defeitos, torna-a impossível. — Pensava Nosso Senhor nos benefícios da primeira categoria, quando dizia: «*Fez cair a chuva sobre os justos e os injustos*» (Mateus, V, 45); e nos da segunda, ao dizer: «*Pedi, e vos será dado.*»

O objecto da oração não é, pois, e apenas, informar Deus das coisas de que carecemos. Ele as conhece.

«*Nosso Pai sabe que tendes necessidade de todas elas*» (Mateus, VI, 32). A oração tem principalmente por fim fornecer-Lhe a oportunidade de nos conceder os dons que Ele nos destina, se estivermos prontos a aceitá-los. Não é mercê dos olhos que a luz do Sol nos rodeia. Não é mercê dos pulmões que o ar nos envolve. Ainda que fechemos os olhos, a luz do Sol lá está. Ainda que sustemos a respiração, o ar não sai do seu lugar. Também os benefícios de Deus estão patentes, se não nos opusermos a que a Sua Vontade no-los faça.

Deus não se revela igualmente a todos os homens. Não que Ele tenha preferidos, ou que tenha decidido favorecer uns e abandonar outros. Não. A diferença está em que Lhe é impossível manifestar-Se a certas pessoas, por motivo das disposições destas. A luz do Sol não tem preferências: tanto se reflecte sobre um lago como sobre um charco.

Cada qual faz as suas orações em função da sua vida moral. Quanto mais o nosso procedimento estiver de acordo com a Divina Vontade, mais fácil nos será orar. Quanto mais estiver em desacordo com Deus, mais difícil nos será fazer as nossas orações. Assim como nos é difícil olhar de frente uma pessoa que tenhamos gravemente ofendido, assim também é-nos difícil levantar o nosso espírito e o nosso coração para Deus, se vivermos em revolta contra Ele. Não que Deus não esteja disposto a ouvir os pecadores. Ouve-os. Pelos pecadores tem Ele até uma particular predilecção. Lembremos as Suas palavras: «*Não vim chamar os justos, mas os pecadores*» (Marcos, II, 17). «*Haverá maior júbilo no Céu por um só pecador que fizer penitên-*

cia, que por noventa e nove justos que não têm necessidade de penitência» (Lucas, XV, 7). Mas *estes* pecadores, entendamo-nos, são os pecadores dóceis à Sua Vontade. São aqueles que não Lhe resistem. Se o pecador não deseja sair dos seus maus hábitos, carece da primeira condição para orar.

Todas as pessoas conhecem suficientemente a Deus para Lhe dirigirem as suas orações. Mesmo aquelas que dizem duvidar da Sua existência. Perdidas numa floresta, e embora saibam que no seio dela não podem encontrar quem as guie, gritarão, na esperança de serem ouvidas. Na adversidade e na desgraça, o próprio céptico, ainda que se julgue incapaz de uma súplica, não deixará de implorar auxílio. Todavia, aqueles que invocam a Deus só em último caso, não O conhecem bem. Apesar de O terem ao seu alcance, recusam-Lhe a sua intimidade diária. O minguado conhecimento que eles têm de Deus não é frutuoso nem eficaz, porque jamais conformam a sua vida com esse conhecimento: o Senhor ordenou que lhes fosse retirado o talento improdutivo. Um músico que não ponha em prática os primeiros conhecimentos da sua arte, não fará sombra do progresso, e dará provas de que por ela não tem interesse. É neste sentido que o nosso procedimento, o nosso comportamento, a nossa vida moral, se transformam nas determinantes das nossas relações com Deus. Quando vivemos na impiedade, na libertinagem e no egoísmo, a nossa oração não passa de um gesto exterior, de uma simples fórmula mágica para obter de Deus a realização dos nossos desejos contrários às leis morais que ele nos prescreve.

Quem só em si pensa, só a Deus se dirige para pedir. Quem pensa no seu próximo, intercede por ele. Quem só pensa em amar e servir a Deus, abandona-se à Sua Vontade. Nessas condições estão os santos. Para a maior parte das pessoas, a maneira de orar terá de ser, necessariamente, muito austera — porque terão de despojar-se do seu *ego*. Quantas não querem que seja feita *a sua* vontade! Fazem a Deus pedidos incríveis, e exigem um deferimento integral. «Que seja feita *a minha* vontade!», acentuam essas tais pessoas, ao rezarem o *Pai Nosso*. É difícil ao Eterno dar-Se àqueles que apenas se interessam pelo temporal. A alma que vive ao nível do *ego* ou do *eu* e que se nega a passar ao nível do Divino, assemelha-se a um ovo obstinadamente conservado em lugar muitíssimo fresco para incubação, e condenado, por isso mesmo, a nunca «dar pinto», a nunca atingir o seu completo desenvolvimento. O *eu* é ainda o embrião daquilo que o homem deve vir a ser.

Aquele que ama pensa no objecto do seu amor: «Onde está o teu tesouro, aí está também o teu coração» (Mateus, VI, 21). O grau da nossa dedicação e do nosso amor depende do valor que nós atribuímos a uma coisa: *Amor pondus meum*, diz Santo Agostinho; o amor é a lei da gravitação. O estudante acha que estudar é duro, porque tem mais amor ao desporto do que à ciência. O homem de negócios tem por trabalho árduo pensar nos prazeres celestes, porque só se ocupa a encher o seu «celeiro». Os espíritos carnis consideram difícil amar o espírito, porque o seu tesouro jaz no corpo. Cada qual se asse-

melha àquilo que ama. Quem ama o que é material, materializa-se. Quem ama o que é espiritual, espiritualiza-se — nas suas concepções, nos seus ideais, nas suas aspirações.

Dada essa relação entre o amor e a oração, facilmente compreendemos, pois, o motivo por que certas almas dizem não terem tempo de orar. Elas não dispõem, realmente, de tempo, porque outras tarefas são para elas mais prementes, outros tesouros mais preciosos, outros prazeres mais aliciantes. Um relógio, que nós aproximemos demasiado de um dínamo, pára. Análogamente, um coração demasiado absorvido nas coisas exteriores depressa perde a sua capacidade de orar. Mas, assim como um relojoeiro pode desmagnetizar o seu relógio com o auxílio de um imã e acertá-lo de novo pelo sol, assim também é possível desfazermo-nos do *ego* e regularmo-nos pelo Eterno e pelo Amor Divino.

Se a oração é um Dever, importa notar que, para bem nos desobrigarmos dele, devemos cumpri-lo com amor. Aquele que ama sente um irresistível desejo de realizar a vontade do ser amado. O coração humano não considera «rendosa» a oração, se se deixar absorver noutros desejos e ambições que não sejam os de realizar a Vontade de Deus, que é sempre a nossa perfeição. Pessoas há que gostariam de agradar a si próprias, sem desagradarem a Deus. Não querem viver de relações tensas com Deus, do mesmo modo que um empregado não quer «turras» com o patrão. Para esses, que tão pouco amam, a religião e a oração afiguram-se-lhes simples correctivos, alguma coisa de negativo e um obstáculo aos

seus desejos. Os dessa força apenas solicitam da oração e da religião que os livrem dos pecados mortais, e que os mantenham numa avareza, egoísmo e intemperança moderados. Quando só mediócras ambições enchem o nosso espírito e o nosso coração, não nos dirigimos a Deus para saber o que Ele quer, mas para Lhe dizermos aquilo que pretendemos que Ele faça — para isso, e nada mais.

Oramos, na medida em que desejamos, e desejamos, na medida em que amamos. Mas, quanto à oração, cada qual possui a sua capacidade específica, e até mesmo aqueles que desconhecem o amor de Deus se Lhe dirigem constrangidos. Isto se vê pelas duas parábolas seguintes do Evangelho, que, por vezes, têm sido mal interpretadas, ao concluir-se, abusivamente, que a Deus repugna conceder-nos os Seus favores, mas acaba por no-los conceder, mercê da insistência dos nossos pedidos. Mas não é esse, afinal, o sentido das duas parábolas.

«Disse-lhes mais: Se algum de vós tiver um amigo, e for ter com ele à meia-noite, e lhe disser: Amigo, empresta-me três pães, porque um meu amigo acaba de chegar a minha casa de [uma] viagem, e não tenho nada que lhe dar; e ele, respondendo lá de dentro, disser: Não sejas importuno, a porta já está fechada, e os meus filhos já estão deitados comigo; não me posso levantar para te dar alguma coisa. E, se outro perseverar em bater, digo-vos que, ainda que ele se não levantasse a dar-lhos, por ser seu amigo, certamente pela sua importunação, se levantará, e lhe dará quantos pães precisar» (Lucas, XI, 5-8).

«E [Jesus] dizia-lhes também uma parábola, para mostrar que importa orar sempre e não cessar jamais de o fazer, dizendo: Havia em certa cidade um juiz, que não temia a Deus, nem respeitava os homens. Havia, também, na mesma cidade, uma viúva, que ia ter com ele, dizendo: «Faz-me justiça contra o meu adversário». E ele, durante muito tempo, não quis atender. Mas, depois, disse consigo: Ainda que eu não temo a Deus, nem respeito os homens, todavia, visto que esta viúva me importuna, far-lhe-ei justiça, para que não venha continuamente importunar-me. Então, disse o Senhor: Ouvi o que diz este juiz iníquo. E Deus não fará justiça aos seus escolhidos, que estão chamando a ele, de dia e de noite, e tardará em os socorrer? Digo-vos que depressa lhes fará justiça. Mas quando vier o Filho do homem, julgais vós que encontrará fé sobre a Terra?» (Lucas, XVIII, 1-8).

O verdadeiro sentido dessas parábolas é este. Se podemos conseguir favores de uma pessoa intratável, ferozmente amiga das suas comodidades, ou de um juiz iníquo, como os não conseguimos de Deus, se lhes suplicarmos? A oração não consiste em vencermos a resistência de Deus, mas em identificarmos as nossas necessidades com a suprema Boa-vontade em nos ajudar. Estas duas parábolas opõem as tergiversações egoístas de um homem ao zelo da liberalidade Divina, e a injustiça de um outro à justiça de Deus.

Um segundo sentido há, nelas, ainda. Na primeira, trata-se de uma adversidade material, e na segunda de uma adversidade social. Donde se conclui que recorreremos naturalmente à prece, na prova-

ção. Evidentemente que se o vizinho não precisasse de pão, e se a viúva não tivesse sido vítima de uma injustiça, nem o primeiro nem a segunda teriam pedido o quer que fosse. Dizer que não podemos orar, e que nunca nos poderemos resignar a isso, é a possível opinião dum homem sem graves e imediatas preocupações, mas não a expressão dos seus impulsos fundamentais. Uma bomba atômica lançada sobre uma cidade fará que milhares de pessoas se disponham a fazer as suas orações — ainda que tais pessoas se digam incapazes de orar. *«Para aprendermos a orar, basta que nos façamos ao mar»*, dizia Jorge Herbert. *«Muitas foram as vezes, dizia Abraão Lincoln, em que fui obrigado a cair de joelhos, porque outra coisa não via que se pudesse fazer. A minha sabedoria e a de todos aqueles que me rodeavam, pareciam-me insuficientes nesse dia.»*

Se, por vezes, Deus nos dá a impressão de tardar em atender os nossos pedidos, é isso por diversas razões: ou para aprofundar o nosso amor e aumentar a nossa fé, ou para nos estimular. Pode fazer-nos esperar pelos seus benefícios, para que mais ardentemente procuremos Aquele que os concede, ou ainda para nos fazer compreender a futilidade das nossas pretensões.

Jacob suplicou, um dia, a Deus, que lhe concedesse bom regresso e, em testemunho de reconhecimento, prometeu consagrar-Lhe dez por cento dos seus rendimentos, e erguer-Lhe um altar. Mais tarde, depois de ter lutado com o anjo, Jacob esqueceu o favor que implorara de Deus, limitando-se a exclamar, no meio do seu júbilo: *«Vi o Senhor face a*

face». O mais belo presente de Deus não é aquilo que julgamos ser do nosso agrado possuir: é Ele próprio. À medida que aumenta, o amor exige cada vez menos, pretendendo dar sempre cada vez mais. E assim se explica que nem sempre Deus nos dê aquilo que nós Lhe pedimos, mas antes nos dê aquilo de que precisamos: em muitos casos um benefício tão grande e tão generoso, que nem nós nos atreveríamos a pedi-lo, nem mesmo a conceber.

Nunca Nosso Senhor prometeu a tranquilidade aos Seus Apóstolos. Antes lhes prometeu a perseguição: *«Sereis odiados por todos os homens, porque sois portadores do meu nome.»* Não lhes prometeu o bem-estar; prometeu-lhes, sim, a força necessária para suportarem as suas provações. Pediu S. Paulo ao Senhor que o livrasse do aguilhão da carne — uma espécie de doença. Três vezes reiterou a sua petição, sem ser atendido. E, no entanto, a sua prece foi ouvida: *«A minha graça te basta»*. E por isso, apesar de a sua doença continuar, não se revoltou S. Paulo contra Deus: *«Portanto, de boa vontade me gloriarei nas minhas fraquezas, para que habite em mim o poder de Cristo. Por isso sinto complacência nas minhas enfermidades, nas afrontas, nas necessidades, nas perseguições, nas angústias por amor de Cristo; porque, quando estou fraco [pelo que respeita às forças da natureza], então sou forte [na graça]»* (II Cor., XII, 9-10).

Uma pequenita pedira ao Menino Jesus mil bonecas. Seu pai, um incrédulo, disse-lhe no dia do Natal: «Então o Menino Jesus não te ouviu, pois não?» — «Sim!» replicou ela. «Disse-me que não!»

Eis um exemplo da humilde resignação das almas verdadeiramente fiéis à Vontade Divina.

Condenados à morte por se terem negado a prostrar-se perante o ídolo de Nabucodonosor, os três jovens, na fornalha, imploravam a Deus que os livrasse daquela situação; no entanto, estavam prontos, também, a aceitar plenamente a Sua Vontade. Terminava por estas palavras a sua prece: «...*Porque deves saber que o nosso Deus, a quem adoramos, pode tirar-nos da fornalha de fogo ardente, e livrar-nos, ó rei, das tuas mãos. E se ele o não quiser fazer assim, fica sabendo, ó rei, que nós não honraremos os teus deuses, nem adoraremos a estátua de ouro que erigiste*» (Dan., III, 17-18).

Forma de oração superior à súplica, e poderosamente eficaz contra a exteriorização da vida, é a meditação.

A meditação tem seu quê de sonho acordado ou de devaneio, todavia com esta dupla e importante diferença: meditando, não pensamos no Mundo, nem em nós próprios, mas em Deus; e em vez de empregarmos a nossa imaginação na construção de castelos no ar, utilizamos a nossa vontade na concepção das resoluções que nos aproximam de uma das moradas do Pai.

A meditação é um acto espiritual superior ao de «recitar orações». Podemos compará-la à atitude de um filho que se apresenta a sua mãe, dizendo: «Não direi uma só palavra, contanto que me consintas ficar aqui, contemplando-te.» Ela nos lembra o que uma vez um soldado disse ao Cura d'Ars: «Estou mesmo aqui em frente do sacrário; Ele olha-me e eu olho-O.»

A meditação permite-nos suspender, absorvidos no pensamento da presença de Deus, a luta consciente contra as diversões externas. Exclui o Mundo para dar livre acesso ao Espírito. Faz capitular a nossa própria vontade sob a pressão da Divina Vontade. Dirige o projector da Divina Verdade sobre as nossas maneiras de pensar, de agir e de falar, penetrando nas camadas da nossa duplicidade e do nosso egotismo. Cita-nos perante o Tribunal da Divina Justiça, onde somos forçados a reconhecer-nos tais quais somos e não tais quais nos imaginamos. Abafa as clamorosas reivindicações do nosso *ego*, de maneira a podermos ouvir os desejos do Divino Coração. Emprega as nossas faculdades, não para especular sobre objectos afastados de Deus, mas para estimular a nossa vontade a conformar-se, de modo mais perfeito, com a Sua Vontade. Impõe-nos uma atitude verdadeiramente científica para com Deus, como Verdade, libertando-nos das nossas prevenções e dos nossos preconceitos, premunindo o nosso espírito contra a sedução das nossas fantasias. Proscreeve da nossa existência tudo aquilo que nos possa impedir de nos unirmos a Deus e fortifica o nosso desejo de realizarmos as nossas boas acções para Sua honra e glória. Afasta os nossos olhos do movimento e das flutuações da vida e faz-nos recordar o nosso *ser*, a nossa natureza de criaturas, a dependência de todas as coisas em relação a Deus, a quem elas devem a sua origem e a sua constante manutenção na existência.

A meditação não é uma petição, um modo de tirar partido de Deus ou de lhe mendigar alguma

coisa, mas antes um abandono, um compromisso perante Ele, o desejo de nos pormos ao Seu serviço.

A meditação comporta duas fases: primeira — a fuga às preocupações do Mundo; segunda — concentração sobre a natureza de Deus e de Seu Filho Incarnado, Jesus Cristo.

A meditação põe à prova três faculdades: a memória, a inteligência e a vontade. A memória lembra-nos a bondade e os benefícios de Deus; a inteligência evoca-nos o que sabemos da Sua Vida, da Sua Verdade e do Seu Amor; a vontade faz que nos esforcemos por amá-Lo acima de tudo.

Ensina-nos o estudo alguma coisa a respeito de Deus. É, porém, a meditação que nos faz conhecer a Sua Presença em nós próprios, que nos faz surpreender o segredo da nossa existência. Enquanto o *ego* ou o *eu* vivem alheios a Deus, somos desgraçados. Mas desde que a nossa personalidade se perca na de Deus, de maneira a que o Seu Espírito seja o nosso espírito, a que os Seus desejos sejam os nossos desejos e as Suas afeições as nossas afeições, logo o *eu* se realiza, esquecendo-se de si próprio. «*E vivo, já não eu, mas é Cristo que vive em mim*» (Gal., II, 20).

Para bem meditar, mais importa que se escute do que se fale. A fé adquire-se escutando, diz-nos S. Paulo. A maioria das pessoas comete com Deus o mesmo erro que com os seus amigos: faz todas as despesas da conversa. Evitemos, segundo a recomendação de Nosso Senhor, imitar aqueles que usam «*muitas palavras, como os pagãos, pois julgam que, pelo seu muito falar, serão ouvidos*» (Mateus, VI, 7). Pode-

mos cometer para com Deus a impolidez de absorver toda a conversa, de alterar as palavras da Sagrada Escritura, dizendo: «Escutai, Senhor, o vosso servo fala», em vez de: «Falai, Senhor, o vosso servo escuta».

Deus tem coisas a dizer-nos, para nos esclarecer: esperemos que Ele fale. Ninguém se disporia à extravagância de correr ao consultório do seu médico, para lhe contar todos os sintomas do seu mal, e logo em seguida desatar a fugir, sem ouvir o diagnóstico. Ninguém iria sintonizar o seu aparelho de T. S. F., para, imediatamente, abandonar a sala onde ele está. A mesma estupidez seria tocar-se a campainha da porta de Deus, e logo desatar a fugir. O Senhor atende-nos muito mais facilmente do que nós supomos. Ensina-nos a ouvir melhor. Se nos lamentamos de não ser atendidos por Deus, é isso, muitas vezes, culpa nossa: não temos a paciência necessária para aguardar a Sua resposta.

A oração não é, pois, um monólogo, mas um diálogo. Não é uma rua com sentido único, mas uma larga avenida. A criança começa por ouvir a palavra, antes de a repetir: é de ouvido que ela aprende a falar. Do mesmo modo se deve educar a nossa alma. Disse Isaías, o profeta: *«De manhã Ele desperta, de manhã Ele desperta o meu ouvido, de modo a que eu possa escutá-Lo, como quem escuta um mestre»*. O Espírito, afirma S. Paulo, nos inspirará aquilo que nos convém suplicar na oração. Assim como o Espírito pairava, outrora, nas águas informes, assim, agora, Ele nos traz expressão espiritual ao mudo vazio do nosso coração. Se a nossa língua hesita nas suas petições, isso se deve ao facto de os

nossos ouvidos se manterem surdos aos ensinamentos da Fé. Um dos pormenores importantes do sacramento do Baptismo é o gesto do sacerdote que toca no ouvido da criança, repetindo a palavra do Salvador: «*Ephpheta*: abre-te.» Indica este rito que, uma vez introduzida a alma do baptizado no estado de graça, os seus ouvidos, que estavam fechados, logo se abrem à Palavra de Deus. A expressão popular: «ter aprendido a rezar com os lábios da mãe» é mais rica de sentido do que nós supomos. A oração é árdua quando simples monólogo, mas constituirá uma alegria se soubermos esquecer-nos, para escutar humildemente.

O melhor exemplo das fases da meditação encontramos-lo na história dos dois peregrinos de Emaús. Como saíssem, consternados, na noite de Páscoa, puseram-se a falar de Cristo com um viajante que, por acaso, encontraram no caminho. Primeira fase: falavam do Senhor, sem saberem que com Ele Próprio falavam. Segunda fase: depois lhes veio a revelação da Sua Presença: nós O escutamos, da mesma forma que os discípulos de Emaús, quando Ele começou a explicar-lhes o sentido da Sua Paixão e da Sua Morte. — Finalmente, a terceira fase é a da comunhão, figurada pelo fraccionamento do pão, na Ceia, segundo o Evangelho; nesta altura, a alma une-se a Deus e Deus à alma. É com pena que, então, partimos, ainda que o dia vá já caindo, e estejamos muito fatigados.

Além das alegrias que ela nos traz, a meditação é seguida de efeitos práticos na nossa vida espiritual. Em primeiro lugar, cura-nos da autodecepção habitual. O homem é a única criatura do Mundo capaz de auto-

reflexão, e isso pela circunstância de possuir uma alma racional. E porque também é espiritual, a nossa alma aspira ao infinito. Procuramos, por vezes, matar a nossa sede de infinito com as águas do Mundo, mais sedutoras do que as coisas de Deus, mas, quando nelas julgamos obter alguma satisfação passageira, iludimo-nos. A meditação permite-nos levantar um espelho diante da nossa alma, e discernir a doença fatal do nosso amor-próprio na luz deslumbrante de Cristo Radioso.

Sendo a palavra o melhor meio de nos iludirmos, os nossos amigos enganam-nos com as suas lisonjas, e as conversas que interiormente temos conosco tendem, muitas vezes, a justificar-nos. Contra esse mal, não há mais seguro remédio do que o silêncio da meditação. Silenciosamente, os operários da alma a limpam dos detritos, do mesmo modo que os varredores limpam as nossas ruas, durante a noite. Na obscuridade, sem qualquer ruído que nos distraia, as nossas faltas aparecem-nos mais nitidamente do que em pleno dia. E é por isso que a insónia é tormento muito mais cruciante para os culpados do que para os justos, que podem, como o salmista, dirigir a Deus, nas trevas, os seus pensamentos, por meio da prece. A meditação traz-nos uma tranquilidade artificial, isolando-nos da algazarra do dia. Em vez de examinarmos os outros, segundo o nosso padrão, examinamo-nos a nós próprios, sendo menos severos para os outros. As pessoas mais prontas em descobrir as fraquezas do seu próximo são precisamente aquelas que nunca se analisaram a si próprias com imparcialidade. Criticar sem razão o nosso próximo

é um processo de nos lisonjearmos ; verificando que ele é pior do que nós, consideramo-nos relativamente virtuosos ; mas na meditação, encontrando-nos piores do que os outros, descobrimos que a maior parte dos nossos vizinhos vale mais do que nós. Quanto mais pobre é um homem, maior é a fortuna que ele sonha. Do mesmo modo, quanto mais humildes nos tornamos na meditação, mais elevado nos parece o ideal a que aspiramos. Não há egotista que não se tenha em alta conta. Mas também não há pessoa habituada a meditar que se iluda a respeito do seu valor. Quanto mais minuciosamente nos examinarmos perante Deus, menos egocêntricos nos tornaremos.

Existe uma correlação rigorosa entre o conhecimento de Deus e o conhecimento de nós próprios. Não podemos conhecer a Deus, sem nos conhecermos exactamente como somos. Quanto menos pensamos em nós próprios, mais pensamos em Deus. A grandeza de Deus não depende objectivamente da nossa pequenez. Mas, para nós, só se tornará uma realidade subjectiva, se formos humildes. Quanto mais nos promovemos a «deuses», menos nos apercebemos de Deus. O conhecimento do Próprio Bem tem por condição o sentirmos necessidade de sermos ajudados na prática do bem.

Também a meditação melhora o nosso procedimento. Pouco importam as ideias ; são os actos que contam. Assim se diz com frequência, mas vai nisso um absurdo. Cada qual actua segundo as suas crenças. Hitler seguiu os princípios do nazismo : fez deflagrar a guerra. Estaline seguiu a ideologia de Marx e de Lenine : impôs a escravidão. Se os nos-

os princípios são maus, também os nossos actos o serão. O problema das acções impuras é fundamentalmente o problema dos pensamentos impuros. A maneira de impedir que um homem assalte um banco é desviá-lo de pensar nisso. As injustiças políticas, sociais e económicas são, em primeiro lugar, males psíquicos: nascem no espírito. Tornam-se males sociais em razão da intensidade do pensamento que os engendrou.

Nada acontece no Mundo que, primeiro, não tenha acontecido no interior do espírito. A higiene não é remédio para a imoralidade; mas, se as fontes do pensamento se mantiverem limpas, não haverá motivo para nos inquietarmos com as consequências do mau pensar, sobre o corpo.

Quando meditamos e, diàriamente, ocupamos o espírito, durante uma hora, com pensamentos e resoluções ligados ao amor de Deus e do próximo, verificamos que a caridade se infiltra até às camadas mais profundas daquilo a que se chama *subconsciente*, acabando esses bons pensamentos por emergir de si próprios, sob a forma de boas acções, espontaneamente e sem custo. Não há ninguém que não tenha verificado, infinitas vezes, a dinamogenia do pensamento. O espectador que assiste a um desafio de futebol segue atentamente todas as peripécias do jogo; à vista de uma boa jogada iminente, dá, por vezes, a impressão quase flagrante de se precipitar sobre a bola. A ideia influi directamente sobre o corpo, tão dinamogénica ela é. É um fenómeno habitual o verificarmos que os pensamentos de terror nos provocam a «carne de galinha», e nos fazem, nalguns

casos, afluir o sangue aos pés e às mãos. Deus nos fez de tal maneira que, quando o medo se apodera de nós, temos de lutar ou de fugir.

Os nossos pensamentos criam os nossos desejos, e os nossos desejos modelam a nossa existência quotidiana. O desejo predominante é o destino predominante.

É nos nossos pensamentos e meditações que se formam os nossos desejos, e uma vez que as nossas acções lhes seguem o pendor, a alma, inundada pelas Instigações Divinas, torna-se cada vez menos presa das sugestões do Mundo. Daí um acréscimo de felicidade. Os nossos desejos externos nunca são inteiramente satisfeitos; eliminá-los corresponde, pois, a atenuarmos a nossa angústia.

Se constantemente meditarmos sobre Deus, uma completa revolução se operará no nosso procedimento. Se, à hora da manhã, nos lembrarmos de que o Salvador se fez humilde servidor do homem, não nos atreveremos a actuar como déspotas, durante o dia. Se considerarmos que Ele quis ser o Salvador de todos nós, faremos calar as nossas pretensões. Nosso Senhor chamou a si os pecados do Mundo; fortalecidos nós com esse pensamento, e se nele meditarmos longamente, saberemos assumir, sem que nos sejam imputáveis, os encargos doutrem, como Ele a Si chamou o peso das nossas iniquidades, sem delas ser responsável. Se meditarmos sobre a Misericórdia do Salvador, que perdoou, na Cruz, aos seus carrascos, ficaremos em condições de merecer o Seu perdão se também perdoarmos aos nossos ofensores. Esses pensamentos não nos vêm de nós próprios — de tais pensamentos

não somos capazes —, nem vêm, tão-pouco, do Mundo, pois mundanos não são. Vêm de Deus, e só de Deus.

Para nos modificarmos, mais vale a meditação do que as nossas resoluções de fazer cada vez melhor. Não poderemos desanquilosar o espírito, dos seus maus pensamentos, senão substituindo-os por bons pensamentos. Também a sobrenatureza tem horror ao vácuo. Meditando, não nos limitamos a expulsar da nossa vida o pecado: recalcamo-lo, substituindo-o pelo amor de Deus e do próximo. O essencial não é querer evitar o mal, tarefa enfastiante, mas, antes, fazer o propósito de viver constantemente no clima do Amor Divino. A meditação, enfim, evita a derrota, onde esta é decisiva: no espírito. Nesse silêncio, onde Deus está presente, os falsos pensamentos escondem-se. Se meditarmos, antes de nos deitarmos, o nosso último pensamento da noite será o primeiro da manhã. Ao despertarmos não sentiremos essa negra impressão com a qual alguns afrontam o começo de um dia ainda vazio de sentido. Sentir-nos-emos felizes ao retomarmos, em nome de Cristo, a nossa tarefa matinal.

A terceira vantagem da meditação está em nos pôr em contacto com renovadas fontes de poder e de energia: *«Vinde a mim todos os que trabalhais [faticando-vos] e vos achais carregados, e eu vos aliviarei»* (Mateus, XI, 28).

Ninguém se pode dizer suficientemente instruído e seguro das suas forças para bem se dirigir através de todas as dificuldades e provações da vida. Julgamo-nos bastante esclarecidos para darmos conselhos, quando, afinal, as nossas luzes nem nos dão para nos

guiarmos a nós próprios. Quanto mais nos servimos de um instrumento de música, maior necessidade há de o termos afinado. Quanto mais longe vai um aeroplano, mais atenção ele reclama. Quando as nossas baterias espirituais se «vão abaixo», somos incapazes de as carregar por nós mesmos, sem mais ajudas. Quanto mais activa for a nossa existência, mais precisamos de a revivificar pela meditação. Mas tenhamos sempre o cuidado de ajeitar a meditação às nossas necessidades, desligando-a do abstracto e procurando tirar dela uma lição prática.

Do facto de conhecermos as cinco provas da existência de Deus, não se segue que melhoremos: mas tornar-nos-emos melhores se esse conhecimento nos permitir transformar a nossa vontade. A pureza de coração é, por isso mesmo, uma condição da oração; a intimidade com Deus é-nos impossível, enquanto nos agarrarmos a amparos inconfessáveis. Essa pureza indispensável assume quatro aspectos: a pureza de consciência, para nunca ofendermos a Deus; a pureza de coração, para Lhe reservarmos todas as nossas afeições; a pureza de espírito, para que, constantemente, nos lembremos da Sua Presença; a pureza de acção, para, em tudo, pormos em prática o desinteresse e renunciarmos à nossa própria vontade.

Tão depressa a nossa fraqueza se abandona ao Poder de Deus, logo a nossa vida muda, tornando-nos nós cada vez menos o joguete dos nossos humores. Deixa, então, de ser o Mundo a determinar o nosso estado de espírito; somos nós que fixamos o estado de alma, para afrontarmos esse mundo. A Terra arrasta a sua atmosfera, no seu movimento à volta

do Sol. Pois também a nossa alma pode arrastar consigo a atmosfera de Deus, indiferente ao tumulto das ocorrências do mundo exterior.

Há sempre, na boa meditação, um momento em que a vida de Deus penetra a nossa, e um outro em que a nossa vida penetra a vida de Deus. Este duplo acontecimento transforma-nos completamente. Os doentes, os nervosos, os angustiados, sabem muito bem dos salutares efeitos dessa comunhão da criatura com o Criador, dessa entrada de Deus na alma. «Para aliviar um nervoso — escreve o distinto psiquiatra J. D. Hadfield —, esforcei-me por lhe inculcar, durante muito tempo, pensamentos de calma e de confiança, mas sem êxito; até que um dia lhe sugeri também a fé no poder de Deus, que é a substância da confiança e da esperança do cristão: foi isso o começo da sua cura».

Não se diga que não temos tempo para meditar. Quanto menos pensarmos em Deus, menos tempo, certamente, nos restará para Lhe consagrarmos. O tempo de que dispomos para uma coisa depende da importância que lhe atribuímos. O pensamento determina o emprego do tempo; todavia, o tempo não governa o pensamento. O problema da espiritualidade não é, pois, uma questão de tempo, mas um problema de pensamento.

Para nos tornarmos santos, não é necessário muito tempo; o que apenas é necessário é muito amor.

CAPÍTULO V

A SANTIFICAÇÃO DO MOMENTO PRESENTE

MILHÕES de homens e mulheres arrastam, em nossos dias, aquilo a que se chama «uma vida de morno desespero». Essas almas alarmadas, atormentadas, nevrosadas, timoratas, são, acima de tudo, almas frustradas; e a frustração resulta de uma derrota, de um insucesso já experimentado ou simplesmente previsto.

Sentimo-nos frustrados, quer porque comparamos a imensidade dos nossos problemas com a fraqueza dos nossos meios para os resolver e, neste caso, desanimamos, desesperamos das possibilidades de encontrar uma solução; quer porque nos falta alguém a quem amemos e que corresponda capazmente à nossa afeição. No primeiro caso, a nossa situação lembra a de um chefe de família que todo se aflige por ver subir o monte das facturas a pagar, sem dispor dos fundos necessários: prevê uma falência próxima. No segundo caso, a nossa frustração provém do facto de verificarmos como a vida é fugaz; como, por cada ano que passa, diminuem as nossas possibilidades de realização afectiva. Como quer que seja, a nossa angústia articula-se sempre à consciên-

cia da fuga do tempo, e são as almas frustradas a quem o velho quadrante solar faz tremer: «É mais tarde do que tu julgas.»

Todas as nossas angústias se ligam ao tempo. O homem é a única criatura que possui a noção do tempo. Só ele é capaz de evocar o passado para juntar o peso desse passado ao do presente, como só ele é capaz de antecipar o futuro, representando, como actuais, os acontecimentos do porvir. Nenhum animal poderia dizer: «Desde há seis anos que suporto este sofrimento, o qual durará até eu morrer.» Mas, porque o homem pode associar o presente ao passado, pela recordação, e o futuro ao presente, pela imaginação, precisa de muitas distracções que lhe façam esquecer os seus sofrimentos, de maneira a interromper a continuidade da sua angústia. Toda a sua desgraça — quando não há causa imediata de aflição — provém da circunstância de ele se concentrar excessivamente no seu passado ou de se preocupar em demasia com o futuro. Os maiores problemas da psiquiatria giram à volta da análise do desespero, do pessimismo, da melancolia, e dos complexos herdados do que foi, ou dos temores, das ansiedades e dos cuidados acerca do que será.

Para além dos casos de verdadeira loucura e de aberração mental, que têm essencialmente que ver com a psiquiatria, muitos outros há em que essa lamentável inquietação do passado e do futuro provém de uma causa moral. A consciência, sobrecarregada de pesadas faltas antigas, arreceia-se do Juízo Divino. Mas Deus, em Sua Misericórdia, dois remédios nos deu contra essa infelicidade.

O primeiro é o sacramento da Penitência, que anula o nosso passado, pela remissão dos nossos pecados, e alivia o nosso futuro, pela esperança da divina Misericórdia, pelo arrependimento contínuo e pela reparação da nossa vida. A experiência humana nada conhece de tão eficaz, para a cura da memória e da imaginação, como a Confissão, a qual nos limpa da culpa e nos permite, se seguirmos as admoestações de Nosso Senhor, expulsar do espírito os pecados confessados. *«Ninguém que, depois de ter metido a sua mão ao arado olha para trás, é apto para o reino de Deus»* (Lucas, IX, 62). A Confissão cura-nos também a imaginação, dissipando as nossas inquietações quanto ao futuro. A nossa alma exclama então com S. Paulo: *«Tudo posso naquele que me conforta»* (Fil., IV, 13).

O segundo remédio contra a ansiedade que nos assalta, quando pensamos no tempo, é aquilo a que podemos chamar a santificação do momento presente, do «agora». Nosso Senhor formula assim o preceito: *«Não queirais, pois, andar [demasiadamente] inquietos pelo dia de amanhã. Porque o dia de amanhã cuidará de si; a cada dia basta seu cuidado»* (Mateus, VI, 34). Isto quer dizer que cada dia tem as suas privações próprias; não devemos pedir emprestadas ao dia de amanhã as suas perturbações, porque também esse dia terá a sua cruz. Devemos abandonar o passado à Divina Misericórdia, e confiar o futuro, quaisquer que sejam as provações, à Sua Amável Providência. Qualquer que seja o aspecto que apresente, cada minuto comporta um dever peculiar. O instante presente é o da salvação. Lamentarmo-

-nos é uma derrota. Resignarmo-nos a ele é uma vitória.

O momento actual fornece-nos sempre uma indicação da vontade de Deus. Os meios, para Lhe agradecermos, são-nos claramente indicados por diversas vias: pelos Seus Mandamentos, pelos acontecimentos da Sua Vida incarnada em Jesus Cristo, Nosso Senhor, pela Voz do Seu Corpo Místico, a Igreja, pelos deveres do nosso estado. E, de forma mais particular, a Vontade Divina é-nos manifestada no «agora», com todas as circunstâncias, deveres e provações, que o acompanham!

O momento presente inclui certas coisas submetidas à nossa fiscalização, mas arrasta consigo, também, dificuldades inevitáveis, como, por exemplo, um fracasso nos negócios, uma forte constipação, a chuva num dia de piquenique, uma visita intempestiva, uma buzina que não funciona, uma mosca no leite, ou um furúnculo no nariz, em noite de baile... Nem sempre sabemos a razão por que tais coisas — como sejam a doença e os contratempos — nos acontecem, pois o nosso espírito é demasiado fraco para abarcar os planos de Deus. O homem assemelha-se, um pouco, a um rato no interior de um piano, que não saberia compreender o motivo por que se vê forçado a sair do seu esconderijo, por alguém que venha tocar Chopin. Job, na sua desgraça, permitia-se perguntar a Deus por que o trouxeram ao Mundo e por que lhe davam tanto sofrimento. Apareceu-lhe Deus, mas, em vez de lhe responder, interrogou-o sobre alguns dos grandes enigmas do Universo. Depois de o Criador o ter confundido com tais pergun-

tas, compreendeu Job que a sabedoria de Deus ultrapassa a do homem. Porque os Seus caminhos não são os nossos, porque a salvação duma alma sobreleva todos os valores materiais, porque a Divina Sabedoria pode extrair o bem do mal — cumpre ao espírito humano promover a aceitação do «agora», por mais difícil que nos seja compreender o sofrimento que ele nos traz. Não abandonamos o teatro, só porque o herói sucumbe no primeiro acto: o autor da peça lá tem o seu plano, a sua ideia. Que a nossa alma não deixe também o teatro no primeiro acto do drama divino da salvação: o desenlace será no fim. As coisas que acontecem escapam, por vezes, à compreensão do nosso espírito ou ao império da nossa vontade, mas é sempre possível à nossa Fé aceitá-las, e à nossa vontade submeter-se a elas.

Uma pergunta que o Amor nunca faz é esta: «Porquê?» Esta palavra só os três D a empregam: a Dúvida, a Decepção e o Demónio. A felicidade do Paraíso Terrestre, alicerçada no amor confiante, afundar-se-ia, à pergunta satânica: «Por que é que Deus vos ordenou?» Quando verdadeiramente amamos, todos os desejos do ser amado são ordens solenes; gostaríamos, até, que ele multiplicasse essas ordens, para termos mais oportunidades de lhe prestarmos serviços. Todo aquele que ama a Deus não protesta, ainda que Ele lhe faça pedidos que obriguem a sacrifício, e não duvida da Sua Bondade, quando Ele lhe envia horas difíceis. O doente toma o seu remédio sem pedir que lhe expliquem a razão por que o dito remédio é amargo. Isso é lá com o médico. Por analogia, a alma, possuída pela Fé, aceita todos

os acontecimentos da vida como dons de Deus, com a serena certeza de que Ele tudo faz pelo melhor.

Cada instante que passa nos traz maior número de riquezas do que aquelas de que nós nos podemos apossar. A grande vantagem do «agora», pelo lado espiritual, é o ele transmitir-nos uma mensagem pessoal de Deus. Livros, sermões ou emissões radiofônicas, sobre qualquer tema religioso, assemelham-se a cartas-circulares destinadas a toda a gente. Se, às vezes, nos julgamos directamente atingidos por esses apelos, irritamo-nos e arranjamos especiosos argumentos para acalmar a inquietação da nossa consciência: há sempre desculpas para desobedecermos à Lei Divina. Mas, se a mensagem dessas exortações morais e espirituais é idêntica para todos os que a ouvem, o mesmo se não pode dizer do momento de «agora». Que seja a doença, um luto cruel ou qualquer outra provação, ninguém, a não ser *eu*, se encontra exactamente nessas circunstâncias; ninguém, a não ser *eu*, é ajuizado pelo peso do fardo. Nada existe de mais individualmente adaptado às nossas necessidades espirituais do que o momento presente. É ele ocasião única para a nossa formação. É ele a minha escola, a minha lição, o meu manual. O Próprio Senhor não desdenhou do ensino do Seu «Agora» específico. Como Deus, tudo sabia. Havia, no entanto, uma espécie de conhecimento que Ele podia adquirir como homem. S. Paulo assim o descreveu: *«E embora fosse Filho de Deus [e conhecesse tudo], aprendeu [por experiência própria] a obediência pelas coisas que sofreu»* (Hebreus, V, 8).

A Universidade do Instante que passa foi criada apenas para nós e, comparados àquilo que Deus nos ensina, todos os outros métodos de formação devem ser considerados superficiais e lentos. Essa sabedoria nos é ministrada gota a gota, pela experiência íntima, e indelévelmente: torna-se parte integrante do nosso carácter, do nosso mérito, da nossa eternidade. Aqueles que santificam o momento actual e o oferecem a Deus em união com a Sua Vontade, não se podem dizer frustrados em sua vida — não praguejam nem nunca se lamentam. Vencem todos os obstáculos, transformando-os em oportunidades de orações, em canais de méritos, em ocasiões de crescimento espiritual. O moderno pagão, e não o cristão, é que é vítima das circunstâncias, em vez de ser o senhor delas. Sem qualquer conhecimento prático de Deus, sem sombra de confiança na Sua Providência, sem qualquer certeza

Seu Amor, carece do para-choques da Fé, da Esperança e da Caridade, nos maus dias. Sente-se apertado nas tenazes de um passado, de que conserva ou o remorso ou o amargor, e de um futuro que não pode determinar. E com isso sofre — e muito.

Aquele que aceita, em tudo, a Vontade de Deus, escapa a essa frustração, descobrindo no disfarce dos acontecimentos exteriores o seu carácter real de mensageiros do Deus a quem ama.

Não aceitamos do mesmo modo uma afronta ou uma desgraça: tudo depende donde elas nos vêm. Uma costureirinha a quem uma senhora distinta pisasse, sem querer, num comboio, é provável que afinasse». Mas se a dita costureirinha reconhecesse, na desastrada senhora, uma das suas preferidas estre-

las de cinema, é muito provável, se não certo, que sentiria grande orgulho em contar o sucedido às suas amigas. Certos pedidos, se nos fossem dirigidos por determinadas pessoas, nós os repeliríamos. Mas feitos por um amigo que nos pede ajuda, até nos lisonjeiam. Sempre as exigências do momento presente nos agradarão, se, por detrás dos males, dos choques e das decepções da vida soubermos reconhecer uma vontade e uma intenção Divinas.

Os cueiros de um Menino velaram, em Belém, o Filho de Deus, e debaixo das aparências do pão e do vinho se oculta, na Missa, a presença de Cristo novamente moribundo no Calvário. Constantemente Deus recorre ao mistério. Sob as coisas mais triviais oculta Ele a Sua Vontade. Toda a nossa existência depende de benefícios tão vulgares como os do ar e da água. Pois também Nosso Senhor se compraz em receber de nós, como paga, os milhares de pequenas acções e os pormenores insignificantes de que é feita a nossa vida, desde que nós saibamos ver, mesmo no sofrimento, «a sombra da Sua Mão estendida com ternura». E nisso está o segredo da santidade.

Este método, que é excelente, interessa principalmente àqueles que a si próprios perguntam: «Que posso eu fazer?» Muitas são, com efeito, as pessoas desejosas de fazer grandes coisas que a Deus agradem. Mas lamentam-se de lhes faltar ocasião de se dedicarem heróicamente ao apostolado. Desejariam para si o martírio; a verdade, porém, é que ninguém as atura, durante vinte e quatro horas, se uma refeição lhes é dada com um pouco de atraso, se o comboio vem à cunha, se já não têm lugar no teatro. ⁹⁰

o baile foi adiado, se o cabrito ganhou esturro! Desperdiçam as boas ocasiões de amar a Deus nas pequenas coisas que Ele lhes pede. *«O que é fiel no pouco, também é fiel no muito; e o que é injusto no pouco, também é injusto no muito»* (Lucas, XVI, 10). O Bem-Amado fala, secretamente, à alma, mas esta, porque espera o sinal duma trombeta, falta ao Seu Mandamento.

Fabricamos cruces — provações sobre-humanas — e fabricamo-las voluntariamente, mas rejeitamos, quase sempre, aquelas que Deus nos envia. E, afinal, é pelo bom desempenho das pequenas tarefas domésticas que nós nos santificamos. As grandes e retumbantes coisas com que muitos de nós sonhamos para servir a Deus, só servem, ao fim e ao cabo, para alimentar o nosso egotismo. Aceitar, pelo contrário, as cruces do nosso estado, por nos virem de um Deus todo amor, é realizar aquilo que mais importa para melhorar o Mundo: o melhorarmo-nos a nós próprios. Podemos chegar à santidade, suportando, pacientemente, as rabugices do marido, a gritaria da esposa, o cachimbo do patrão à secretária, a barulheira dos meninos com as colheres à mesa, uma doença inesperada, o aborto de um projecto de casamento, a pouca sorte nos negócios. Todas essas coisas nós as poderemos converter em ocasiões de mérito e transformá-las em orações, se as suportarmos pacientemente por amor d'Aquele que tão resignadamente nos suporta em nossas fraquezas, em nossas quedas e pecados.

Não nos será difícil tolerar os defeitos doutrem, se nos compenetrarmos de que Deus muito mais nos tolera a nós. Abraão, diz uma lenda, foi, um dia,

visitado, no deserto, por um Árabe que discutia tudo o que lhe era oferecido — a alimentação, o quarto, a cama, o vinho... — e que a sua generosa hospitalidade lhe oferecera. Quando o patriarca estava já farto de o ouvir e se dispunha a correr com ele, Deus apareceu-lhe e disse: «*Abraão, há quarenta anos suportou eu este homem; não és tu capaz de o suportar um dia?*»

Aceitar, por amor de Deus, o dever do momento que passa, é tocar a Eternidade, é escapar ao tempo. Este hábito de «apanharmos» o momento que passa e de glorificarmos a Deus no que Ele nos exige é um acto da vontade amante. Não precisamos de compreender o plano de Deus, para o aceitarmos. Depois da sua conversão, S. Paulo limitou-se a perguntar: «*Senhor, que quereis que eu faça?*» Podemos esquecer-nos, sem conhecermos a química da combustão, e podemos, outrossim, curar-nos, sem conhecermos a fórmula de um certo remédio. A Divina Vontade, difundida na alma de um modesto enfermo, resignado ao sofrimento, dá-lhe, das coisas de Deus, uma compreensão muito mais extensa do que aquela que, como simples curioso, poderia adquirir um douto mestre não praticante, durante uma vida inteira de estudo. O bom e o mau ladrão passaram pelos mesmos terrores e pelas mesmas torturas: um lamentou-se e perdeu a ocasião de ir para o Céu nesse dia; o outro espiritualizou esse breve momento de sofrimento. Certas pessoas alcançam a paz e a santidade pelas mesmas provações que doutras fazem criaturas revoltadas e desequilibradas.

Se Deus não pode apoderar-se da nossa vontade e constranger-nos a tirar proveito das nossas prova-

ções, também o demónio tal não consegue. Somos senhores absolutos das nossas decisões, se nos agradar oferecer a Deus a nossa vontade. Se para Ele a voltarmos, sem reservas, grandes coisas Ele realizará em nós. Assim como o cinzel, nas mãos dum Miguel Ângelo, esculpe melhor uma estátua do que se for manejado pelas mãos duma criança, assim, também, a nossa vontade, quando se converte em vassala de Deus, se torna mais efectiva do que se tentarmos governar-nos apenas pelo nosso alvedrio. Actuando por sua conta e risco, pode a nossa vontade ocupar-se em múltiplas coisas, mas, ao fim e ao cabo, nada conseguirá. Sob o Poder Divino o seu nada ganha eficiência, para lá dos nossos mais belos sonhos.

«Seja feita a Vossa Vontade!» — eis a divisa capaz de santificar todos os nossos instantes. Foi esse *fiat* do Salvador, em Gethsemani, que inaugurou a nossa Redenção: foi esse *fiat* de Nossa Senhora, que abriu o caminho à Incarnação. Tal palavra corta todos os laços que nos prendem aos objectos fúteis e mesquinhos que conhecemos; desfralda todas as velas às possibilidades do momento presente e arrasta-nos para qualquer porto, ao sabor da Vontade Divina. Pronunciar sinceramente: «Que a Vossa Vontade seja feita!», é pôr termo a todas as nossas queixas: porque aquilo que o instante imediato nos traz, contém sempre a marca da Divina Vontade.

A resignação à Vontade de Deus proporciona-nos, subjectivamente, grandes vantagens. A primeira é subtrair-nos ao império dos «acidentes» da vida, isto é, a tudo o que venha contrariar a nossa existência e os nossos projectos, como, por exemplo,

uma doença que nos força a adiar uma viagem de recreio, ou uma chamada ao telefone a meio de uma emissão radiofónica que particularmente nos interessa.

As doenças mentais — é isso um facto reconhecido — são mais frequentes nas pessoas atormentadas do que naquelas cuja consciência é clara e que têm uma Finalidade Divina neste mundo. Há homens e mulheres que se lamentam de nunca conseguirem um momento de descanso, e se queixam de o Mundo ser seu inimigo, e de terem má sorte. Quando nos resignamos à Santa Vontade Divina, não nos lamentamos; aconteça o que acontecer, fazemos sempre boa cara à vida.

A alma desordenada, flectida sobre si mesma, tem a pretensão de governar o Universo — mas nisso falha sempre. Está em constante sofrimento, pela mesma razão que um estômago, submetido a um regime de vidro moído, o está: é que vive contra os designios de Deus. Tal alma não pode compreender como as coisas, que presentemente a importunam, possam ser justificadas, pois ela julga tudo o que acontece por este estreito e irreal padrão: «É isto o que eu planeei?» A vida, porém, é coisa mais complicada do que o supõe o egotista. A vida não se deixa reduzir a uma bagatela tão insignificante que se possa acomodar num cérebro humano. Nem mesmo somos capazes, no jogo da roleta, de inventar um truque que consiga obviar a todas as possíveis contingências dum pequeno disco móvel. Ora, se assim é, como poderemos, então, ter a audácia de esperar que o Universo, imensamente variado, que nos cerca, com o seus seres humanos possuindo alma própria,

com as suas perpétuas mudanças atmosféricas, com a infinita complexidade das suas possibilidades, como poderemos nós esperar — repetimos — que o Universo se ajuste à nossa reduzidíssima inteligência e imaginação?

A diferença entre as pessoas que nunca têm um momento de repouso e aquelas que em todo o «agora» encontram pretexto para louvar a Deus, está em que estas últimas vivem num domínio de amor maior que o desejo de fazer «o que lhes vem à cabeça». Um garoto abandonado na rua está na contingência de desastres a que não se encontra exposta uma criança cuidadosamente vigiada por seus pais. Pois também o homem que não aprendeu a depositar em Deus toda a sua confiança sofre reveses e desastres, com os quais as almas amantes não se perturbariam.

Deus não se mostra de igual modo a todos. Não que Ele seja injusto. Isso não. Mas é que Lhe é impossível mostrar-se a certos corações, em determinadas condições. A luz do Sol não tem privilegiados, mas o seu brilho não pode ser o mesmo num espelho empoeirado e num espelho bem limpo. Na ordem do Divino, nada é accidental. Nunca se dá uma colisão de forças cegas, das quais somos as vítimas, por acaso. Todo o ser humano se comporta exactamente como um menino nos braços de sua mãe que, por vezes, lhe dá um remédio. Todos os incidentes diários nos vêm de Deus, para nos convidarem a santificarmo-nos ao Seu Serviço. O menino grita, o egotista protesta, mas o santo sente-se contente nos braços de Deus — de Deus que bem sabe o que

lhe convém. Para ele, santo, tudo constitui elemento de santificação — tanto o amargor como a doçura, tanto a alegria como a tristeza. *«Ora nós sabemos que todas as coisas concorrem para o bem daqueles que amam a Deus, para o bem daqueles que, segundo o [seu eterno] designio, foram chamados santos»* (Rom., VIII, 28).

O mais banal acontecimento apresenta-se, agora, como um mistério, uma vez que é portador da Divina Vontade. Nada é insignificante ou inútil; tudo pode ser santificado: cabras e carneiros, peixes e espigas, uvas e buracos de agulha, tudo isso nós encontramos enobrecido nas Parábolas Evangélicas, como símbolos do Reino de Deus. Objectos que seriam desdenhosamente calcados aos pés, pelos sábios da Terra, tornam-se mais preciosos que pérolas para os santos que *«nas pedras vêm sermões e em tudo o bem»*. Até mesmo nos mais amargos reveses da vida eles encontram alegrias em perspectiva, ricos tesouros espirituais onde estes não parecem existir.

Começamos por amar a Deus apenas pelos Seus dons, pelas emoções que Ele nos transmite. Então Ele nos trata como rapariga que está a ser cortejada. Lá porque os presentes que ela recebe se tornam cada vez mais raros depois de casar, segue-se, acaso, daí, que ela seja menos amada? Pelo contrário! É que o seu esposo se lhe dá agora a si próprio. O que ela agora ama não são tanto as amabilidades do seu marido, os seus cumprimentos, nem tão-pouco o alvoroço que lhe proporciona a sua companhia: é a *si próprio* que ela ama. Desde que o Amante é amado por si mesmo, logo deixa de ter importância a natu-

reza das suas amabilidades. Anàlogamente, se Deus nos priva de todo o favor sensível, de toda a satisfação natural, é para nos ensinar a unirmo-nos a Ele de modo mais pessoal, sem termos que contar com a Sua generosidade. Mas nunca Ele nos retira um favor natural, sem nos conceder, em troca, um favor sobrenatural. Nem sempre as almas compreendem isto — porque, de começo, elas só apreciam o tangível. É mais tarde que elas descobrem a realidade.

Coisa estranha para o profano: até os nossos próprios inimigos, aqueles que nos atraçoam, aqueles que nos caluniam, até esses podem contribuir para o nosso progresso, no sentido da união com Deus. Todas as contradições se podem tornar vantajosas para aqueles que depositam confiança em Deus. Se considerarmos as provações como vindas da Mão Divina, jamais teremos que nos inquietar com a maneira de as acolher, nem inquiriremos da sua razão de ser, nem, tão-pouco, procuraremos defender-nos delas. Cada provação, por nós experimentada, é um ensejo para a Fé e uma oportunidade para a virtude. Na zona mais profunda do Amor Divino, onde nos estabelecemos, sabemos nós, como o sabe um menino querido entre os seus, que somos sempre tratados com bondade e o melhor possível, ainda que não compreendamos a maneira por que somos tratados. Vem, finalmente, um período de união com Deus, quando tudo parece irreal, excepto o Amor Divino. No meio das torturas e tribulações, a alma torna-se numa espécie de avião em pleno céu: vê o raio da Vontade Divina através da bruma e do nevoeiro.

A cada qual fica o decidir o motivo por que actua e a recompensa que pretende, pois sempre ambicionamos um prémio. Se não estamos interessados pelos méritos eternos, e pela finalidade suprema da união com Deus, é porque temos em vista conquistar a admiração do Mundo ou, pelo menos, a aprovação de uma pessoa. O comediante dá quanto pode dar no desempenho do seu papel, para deslumbrar a galeria; o banqueiro esforça-se em aumentar o seu capital para consolidar a sua reputação entre os homens de negócio; o estudante queima as pestanas sobre os livros, para conseguir boas notas; a rapariga frívola faz conquistas para que lhe chamem «irresistível».

A maioria das pessoas apenas se interessa pelos aplausos do Mundo. Bem o sabia Nosso Senhor, quando dizia: *«Guardai-vos de fazer as vossas boas obras diante dos homens, com o fim de serdes vistos por eles; doutra sorte não sereis remunerados pelo vosso Pai, que está nos céus»* (Mateus, VI, 1). Se praticarmos boas acções para com os outros, só porque os amamos no plano humano, receberemos uma recompensa humana através das suas afeições, mas o que não receberemos é uma Eterna e Divina recompensa. *«Se vós amais os que vos amam, que mérito tendes? Porque os pecadores também amam quem os ama. E, se fizerdes bem aos que vos fazem bem, que mérito tendes? Porque os pecadores também fazem isto. E se emprestardes àqueles de quem esperais receber, que mérito tendes? Porque os pecadores também emprestam aos pecadores, para que se lhes faça outro tanto. Amai, pois, os vossos inimigos; fazei bem e emprestai, sem dai*

esperardes nada; e será grande a vossa recompensa, e sereis filhos do Allíssimo que é bom para os ingratos e para os maus» (Lucas, VI, 32-35).

Nosso Senhor recebe com agrado os mais pequenos actos de bondade — por exemplo, um simples copo de água que se dá a um desconhecido, — e garante-nos que seremos sobrenaturalmente recompensados, se os praticarmos *por Sua causa*, por amor d'Ele. Se desejarmos, porém, alcançar essas recompensas sobrenaturais, teremos que nos sujeitar às condições que elas nos exigem — condições essas que não são dissemelhantes das que a conquista da supremacia no plano natural nos impõe. Suponhamos, por exemplo, o caso de um homem cujo ideal é tornar-se um bom corredor. Para que consiga o seu objectivo, são indispensáveis três condições:

1) Que seja um corredor nato. — Há aptidões e disposições, certas estruturas ósseas e musculares, certas qualidades respiratórias que não se podem adquirir: vêm ao Mundo connosco. Esse conjunto de dons constitui a capacidade essencial ao corredor. Basta observar esse conjunto, ainda mesmo antes de qualquer treino, para que os profissionais possam garantir se um certo estudante virá a ser bom corredor.

2) Que livremente se decida a isso. — Certos rapazes dotados para a corrida, recusam-se a receber o treino necessário. E aquele que não tiver esse treino, poucas probabilidades terá de chegar a bons resultados.

3) O jovem bem dotado para a corrida e que nessa actividade se quer distinguir, deve concentrar

nela todas as suas energias. O abuso do tabaco e das bebidas, a preguiça, ou o desprezo da técnica, podem comprometer as suas melhores qualidades. Se tem pretensões a campeão, tudo deve fazer no sentido de alcançar essa categoria.

Apliquemos isto à alma que pretende conquistar a coroa incorruptível, na corrida da salvação eterna. Três são, também, as condições para tanto :

1) Há-de ela nascer para a ordem sobrenatural, pelo Baptismo; há-de entrar no estado de graça que lhe dá a capacidade, o dom, o talento para o sobrenatural. — Para obtermos uma recompensa humana, actuamos no plano humano; para obtermos a recompensa Divina, devemos tornar-nos filhos de Deus: os sarmentos devem ligar-se à cepa. Todas as boas acções de uma pessoa no estado de graça lhe aproveitam para a salvação, pela Misericórdia de Deus, por ser Deus a causa principal do mérito. *«Pela graça de Deus, sou o que sou, e a Sua Graça, que está em mim, me foi vã, antes tenho trabalhado mais que todos eles: não eu, porém, mas a Graça de Deus que está comigo»* (I Cor., XV, 10).

2) A alma deve ser livre. Praticada à força ou seguida por necessidade, a virtude não tem merecimento. Quando a nossa vontade corresponde à acção Divina, o seu papel, por certo, é secundário, relativamente à graça de Deus, como causa de mérito: **mas, embora secundária, a nossa contribuição nem por isso é menos real. Deus e o homem cooperam.**

3) Tudo o que a alma faz deve ser **moralmente bom**. Deve ser um acto destinado, por sua natureza, à recompensa em moeda sobrenatural. Não há actos indiferentes para quem se encontra em estado de graça. (Aqui surge, lembremo-lo de passagem, a mais sublime concepção da sexualidade, pelo facto de as relações conjugais do homem e da mulher, unidos cristãmente pelo casamento, serem para eles um meio de graça, e lhes permitirem aumentar os seus méritos para ganharem o Céu e para facilitarem a eterna união com Deus).

Suponhamos que os nossos actos são **moralmente bons**, em si. Cada um dos nossos deveres, cada uma das nossas tarefas é, então, como que um cheque em branco. O seu valor depende da assinatura que nós lhe apusermos: agimos por nós ou por Deus? É a intenção que faz o santo: a santificação não depende do local em que vivemos, nem das nossas ocupações, nem de outras circunstâncias dessa natureza.

Supõem alguns que, se se encontrassem numa outra terra, ou casados com outra mulher, ou com mais dinheiro, ou se tivessem outra profissão, tanto melhor realizariam a obra de Deus. Na realidade, a sua situação não tem importância. Fazem eles a Vontade de Deus, e fazem-na por amor d'Ele? Tudo está nisso! Poderíamos fabricar as nossas cruces, mas, uma vez que o Salvador não talhou a Sua, não nos cabe a nós também talhar as nossas. Dê-nos Ele o que nos der, podemos aceitá-lo e daí tirar, sobrenaturalmente, o melhor partido. A dactilógrafa que «bate» o correio no escritório, o varredor de ruas com

a sua vassoura, o lavrador a lavrar os campos, o médico à cabeceira do doente, o advogado defendendo o seu cliente, o estudante a tombos com seus livros, os doentes na sua solidão e a braços com os seus sofrimentos, a professora com os seus alunos, a mãe vestindo os seus meninos, cada um, no seu lugar, pode enobrecer e espiritualizar o seu dever e a sua tarefa, se tudo isso fizer em nome de Deus.

CAPÍTULO VI

PARA ALÉM DO SIMPLEMENTE HUMANO

CENTRAR a nossa vida em Cristo não consiste em entoarmos cânticos, em lermos as Sagradas Escrituras, em cobrirmos as paredes de piedosas divisas para edificação do próximo. Não passamos a ser bons cristãos pela circunstância de praticarmos uma boa acção no decorrer do dia, por nos declararmos fervorosos partidários da religião, ou por darmos a nossa adesão a qualquer movimento de reforma económica e política, ainda que tudo isso seja humanamente inspirado pelas melhores intenções. É cristão aquele que crê que Cristo é Filho de Deus, e que possui a vida de Cristo em sua alma.

A existência verdadeiramente humana difere da simples honorabilidade humana do mesmo modo que a rosa difere do cristal: pelo nível de vida. «*O que, porém, não crê no Filho, não verá a vida*» (João, III, 36). *Omne vivum ex vivo*. A vida provém sempre de um ser vivo; não pode provir do inanimado. A vida humana tem de provir de pais humanos, e a Vida Divina tem de ser gerada por Deus. Ao homem decaído foi-lhe dada a possibilidade da vida sobrenatural, através da Encarnação, quando fomos resgata-

tados. Para que a Justiça fosse feita, era preciso que o nosso Redentor fosse, ao mesmo tempo, Deus e homem: que fosse homem — de contrário não poderia actuar em nosso nome, como nosso representante; que fosse Deus — de contrário não poderia pagar a dívida infinita contraída, para com Deus, pelo pecado dos homens. Deus não tirou, forçadamente, à Humanidade, a Sua natureza humana: aceitou-a como livre presente de uma mulher, de Maria, quando esta respondeu ao mensageiro angélico: *«Faça-se em mim a tua palavra»*.

Uma vez na posse da Sua natureza humana, Cristo ofereceu-a em sacrifício por toda a culpabilidade oriunda do pecado dos homens. Assim como um bom pai é capaz de chamar a si as dívidas de um filho dissipador, assim também o nosso Pai Celeste enviou Seu Divino Filho a pagar a nossa dívida moral e a restaurar-nos na intimidade do Pai — intimidade que havia sido interrompida com a queda. Inocente de todo o mal, o Salvador carregou com todos os pecados do Mundo. *«Fez-se pecado»*, segundo a forte expressão de S. Paulo. Chamando a si a nossa queda, empreendeu a obra da reabilitação espiritual da Humanidade. Mas como foi isso possível?

Para bem o compreendermos, suponhamos que, depois de ter servido durante muito tempo para a celebração diária do Santo Sacrifício da Missa, foi roubado um cálice, modificado e empregado em usos profanos. Para o restituirmos ao seu primitivo destino, ser-nos-á necessário passá-lo, primeiro, pelo fogo, destruir a sua nova forma, refundi-lo e tornar a fazer o cálice; e só depois de benzido e consagrado.

é que dele nos poderemos servir, de novo, no altar. É essa a história da nossa natureza humana.

Primitivamente bem regulada — quando os sentidos do homem viviam submetidos à sua razão, a razão submetida à Fé, o seu corpo submetido à alma, e toda a personalidade orientada para Deus — aconteceu que a natureza humana se afastou livremente, de Deus, para o amor de si mesma. Para reparar essa catástrofe cósmica, o Filho de Deus tomou, em Maria, uma natureza humana, sobre a pureza da qual enxertou todos os pecados do Mundo, como se Ele fosse, realmente, o culpado. Foi essa culpabilidade e essa iniquidade, essa frustração e esse assombro que Nosso Senhor sentiu como seus, e que provocaram o Seu Suor de Sangue, no Gethsemani. Para nos salvar a todos, mergulhou Ele essa natureza humana na fogueira do Galvário, de maneira a ser destruída e consumida a forma perversa do pecado. Açoitado e martelado, submetido à maior ignomínia que o pecado poderia infligir — a crucifixão do Filho de Deus — Nosso Senhor ressuscitou ao terceiro dia com a Sua natureza humana glorificada. A Humanidade ficou, desde aí, restituída ao seu destino sobrenatural, apenas com a condição de se manter em contacto com o Nosso Redentor, cuja Humanidade deve ser para nós como que o cunho e o paradigma pelos quais nos regularmos. E de que maneira? Por aquilo a que chamamos a *incorporação* em Cristo.

Com efeito, não seremos um com Ele, estudando-O nos livros, pensando n'Ele, admirando o Seu *Sermão da Montanha*, ou lendo a narração da Sua Vida nos Evangelhos. A nossa união com Cristo é um pro-

cesso vital, é uma participação: «*O que nasceu da carne, é carne, e o que nasceu do espírito é espírito*» (João, III, 6). A vida espiritual é o dom do Espírito vivo de Cristo, que se prolonga a Si Próprio no Seu Corpo Místico e nos infunde a Sua Vida através dos sete canais dos sacramentos.

Essa vida nova começa por um nascimento: «*Não pode ver o reino de Deus, senão aquele que nascer de novo*» (João, III, 3). A economia da salvação é, na verdade, de tal natureza, que Deus se baixou até nós, para que nós pudéssemos subir até Ele. Ofereceu-nos o meio de nos tornarmos maiores do que realmente somos por natureza, de participarmos da Sua Própria Vida Divina. Na sequência de Adão, Ele se tornou a nova cabeça da raça humana. Assim como nós descendemos de Adão pelo nascimento carnal, assim também poderemos ser incorporados em Cristo, mercê de um nascimento espiritual. Um dos efeitos dessa incorporação, mencionado por S. Paulo, é o de fazer dos nossos corpos Templos de Deus, e é por isso, conclui o Apóstolo, que nos devemos conservar puros: um Templo de Deus não deve ser nunca profanado.

A finalidade da vida cristã está em nos apropriarmos, no mais elevado grau possível, da salvação objectiva que nos foi dada por Cristo. Ele nos trouxe a salvação, objectivamente, em toda a plenitude e perfeição. Aliás, importa ainda que cada um de nós, por uma livre cooperação, faça dela uma aplicação mais plena e perfeita. É como se cada um de nós dispusesse de uma fortuna colocada à nossa ordem, num banco; se dela nada levantarmos, por

meio de cheques, de pouco nos servirá o depósito. A salvação objectiva é a nossa livre aceitação dessa possibilidade que nos é oferecida para virmos a ser alguma coisa que não somos por natureza — filhos adoptivos de Deus. E assim começa uma permanente assimilação da Sua Graça e força vital. Daí certo proveito na vida quotidiana do cristão e uma relação vital sempre crescente com Ele, mercê da qual o Corpo Místico se desenvolve e aumenta.

Aquilo pelo qual o homem se distingue dos animais e lhe confere a sua dignidade particular, é o ter uma alma racional. Ora, convém que os dois principais efeitos da infusão da Divina energia se manifestem nas duas principais faculdades da alma: a Inteligência e a Vontade. Se o Divino Poder penetrar na nossa inteligência, teremos a Fé; se nos for infundido na vontade, teremos a Esperança e a Caridade. E assim nascem as três grandes virtudes sobrenaturais pelas quais podemos crer em Deus, conhecê-Lo e amá-Lo.

É a Inteligência que, primeiro, sente a impulsão da Vida de Cristo. A graça santificante aperfeiçoa a razão, infundindo-lhe uma nova luz. Assim como o Sol ilumina os nossos sentidos e a luz da razão a nossa alma humana, assim, também, a luz da Fé nos ilumina relativamente a Deus. Para que a nossa vida humana seja completa, a Fé é-nos tão necessária como a luz o é para a vista. Os nossos sentidos são os mesmos, de noite e de dia; mas não somos capazes de ver à noite, por nos faltar a luz do Sol. Dois indivíduos que possuem os mesmos dons intelectuais vêem diferentemente, no caso de um ter Fé e o outro

não. Em presença de um facto como o da Sagrada Eucaristia, o primeiro vê aí Emanuel ou Deus conosco, ao passo que o segundo apenas vê o pão. O primeiro possui uma luz que falta ao segundo.

Esta nova luz é para a razão o que o telescópio é para os olhos. O telescópio não destrói os olhos, nem cria novos mundos, mas permite-nos descobrir objectos imperceptíveis à vista desarmada, embora objectos bem reais. O ignorante que não «crê» no telescópio, imaginará que os factos referidos pelos astrónomos não passam de quimeras; dirá que é preciso terem poeira nos olhos para descreverem planetas e estrelas longínquos. Aqueles que estão privados dos dons da Fé atribuem facilmente, também, à imaginação e à fantasia, toda a crença no mundo sobrenatural.

A Fé assemelha-se a um microscópio, por nos permitir descortinar um sentido mais profundo nas verdades que nos são já conhecidas: junta uma nova dimensão de profundidade ao nosso conhecimento natural. O conhecimento, sem a Fé, consiste, muitas vezes, numa confusão de noções fragmentárias, à maneira de uma porção de limalha disposta ao acaso. A Fé, à maneira de um ímã, ordena essa irregularidade; agrupa os factos dispersos, refere-os a uma só unidade. Graças à sua luz, a inteligência fica em estado de julgar e de apreciar todas as variadas parcelas da realidade. O Mundo aparece-nos, então, sob o ponto de vista Divino, e através do Espírito de Cristo.

Também os que possuem a Fé e os que a não têm concebem de modo muito diferente problemas

como, por exemplo, o da educação, o da doença, o do casamento, o da morte e o da bomba atômica. O Espírito de Cristo marca à educação o formar não só a inteligência, como, também, a vontade. Àquilo que é meramente profano (formação cívica e utilitária), junta a finalidade Divina (formação para o amor de Deus e para o amor do próximo, para Cristo e para a salvação das almas). Vista pela Fé, a doença vem-nos da mão de Deus, quer para nos afastar do Mundo, quer para nos facultar a oportunidade de unirmos os nossos sofrimentos aos de Cristo, para a salvação do Mundo. Com a Fé, deixamos de considerar o casamento como simples união temporária dos dois sexos, para vermos nele o símbolo místico da união de Cristo com a Igreja, prolongando-se a sua duração por toda a vida. Com a Fé, deixamos de ver na morte um simples fenómeno biológico: passa a ser o momento em que teremos de dar conta a Deus da nossa administração. Com a Fé, a bomba atômica não é uma prova do progresso humano, antes nos lembra a perversidade humana. Quando Tiago e João pediram a Jesus que fizesse descer o fogo do Céu sobre Samaria, respondeu Ele: «*Vós não sabeis de que espírito sois*» (Lucas, IX, 55).

Há quem diga que a Fé sobrenatural anula a razão. É isso supor que a Fé constitui algo de exterior, do mesmo modo que um tecto é exterior aos olhos, impedindo estes de ver o céu. Na realidade, não é assim. É, pelo contrário, interior à razão, como o é ao nosso olhar a luz que lhe permite contemplar o firmamento. Essa luz vem do Sol, mas actua sobre os olhos e permite-lhes ver o Céu. A iluminação

Divina pela Fé não está no mesmo plano da razão: está num plano diferente e superior. A Fé coroa a razão, mas não a contradiz, do mesmo modo que a razão dum homem maduro de sessenta anos não contradiz a que ele possuía aos sete anos. E, no entanto, aqueles que não foram iluminados pela Fé, supõem, muitas vezes, que para a aceitarem, lhes é preciso abandonar tudo, renunciar ao seu bom-senso e à sua lucidez de pensamento. Deve-se isso, em parte, ao que eles, actualmente, possuem no espírito: não têm ideia nenhuma das mais vastas verdades que a Fé lhes revelaria, se a adquirissem, um dia. A razão é sempre mais robusta com a Fé do que sem ela. Do mesmo modo que a razão é a perfeição dos sentidos, assim a Fé é a perfeição da razão. Um alcoólico que perdeu a razão, não perdeu, decerto, os sentidos, mas estes logo deixaram de funcionar normalmente: cambaleia, cai, vê as coisas aos pares, tem a língua espessa, é insensível ao frio e ao calor. E tudo isso porque os seus sentidos precisam da razão para bem funcionarem. Por analogia, a razão do homem precisa da Fé para bem funcionar. Foi no séc. XIII, nesse grande período de Fé, que o homem atingiu o apogeu da sua sabedoria filosófica. O nosso século, ateu como é, é, por isso mesmo, acentuadamente irracional.

A Fé ilumina todas as faculdades do homem, do mesmo modo que a luz interior revela os motivos dum vitral. Muito mais, com efeito, do que um assentimento a uma prova, a Fé é coisa dinâmica, acompanhada do intenso desejo de possuir Deus como Autor e Fim supremo da nossa vida. A certeza que ela nos dá não tem proporção nenhuma com as razões invo-

cadadas em favor da nossa incorporação em Cristo ; assemelha-se, de algum modo, à de uma criança, certa de que o dono da casa em que vive é seu pai, com um poder de convicção muito superior a todas as razões às que ela poderia apresentar.

A Fé religiosa não exclui o medo, mas não é o medo servil do cidadão em relação ao ditador num estado comunista ; é o medo filial duma criança perante seu bom pai. O homem de Fé teme a Deus, no sentido de que o respeito e a afeição o levam a evitar tudo que possa ofender seu pai. Nesse temor não há preocupações com o *eu*, mas apenas pensamento voltado para Deus. Por sua vez, a Fé gera a pureza da inteligência : procuramos evitar todos os erros susceptíveis de perturbar a viva união da nossa alma com Cristo. A verdade é-nos, agora, mais preciosa, porque o Verdadeiro nos aparece como um aspecto de Deus. A heresia e o erro são para a Fé o que a lama é para o corpo : *«Bem-aventurados os puros de coração, porque eles verão a Deus.»*

Deus, que é a Verdade, é também chamado «a Luz do Mundo», porque Luz e Verdade são dois conceitos gémeos. Com efeito, ver é crer, e este «espírito tenebroso» de que fala o catecismo, designa um espírito dificilmente penetrável ao esplendor da Verdade.

Todo o Universo é inteligível em termos de luz. No dizer de Sir James Jeans, a mais científica descrição até hoje dada do Universo encontra-se neste versículo do Génesis : «Disse Deus : faça-se a luz, e a luz foi feita». Alusão ao facto cientificamente estabelecido de que os átomos são compostos de luz.

Os físicos distinguem duas espécies de luz: a luz «aprisionada», que inclui todas as coisas materiais, e a luz «não aprisionada», que é a iluminação. Por intuição, a sabedoria dos séculos descreveu a realidade, em termos de luz. Existe a luz do Sol para os sentidos, e a luz da razão que é capaz de surpreender a Verdade Universal; e, superior a estas duas luzes e completando-as, temos a luz da Fé, que ilumina a razão mais radiosamente do que a razão ilumina os sentidos. Toda a forma de luz é um reflexo de Deus «*que habita numa luz inacessível*» (I Tim., VI, 16); mas foi uma descoberta recente que nos revelou que Deus, como Luz, deixou a Sua assinatura no invisível átomo das coisas materiais, composto de luz.

Mas a luz segue uma progressão ascendente entre os seres criados, desde o átomo até à inteligência humana. E vai mais alto ainda. Com efeito, no reino da Fé, a inteligência deixa de assestar o seu projector à flor da terra para se inteirar dos fenómenos naturais; é para o Divino que ela volta o seu poder e a sua energia. E, graças à iluminação que Deus lhe dá, a inteligência crente dispõe de novos poderes e capacidades, dos quais, em primeiro lugar, uma serenidade desconhecida, o sentimento de ter, finalmente, «chegado». A sua convicção é tão certa, a sua certeza tão absoluta, que a sua proveniência só pode ter como origem a Primeira e Suprema Verdade.

Os possuídos pelo erro, objectar-se-á, partilham da mesma certeza. Ao que importa responder que a certeza deles tem por abrigo, quer a sua ignorância (como acontece a muito honrada gente sem cultura), quer a recusa de aplicarem a sua razão ao estudo atento das

questões religiosas. Tão depressa, com efeito, a razão começa a estudar os mitos, e logo o prestígio destes se desvanece. Pelo contrário, quanto mais ela se prende ao exame das coisas da Fé, mais se fortalecem as suas certezas. Só os espíritos que nunca analisaram seriamente a grande *Ratio Theologica* do Cristianismo podem desconhecer a luz intelectual irradiada pela flama da Divina crença.

A Fé pertence à inteligência do homem. As outras grandes virtudes da Esperança e da Caridade têm a sua sede na Vontade. Incorporando-nos na Vida de Cristo, a graça dá-nos a medida de uma e de outra.

A Esperança é o equivalente sobrenatural da segurança. Assim como certos homens encaram à vontade o seu futuro imediato, por possuírem uma conta avultada no banco, assim o cristão confia no seu futuro distante, porque está na posse de uma «acção» das Divinas riquezas. Embora a Esperança provenha da Fé e conduza à Caridade, o primeiro passo a dar deve ser sempre o conhecimento racional. Para amarmos alguém, precisamos de começar por conhecer esse alguém, e só depois, talvez, possamos contar com a sua amizade. Finalmente, a esperança completa-se com o amor. Não é lícito dizer que «o pensamento nasce do desejo». Equivaleria isso a afirmar que a emoção precede o conhecimento — o que é um absurdo! Um telegrama anuncia-nos a morte dum amigo; não o recebemos porque choramos, choramos depois de termos tomado conhecimento desse telegrama. Nunca a esperança pode ser o fundamento dum verdadeiro conhecimento ou de uma verdadeira

religião. O objecto da Esperança, na vida centrada sobre Cristo, é a eterna felicidade com Deus, cuja existência nos é, primeiro, conhecida pela razão e, depois, confirmada pela Fé.

Um dos mais belos efeitos da Esperança é o aliviar-nos do mórbido temor da derrota. Esta obsessão da derrota, do perigo a afastar, resulta directamente do egotismo. Desde que o nosso orgulho diminua, logo nos sentimos libertos desse velho receio da humilhação pela derrota. Se tivermos Deus como único e absoluto desejo e visarmos a realização da Sua Vontade, o medo da reprovação vinda de outrem deixará de nos incomodar. De boamente nós aceitamos o ser qualificados de «insensatos por Cristo». Os apóstolos foram até ao ponto de se felicitarem pelo desprezo dos homens, felizes por, dessa maneira, testemunharem a maior homenagem ao seu Mestre. Unidos a Cristo, não ficamos, por esse facto, isentos de sofrimentos, de provações e dificuldades: «*Haveis de ter aflições no Mundo; mas tende confiança, eu venci o Mundo*» (João, XVI, 33). S. Paulo desafiava assim a morte: «*Onde está, ó morte, a tua vitória? Onde está, ó morte, o teu aguilhão?*» (I Cor., XV, 55). O verdadeiro cristão tem consciência do carácter sempre transitório e relativo do sofrimento; mesmo na provação ele se sente ao abrigo do onnipotente amor de Deus. Apesar dos ultrajes que possa receber, apega-se a Deus com serena confiança, sabendo que todos os ataques são impotentes para o prejudicar, porquanto foi pela Cruz que Cristo resgatou o Mundo.

A Esperança livra-nos, também, doutras formas de angústia. O nosso acabrunhamento provém, em

grandeparte, da desproporção, verificada em presença de uma finalidade temporal, entre os nossos recursos pessoais e os obstáculos a vencer. Se o *eu*, só em si próprio se fia e apoia, em face de um mundo implacável essa apreensão é natural. Mas quando os recursos da nossa alma são estimulados e completados pelos infinitos recursos de Deus, essa angústia logo desaparece. Como dizia Nosso Senhor: «*O Vosso Pai Celeste conhece aquilo de que vós tendes necessidade*» (Mateus, VI, 32).

Logo que a Esperança nasce da Fé em Deus, desvanece-se também o desespero, que tem como causa o orgulho. No passado, a melancolia do *eu* provinha sempre de um projecto demasiado ambicioso para as suas forças. Agora, sob a influência da Graça Divina, a alma deixa de fiar-se em si mesma, e é a Deus que vai buscar a Sua suficiência. O que até há pouco nos parecia o maior dos obstáculos à paz e à felicidade — a nossa fraqueza — torna-se, agora, uma fonte de alegria: «*Porque, quando estou fraco [quanto às forças da natureza], então sou forte [na graça]* (II Cor., XII, 10). Quando deixamos de contar com as nossas capacidades pessoais, sentimo-nos fortes com o poder Divino, porque aquele que se une ao Senhor forma um só espírito com Ele. Não mais desesperaremos do futuro, que está em mãos infinitamente poderosas. Nem tão-pouco da Misericórdia de Deus, porque um coração contrito e humilhado nunca pode ser desprezado.

A Esperança dá-nos ousadia e coragem para levarmos a cabo coisas que nós, sem mais ajuda, não seríamos capazes de realizar. Graças à Esperança

sobrenatural, podemos dizer com S. Paulo: «*Tudo posso naquele que me conforta*» (Fil., IV, 13). Tímidos e indecisos perante tarefas aparentemente muito pesadas, eis que assumimos, ousadamente, a iniciativa, dispondo, agora, do dinamismo necessário vindo da parte de Deus. A mão hesitante que, até há pouco, éramos, move-se, agora, por saber-se dirigida por Ele, como utensílio robusto e firme. Demissão? Por forma nenhuma. Estamos em presença de uma entrega de nós próprios aos Seus mais vastos desígnios, ao Seu serviço, até ao esgotamento total das nossas forças.

A Esperança transforma-se em confiança, e esta nos apazigua o coração e alma. Todos os acontecimentos nós os aceitamos com optimismo: deixamos de falar em acontecimentos «desanimadores», ou em acontecimentos «animadores». Alguma coisa de parecido se verifica na amizade humana. Começamos por observar o recém-chegado, por lhe sondar os gestos e as palavras, para sabermos o que dele podemos esperar. Mais tarde, depois de o conhecermos e se por ele tivermos estima, nele depositaremos confiança. Deixaremos de o julgar pelos seus gestos. A nossa maneira de pensar a seu respeito terá mudado inteiramente. Deixaremos de apreciar-lhe o carácter em função dos seus actos, antes ajuizaremos dos seus actos pelo carácter. Se, de momento, a sua atitude nos espanta, atribuiremos a causa dessa atitude mais à nossa ignorância do que à malícia das suas intenções. E o mesmo acontece em relação à nossa confiança em Deus. Espiritualmente imperfeitos, somos ainda inclinados a julgá-Lo segundo as provações e

os benefícios que nós, ou outros, d'Ele recebemos. Mais tarde, depois de termos compreendido que Deus é Amor e Misericórdia, cada acontecimento nos aparecerá tocado pela irradiação da Sua Bondade, passando a nossa confiança a ser absoluta, ao ponto de nos levar a dizer como Job: «*Ainda que Ele me matasse, n'Ele eu continuaria a confiar*» (XIII, 15).

luz da Sua Crucifixão, principalmente, é-nos impossível gemer: «Por que é que Ele me fez isto?» ou perguntar a nós próprios: «Que fiz eu para merecer isto?» O espectáculo da Cruz sobre o Calvário ensina-nos que Ele não perguntou a Si mesmo: «Que fiz, pois, eu, para merecer isto?» Pelo seu exemplo, atingimos nós a paciência e a resignação nas tribulações passageiras, ficando a saber que o que importa, na vida, é o seu último acto.

O segundo fruto importante da Fé, no domínio da Vontade, é a Caridade. Há diferentes maneiras de amar. Podemos amar esta ou aquela pessoa, por ser generosa, acolhedora e desinteressada; podemos amá-la, por ser agradável e de convívio atraente; podemos, enfim, amá-la, por amor de Deus, por nela vermos um filho de Deus, se não de facto, pelo menos em potência. Nos dois primeiros casos, não há Caridade sobrenatural, porque esta tem sempre por motivo: *Propter Deum*, por Deus.

«*Caríssimos, amemo-nos uns aos outros, porque a caridade vem de Deus. E todo o que [assim] ama, nasceu de Deus e conhece a Deus; porque Deus é caridade... Caríssimos, se Deus nos amou assim, devemos nós também amarmo-nos uns aos outros. Ninguém jamais viu a Deus. [Porém] se nos amarmos mútua-*

mente, Deus permanece em nós, e a sua caridade é em nós perfeita... Se alguém disser: Eu amo a Deus, e odiar o seu irmão, é um mentiroso. Porque aquele que não ama o seu irmão, a quem vê, como pode amar a Deus, a quem não vê? E nós temos de Deus este mandamento: Que aquele que ama a Deus, ame também o seu irmão» (I, João, IV).

Pela virtude sobrenatural da Caridade, o Amor Divino habita na alma de um modo muito íntimo e pessoal. De várias maneiras Deus nos manifesta a Sua presença. Ele é o Poder que criou o Mundo, a Sabedoria que o concebeu e o Amor que o realizou. Também Deus está presente — pessoalmente — na Eucaristia e nas nossas almas e pelo tempo em que em nós se mantêm as espécies sacramentais. Mas há uma presença mais duradoira: é a presença de Deus nas nossas almas, pela Caridade. Encontrarmos-nos em estado de graça, pela Caridade, não significa que *tenhamos* alguma coisa, mas que *somos* alguma coisa. Com efeito, uma das consequências da Fé é o dar-se, em nós, um acontecimento extraordinário: recebemos um dom. Muitas são as pessoas baptizadas que desconhecem esse mistério, ignorando-o por toda a sua vida. Assim como, em família, vivendo debaixo do mesmo tecto, podemos desconhecer-nos uns aos outros, assim também é possível termos Deus em nossa alma, sem, aliás, vivermos em relações bem íntimas. Quanto mais uma alma sobe em santidade, mais ela se afasta do Mundo, mais toma consciência da presença de Deus. As fases dessa intimidade crescente podem resumir-se em quatro palavras:

Eu sou.

Eu devo.

Eu posso.

Eu quero.

Na primeira, a alma só conhece a sua própria existência: é o egotismo. A segunda caracteriza-se pelo despertar da consciência, do sentimento do «dever»; o *eu*, ou personalidade, começa a desenvolver-se. Na terceira, o *eu* sente-se chamado, com a Graça de Deus, para vir a ser alguma coisa de maior do que realmente é: e é essa a primeira suspeita, na alma, da possibilidade de se transcender. A quarta e última fase consiste na identificação da vontade do *eu* com a vontade de Deus que passou a ter morada na alma. Por virtude desta presença especial de Deus na alma, o corpo torna-se então um templo do Espírito Santo, um Tabernáculo que importa não manchar com faltas atentatórias da pureza ou da temperança. A Igreja, que sempre vê no corpo humano um tabernáculo, opõe-se à sua destruição violenta, como seja a mutilação e a incineração. Não devemos querer incendiar uma igreja desmantelada ou o lar deserto da nossa infância: a isso se opõe o respeito. Ora, com mais forte razão, importa que tratemos, respeitadamente, não o entregando a uma destruição brutal, esse corpo chamado a ser, depois da ressurreição, um Templo de Deus.

Que façanhas magníficas nós não devemos a esse pensamento da Presença Divina em nós! Conta-se que Orígenes, um dos primeiros escritores do Cristianismo, gostava de repetir, debruçado sobre o berço

do seu filho: «*Adoro a Deus, presente no coração deste menino batizado.*» Mais tarde, o próprio Orígenes escrevia a respeito da graça: «*A minha alma é uma morada para Ele; é um habitáculo de Deus, de Cristo e do Espírito Santo.*» Um católico francês, impossibilitado de receber a Sagrada Eucaristia, mandou vir a sua casa um mendigo, de maneira a poder comungar com Cristo vivo nos pobres. Sórora Isabel da Trindade escrevia, um dia, a sua irmã: «*O Céu está no centro da nossa alma... E não é isto simples e consolador? Através de tudo, por entre as tuas solitudes maternais, podes retirar-te para essa solidão.*» E mais adiante: «*Quando te encontrares distraída nas tuas obrigações, se quiseres, para te retemperares a toda a hora, poderás entrar no centro da tua alma, onde vive o Hóspede Divino.*» Na verdade, o nosso corpo não passa de um véu que nos impede de ver a Deus.

Entre a graça, nesta vida, e a glória, no Céu, apenas existe esse frágil véu carnal. No momento da morte, esse véu há-de cair, e então veremos Aquele que nós invisivelmente possuímos na Terra, enquanto nos mantivermos em estado de graça.

Um dia, Santa Catarina de Sena experimentou terríveis tentações contra a pureza. Passada a tempestade, Nosso Senhor apareceu à sua serva: «*Senhor, exclamou ela, onde estáveis Vós, enquanto o meu coração transbordava de vergonhosas tentações?*» — «*Estava em teu coração.*» — «*Sim, Senhor, replicou a santa, Vós sois a própria Verdade e perante Vós eu me inclino, mas como crer em Vós, quando tinha o coração cheio de abomináveis tentações?*» — «*Esses pensamentos, essas tentações, cau-*

savam-te alegria ou pena, prazer ou desgosto?» — «Uma terrível pena, um terrível desgosto!» — «Sabei, pois, minha filha, conclui o Senhor, que eu estava no teu coração. Estivesse eu ausente, e os pensamentos que te invadiram ter-te-iam dado prazer. Foi a minha presença que tos tornou insuportáveis. Eu estava actuando em ti. Defendia-te do inimigo. Nunca, como então, eu estive tão próximo de ti.»

Este episódio parece bem indicar que a resistência das santas almas ao mal é facilitada, em parte, pelo pensamento da Divina Bondade que nelas existe. As almas desprovidas do sentimento do Amor Divino estão naturalmente mais prontas a sucumbir, porque compreendem menos a que perdição estão expostas pelo pecado.

Uma luta ininterrupta entre a Natureza e a Graça se verifica na alma dos justos, até à morte. Eles não negam a realidade dos prazeres, de que se privam, por amor de Deus. Os libertinos, enleados nos seus hábitos de embriaguez e de luxúria, gabam-se, por vezes, de saborear prazeres ignorados dos santos. É verdade. Sem prazer, o vício não atrairia ninguém. Mas entre aqueles que vivem no estado de graça e os que se entregam ao pecado, uma diferença existe: o pecador começa sempre por colher os seus breves prazeres; depois lhe vem a dor, a amargura, o vazio e o desgosto; quanto ao cristão, esse conhece, primeiro, o sofrimento (aliás, efémero), e só depois colhe a alegria, a paz e a felicidade. O pagão entrega-se à orgia e, a seguir, à lassitude. A Igreja procede de modo contrário: o jejum primeiro, a festa depois. Porém, é uma ilusão o supormos que os mundanos

não sofrem qualquer mal-estar pior do que o das dores de cabeça na manhã seguinte: «Lembra-te — escrevia Nietzsche a sua irmã — lembra-te, minha querida, que a descrença tem as suas tragédias.» A melancolia, a frustração e o tédio da sociedade moderna são, em grande parte, consequências psicológicas duma vida de pecado. A graça santificante, a «Graça Branca», resulta, com toda a sua felicidade, de uma infusão da Vida Divina.

Na vida espiritual, saldamos «a pronto pagamento», as nossas alegrias, antes de as saborearmos. Quanto maior é a nossa confiança em Deus, maior é o nosso desejo de trabalharmos para Ele, a crédito; e se submetermos todo o nosso querer ao Seu, Ele retribuirá generosamente o nosso amor, com os dons cada vez maiores do Seu.

Pode uma alma estar de tal modo e tão absolutamente penetrada da Divina Caridade que todo o prazer sem o seu bem-amado lhe pareça uma traição. Acontece, por vezes, recusar um cão toda e qualquer pitação que lhe venha doutras mãos que não sejam as do seu dono. Pois também a alma em estado de graça pode renunciar a toda a experiência que ela não seja capaz de santificar. Deus é tudo. Essa alma interdiz, a si mesma, todos os prazeres profanos ou indiferentes em que Ele esteja ausente. A caridade liberta-nos do espírito mundano e das suas seduções sem que, da nossa parte, haja um esforço consciente nesse sentido. Inspira-nos, além disso, compaixão por aqueles que não se encontram em estado de graça e, particularmente, pelos que desertaram da Fé. Participando, um pouco, da mansidão de Deus, con-

sidera como já castigados tanto os que vivem separados d'Ele, como os que tiveram fé e a abandonaram. Uma alma infiel não pode afastar-se de Deus, sem sofrer; tendo saboreado o melhor, nada a poderá satisfazer. Aqueles que vivem em graça com Deus, não tentarão acabrunhar ainda mais essas almas transviadas, antes procurarão atenuar-lhes o sofrimento, com um amor maior. Não iremos empurrar para as chamas aquele que está junto de um braseiro; não iremos afundar ainda mais na água aquele que está na iminência de se afogar. Pois criminoso seria também atormentar aqueles a quem a angústia da perda de Deus devora interiormente.

O número das almas que perderam a fé é muito inferior ao das que ficaram incompletas por não terem ainda recebido a Graça de Deus: «Muitos são os chamados, mas poucos os escolhidos.» Aqui, do mesmo modo que no universo material, é possível elevarmo-nos acima do nível natural, mas o certo é que poucos aproveitam dessa possibilidade. Muitas são as substâncias químicas e minerais que não passam à vida superior da planta. Muitas são, outrossim, as plantas que nunca atingiram a vida animal, e muitos são os animais que não se adaptam ao regime do homem. Pois numerosos são, também, os homens incapazes do sacrifício de, através de um acto da sua própria vontade, viverem a vida superior de Cristo. Desconhecem o movimento ascensional do Universo e com isso sofrem.

O amor — assim se chama também a Caridade — é o nosso caminho mais curto para a ascensão ao sobrenatural. O amor vem sempre de cima: Deus é

o primeiro a amar-nos. Como cristãos, também nós devíamos ser os primeiros a amar os outros. Devia o nosso amor incidir mesmo sobre os nossos inimigos: *«Amai os vossos inimigos, fazei bem aos que vos odeiam, e orai pelos que vos perseguem e caluniam, para que sejais filhos do vosso Pai, que está nos céus, o qual faz nascer o seu Sol sobre bons e maus, e manda a chuva sobre justos e injustos»* (Mateus, V, 44-46).

Se o nosso inimigo nos quer mal, se, na guerra, o temos de matar, nem por isso devemos amá-lo menos. O amor cristão suporta o mal, mas sem admiti-lo. Expia voluntariamente as faltas doutrem; mas não tem sombra de indulgência para com o pecado. O espírito de conciliação não o induz a abafar o seu ódio às más filosofias em luta com a Verdade. Perdoa ao pecador, mas abomina o pecado. Compadece-se da pessoa, mas é implacável para com o erro. Quanto ao pecador, ele o quer fazer regressar ao seio do Corpo Místico; mas à mentira faz guerra sem tréguas, não a admitindo no tesouro da Sua Sabedoria. O amor real implica um ódio real. Quem perdeu o sentido da indignação moral e a impetuosa necessidade de chicotear para fora do templo os vendilhões, perdeu o fervoroso amor da Verdade.

A Caridade não é, pois, a doce filosofia do «viver e deixar viver»; não é uma simples afectação sentimental; a Caridade é a infusão de um Divino Espírito de Amor. É uma integração da personalidade pelo Espírito de Deus, uma integração que nos faz amar o belo e odiar a torpeza. O amor humano é naturalmente frágil e susceptível de inconstância.

Mas, sustentado pela Graça Divina, é inquebrantável e forte como o aço. À medida que o Amor Divino se rarefaz entre os homens, relaxam-se os laços do casamento: deixamos de amar a pessoa para amarmos, egoistamente, o prazer que ela nos dá. Um amor dessa espécie dura enquanto dura a paixão. No casamento verdadeiramente cristão, o amor do marido e da mulher é o reflexo do amor de Cristo por Sua Esposa, a Igreja. Nosso Senhor jamais será infiel à Sua Esposa, e não terá outras esposas. É por isso que o casamento sacramental, símbolo do casamento espiritual, deve ser firme e estável. A caridade recíproca dos esposos permite-lhes atingir essa perfeição.

O amor no plano divino difere absolutamente do amor no plano humano, e, por vezes, um conflito os divide. O Nosso Divino Salvador nos avisou de que aqueles que O amam serão odiados pelos filhos do século: *«Mas, porque vós não sois do Mundo, antes eu vos escolhi do meio do Mundo, por isso o Mundo vos aborrece»* (João, XV, 19). Disse-nos Ele ainda que veio trazer não a paz, mas o gládio, e *«separar o filho de seu pai, e a filha de sua mãe»* (Mateus, X, 35). Há quem compreenda que o amor dum homem ou duma mulher possa ter a força necessária para fazer romper todos os outros laços. Mas essas mesmas pessoas consideram loucura que se possa amar a Deus e se rompa com o Mundo por causa d'Ele.

O Amor Divino, ao entrar numa alma (ou, melhor, quando nós lhe permitimos que entre na alma), apodera-se dela, retempera-a, penetra-a totalmente. Mas o caso é que Ele é tão invisível como o vento, tão

misterioso como a queda dum meteoro. Dinamiza o nosso torpor; fortifica a nossa fraqueza; aquece a nossa frigidez e até nos faz encontrar a nossa felicidade sob o fardo da nossa cruz. Faz recuar todas as fronteiras marcadas pelo amor humano; abre o nosso lar ao Samaritano. Para o Amor Divino, não há grego, polaco, russo, judeu, alemão, francês, japonês ou chinês: todos têm direito de cidade no reino da Divina Caridade. O Amor Divino elimina todos os limites do perdão, porque as «setenta vezes sete» do Evangelho não querem dizer quatrocentas e noventa vezes, mas um número matematicamente incalculável. Está muitíssimo para além da simples indulgência, da bondade «nos limites do razoável». Se um homem nos impõe, como castigo, que caminhemos uma milha com ele, Nosso Senhor convida-nos a percorrer uma outra por mortificação, para nos aproximarmos com mais segurança da pureza de alma que Deus nos exige. O amor está sempre disposto a ultrapassar o senso-comum: Maria Madalena esparziu todo o seu perfume. O Amor Divino convida-nos a dar tudo, e se o nosso tudo é bem pouco, nem por isso a Caridade é menor: o Senhor apreciou mais o óbulo da viúva do que as ofertas do rico. A Caridade não se mede em função do que nós damos, mas da intensidade do amor com que damos.

Ainda que por vezes pareça austero, o amor de Deus apresenta-se, paradoxalmente, com a graça da infância. Um santo nunca é pessoa que se dê ares de enfastiada: *«Se vos não converterdes e vos não tornardes como meninos, não entrareis no reino dos céus»* (Mateus, XVIII, 3). Nosso Senhor não nos recomenda

que sejamos «infantis», mas «semelhantes a crianças», bastante simples para aprendermos, bastante cândidos para podermos admirar e divertir-nos. Encontrando, um dia, os Seus apóstolos a discutir «qual deles era o maior», chamou um menino e pô-lo no meio deles, para os admoestar. Ele próprio quis vir ao Mundo como criança; e a partir de então precisa cada um de nós, se quiser crescer no Seu amor, de grande humildade para entrar na baixa gruta onde Ele nasceu. Os orgulhosos negam-se a dobrar a espinha; é que não compreendem o drama do humilíssimo lugar onde surgiu um menino destinado a ser o Senhor do Universo.

Finalmente, onde despontar a Caridade ou Amor Divino, deixa de existir o sentimento do dever. A obrigação cede o lugar ao amor. Deixamos de agir em razão de um constrangimento, seja ele da sociedade, seja de um mal-estar interior que nos leva a comportar-nos desta ou daquela maneira. Deixamos de ser escravos, por ser impossível a quem ama sentir-se na escravidão. Quando o único móbil da nossa vida é o amor de Cristo, a tensão deixa de existir entre o que nós queremos e aquilo que devemos fazer, coisas que passaram a ser sinónimas. Enquanto o *ego* for o centro da vida, o narcisismo ou o amor-próprio insurgir-se-á, por vezes, contra Deus, porque amarmos o nosso *ego* equivale a odiarmos o Divino como um «rival». Quando a moralidade apenas tem por fundamento a lei, um preceito ou a ética, como no caso do plano do *eu*, há sempre conflito entre os nossos desejos e a nossa consciência, entre a lei da carne e a lei da razão. Mas quando o *ego* tiver sido

domado e o *eu* estiver submetido, por um acto livre da nossa vontade, à Divina Vontade, então encontraremos a perfeita liberdade nascida do perfeito amor. A contradição entre os nossos desejos e os Mandamentos de Deus é um índice de inimizade para com Ele; a identidade da nossa obediência com os Seus preceitos prova, pelo contrário, que o amor substituiu a lei, e onde amor existe, a lei de nada serve. A lei não prescreve a nenhum homem que dê um anel à sua noiva, mas determina que paguemos, a tempo e horas, os nossos impostos. Quando falta o amor, intervém a justiça.

O verdadeiro amor é, ao mesmo tempo, difícil e fácil de contentar. Difícil, porque tudo o deixa insatisfeito, excepto o êxtase infinito; fácil, porque os dons do ser amado correspondem sempre aos desejos do amante.

«Ainda que eu falasse as línguas dos homens e dos anjos, se não tiver caridade, sou como bronze que soa, ou como címbalo que tine. E, ainda que eu tivesse o dom da profecia e conhecesse todos os mistérios e toda a ciência, e tivesse toda a fé, até ao ponto de transportar montes, se não tiver caridade, não sou nada. E ainda que distribuísse todos os meus bens no sustento dos pobres, e entregasse o meu corpo para ser queimado, se não tiver caridade, nada [disto] me aproveita.

«A caridade é paciente, é benéfica; a caridade não é invejosa, não é temerária; não se ensoverbece, não é ambiciosa, não busca os seus próprios interesses, não se irrita, não suspeita mal, não folga com a injustiça, mas folga com a verdade; tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo sofre.

«A caridade nunca há-de acabar [nem mesmo no Céu]; mas as profecias passarão, e as línguas cessarão, e a ciência será abolida. Porque imperfeitamente conhecemos, e imperfeitamente profetizamos. Mas quando vier o que é perfeito, será abolido o que é imperfeito.

«Quando eu era menino, falava como menino, apreciava [as coisas] como menino, discorria como menino. Mas quando me tornei homem feito, dei de mão às coisas que eram de menino. Nós, agora, vemos [a Deus] como por um espelho, em enigma; mas então [o veremos] face a face. Agora, conheço-o em parte; mas então hei-de conhecê-lo, como eu mesmo sou [dele] conhecido.

«Agora, pois, permanecem [como necessárias para todos] estas três coisas; a Fé, a Esperança, a Caridade: porém, a maior delas é a caridade» (I Cor., XIII, 1-13).

A Fé e a Esperança desaparecerão do Céu — porque a Fé não é precisa a quem vê, e a Esperança é necessária a quem possui. Quanto à Caridade, essa será eterna.

CAPITULO VII

O ZELO POR OUTREM

A QUELES que encontraram a Verdade e a Paz de Deus perguntam, porventura, qual deva ser a sua atitude perante os que vivem ainda no plano do *ego*, ou no plano não santificado da personalidade, isto é, no plano do *eu*. Ordena-nos Nosso Senhor que odiemos o pecado e que amemos o pecador. Por outras palavras: devemos ser implacáveis para com os falsos princípios, mas devemos mostrar tolerantes para com os seus defensores.

O mundo moderno mostra-se menos inclinado a discutir a segunda parte deste princípio do que a primeira. Uma certa mentalidade, agora em moda, quer que atribuamos as mesmas prerrogativas ao mal e ao bem. As ideias falsas — diz-se — têm tanto direito a difundir-se como as boas, e, no que respeita à religião, uma opinião pode ser tão verdadeira como uma outra.

Esta excessiva tolerância não vai, porém, além dos limites da religião e da moral. O mais pacífico dos agnósticos torna-se dogmático e ferrenho defensor da Verdade, se, acaso, verifica que a factura da mercearia lhe foi enviada duas vezes, sem qualquer

explicação. Os nossos edis não se atrevem a dizer aos engenheiros que desacatem as leis da gravidade e que elaborem projectos de pontes segundo as suas ideias originais e fantasistas, sem respeito pelo peso do aço. A realidade, sujeita a leis que nós não podemos revogar, é admitida em todos os cursos de ciências físicas. A realidade, submetida a leis que nós não podemos anular, prevalece, outrossim, no mundo moral em que o homem habita. A Verdade não se fabrica: tem Deus por autor. Não temos direitos sobre ela: ela é que tem direitos sobre nós. O dogma é uma verdade tão incontestável como a fórmula da água é H_2O . Do mesmo modo que uma só fórmula serve para a água, assim também só pode ser exacto um dogma para a Encarnação, ou para o sacramento do Casamento, ou para a Transubstanciação.

Diz-nos Nosso Senhor que nem um só iota da Sua Doutrina deveria ser modificado; e S. Paulo afirma-nos que maldito deve ser aquele que pregar coisa diferente da dele, ainda que seja um anjo vindo do Céu. Washington é a capital dos Estados Unidos. Ninguém, a seu bel-prazer, pode contestar essa verdade. Pois também há absolutos na Divina Verdade insusceptíveis de serem atacados pelos caprichos da nossa imaginação. Nosso Senhor não nos disse que nos libertássemos da lei para investigarmos a Verdade, mas, antes, ao inverso desse princípio moderno: «*A Verdade vos tornará livres [do pecado]*» (João, VIII, 32).

Admitindo nós o absoluto da Divina Verdade, incumbe-nos um dever de caridade em relação aos

incrédulos. Seis considerações nos permitirão adoptar para com eles a mais benévola das atitudes.

Devemos reconhecer, em primeiro lugar, que todas as religiões, todas as seitas, todos o sistemas éticos contêm um arco, pequeno ou grande, do círculo da Verdade. O Budismo, o Confucionismo, o Zoroastrismo exprimem algumas das veementes aspirações da raça humana ao infinito ; cada uma dessas doutrinas faz ressoar pelo menos uma nota exacta no teclado da religião divina.

Os nossos manuais de apologética, ao demonstrarem a transcendência da Divindade, têm, muitas vezes, o defeito de acusar as falhas e fraquezas dessas diversas religiões, em vez de procurarem a parcela de bem que nelas existe. Aqueles que conhecem a inteira verdade e a rejeitam estão numa categoria especial. Inútil é discutir com eles os aspectos intellectuais da Verdade, pois, para eles, a dificuldade não reside aí. Mas àqueles que ignoram a Verdade, ou estão mal informados a seu respeito, importa mostrar como é que a plena Verdade completa os elementos que eles possuem e amam. O bem que se adquiriu pode servir-nos sempre de ponto de partida para a conclusão do círculo. Não é oportuno provar aos membros dessas seitas o seu erro, porque, em parte, eles têm razão. Preferível é sugerir-lhes que encontrem a Verdade em toda a sua plenitude. Quando um homem tem fome, não é esse o momento de lhe demonstrarmos os inconvenientes do veneno ; demos-lhe, apenas, pão, o pão que ele saboreará e que lhe dará alento. Por analogia, quando as almas se sentem esfomeadas, inútil é discutir com elas as suas falsas

noções da Divindade; limitemo-nos, somente, a levar-lhes, com delicadeza e misericórdia, o Pão da Verdade. A Graça Divina depois fará o resto. Talvez que, um dia, algum douto teólogo tome como ponto de apoio natural, para chegar a Cristo, o pensamento de Confúcio, do mesmo modo que Santo Agostinho e S. Tomás se serviram, respectivamente, de Platão e de Aristóteles.

Todas as religiões contêm algum puro fragmento de matéria-prima, que pode ser utilizado, em cooperação com a Graça, para edificar a plenitude de Cristo, que é a Sua Igreja. O sentimento de solidariedade familiar, que os Chineses possuem, constitui um bom alicerce natural para a doutrina do Corpo Místico de Cristo. A predileção dos Hindus pelo ascetismo poderá permitir-lhes, em tempo oportuno, aceitar mais facilmente a Redenção pela Cruz. O próprio culto do homem-Deus, entre os Japoneses, mais não é do que uma perversão da comum aspiração de todos os povos ao Deus-Homem. Escrevia S. Paulo aos Coríntios: *«Pregamos a sabedoria de Deus no mistério, sabedoria que está encoberta, e que Deus destinou antes dos séculos, para nossa glória»* (I Cor., II, 7). Nada do que é humano é estranho a Cristo: *«Deu-nos a conhecer o mistério da Sua Vontade, que, segundo o seu beneplácito, ele tinha estabelecido consigo mesmo, para restaurar, em Cristo, todas as coisas, quando tivesse chegado a plenitude dos tempos, tanto as do céu como as da terra»* (Ef., I, 10).

Aqueles que não pertencem à Igreja vivem no erro, não porque possuam apenas uma parcela de verdade, mas antes porque isolaram, do contexto,

essa parcela e lhe exageraram a importância. É um erro condenar seja quem for, só porque vive apaixonadamente aferrado a um fragmento da Verdade. Actua-se segundo Cristo, se se aumentar o bem da pessoa que vive em erro, se se enriquecer a sua porção de verdade incorporando-a numa síntese superior.

Um outro lamentável erro, praticado por vezes por aqueles que receberam a luz da Fé, consiste em tomar os outros por imbecis ou perversos, só porque não vêm a Verdade que nos foi ensinada. É até provável que, com essa atitude, nos estejamos a lisonjear a nós próprios, fazendo crer que vemos melhor as coisas, em virtude da nossa superioridade de inteligência. Proceder assim, é esquecer o facto essencial de que não atingimos a crença só pelos nossos esforços, e que se alcançámos uma certa compreensão da Verdade, nós o devemos principalmente à Graça Divina. Não criámos o Sol que nos alumia, e os cegos não arrancaram deliberadamente os olhos, para se furtarem aos raios desse mesmo Sol. Apodar de ignorante um incrédulo não é uma nota de inteligência, mas de desprezível orgulho. Se nós vemos o que ele não vê, é isso graças a um favor divino, superior a todos os nossos méritos. O crente deve, pois, essencialmente, humildar-se. Todos nós deveríamos compreender a nossa indignidade pessoal, compenetrando-nos de que, sem esse imerecido dom, seria enorme a nossa ignorância.

A nós cabe mostrarmo-nos particularmente benévolos e indulgentes para com os fanáticos, vítimas de todas as mentiras com as quais se ataca a Igreja.

As suas absurdas acusações contra ela deveriam fazer-nos pensar : «Se eu acreditasse naquilo que *eles* crêem, se eu recebesse uma formação anti-religiosa como a deles, se eu, como eles, tivesse tão poucas ocasiões de conhecer a Verdade, não odiaria mil vezes mais do que eles a Igreja? Sim, porque os fanáticos são possuídos, muita vez, por um ódio sincero do mal. Eles não detestam realmente a Igreja: detestam aquilo que eles erradamente julgam que ela é. Àquele que lhe aplicou uma bofetada, respondeu Nosso Senhor : «*Se falei mal, mostra o que eu disse de mal; mas se falei bem, por que me feres?*» (João, XVIII, 23). Um testemunho de simpatia para com uma vítima de preconceitos traduz, em acto, a desaprovação dos seus princípios. Além disso, o próprio ódio dos fanáticos prova que eles pensam em Nosso Senhor e no Seu Corpo Místico; a violência da sua animadversão provém, em muitos casos, da secreta suspeita de que nós podemos ter razão. O ódio é sempre indício de um interesse apaixonado. Nosso Senhor escolheu o pior dos fanáticos do seu tempo, para dele fazer um Apóstolo dos pagãos, sabendo Ele quanto podia conseguir do entusiasmo de Saul, se este se virasse do ódio para o amor. Quando chegar o tempo de se reconstruir cristãmente o mundo moderno, talvez que os mais ardentes apóstolos se recrutem precisamente nas regiões onde agora reina o Anticristo. Nos seus próprios inimigos, Deus será glorificado.

Lembremos, outrossim, que nem toda a gente vai ter necessariamente à Fé, segundo o caminho traçado nos livros. Os estudantes de teologia imaginam, por vezes, que o programa para conduzir as almas a Deus

é muito simples: bastará ensinar os argumentos a favor da existência de Deus, recordar as provas da Divindade de Cristo, segundo as profecias e os Seus milagres, pôr em relevo a conformidade da Sua doutrina com as aspirações do coração humano; depois, é só descarregar essa salva de argumentos à cara dos adversários. Esperamos ver cair as almas perante a metralha dos nossos silogismos, mas «os silogismos não passam de uma pobre retórica para as multidões», como, muito justamente, o dizia Newman. Quantos manuais não têm sido escritos do ponto de vista daquele que sempre teve Fé! Aí se esboçam as fases segundo as quais seria possível aproximar da Fé o incrédulo. Mas aqueles que chegam à Fé, nem sempre aí vão ter segundo essa lógica. Tais provas terão a sua utilidade, mais tarde, para acabar de instruir e de esclarecer o neófito, mas estão longe de marcar o ponto de partida da sua conversão. Ainda não conhecíamos a fórmula da água, e já de há muito bebíamos água. As almas podem ir para Cristo e para a Sua Igreja através de muitas portas. Se alguma vez existiu um filósofo a respeito do qual ninguém podia prever que viesse a acabar por admitir a Divindade de Cristo e da Igreja, esse filósofo foi Henri Bergson. Eis aqui um pensador que repudiara a inteligência, que desdenhara dos primeiros princípios, e que do Deus do ser fizera o Deus do devir. Bergson, no entanto, alguns dias antes da sua morte, mandou chamar um padre. Podemos ir a Deus, mesmo partindo do ódio à razão, como aconteceu com Bergson, mesmo por uma série de desgostos, como foi o caso de Léon Bloy. Não é difícil de compreen-

der como isto se possa dar: a conversão é sempre obra da graça, da Graça actual, em primeiro lugar, da graça santificante, depois. Há muitíssimas maneiras pelas quais a graça de Deus pode penetrar numa alma; só há um redil e um Pastor, mas contam-se por milhões os caminhos que conduzem ao Pastor. As ovelhas tanto podem vir do vale do desespero, como dos cumes da ciência, do pântano das aspirações, como das sarças e dos silvados do pecado. Pedro e André abandonaram as suas redes, para seguirem a Cristo. Mateus deixou as suas funções de cobrador do fisco. Paulo encontrou-O na estrada, quando se dispunha a combatê-Lo, e Madalena foi num banquete que com Ele deparou.

Melhores resultados obteria o crente, no seu apostolado de levar a paz da alma aos outros, se logo de início lhes chamasse a atenção para o facto indiscutível de que todos os homens procuram a Deus. Causa admiração a mudança, que se nota em todas as almas, na maneira como passam a encarar o problema, quando se parte, como primeiro princípio, dessa verdade. A alma precisa de Deus, como os olhos precisam de luz e o estômago de alimentos. Não há ninguém, neste Mundo, por maiores que sejam as suas faltas, que não sinta um ardente desejo do Infinito. Como escreveu S. Tomás: *«Amamos o todo, antes da parte, e amamos a parte por causa do todo.»* O tumulto do amor humano não é mais do que uma secreta procura do Divino. «Só há duas espécies de pessoas que se podem chamar razoáveis, diz Pascal: ou aquelas que servem a Deus de todo o seu coração, porque O conhecem; ou aquelas que O procuram, de

todo o seu coração, porque ainda O não conhecem.» Quando o apóstolo se mete a caminho, certo de que todos aqueles que vai encontrar procuram a Deus, ele os abordará com mais êxito do que se os imaginar indiferentes, ou rebeldes. É certo que podemos ter fome e não sabermos escolher os alimentos que nos convêm; que podemos aspirar ao infinito e errarmos no caminho que lá conduz. Mas ao apóstolo cabe anunciar o Deus Ignoto àqueles que O procuram entre os ídolos.

Que o apóstolo nunca desanime, quaisquer que sejam os crimes e as más disposições actuais de uma alma. Aquele que se gaba de estar ao serviço do Anticristo não o pode fazer sem respirar o nome de Cristo. Assim como Deus provou o Seu poder criador, tirando o Universo do nada, assim também Ele prova o Seu Poder Redentor tirando as almas do pecado. O discípulo que desespera da conversão duma alma julga o caso em termos de poder humano, esquecendo o factor principal: a graça de Deus. Se estiverdes persuadidos, quando vos aproximais de um doente, de que ele jamais abandonará a cama, contribuireis decerto, e fortemente, para que ele se conserve onde está; abeirarmo-nos de um peccador sem estarmos convencidos de que seremos capazes de o levantar, equivalerá isso a afundá-lo ainda mais no desespero. O facto de o sementeiro do Evangelho lançar o seu grão por entre espinhos e pedras indica que ele alimentava *alguma* esperança de obter uma colheita — por pequena que fosse. Essas almas desventuradas sem a graça de Deus têm, desse mesmo Deus, um desejo muito mais veemente do que

nós o suspeitamos, e os discípulos que, por antecipação, contam com o êxito, exercem uma acção mais feliz do que os outros.

Evidentemente que se encontram algumas almas perversas, de má vontade, a respeito das quais Nosso Senhor dizia: «*Não lanceis aos porcos as vossas pérolas, para que não suceda que eles as calquem com os pés, e que, voltando-se contra vós, vos dilacerem*» (Mateus, VII, 6). Mas é fácil reconhecer essas almas, e poucas são, comparadas com aquelas que sinceramente procuram, que tacteiam, que pesquisam, que se agarram à mais pequena palha que possam encontrar. As pessoas espiritualmente cegas estão longe de ser felizes — e elas bem o sabem. Querem ver, porque os corações, atormentados pelos cuidados do tempo e da carne, suspiram pela paz que o espírito lhes poderá dar.

Muitas são as vezes em que nos lamentamos por verificarmos que somos «demasiado ignorantes» para convertermos os outros. Todavia, é menos — muito menos — essencial a ciência para salvar uma alma, do que principalmente o amor, o amor de Deus e o amor do próximo. A ciência instrui, mas não inspira. A eloquência não só não é essencial, como até pode ser nociva. «*Ora nós — escrevia S. Paulo — não recebemos o espírito deste mundo, mas o Espírito que vem de Deus, para conhecermos as coisas, que por Deus nos foram dadas; as quais também anunciamos, não com palavras doutas de humana sabedoria, mas com a doutrina do Espírito, adaptando as coisas espirituais às coisas espirituais*» (I Cor., II, 12-13).

Conduzir uma alma a Deus não consiste em fazer proselitismo, em deslumbrá-la, em arrebatá-la da Terra.

Do «prosélito» ao apóstolo vai uma enorme diferença, como se verifica pela origem grega das duas palavras. A primeira — formada de *pros*, «para» e *elythein*, «vir» — implica a ideia de intervenção externa, ao passo que a segunda — originada de *apostolein*, «enviar», como um mensageiro — sugere que somos portadores de uma mensagem e de um mandato proveniente de um Outro. Para conseguir um sequaz do partido comunista, é preciso ser «prosélito», actuar de fora sobre o espírito do homem, pela propaganda. Para conduzir alguém a Deus, é preciso ser apóstolo, permitir que a própria Verdade actue no espírito, feito para recebê-la e para ela formado, como o ninho é formado para o ovo. Quando uma pessoa se esforça por conquistar uma outra para certo programa político, em nada se socorre da Graça de Deus. Mas, todas as vezes que um apóstolo tenta levar um homem a Cristo, Deus ilumina interiormente o espírito desse homem. Prepara-o para ouvir e compreender a palavra do apóstolo. O «prosélito» converte a um partido; o apóstolo converte a uma Pessoa, a Cristo vivo.

Aqueles que têm Fé e desesperam de levar a paz aos outros é porque contam apenas com o seu próprio esforço, esquecidos de que é Deus que dá o auxílio decisivo. Na primitiva Igreja, a maior parte dos fiéis foram recrutados, no paganismo, por operários, escravos, crianças e gente à margem da lei. Quando se atenta nos homens escolhidos por Nosso Senhor para Lhe conquistarem o Mundo — gente vulgaríssima — temos naturalmente de concluir que outros factores, além dos intelectuais, intervieram no seu vasto apostolado. Abrasado no amor de Deus, o

crente lançará faíscas e o Espírito Santo atizará a chama.

A obra Divina realiza-se principalmente longe da periferia e próximo do centro. De nada nos serve um activismo, como, por exemplo, o de Pedro, que despreza a calma tarefa de vigiar e orar, para brandir a espada, só porque o inimigo também a brande. Aquilo de que realmente precisamos é dar testemunho de Cristo através da espiritualização da nossa vida. A reforma do Mundo deve sempre começar pela reforma do *ego*.

O encargo de salvar o Mundo incumbe, sobretudo, àqueles que se gloriam de ter por pão o Pão da Vida e por vinho o Vinho de Cristo. Esta gigantesca tarefa deve operar-se numa alma, ao mesmo tempo: toda a resposta particular à Graça é um passo dado para a paz e para a felicidade de todos. Na verdade, importa que nos auxiliemos mutuamente, que ensinemos todas as nações, que consideremos a Fé como um produto de exportação destinado a alimentar os famintos.

Todo aquele que tira do erro um só pecador que seja, a si mesmo se salva: *«Meus irmãos, se algum de vós se extraviar da Verdade, e algum outro o converter, saiba que aquele que reconduzir [à verdade] um pecador, do erro do seu caminho, salvará a alma dele de a morte, e cobrirá uma multidão de pecados»* (Tiago, V, 20).

CAPÍTULO VIII

A REPARAÇÃO DO PASSADO

INSISTIMOS, num outro capítulo, na necessidade de viver no «agora»; o essencial — dissemos, — é o momento presente, com as oportunidades que ele nos oferece. Devemos considerar rectificado o nosso passado, se admitirmos que, penitenciando-nos dos nossos erros, o destituímos dos seus direitos de nos importunar o espírito. Até mesmo o problema do nosso comportamento a respeito das nossas antigas faltas continua a ser um caso sério pelo facto de não vivermos como os animais, no presente. O passado sobrevive em nós nos nossos hábitos, na lembrança da nossa culpabilidade, no nosso pendor para repetir o mesmo pecado. As nossas experiências passadas perduram-nos no sangue, no cérebro e até na expressão fisionómica. Também o pensamento do Juízo futuro nos preocupa e inquieta, nos alarma e angustia, nos mantém em certo mal-estar e incerteza. Uma vaca ou um cavalo vivem para o momento presente, sem remorsos nem ansiedades. O mesmo não acontece com o homem, que arrasta consigo o seu passado, e que vive ainda acabrunhado pelas preocupações do seu futuro eterno !

Cheio do passado, pelo remorso e pela culpabilidade, cheio do futuro, pela ansiedade, o único meio de que o homem dispõe para se libertar desses dois fardos é a reparação, a expiação do mal realizado, com a firme resolução de o evitar no futuro. A primeira coisa a fazer é despojar-se desse passado; mas recordemos aqui a distinção essencial entre o simples esquecimento e a reparação do pecado. Imaginam alguns (e nisso erram) que, praticado o mal, mais não têm a fazer do que esquecê-lo: o que lá vai, lá vai... Imaginam outros que, recebida a absolvição, tudo acabou, que nada mais lhes resta fazer. Mas estas duas atitudes são incompletas, falhas de amor. Desde que uma alma entra em contacto com Nosso Senhor e se dá conta de ter ofendido o Seu Amor, a sua primeira palavra, depois de ter sido perdoada, deveria naturalmente ser a de Zaqueu: «Tudo restituirei!»

Ao instituir o sacramento de Penitência, salientou Nosso Senhor nitidamente a diferença que existe entre o simples esquecimento e a reparação do passado. E é por isso que, na Confissão, uma vez comunicadas as nossas faltas, o padre diz, antes de dar a absolvição: «Como penitência...», e nos indica algumas orações a rezar, e quais as boas acções a praticar para a expiação dos nossos pecados.

Os motivos justificativos de tal procedimento tornar-se-ão óbvios, se traduzirmos em termos humanos a ofensa feita a Deus.

Roubei, por exemplo, o vosso relógio. Atormentado pelo remorso, confesso-vos, finalmente, a falta, perguntando-vos: «Quereis perdoar-me?» — «Sim, decerto». Mas, certamente, não vos esqueceréis de

me dizer também: «Perdoe, sim, mas restitui-me o relógio.» A restituição do relógio será a melhor prova da sinceridade do meu arrependimento. As próprias crianças compreendem essa necessidade de restabelecer o equilíbrio perturbado pelo mal. O garoto que parte um vidro, a jogar a bola, exclama, espontânea e habitualmente: «Agora tenho que pagá-lo!»

O perdão, só por si, não apaga a ofensa. Se pedíssemos a um homem que cravasse uma tacha num cartão sempre que praticasse um pecado, e que tirasse uma tacha sempre que fosse perdoado, em breve veríamos o cartão crivado de furos que aí não existiam, de começo. É-nos igualmente impossível voltar à inocência, destroçada pelos nossos pecados. Quando, depois de ofendermos a Deus, Lhe voltamos as costas, é como se queimássemos as pontes por detrás de nós; é agora preciso restabelecê-las, a pouco e pouco, laboriosamente. Um homem de negócios que pesadamente se endividou, não mais encontra quem lhe dê crédito; é-lhe impossível prosseguir nos seus empreendimentos, enquanto não começar a pagar as suas primeiras facturas. Pois, e por analogia, importa também que liquidemos a conta dos nossos velhos pecados, para podermos continuar no negócio da nossa vida.

A reparação consiste em pagarmos a dívida dos nossos pecados. E só depois disso, Deus nos poderá perdoar. O seu perdão reata a nossa intimidade com Ele, do mesmo modo que, se tivermos ofendido a um amigo, não nos consideraremos perdoados senão quando ele nos restituir a sua afeição. A misericórdia de Deus está sempre à nossa disposição. Deus está sempre pronto a conceder-nos o seu perdão, com a condição.

todavia, de que demos provas de um sério arrependimento. O pai do filho pródigo guardava sempre em seu coração, para o ingrato filho que o abandonara, o perdão: mas o ingrato só dele aproveitou no dia em que, muito mudado nos seus propósitos, se dispôs a vir implorá-lo e solicitar, para seu castigo, um lugar no lar paterno, entre os criados. Se nos mantivermos no fundo duma gruta, a luz do Sol ser-nos-á inacessível. Pois, também, enquanto nos conservarmos amarrados ao mal, o perdão ser-nos-á impossível. E isto é fácil de compreender. O perdão não é automático. Para o obtermos, precisamos de nos tornar perdoáveis. A prova do nosso arrependimento consiste em querermos sinceramente desenraizar o vício que é causa do pecado. Quem conserva um violento rancor e dele se acusa na Confissão, só pode ser dele absolvido quando o esquecer: *«Se vós não me perdoardes, também o vosso Pai, que está nos céus, vos não perdoará os vossos pecados»* (Marcos, XI, 26).

A humilhação, a que nos sujeita a confissão das nossas faltas, muito contribui para no-las fazer evitar, de futuro. A oferenda dessa humilhação é, todavia, insuficiente. Fica-nos ainda a obrigação de a concretizarmos. Se não nos desobrigarmos dela, neste mundo, será preciso que, mais tarde, cumpramos o prometido.

Algumas orações, algumas pequenas acções expiatórias impostas na Confissão seriam uma compensação lamentavelmente inadequada para as nossas ofensas sem a satisfação do Próprio Cristo junto a essas mesquinhas penitências, sem o acréscimo de valor que Ele lhes dá. Se apenas considerarmos o *nosso*

papel, essas penitências deveriam ser muito rigorosas, como, outrora, na primitiva Igreja: mas a eficácia que lhes é conferida pela contribuição Divina faz-nos compreender porque é que elas são, actualmente, tão leves. Como quer que seja, todavia, é impossível atribuir-lhes qualquer valor afectivo, de paga, porque a satisfação vem do Senhor, d'Ele *«que levou os pecados em seu corpo sobre o madeiro [da Cruz], a fim de que, mortos para os pecados, vivamos para a justiça; d'Ele por cujas chagas fostes curados»* (I, Pedro, II, 24).

Para o cristão, não há separação possível do passado, sem resolução para o futuro — resolução que deve ser mais do que um desejo: uma real vontade de evitar o mal. São, com efeito, coisas muito distintas a *veleidade*, simples desejo de ser melhor, e a *volição*, firme propósito de ser melhor. Pilatos *desejava* salvar Nosso Senhor, mas não o *quis*. O remorso duma falta implica um certo desejo de a evitar, mas com a vaga esperança de tal conseguir sem renunciar a nada. O arrependimento não conhece nem os «se», nem os «mas»: entrega-se, muito simplesmente, à espinhosa tarefa de desenraizar o mal. Não podemos tomar a atitude daquela boa mulherzinha a quem exortavam, no seu leito de morte, a que renunciasse ao demónio, e que respondia: «Não gosto de criar inimigos, sem necessidade!»

A lembrança de uma falta frequente não interdiz o bom propósito de não voltar a cair nela, desde que essa resolução seja acompanhada de uma firme confiança na Misericórdia de Deus «que não permite que nós sejamos tentados para além das nossas forças». Aqueles que nunca entraram num confessionário, ou

que nunca procuraram reformar a sua vida, não têm que mostrar-se muito severos para com aqueles que estão a tentar fazê-lo. As pessoas que cedem a todas as suas tentações não fazem bem ideia de quanto nos é difícil resistir às nossas antigas faltas. Se alguém quiser compreender a extensão da malícia dessas faltas, procure desfazer-se delas. Não é deixando-nos ir à deriva, mas lutando contra a corrente dum rio, que nós nos damos conta da sua violência. Os maus tudo desconhecem do bem, porque se deixam permanentemente arrastar pela corrente do mal. Não devem eles desdenhar daqueles extenuados nadadores a quem Nosso Senhor perdoa «setenta vezes sete vezes», nem censurar o Seu Corpo Místico que estende a sua Misericórdia a todos os pecadores que realmente sofrem e lutam. Aliás, todo aquele que não se dispõe a fugir das ocasiões de queda numa falta grave, muitas vezes repetida, dá-nos a impressão de não estar bem resolvido a evitá-la, e, então, a absolvição sacramental é-lhe negada.

O temor e a angústia provêm, na maioria dos casos, de pecados inxpiados e não perdoados. Negar a existência de uma falta passada é tão grave para a alma como o é para o corpo negar a existência real dum cancro. A consciência «com culpas no cartório» vive sempre inquieta quanto ao futuro, exactamente como o empregado que praticou um desfalque num banco vive sempre apreensivo com a ideia de o virem a descobrir.

A simples recusa do conceito de pecado não atenua a nossa culpabilidade: a consciência do homem não se deixa facilmente corromper nem enganar com

a negação superficial da lei moral que se encontra gravada no fundo de nós próprios. O único e verdadeiro meio de escapar à angústia da culpa está em nos unirmos com a Justiça Divina, através da penitência. Pelo Seu Perdão, o nosso passado é abolido, e o pensamento da futura prestação de contas deixa de nos atormentar. Também a Sagrada Escritura nos dá este salutar conselho psiquiátrico: *O amor expulsa o temor, quando é perfeito amor*» (I João, IV, 18). No caso de Maria Madalena, a plenitude do seu amor por Cristo anulou as suas faltas: *«Pelo que te digo: São-lhe perdoados muitos pecados, porque muito amou»* (Lucas, VII, 47).

O arrependimento do pecado é inseparável do amor. Pela intensidade do nosso ódio ao mal se reconhece a profundidade do nosso amor. Deus não seria bom se não odiasse o mal, e nenhum de nós pode dizer-se preso ao Amor Divino, sem fazer diligências por evitar tudo que possa ofendê-Lo. Para podermos amar o nosso semelhante, importa que, primeiro, o conheçamos. Relativamente a Deus, é o contrário: para O conhecermos, é preciso, primeiro, amá-Lo.

O amor, se acaso amamos, obriga-nos a renunciar a tudo que possa mingua-lo. O amor, com efeito, procura sempre a união com o ser amado; está sempre pronto a sofrer por ele; odeia quem o ofende; sente que nunca faz o bastante em seu favor.

Estes princípios absolutos aplicam-se aqui igualmente, e Nosso Senhor nos ensinou as múltiplas maneiras pelas quais nós Lhe podemos exprimir o nosso amor. Devemos, por exemplo, saber pagar o

mal com o bem: «Se alguém te ferir na tua face direita, apresenta-lhe também a outra; e ao que quer chamar-te a juízo para te tirar a túnica, cede-lhe também a capa» (Mateus, V, 39-40). Devemos vencer o nosso amor-próprio, por caridade para com os outros: «Se alguém te obrigar a dar mil passos, vai com ele mais dois mil» (Mateus, V, 41). Amemos os nossos inimigos: «Amai os vossos inimigos, fazei bem aos que vos odeiam, e orai pelos que vos perseguem e caluniam, para que sejais filhos do vosso Pai, que está nos céus» (Mateus, V, 44). E tudo isto devemos fazer alegremente: «E, quando jejuais, não queirais mostrar-vos tristes como os hipócritas que desfiguram os seus rostos para mostrar aos homens que jejuam. Na verdade vos digo que [já] receberam a sua recompensa. Mas tu, quando jejuas, unge a tua cabeça e lava o teu rosto, a fim de que não pareças aos homens que jejuas, mas a teu Pai, que está presente ao [que há de mais] secreto, e teu Pai, que vê o secreto, te dará a recompensa» (Mateus, VI, 16-18).

A prática continuada destes preceitos de amor leva-nos, finalmente, a um superior arrependimento, no qual algumas almas fazem penitência não só pelos seus pecados, como também pelos pecados dos outros. As almas profundamente mergulhadas no amor sentem-se solidárias com toda a Humanidade e desejam sofrer pelos seus crimes como se fossem elas próprias a praticar os pecados dos outros. A sua missão sobre a Terra é fazer que o perdão aproveite àqueles que são demasiado cegos para o solicitar. Na ordem moral, as coisas passam-se como se as pessoas de boa saúde se oferecessem, vendo os sofrimentos de seus irmãos.

para lhes tratar as feridas. Se o amor, em presença do sofrimento físico, tenta aliviá-lo, em face do pecado dos homens sente-se ainda mais solicitado a curá-los. Tal foi a obra de Nosso Senhor quando chamou as iniquidades de todos à Sua Alma, como se fora Ele quem as tivesse praticado, ao Seu Sangue como se Ele as tivesse perpetrado. Foi o horror dos nossos pecados que provocou o Suor de Sangue com que se tingiram as raízes das oliveiras de Gethsemani.

Sua Santa Mãe foi a primeira a imitá-Lo nesta missão Redentora. E para se furtrar à expiação dolorosa do pecado, não alegou Ela nenhuma imunidade, nenhum privilégio de nascimento. Embora não tivesse de responder por qualquer falta pessoal, consentiu em que lhe atravessassem o coração com as espadas dos crimes cometidos pelos outros homens e mulheres. Tal como seu Divino Filho, quis Ela também, tanto quanto estava em Seu poder, tomar à sua conta a culpa do Mundo.

É a essa missão que se dedicam, ainda agora, as ordens contemplativas da Igreja. Renunciando ao Mundo, os trapistas, os carmelitas, as claristas e tantas outras almas de escol não pensam apenas em salvar-se, mas em salvar os outros. Os claustros constituem, pode dizer-se, os «bancos de sangue» espirituais, onde se acumula a energia escarlata necessária à salvação das almas anémicas que pecam e não expiam. Talvez que os seus secretos habitantes consigam sustar, apenas pelas suas orações e pelos seus jejuns, o braço da Vingança Divina, prestes a cair sobre o nosso século ímpio e rebelde. Dez justos teriam podido salvar Sodoma e Gomorra: o pequeno

número esparso dessas vítimas consagradas poderão também salvar uma nação ou o Universo.

A reversibilidade dos méritos na Comunhão dos Santos é uma das mais belas e mais consoladoras verdades da Igreja. As trocas de amor não se fazem aí apenas no plano horizontal, entre uma pessoa e outra — antes lembram a figura dum triângulo. Proferida neste mundo, uma prece expiatória sobe até ao nosso Pai Todo-Poderoso, a Cristo no Céu, que a transubstancia pelos Seus méritos e a faz descer à Terra, em proveito duma alma pecadora. Assim como para curar uma queimadura se pode enxertar a epiderme de uma parte do corpo numa outra, assim também, no Corpo Místico, é possível fazer um enxerto de uma oração. Assim como podemos praticar a transfusão do sangue de uma pessoa saudável para outra débil, a fim de a reconstituir, assim também é possível transfundir o sacrifício.

Porque amam a Deus e ardentemente aspiram a reparar todas as ofensas praticadas contra Ele, as almas generosas consideram os pecados dos outros como seus, como obras do mal que elas são chamadas a reparar pelo sacrifício e pela oração. Pelo facto de conhecer o pecado doutrem, o santo julga-se na obrigação de o expiar. Se a Deus apraz revelar-lho, é isso apenas para lhe permitir reparar o ultraje. Não censura o pecador indiferente a essa tarefa. A tolerância leva-o a dizer: «Ele é tão bom como eu». E a caridade acrescenta: «Porventura até melhor». Por isso, o santo conclui que, se o outro conhecesse tão bem como ele o amor de Deus, talvez amasse a Deus mais ardentemente do que ele próprio O ama. A alma

integralmente cristã não se satisfaz com perdoar aos outros: sofre por eles, chama a si a responsabilidade dos seus pecados. Os melhores não se comprazem nunca com a sua virtude; sentem que precisam sempre da Divina Misericórdia para a insuficiência do seu amor. E, para que A mereçam, têm sempre o coração trasbordante de misericórdia e de ternura pelos outros. A consciência em pecado é cruel e cínica; a consciência arrependida é amável e trasborda de Caridade.

A reparação, do mesmo modo que a autodisciplina, depende do amor a Deus. Dizer às pessoas que se abstenham de certos actos, é tempo perdido se não lhes propusermos qualquer coisa que lhes dê mais interesse. Para que um alcoólico renuncie à bebida, importa fazer-lhe preferir outra coisa. É que o mal não pode ser expulso; o que deve é ser recalçado. Quando, enfim, deparamos com um Perfeito Amor, passamos a ligar menos importância às coisas vulgares. Quando uma alma corresponde, até ao limite das suas capacidades, a esse Amor, resulta daí, com frequência, um desejo ardente de chamar a si o fardo dos outros, para que eles não sejam privados da felicidade do convívio com o Amor a que foram chamados.

Santa Catarina de Sena dizia, um dia: «Senhor, como poderia eu estar satisfeita se algum daqueles que foram criados, como eu, à Vossa imagem e semelhança, devesse perecer e ser-Vos arrancado das mãos? Eu não quereria, por forma nenhuma, que se perdesse nem um só dos meus irmãos, que me estão ligados pela natureza e pela graça. Mais queria eu ver a

todos salvos, e só eu sofrer, contanto que não fosse privada da Vossa Caridade; preferia suportar os tormentos do inferno a estar no Paraíso e ver que todos pereciam, condenados. Tudo isso seria para maior honra e glória do Vosso Nome.»

E, de outra vez, dizia ainda Santa Catarina, em oração :

«Senhor, fazei que pelo meu corpo passem todas as dores e todas as misérias do Mundo; de boamente eu Vos ofereço o meu corpo em sacrifício, e resignadamente sofrerei por todos os pecados do Mundo, para que Vós possais transformá-lo e poupá-lo.»

Aspiração era essa mais do que sublime para a maioria de entre nós. Mas é uma felicidade para o Mundo o existirem certas almas capazes de se dedicarem a ideais cuja prática as multidões desconhecem. Os iletrados duma aldeia mostram, com altivez, o único homem que, entre eles, saiba ler e escrever: por intermédio deste — por procuração — a ignorância deles é atenuada. Também os santos desempenham um papel semelhante na Humanidade: por procuração deles alguma satisfação nos é dada, que contrapese os nossos desfalecimentos. Os soldados sacrificam as suas vidas para assegurarem aos não-combatentes a garantia da sua liberdade política. O mesmo acontece com os soldados de Cristo: pela imolação das suas vidas, asseguram a seus irmãos o gozo da sua liberdade espiritual na eternidade.

CAPITULO IX

O GALGO DO CÉU

Os dois grandes dramas da existência humana são a procura de Deus pela alma e a procura da alma por Deus. O primeiro é, aparentemente, menos instantâneo: quem se mete em demanda de Deus pode fazê-lo à vontade, tal como Pedro, que seguia o Salvador, «de longe». Mas quando Deus procura a alma, manifesta um Amor Implacável que jamais a deixará até ao momento em que a domine ou ela O venha a repelir definitivamente.

Uma das mais comovedoras descrições da perseguição que Deus move às almas é a que Francis Thompson nos dá no seu poema *O Galgo do Céu*. Esse Galgo de corrida rápida é Deus. A imagem não é nova. Já Sófocles falava, numa das suas tragédias, do *Galgo Alado dos Céus*, e uma inscrição cartaginesa do *Kelbilim* refere-se, por sua vez, ao *Galgo da Divindade*.

A obra-prima de Thompson compreende oito episódios: os cinco primeiros descrevem a fuga da alma perante Deus, os outros três a caça da alma por Deus. Assim como o coelho corre para a sua lura para escapar ao caçador, assim também a alma tenta

encafuar-se nos seus cinco covis: o inconsciente, o sexo, a ciência, a natureza e o humanismo. Estes cinco expedientes para substituir Deus, procura-os ela com o fim de preservar ileso o seu *ego*, ou o seu *eu* contra as devastações que o contacto com a Divindade provoca.

A «psicologia das profundidades» é um dos subterfúgios mais comuns da nossa época para nos furtarmos a Deus. O homem moderno escava as funduras do seu espírito na esperança de extrair de lá o tónico salvador de um novo elixir da vida. Sente-se cansado de viver num plano único — o plano horizontal. Aguarda que a descoberta de algum novo mistério, nos abismos do inconsciente, lhe permita «resolver a sua vida» e lhe traga a paz.

Nos tempos em que predominava a Fé, o homem habitava num universo de três dimensões. Acima dele estava o Céu; abaixo, o Inferno; quanto à Terra, essa, não passava de um vestibulo, antecâmara onde nos demorávamos o tempo bastante para podermos responder «sim» ou «não» ao apelo da salvação eterna.

Mas, de há dois séculos a esta parte, a perda da fé em Deus arrastou consigo a doutras verdades eternas. A moral declinou, e os homens deixaram de se reconhecerem como habitantes do universo a três dimensões. Reduziram a vida a uma única dimensão — à superfície plana da Terra. Graças à ciência, à evolução e ao inelutável progresso, julgaram que lhes seria possível converterem-se numa espécie de deus e gozar o seu céu neste mundo.

Esses sonhos, porém, jamais os realizaram eles. Impossível. Guerras, crises, o medo de novas guer-

ras levaram os homens a perder toda a esperança nessa expectativa. E, simultâneamente, eles perderam a esperança no Céu. Daí resultou que, cada vez mais debruçados sobre si mesmos, muitos se encontraram bloqueados em si próprios. Alguns pseudo-sábios tentaram, então, restaurar o velho universo de três dimensões, mas foi *dentro* do espírito que o situaram. Substituíram o Céu, a Terra e o Inferno pela consciência moral, o estado consciente e o inconsciente, o *super-ego*, o *ego* e o *id*. Os profetas das profundidades cavernosas pressentiam que, mergulhando nas grutas do inconsciente e à força de as escavarem, de as explorarem e de as analisarem, delas exumariam novos mistérios ainda não desvendados e novas energias, novos poderes que trariam ao Mundo a salvação e a paz.

Mas já outros, individualmente, tinham tentado encontrar a salvação em si mesmos. Tudo em vão. O poeta Thompson também trilhou esses caminhos. Ele nos fala dos terrores e das trevas que encontrou através do dédalo do seu espírito. Todavia, Deus perseguia-o por entre todos esses medos que o seu inconsciente projectava no consciente.

D'Ele desertel, ao longo das noites e dos dias ;
D'Ele desertel, ao longo da arcaria dos anos ;
D'Ele desertel, através dos labirínticos caminhos
Do meu espírito, e banhado em lágrimas
Escondi-me dos Seus olhos, sob uma torrente de riso.
Escalei esperanças de rasgadas perspectivas
E, tal como flecha, precipitava-me
Nas trevas gigantescas de abissais terrores,
Fugindo daqueles fortes Pés que a toda a hora me seguiam.

Mas numa corrida sem pressa
E num passo imperturbável,
Numa serena velocidade e com majestosa iminência,
Esses pés ressoam, — e uma Voz ressoa,
Mals Instante que os Pés —
«Tudo te atraçou, ó tu que me traíste.»

Para quem procura a paz em si mesmo a derrota é sempre inevitável. Os dois lugares mais solitários do Mundo são uma cidade estrangeira e o nosso próprio *ego*. Só com os seus pensamentos, falsamente independente do Amor que o criou, o homem encontra-se em má companhia. Por mais que faça, a psicanálise não consegue curá-lo do seu mal-estar, cujo fundamento é metafísico, cuja origem é a tensão entre o finito e o infinito. Pode tentar-se excluir a Divindade, mas Thompson descreve-nos Deus como o «Grande Importuno» que constantemente nos lembra que tudo, sem a Sua Misericórdia, conduz à miséria.

Só o homem é capaz de descer abaixo de si próprio. Um macaco não desce abaixo de macaco. O mesmo acontece com a couve-flor, com a laranja, as quais se mantêm sempre iguais a si mesmas. Só o homem é capaz de se tornar inferior e superior a si próprio. Torna-se menos do que homem, se actuar como uma besta. Torna-se superior a si mesmo, se se converter em filho de Deus. Mas mesmo que se rebaixe ao nível da besta, não perde nunca a marca Divina gravada em sua alma: jamais se liberta do seu veemente anseio de infinito.

Assim, aquele que nega a Deus afirma-O ao mesmo tempo, porque a Impiedade nada significa, a

não ser que admitamos Deus. O ateu sente-se atraído para a Divindade, no próprio momento em que d'Ela se afasta. O homem sem Deus parece-se flagrantemente com o jovem marinheiro que treme numa escada de corda ao tentar subir à vigia. Empoleirado, a meio caminho entre a vigia, lá no alto aonde deve subir, e a ponte, em baixo, sobre a qual pode cair, deixa-se tomar de pânico. O homem moderno, que ainda não chegou a Deus mas que também ainda não se precipitou completamente no inferno, experimenta, por sua vez, a meio caminho, a mesma angústia.

O Galgo do Céu lembra-nos que para ninguém existe possibilidade de evasão, dentro de si próprio. Metermo-nos no nosso espírito é aprisionarmo-nos. Já não há na *psique* grandes mistérios, que não tenham sido explorados. De há muito que têm vivido homens de espírito reflexivo — e que dele se têm utilizado — para que ainda no Séc. XX se possa encontrar qualquer secreto meio de salvação para além do Próprio Deus. Quando o navio naufraga, não nos detemos a analisar a água que entra pelas vigias. Ao revolvermos os nossos erros passados, como farrapeiros, não descobriremos pérola de grande valor, porque é para lá de nós próprios que ela se encontra. Não há ninguém que seja o inventor da sua salvação, e a demência dos outros não poderia curar a nossa. A salvação só nos pode vir se quebrarmos o círculo do nosso egotismo, se consentirmos que a graça em nós se difunda. E essa possibilidade é-nos dada pela Incarnação. Corresponde a uma invasão Divina. A Incarnação divide o tempo em dois. Assim como

o Salvador, em Belém, entrou no tempo para o ligar à eternidade, assim também, agora, o Galgo do Céu, quereria penetrar no labirinto do nosso espírito para o ligar à Verdade, à Vida e ao Amor.

Uma outra evasão pela qual os homens procuram completar a sua perfeição sem Deus é o *sèxo*. Se por esta palavra entendermos a atracção erótica, poderemos chamar-lhe também o falso ideal do *ego*. Se para a palavra «amor» reservarmos o sentido clássico, diremos que estamos em presença do ideal próprio do *eu*, ou personalidade. Um século de anarquia religiosa é sempre um século de licença, mas é, outrossim, um período de confusão política, porque a revolta contra a Lei Divina afecta, ao mesmo tempo, a sociedade e o homem. Quando um povo perdeu de vista o sentido e a finalidade da vida, esforça-se por supri-los pela violência das suas experiências, quer revolucionárias, quer pessoais. Procura-se, então, a emoção por si própria. O amor *real* liga-se lealmente, imutavelmente, a uma só pessoa. Quanto ao prazer sensual, tomado como fim em si mesmo, leva à promiscuidade. O *ego* só a si próprio pode amar. Se «ama» uma outra pessoa, fá-lo apenas durante o tempo em que nela encontra uma fonte de prazer egoísta. Os amores proibidos são, para muitos, simples tentativas de fuga diante de Deus. O verdadeiro amor propende para o Próprio Amor; o falso amor, erótico, traduz um novo esforço do homem para se realizar, sem todavia abdicar do *ego*, seu principal cuidado. Derrota inevitável.

Thompson descreve esse amor erótico. Vê nele uma espécie de amor romântico, mas ilícito. Fala-nos

das janelas da pequena casa da sua amiga, talhadas em forma de coração humano.

Implorei, como um proscrito,
Tanta janela compassiva, de rubros cortinados
E de grades entrelaçadas de caridades;
(Porque, embora eu soubesse que o Seu amor me persegua,
Tinha, no entanto, um medo terrível:
O de que possuindo-O, nada mais pudesse possuir).

Este último verso traduz a mentalidade de muitas pessoas que receiam uma diminuição da sua personalidade, se porventura se abandonassem a Deus, como se nós pudéssemos perder o arco, renunciando-o pelo círculo. É erro o supor-se que o Amor de Deus seja inimigo do amor humano. Aqueles que, acima de tudo, amam a Deus são os únicos capazes de autêntico amor, quer como esposos, quer como amigos. O poeta saberá mais tarde que, possuindo-O, tudo possuirá. De momento:

Mas tão depressa uma pequenina janela se me abria,
Logo a rajada da Sua aproximação a fechava, de um golpe.
O meu medo não era tão hábil em evadir-se, como o Amor o era
[em perseguir.

No instante em que o *ego* se julgava convencido de poder escapar-se inteiramente a Deus, o Espírito de Deus soprava e fechava a janela. Perante Ele, não há temor humano suficientemente sagaz que se possa esquivar ao Seu Amor, porque a Sua corrida é mais ágil do que a da alma por Ele criada.

A luxúria não corresponde à nossa procura de felicidade duradoira, pela simples razão de que não somos animais. Se o homem fosse apenas um animal, não exigiria do sexo mais do que este lhe pode dar — a alegria duradoira, infinita — e não sofreria da saciedade que o abuso dos prazeres nos traz. Os demais vícios são menos sedutores, porque não prometem libertar-nos da solidão e do vazio, como o parece conseguir o amor ilícito, nos seus começos. O corpo é finito, e só a alma é infinita. A solidão daquele pode ser saciada, mas não as aspirações desta. A desproporção entre o êxtase que se espera e o prazer efêmero que a realidade nos traz, gera a tristeza e, por fim, o desespero. O Galgo do Céu não nos permite uma paz duradoira nesse pecado.

Pode ainda o homem voltar-se para a Natureza para lhe pedir asilo contra Aquele que o criou. Assim como podemos ler um livro e esquecer o respectivo autor, também podemos contemplar o Universo, e arranjar um nome entre os sábios, esquecendo completamente o Criador. Ensina-nos, agora, Thompson, como é que «ele abre os ferrolhos dos segredos da Natureza», como é que mergulha na torrente dos conhecimentos científicos do mundo natural:

Conheci todas as nuances fugitivas
Do caprichoso rosto do Céu;
Vi como as nuvens sobem,
Espuma das selvagens vagas do mar.
Como todos os que vivem ou morrem,
Nasci e decai; delas fiz as senhoras
Do meu humor, deplorável ou divino;
Com elas me alegrei e me enlutei.

Entristecia-me com a noite,
Quando ela acende os seus círios rutilantes,
Autora da morte inefável do dia.
Eu ria nos olhos da manhã.
Eu rejubilava com o tempo :
Eu e o Céu chorávamos juntos,
E as Suas lágrimas doces tomavam o amargor das minhas lágrimas
Contra as rubras pulsações do seu sol-posto [humanas.
Apolava eu o meu coração palpitante,
Todo ele impregnado de calor recíproco.

Legítima e necessária, a curiosidade científica não poderia, todavia, saciar as necessidades da alma humana. O sábio continua espectador da realidade: é o seu copista, o seu cronista. Mas a nossa alma só se satisfaz depois de se unir a uma Personalidade mais elevada. A linguagem da Natureza não é a do coração humano. A não ser que o silêncio das esferas celestes nos erga o coração para Deus, ela nos perturba, violentamente, o espírito. A Natureza está do lado de Deus; quando Pedro renegou o seu Mestre, o galo cantou. Nunca ela nos deixa descansar, contentes, nos seus braços, se a procurarmos amar sem amarmos o seu Deus :

Em vão as minhas lágrimas molharam a face cinzenta do Céu.
Porque, ah ! não saberíamos compreender-nos,
Essas coisas e eu : a minha linguagem é som —
O seu som é apenas rumor, a sua linguagem é silêncio.
A natureza, estéril madrastra, não pode estancar a minha sede.
Ah ! se ela me quer para filho,
Que de si tire o véu azul que a cobre e me mostre
Os selos da sua ternura :
Nunca o seu leite alegrou
A minha boca sedenta.

Por virtude de o *ego* viver sempre ávido de conhecer cada vez mais, sempre insatisfeito das suas semi-descobertas, o Galgo do Céu continua a importuná-lo :

A caça aproxima-se cada vez mais
Com seu passo imperturbável,
Com velocidade segura, majestosa iminência.
E, para lá desses passos sonoros,
Ouve-se uma voz, mais rápida ainda :
«Eis que nada te contenta, ó tu que não
Me contentas.»

Um outro artifício, para fugir a Deus, muito mais frequente que a ciência ou o estudo da Natureza, é a mudança de meio. O *ego*, em plena fuga, sofre também a sedução da velocidade. A imaginação e o devaneio, o álcool, os narcóticos e os estupefacientes, tais os meios a que alguns recorrem para afastarem Deus do seu pensamento. Thompson vai, agora, descrever-nos essa fuga perante o Galgo — fuga fora da realidade :

Para lá dos limites do Mundo, eu fugi ;
Aproximei-me das grades de ouro das estrelas,
Esbarrando contra os seus varões sonoros ;
Empurrei, arrancando-lhes doces dissonâncias,
Argentinos rumores, as pálidas portas da lua.
Disse à aurora : Apronta-te !, e à noite : Apressa-te.

A esse Amante temível

Esconde-me sob o monte das tuas tenras flores do Céu.
Faz flutuar sobre mim o teu véu opaco, não me vá Ele ver !

Mas nem a velocidade nem a mudança de lugar podem despistar o Galgo do Céu. O próprio espírito,

por mais ágeis que sejam as suas asas, é mais lento do que Ele. Criados por Deus, todos os objectos terrestres se mantêm seus leais e incorruptíveis servidores:

Tentei todos os Seus servidores, mas só encontrei
 Traição em sua constância,
 Na sua fé n'Ele, na sua desconfiança em mim :
 Rectidão desleal e enganadora lealdade.
 A todas as coisas rápidas implorei a sua velocidade,
 Agarrado à crina sibilante dos ventos.
 Mas, ou com o seu galope ligeiro, eles roçassam
 As longas savanas do azul,
 Ou, então, levados pelo trovão,
 Fizessem ressoar o Seu carro através do Céu,
 Envolvidos em relâmpagos,
 A verdade é que o meu medo continuava.
 Mas numa corrida sem pressa,
 Com passo imperturbável,
 Velocidade segura, majestosa iminência,
 Os Pés segulam sempre,
 E uma Voz cobria o ruído dos meus passos :
 «Nada te abrigará, a ti, que não Me queres abrigar.»

Alguns, desenganados de encontrarem a felicidade nos prazeres da carne ou no enriquecimento do espírito, prefeririam ainda descobri-la, sempre sem Deus, nas actividades filantrópicas. Esperam, esses senhores, que o facto de se interessarem pela «fraternidade humana», os dispense de conhecer a «Paternidade Divina». Thompson procura essa escapada no amor das crianças :

O objecto da minha pesquisa já não o procuro
 Nas fisionomias de homem ou de virgem ;
 Mas parece-me que ainda nos olhos dos pequeninos

Alguma coisa, alguma coisa me responde :
Eles, pelo menos, são para mim, seguramente para mim !
E, então, voltel-me para eles, chelo de ansiedade.

Mas, mesmo nessa ternura — a melhor das ternuras terrestres — o poeta verifica que as crianças, vindas de Deus, continuam a pertencer-Lhe :

Mas no instante em que os seus olhos súbitamente se iluminavam
Com uma aurora de resposta,
O seu anjo arrancava-mos pelos cabelos.

Francis Thompson descreve então as três fases pelas quais a alma se encaminha do nível do *ego* para o *eu*, do egoísmo para o Amor Divino: um sentimento de vazio, um derradeiro temor, um último abandono ao Seu apelo.

O vazio, que incita a alma à procura séria e sincera de Deus, pode ser, quer a solidão física, depois da perda cruel dum esposo ou duma esposa, dum pai ou duma mãe; quer o vazio moral, causado por um sentimento profundo de culpabilidade e de remorso do passado; quer, enfim, o vazio espiritual para quem se encontra vagamente desiludido pela mediocridade da sua vida. Mas tudo isto, só por si, não seria o suficiente: também no inferno existe o vazio. A solidão só começa a ser redentora quando a personalidade se sente em conflito com uma outra Personalidade. Ninguém alcança a conversão só porque infringe um código, uma lei ou um mandamento, mas antes por descobrir que rompeu com o próprio Amor. Saul experimentou esse deslumbramento na estrada de Damasco.

quando os céus se abriram e o Senhor lhe perguntou : «Por que me persegues ?» E Santo Agostinho passou por transe semelhante ao ouvir o apelo de uma voz que não era simplesmente imaginária. Cada um de nós sabe que é possível a existência de um Deus pessoal, e que, se Deus existe, é necessário procurá-Lo e encontrá-Lo, e que todo o pecado e toda a culpa Lhe devem ser postos a descoberto :

Espero, nu, o golpe que o Teu amor brande sobre mim !
Peça por peça, Tu me arrancaste a minha armadura,
E sob os Teus golpes, Tu me fizeste cair de joelhos ;
Fiquei sem defesa nenhuma.

As colunas do templo, abaladas por Sansão, caíram sobre ele próprio. Sob o domínio desta recordação, o poeta vê também as ruínas da sua vida, a sua personalidade soterrada nos escombros das suas próprias desilusões :

Na louca audácia da minha jovem força
Fiz estremecer os pilares das horas
E fiz cair sobre mim a minha vida. De rosto sujo,
Continuo de pé no pó dos anos amontoados.
A minha juventude mutilada jaz sob os seus escombros.
Os meus consumidos dias dissolvem-se em fumo ;
Encheram e rebentaram como bolas ao lume de água.

Todos os prazeres da vida passada lhe parecem agora ruínosa devastação. Lá se foram os sonhos ! A Terra, que o poeta julgara ter sacudido com a

mão, como um brinquedo, agrava, agora, o fardo do seu vazio. A própria poesia o deixa trair :

Sim, o próprio sonho acaba por faltar
 Ao sonhador, e o alaúde ao tocador de alaúde.
 As fantasias, engrinaldadas de flores,
 Onde eu baloiçava a terra como um berloque no meu braço,
 Abandonaram-me : cordagens demasiado débeis
 Para o peso de uma terra carregada de dores.

Mesmo quando estejamos convencidos da inani-
 dade da vida e que tenhamos a suspeita de que Deus
 lhe poderia encher o vazio, é ainda preciso que triun-
 femos de um grande obstáculo no caminho da paz :
 a autodisciplina, a mortificação e a penitência.
 «*Se alguém quer vir após de mim, negue-se a si mesmo,
 e tome a sua cruz todos os dias, e siga-me.*» (Lucas, IX, 23).
 E nisso o Salvador contradiz os processos do Mundo.
 Os prazeres da carne são, muitas vezes, maiores na
 imaginação do que na realidade, ao passo que as ale-
 grias do espírito ultrapassam sempre as nossas pre-
 visões. O poeta hesita ainda perante Cristo, que não
 lhe permitirá, julga ele erradamente, outros amores,
 nenhuma alegria natural :

Ai! Será o Teu amor
 Uma loura erva, uma erva de amaranto
 Que só deixa desabrochar a sua própria flor ?

Alusão à flor lendária, que mata todas as plantas
 vizinhas dela. Receia o poeta que Nosso Senhor não
 tolere nenhuma outra afeição senão a Sua Cruz.
 E, então, representa-O impondo-nos a todos o sofrer-

mos um Calvário para termos parte numa Ressurreição. A varinha de madeira deve passar pelo fogo para se transformar no «carvão» dum artista :

**Ai! Eterno desenhador,
Precisas de queimar o pau com que desenhavas ?**

Recordando a sua passada juventude, tal como água que se perdeu ou como polpa sorvada, ele tem medo da velhice :

**A minha juventude espalhou o seu trémulo aguaceiro no pó ;
E agora o meu coração é uma fonte desmantelada
Onde estagnam os choros incessantes
Derramados pelos húmidos pensamentos que se agitam
Nas suspirosas ramagens do meu espírito.
E, sendo assim, que virá a acontecer ?
Quando a polpa é tão amarga, que gosto terá a casca ?**

Nesse momento, ao sentir-se atraído para o abandono ao Crucificado, uma vez mais o temor de se submeter às torturas da Cruz fá-lo voltar a si :

**Mal entredívinho o que o tempo oculta em suas brumas :
Todavia, por instantes, uma trombeta ressoa
Junto das secretas muralhas da eternidade.
As brumas, agitadas, afastam-se, aqui e além,
E depois a sua brancura fecha-se sobre as torres entrevistas.
Mas antes que Ele me tivesse aparecido,
Aquele que grita o apelo, vestido
De sombrias túnicas purpúreas, coroadado de cipreste,
Já eu conhecia o Seu nome e o que dizia a Sua trombeta.
Será o coração do homem, ou a sua vida, o reclamado
Pela Tua ceifa ? Será necessário que os Teus campos
Sejam adubados com a pútrida morte ?**

Deus vai-se aproximando sempre, e a Sua Voz, como diz o *Apocalipse*, «a Sua Voz assemelha-se ao ruído das grandes águas». As coisas terrenas foram-se todas mostrando falazes ao poeta. Porquê? Começa a compreender que isso se devia ao facto de se haver revoltado contra Deus, e de ter tentado usar dos bens terrenos sem Ele :

Agora, da longa perseguição
 O ruído chega até muito próximo de mim.
 Essa Voz cerca-me, como mar furioso :
 «É aquela a tua terra — terra informe,
 Desfelta em mil pedaços ?
 Vê, tudo te foge, porque Me foges.»

Finalmente, o poeta compreende, no momento em que vai capitular, que aquilo que ele quer, desesperadamente, é o amor, mas que, afinal, é indigno desse mesmo amor. Nenhum dos seus sofrimentos, nenhum dos seus sacrifícios foi, todavia, inútil; Deus lho garante. Deus nunca fecha uma porta, sem abrir uma janela; nunca cria um vazio que não venha a preencher; nunca humilha o *ego*, senão para elevar a personalidade. Provações e cruces, lutos e tristezas, tudo isso mais não era do que «a sombra da Sua mão, estendida com ternura» :

«Criatura estranha, vã, digna de compaixão,
 Quem se disporia a reservar-te uma parcela de amor ?
 Porque só Eu do nada fiz muito, diz Ele,
 E a humana ternura exige méritos humanos.
 Como poderias tu merecê-la,
 Tu, argila humana da mais pobre terra ?
 Ai! Tu não sabes

Como és pouco digno do meu amor.
Quem encontrarlas tu para amar a tua baixeza,
A não ser Eu, e só Eu ?
Tudo aquilo que te tirei, Eu to tirei,
Não pelas tuas ofensas,
Mas para que o venhas procurar em Meus braços.
Tudo aquilo que o Teu erro pueril
Crê perdido, Eu to reservei em Minha casa :
Levanta-te, pega da Minha mão, e vem.»
O passo faz alta junto de mim :
As minhas trevas, afinal, não serão elas
Mais do que a sombra da Sua mão, estendida com ternura ?
«Ó superlativamente enfatuado, cego e fraco,
Eu sou Aquele a quem procuravas !
Tu repellas o amor, tu que Me repellas.»

Aqueles que, nunca, e de nenhum modo, saborearam essa íntima união com o Amor Divino descrita pelo poeta, hão-de atrever-se a negar-lhe a realidade. Há coisas que só pela experiência se aprendem. Há duas maneiras de conhecer a castidade, pelos livros e pela prática. Há também duas maneiras de conhecer a Deus, estudando-O nos livros, ou incarnando a Sua Verdade na nossa vida.

«Todas as descrições possíveis do fervoroso amor — escrevia o Cardeal Newman — serão incapazes de me fazer compreender o delírio, se porventura o nunca experimentei pessoalmente. E não é saturando-me de sermões sobre as satisfações íntimas duma delicada consciência que eu serei capaz de conceber a beleza dum acto de virtude e os sentimentos que o acompanham, se acaso fui educado na mentira e no roubo, e vivi entregue à mercê dos meus instintos.» Aqueles a quem só interessa a música estilo «tam-tam», atre-

vem-se, com frequência, a tomar como pedantes os admiradores da música clássica: a música de que gostamos é aquela que já ressoa dentro de nós. Em cada um de nós vive latente — e permanentemente — o anúncio, o esboço imaginário daquilo que viremos a amar, daquilo que nos agradará no primeiro encontro; o nosso bom acolhimento corresponde sempre a um íntimo desejo. Cada um de nós é portador de um ideal irrealizado; e o dia em que lhe encontramos a réplica concreta na ordem sentimental é precisamente aquele em que começamos a amar. Mas os amores superiores, que nos elevam, exigem de nós que os cultivemos. Os futuros admiradores da música clássica começam, em muitos casos, por considerar insuportáveis um Bach ou um Brahms. Na verdade, o bom gosto musical, do mesmo modo que as melhores coisas deste mundo, adquire-se e conquista-se. Os apaixonados da música a si próprios se impuseram, para começar, o ouvirem a boa música. E nisso se obstinaram, se exercitaram, até chegarem a compreendê-la. Foi assim, à medida que lhe iam surpreendendo os segredos, que chegaram a apreciá-la, a amá-la, a deleitar-se com ela. A paixão pelas obras-primas da pintura ou da poesia pressupõe um esforço semelhante. Seria absurdo, se nunca lemos *Virgílio* e *Sófocles*, considerar como pedantismo o regalo espiritual encontrado nesses autores pelos letrados.

Pois também o gosto de Deus é coisa que se adquire. Quando um convertido nos descreve a transição do pecado para a Graça, como quem passa de uma **masmorra** para a plena luz do dia, importa que lhe não tomemos o testemunho como se fora de um

doidivas ou de um presumido. Com toda a honestidade deveríamos nós admitir, como provável, pelo menos, a existência da Realidade que suscitou esse amor, do mesmo modo que admitimos as razões que justificam a ternura duma mulher por seu marido. O amor não nasce sem objecto. Homens e mulheres não se prendem, durante toda a sua vida, ao rigor dos votos monásticos, por um simples capricho de vã imaginação.

Têm, todavia, alguns, dificuldade em aceitar essa prodigiosa Realidade. Se toda a gente fosse cega, neste mundo, com excepção de três pessoas, essas três pessoas veriam realmente, não apenas o Sol mas ainda as coisas por ele iluminadas. A sua reivindicação de uma coisa chamada «vista» poderia parecer a alguns psicólogos uma originalidade muito curiosa para estudo. Decerto esses sábios, pelo facto de serem cegos, partiriam da ideia de que todos os demais sofriam de cegueira: antes de qualquer verificação concreta, assentariam na cegueira universal. Ter a pretensão de ver o Sol e as coisas por ele iluminadas seria, para esses psicólogos, uma simples alucinação. Quanto à existência objectiva do Sol, diriam que a origem dessa crença se encontrava na mitologia dos antigos Persas. Mas, é possível que um segundo grupo de psicólogos viesse sugerir que essa crença no Sol constituía, no fundo, um complexo originado por um estranho e mórbido desejo de luz. Tactecendo todos eles nas trevas, concluiriam, em uníssono, que toda a gente deve tactear nas trevas.

Pois tal é também a atitude daqueles que vivem no pecado, no infortúnio e na angústia, e que chamam

ao amor de Deus uma superstição e um mito. Se uma dessas três pessoas dotadas de visão — às quais atrás aludimos — fosse ridicularizada pelas que eram cegas e arrancasse a si própria os olhos, seria isso a aventura dos cristãos que abandonam a Fé por causa do desprezo que o Mundo vota aos que amam o Salvador e a sua Igreja.

«*Como o Senhor é amável!* — diz a Sagrada Escritura. — *Tomai-lhe o gosto!*» Não deveis, pois, atribuir a crença no Verdadeiro Deus à emoção ou ao sentimento. A experiência de Deus é uma experiência real e que pode ser tentada. Se fosse pura ilusão, não inspiraria o sacrifício, a pureza de costumes, a humildade, o sublime dos conhecimentos que ela inspira, de há séculos a esta parte. Tomai-lhe o gosto! — repetimos.

Mas de Deus não poderemos nós gostar enquanto o *ego* ocupar o primeiro lugar no nosso coração, deste repelindo tudo que não seja ele próprio. Quantas não são as pessoas que assim atravessam a vida, privando-se de tudo aquilo que constitui ameaça para o seu imbecil orgulho! Tais pessoas nunca viveram nem amaram. Ou, melhor, amam-se a si próprias. Mas que prazer poderemos nós ter em nos abraçarmos ao nosso próprio *ego*? Aquilo a que eles chamam amor não é, de facto, mais do que a projecção do seu *ego* sobre outrem; a sua felicidade não é o *Tu* de outra pessoa, mas sempre o seu *ego* nesse *Tu*. Casam-se, não para amarem, mas para serem amados. Não amam ninguém, apenas procuram uma satisfação nervosa. E desde que a outra pessoa deixe de os acariciar e lisongear, logo a abandonam, para torna-

rem a casar-se. Aqueles que nunca amaram mantêm-se ao nível do *ego*, e tudo têm que aprender. O nível do *eu* conhece o amor humano, desinteressado; mas fica-lhe ainda uma coisa por descobrir: a sublime experiência do amor de Deus.

Três são as características do amor de Deus. Em primeiro lugar, não têm fundo, é inexaurível.

Podemos compreender o amor humano, explicá-lo, subir à sua origem, da mesma forma que nos é possível descobrir a nascente de uma torrente. Quanto ao Amor Divino é infinito. Se lhe seguirmos a corrente, na Santa Comunhão ou na oração, em breve descobriremos que se escoa no Oceano das inesgotáveis delícias. O que nós sabemos do Amor não passa de gota minúscula nesse Oceano. O Amor de Deus já existia antes de o Mundo ter começado; existirá depois de nós; desse Amor o nosso coração apenas pode conter ínfimas parcelas, como nos amores de Romeu por Julieta e de Dante pela sua Beatriz. O amor esquiva-se à subtileza dos maiores poetas; os próprios místicos se mostram impotentes para exprimir o amor, na sua linguagem.

O Amor de Deus dá mais do que aquilo que dele se espera. E nisso difere do amor humano, sempre mais farto no prometer do que no dar. «Como nós *seremos* felizes!» É esse o eterno estribilho das nossas canções de amor. O Amor Divino, pelo contrário, nada tem de arrebatante e encantador, antes de o possuirmos. A Cruz mete-nos medo; o abandono do egoísmo e do pecado afigura-se-nos uma morte parcial; o amor que não é dos sentidos parece-nos ausência de amor. Mas, feito o nosso

sacrifício, abandonado o campo em que procurávamos a pérola, gozamos, então, de inefável e indescritível paz. Ante essa descoberta, de tal forma o nosso procedimento muda, que os amigos nos acusam de termos perdido a cabeça. Na realidade, o que aconteceu foi o havermos encontrado a nossa alma, que nos é mais querida do que todos os bens do Mundo.

O amor de Nosso Senhor não é afectado pelo sofrimento. Aquele que ama o Prodigioso Amante verifica que a dor acrescenta um combustível à Chama. A dor faz que a alma se case de novo com Deus. Santa Teresa chamava a cada uma das suas provações «um pequenino presente divino». A adversidade, leva-nos a reconhecer e a saborear que o Senhor é doce.

Uma velha artrítica, de membros contorcidos, quais oliveiras de Gethsemani, derrama diàriamente o seu azeite da oração em dez rosários.

Uma jovem noiva anota no seu diário íntimo: «Conservai-me, Senhor, o mais próximo possível do Vosso reino, para que eu santifique a minha carne e dela faça o veículo que se lança em demanda da coroa celeste do espírito.»

Na China, enquanto os comunistas lhes incendiam as igrejas e escolas, os bispos vão, pelas suas dioceses, pregando de cidade em cidade, sentindo-se felizes por sofrerem pelo seu Deus.

Um jovem esposo vive na castidade e todas as manhãs recebe o Pão da Vida, para conseguir o regresso de sua mulher infiel, duplamente infiel — ao seu lar e à Fé.

Nos conventos, os religiosos agradecem a Deus, nas suas orações, o saberem que a morte deles se aproxima, e oferecem-Lhe o sacrifício da sua vida, para, desse modo, repararem os pecados da Terra.

No regresso de uma guerra mundial, verifica-se que há soldados que entram na vida religiosa, para, nesta, consagrarem o resto dos seus dias a lutar, no silêncio e na penitência, contra o poder das trevas.

Uma jovem enfermeira cai doente ao serviço heróico dos soldados e dos feridos nos campos de batalha: «O meu único desejo, escreve ela, é amar a Deus, cada vez mais.»

Um psiquiatra judeu abandona a sua florescente clientela a fim de entrar numa das Ordens mais rigorosas da Igreja, para poder orar aí pela conversão dos seus irmãos israelitas.

Uma mulher do mundo faz voto de se abster de carne e peixe, para que se dê o regresso dos apóstatas aos braços do Salvador.

Semelhantes renúncias só as pode explicar um amor sem limites. É uma ventura o viver ao nível de Divino. A religião não se afigura atraente para quem nunca subiu bastante alto, desligando-se do egoísmo, para lhe descortinar os horizontes. Mas a Religião Divina, com a Sagrada Eucaristia, é muito mais aprazível para aqueles que a ela se acolhem do que o Mundo o é para aqueles que vivem no pecado. Disso sabe alguma coisa o verdadeiro amante de Deus, se convertido e antigo pecador: pôde apreciar esses dois mundos, essas duas existências. Quanto ao homem que apenas viveu para a carne, para o prazer e para o dinheiro, não tem qualquer experiên-

cia das emoções do espírito. Por nunca ter saboreado, não pode comparar.

Muitos são os que conhecem a angústia de uma consciência má. Mas poucos conhecem a paz de uma boa consciência, elevada ao nível Divino. Se o desagrado de Deus é terrível ao ponto de perturbar o sono do culpado, quantas alegrias, em compensação, nos não traz o Seu Prazer! Se, por um lado, é um suplício o vivermos debaixo da Sua cólera, por outro, constitui um enlevo o vivermos sob o signo do Seu Amor!

«Mas que é que eu amo, amando-vos?—perguntava Santo Agostinho. Não é a beleza dos corpos, nem a sua graça perecível, nem o brilho da luz — essa luz tão querida dos olhos —, nem as doces melodias das variadas canções, nem o suave aroma das flores, dos unguentos e das especiarias, nem o maná, nem o mel, nem os membros feitos para os abraços da carne. Não. Não é isso que eu amo, quando amo ao meu Deus. E, todavia, há uma luz, uma voz, um perfume, um alimento, um abraço, que eu amo quando amo ao meu Deus: é a luz, o perfume, o abraço do «homem interior» que em mim existe, lá onde resplandece para a minha alma uma luz que nenhum espaço pode conter, lá onde se desprendem melodias que o tempo não esvai, lá onde se exalam perfumes que nenhum sopro de vento é capaz de dissipar, lá onde se saboreia um alimento que voracidade nenhuma faz diminuir, e onde se dão abraços que nenhuma saciedade consegue desprender. É tudo isso que eu amo, quando amo ao meu Deus!»

Corações, ao alto! A procura da felicidade denuncia um vazio que só o Divino pode preencher. Todo

aquele que não ama o Amor, procura um paraíso artificial. Mas procuraria ele tanto o Céu, se não fosse feito para o Céu? Em seu coração existe um terrível vazio. E todo o pecado é uma tentativa no sentido de encher esse vazio. Todos os amorosos sem Deus, são amorosos decepcionados.

Só Deus se pode amar a Si Próprio, porque só ele é Perfeito. O *eu* inferior, como quem diz o *ego*, não pode satisfazer-se com amar-se a si próprio, porque é imperfeito. E é por isso que nós, humanos, amamos outrem — para completarmos a nossa falta de perfeição, porque aquilo que nós amamos nos outros é precisamente o que nos falta. Mas sempre, no amor de outro ser humano, existe um paradoxo que lhe diminui a perfeição. Assim, supunhamos que eu amo e que sou amado. Se a pessoa a quem eu amo me corresponde com um amor total, até ao completo abandono, então deixa ela de existir: domino-a, possuo-a, subjugo-a a tal ponto que, como imagem de Deus, deixa de ter existência autónoma. Fico, pois, sem pessoa a quem amar. Mas, se tal pessoa me não ama com um amor total, levado até ao abandono, então posso dizer que já não me pertence inteiramente. Não satisfaz as minhas necessidades, porquanto eu fui feito para o amor infinito, e tal pessoa não me dispensa um amor suficiente.

E, assim, amando nós os outros e sendo amados seja por quem for, menos por Deus, podemos dizer que, simultâneamente, vivemos esfomeados e saciados: esfomeados, porque nenhuma criatura humana será capaz de amar o bastante; saciados, porque somos

nimiamente amados. Para escaparmos a este paradoxo, temos, pois, de amar a Deus.

Amando a Deus, não mais teremos fome de amor, porque n'Ele possuímos o êxtase do Perfeito Amor. *Voluptas cordium*. N'Ele não há saciedade, porque precisamos de uma eternidade para começarmos a sondar os abismos do Amor Divino.

Deus é Amor, e amar é precisamente o que nós queremos, aquilo de que realmente temos necessidade.

Fomos feitos para amar.

ÍNDICE

PRIMEIRA PARTE

O PLANO DO «EGO»

	Pág.
CAPÍTULO I — O «ego» e o «eu»	9
» II — O egotista — um fugitivo	23
» III — Os subterfúgios do «ego»	41
» IV — Quando o «ego» desce abaixo de si mesmo	63
» V — A filosofia do prazer	77
» VI — Modo como Deus força os retirados do «ego»	87

SEGUNDA PARTE

O PLANO DO «EU»

CAPÍTULO I — Conhecimento do «eu»	105
» II — Os sete gatos-pingados do carácter	119
» III — O «ego» colocado no seu lugar	137
» IV — O governo de nós próprios	157
» V — A formação do carácter	175

TERCEIRA PARTE

O PLANO DO DIVINO

CAPÍTULO I — A influência do procedimento na crença .	201
» II — Graça Negra e Graça Branca	223
» III — Como é que o homem poderá transcender-se ?	245
» IV — Oração e meditação	267
» V — A santificação do momento presente	299
» VI — Para além do simples humano	319
» VII — O zelo por outrem	347
» VIII — A reparação do passado	359
» IX — O Galgo do Céu	371

ERRATA

PÁG.	LINHA	ONDE SE LÊ :	LEIA-SE :
11	29	com	como
35	9-10	modernos, não	modernos, a vida não
82	29	ao	o
90	15	fome	sede

,

NADA OBSTA.

Porto, 9 de Fevereiro de 1955.

M. A. Madureira.

PODE IMPRIMIR-SE.

Porto, 12 de Fevereiro de 1955.

M. Pereira Lopes,
Vigário Geral.